

João Pedro Stedile (org.)

expressão
POPULAR



Interpretações sobre o
camponês e o campesinato

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Interpretações sobre o camponês e o campesinato

João Pedro Stedile (org.)

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Interpretações sobre o camponês e o campesinato

1ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2016

Copyright © 2016, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Dulcinéia Pavan*

Projeto gráfico e diagramação: *ZAP Design*

Capa: *Marcos Cartum*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q5 A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. / João Pedro Stedile (org.)—
1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2016.
362 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-7743-274-5

1. Questão agrária. 2. Questão agrária – Brasil.
3 Campesinato brasileiro. 4. Camponês – Brasil. I. Stedile,
João Pedro. org. II. Título.

CDU 333

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: abril de 2016

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
A HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	9
INTRODUÇÃO	15
<i>João Pedro Stedile</i>	

CONCEITUAÇÕES

CAMPESINATO	23
<i>Francisco de Assis Costa e Horacio Martins de Carvalho</i>	
A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS.....	35
<i>Marta Inez Medeiros Marques</i>	
A UTOPIA CAMPONESA	55
<i>Octavio Ianni</i>	
A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL.....	71
<i>Mário Maestri</i>	

INTERPRETAÇÕES SOBRE O CAMPONÊS E O CAMPESINATO BRASILEIRO

AGRICULTURA CAMPONESA	101
<i>Frei Sérgio Antônio Görgen</i>	
FORMAS DE (RE)PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE	105
<i>Flamarion Dutra Alves, Michele Lindner e Suelen De Leal Rodrigues</i>	
O CAMPONÊS NO OLHAR SOCIOLÓGICO: DE FADADO AO DESAPARECIMENTO À ALTERNATIVA AO CAPITALISMO.....	127
<i>Cleber José Bosetti</i>	

O CAMPESINATO CONTEMPORÂNEO COMO MODO DE PRODUÇÃO E COMO CLASSE SOCIAL.....	153
<i>Horacio Martins de Carvalho</i>	
O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: GÊNESE HISTÓRICA, REPRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA	219
<i>Guilherme Costa Delgado</i>	
DUAS VISÕES DO COMPORTAMENTO CAMPONÊS.....	259
<i>Ricardo Abramovay</i>	
TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	283
<i>Andrey Minin Martin</i>	
QUANDO A AGRICULTURA FAMILIAR É CAMPONESA	309
<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	
A LONGA MARCHA DO CAMPESINATO BRASILEIRO: MOVIMENTOS SOCIAIS, CONFLITOS E REFORMA AGRÁRIA	329
<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	
NOTA BIBLIOGRÁFICA.....	361

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer, de maneira especial, ao companheiro e professor Horacio Martins de Carvalho, que nos ajudou a identificar os textos e as diferentes correntes de interpretação sobre o campesinato brasileiro.

A todos os autores que, generosamente, cederam seus textos para nossa editora publicá-los.

E, também, a todos dirigentes e militantes dos movimentos sociais da Via Campesina Brasil que apresentaram propostas, sugestões e motivaram a organização deste volume da coletânea: *A questão agrária*.

A HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária no geral e no Brasil em particular. Nesta coleção, o enfoque principal está na economia política e na história, utilizadas como instrumento científico de interpretação da questão agrária pelos autores e teses publicados. É uma forma específica de analisar a questão. Se quisermos mais abrangência, poderemos buscar outras áreas do conhecimento, como a análise da evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas, ou do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais. Para todos esses vieses, existe uma ampla literatura de pesquisa e de estudos, realizados e publicados pelos nossos historiadores, cientistas políticos e sociólogos.

A questão agrária I – O debate tradicional – 1500-1960

Primeiro volume da coleção, traz uma coletânea de autores, considerados “clássicos”, que se debruçaram na pesquisa, durante a década de 1960, para entender a questão agrária brasileira no período colonial. Foram estes os primeiros autores que, do ponto

de vista da Economia Política e da história, procuraram interpretar as relações sociais e de produção na agricultura brasileira.

A questão agrária II – O debate na esquerda – 1960-1980

O segundo volume reúne textos que aprofundam ainda mais os estudos, que chegam aos anos 1980 com a publicação do histórico documento *A Igreja e os problemas da terra*, uma análise sociológica da natureza dos problemas agrários. Esta análise representou um elo entre a polêmica criada pelos estudos da década de 1960 até o fim da ditadura nos anos de 1980.

A questão agrária III – Programas de reforma agrária – 1946-2003

O terceiro volume é uma coletânea dos diversos projetos e programas políticos que setores sociais, classes e partidos ofereceram à sociedade brasileira como interpretação e solução do problema agrário. A opção pela publicação desses textos se baseou no fato de representarem vontades coletivas de partidos ou de movimentos sociais, e não simples expressões individuais. Assim, reunimos todas as principais propostas – desde a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Constituição de 1946, até o programa unitário dos movimentos camponeses e entidades de apoio, de 2003.

A questão agrária IV – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964

O quarto volume tem o objetivo de divulgar as experiências de luta e as iniciativas de organização das Ligas Camponesas num período específico da história recente do Brasil, mobilizando, na luta direta, durante dez anos, milhares de camponeses.

A questão agrária V – A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1980

O quinto volume é um profundo estudo realizado por Sonia Regina de Mendonça sobre a natureza das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, em especial a Sociedade Nacional de Agricultura, União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira, bem como seus representantes. A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado brasileiro, particularmente no que se refere à sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

A questão agrária VI – A questão agrária na década de 1990

O sexto volume foi inicialmente publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Porto Alegre, com o título *A questão agrária hoje*. Como havia uma demanda da própria universidade para atender às necessidades do intenso debate que houve naquele período permeado pela redemocratização do país, ele acabou sendo publicado antes dos demais. Foi um esforço para publicar análises e polêmicas de diversos autores, pesquisadores da questão agrária, que surgiram, ou ressurgiram, após a queda da ditadura, sobretudo com a reaparição dos movimentos sociais no campo.

A questão agrária VII – O debate na década de 2000-2010

O sétimo volume resgata o debate ocorrido nestes anos de 2000-2010, marcado pela derrota político-eleitoral do programa democrático-popular que incluía a implementação de uma reforma agrária clássica no país. Com essa derrota, é implantado no Brasil um novo modelo de dominação do capital na agricultura, dentro da lógica do neoliberalismo, conhecido como agronegócio.

A questão agrária VIII – Situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000-2010

O oitavo volume da coleção reúne o debate que ainda está em curso, sobre as mudanças que têm ocorrido na natureza da reforma agrária. Aglutinam-se aqui diversos textos analíticos de pesquisadores e representantes dos movimentos sociais que atuam no campo que procuram refletir sobre as diferentes interpretações que ocorreram na natureza da reforma agrária a partir das mudanças estruturais analisadas no sétimo volume. O debate central gira em torno do argumento da classe dominante de que não há mais necessidade de reforma agrária no Brasil.

A questão agrária IX – Interpretações sobre o camponês e o campesinato

O nono volume da coleção reúne os principais textos das diferentes correntes de interpretação sobre o campesinato brasileiro. A preocupação central aqui é a de disponibilizar, de forma sistematizada, materiais que contribuam para se compreender a natureza desta classe social no Brasil.

Nos últimos anos, tivemos uma proliferação de textos, ensaios e artigos na academia, e de revistas e jornais tratando do tema das classes sociais no meio rural brasileiro. Cada autor procurou dar sua visão com base na sua formação teórica e na corrente sociológica ou doutrinária a que se filia. Assim, o leitor pouco familiarizado com o tema, deve ter sido impactado pela variedade de termos, verbetes e conceitos que pretendem explicar as classes sociais existentes no meio rural brasileiro, gerando certa confusão.

Diante desse contexto é que os movimentos sociais do campo, preocupados em buscar interpretações mais didáticas e realmente

explicativas da realidade, propuseram que reuníssemos os principais textos das diferentes correntes de interpretação sobre o campesinato brasileiro.

Alguns autores e correntes usam terminologias, disseminadas pelo Banco Mundial e outros aparatos ideológicos da classe dominante, para reduzir a análise das classes sociais no campo apenas a estratificações de renda, como: baixa renda, renda média, alta renda etc. Outros, dessas mesmas correntes, usam terminologias mais genéricas como: miseráveis, pobres do campo etc.

Há correntes da sociologia estruturalista que identificam os trabalhadores rurais, produtores independentes, apenas como agricultores familiares. E estendem esse conceito a todos os que desenvolvem as atividades de produção agrícola somente com sua família. Alguns chegam a manipular e considerar classes sociais diferentes, com renda e poder político completamente diverso, e por detrás do conceito de agricultores familiares incluem também médios e grandes proprietários de terra, como se fossem todos “classe média”. Dentro dessas correntes estruturalistas, há outros autores que aplicam apenas os conceitos de pequeno, médio e grande agricultor, aumentando a confusão conceitual, já que o termo agricultor não se refere a uma classe social, mas, sim, à profissão de quem tem o conhecimento de cultivar a terra (agro). Esse tipo de classificação social é totalmente descabido, pois estaria colocando padrão de tamanho para os conhecimentos de uma profissão, o que deveria ser medido pelo grau de domínio dos conhecimentos da arte de cultivar a terra. Portanto, uma família de camponeses que tem amplo conhecimento da atividade agrícola e, por isso, gera bons agricultores, mas possui apenas uma pequena parcela de terra no seu estabelecimento, não pode ser classificada como sendo de pequenos agricultores. Estes, ao contrário, podem ser bons agricultores que vivem como camponeses em pequena parcela de terra.

No mundo sindical, fruto da legislação gerada na década de 1960, colocou-se todas as classes subalternas no campo simplesmente como “trabalhadores rurais”, sem considerar as muitas diferenciações que há entre eles.

Entre as correntes que se filiam à tradição marxista de interpretação da realidade também temos diferenciações significativas. Há autores que procuram interpretar a realidade utilizando as diferenciações das classes sociais que o modo capitalista de produção gera que são fundamentalmente: a burguesia agrária (os proprietários dos meios de produção, da terra ou grandes arrendatários) que produzem contratando assalariados rurais; a pequena burguesia, que se diferencia da grande, pela escala e amplitude do capital que possui, mas ideologicamente se posiciona na mesma esfera da classe dominante; os camponeses (aqueles trabalhadores autônomos que trabalham com sua família) e o proletariado rural, representado pelos assalariados permanentes que trabalham nas fazendas e pelos assalariados temporários, sazonais, sendo que muitos deles se mesclam depois com o campesinato. Más há correntes ditas marxistas que simplificam ainda mais e eliminam a existência de uma classe social do campesinato. Defendem a ideia de que seriam pequeno-burgueses pelo simples fato de os camponeses serem proprietários de terra e de meios de produção, e eventualmente contratarem mão de obra.

Para contribuir com o esclarecimento dessas correntes e para que a militância social tenha um subsídio didático sobre a natureza da classe social do campesinato brasileiro é que organizamos os vários textos, aqui apresentados como livro.

INTRODUÇÃO

JOÃO PEDRO STEDILE

UM CONCEITO DE CAMPESINATO

Do ponto de vista teórico, somamo-nos às correntes que defendem a existência de um campesinato como classe social, no meio rural brasileiro; e nos apropriamos da definição apresentada num clássico da sociologia rural brasileira: *Colonos do vinho*, em que o professor José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS) apresenta uma conceituação do que é o campesinato, na sua lógica e integração ao modo de produção capitalista que existe no Brasil, resumido pelo prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira no livro *Modo de produção capitalista na agricultura*:

Tavares dos Santos é quem, através de seu livro *Colonos do vinho*, apresenta um conjunto articulado dos nove elementos estruturais da produção camponesa:

- a) a *força de trabalho familiar* – é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo;
- b) a *ajuda mútua* entre os camponeses – é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de

trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;

c) a *parceria* – é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim, o camponês, ao contratar um parceiro, divide com ele ‘custos e ganhos’; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos, com a ‘remuneração’ dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas;

d) o *trabalho acessório* – é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa;

e) a *força de trabalho ‘assalariada’* – aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada;

f) a *socialização do camponês* – é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança pequena, o camponês brinca com miniaturas de instrumentos de trabalho; quando criança crescida, já trabalha com esses instrumentos;

g) a *propriedade da terra* – é, na unidade camponesa, *propriedade familiar*, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra) ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra);

h) a *propriedade dos meios de produção* – exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas;

i) a *jornada de trabalho* – é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr do sol são limites naturais da jornada de trabalho).

AS CLASSES SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

Do ponto de vista prático, aplicando esse conceito, podemos dizer que no Brasil, segundo os dados estatísticos do IBGE (censo) e do Incra (cadastro nacional), existem aproximadamente quatro milhões de famílias que vivem do trabalho agrícola, na condição de camponeses. A maioria delas é de proprietários de parcelas de terras de até 50 hectares. E, também, muitas dentre elas – aproximadamente 800 mil famílias – são de camponeses autônomos, os quais, porém, não possuem o título de propriedade, tendo apenas o domínio da terra na forma de posseiros.

O limite de 50 hectares, como uma parcela de terra que ainda seria referência de trabalho familiar camponês, é apenas indicativo. Em cada região do país, evidentemente, isso pode se alterar. Na região Amazônica, onde os camponeses mesclam suas atividades com extrativismo, há os que ocupam áreas superiores, sem perder sua condição de classe. Assim, também, em outras regiões do Sul e Sudeste ou próximo a centros urbanos, há unidades produtivas da agricultura com menos de 50 hectares, cujos proprietários pode-

riam ser classificados como pequeno-burgueses, por sua condição de renda, por contratarem força de trabalho assalariado e por sua ideologia.

Da mesma forma, estamos aqui simplesmente fazendo um enunciado da classe e procurando identificar sua força social; entretanto, muitos autores clássicos fizeram estudos das diferenciações internas que há dentro da classe camponesa, identificando os setores de melhor renda familiar como camponeses remediados e, no oposto, como camponeses pobres que precisam, eles próprios ou parte de sua família, se assalariar em períodos do ano para poder se reproduzir enquanto camponeses.

Há outros 2,4 milhões de famílias de camponeses pobres que não são proprietários de terra, e que vivem na condição de meeiros, arrendatários, agregados, filhos de camponeses casados que moram nas terras da família, e outros que, parte do ano, se obrigam a vender sua força de trabalho como assalariados rurais. Essa base social do campesinato sem terra é a que objetivamente realiza a luta pela reforma agrária.

Partindo dessa mesma conceituação, temos também no Brasil, 4,1 milhões de trabalhadores rurais na condição de assalariados. Nesse caso, as estatísticas não são medidas por família, mas por indivíduo; destes, 1,7 milhão é de assalariados permanentes que, portanto, devem residir nas fazendas, sendo que quase todos têm carteira assinada e os direitos trabalhistas respeitados. Porém, os demais, em sua maioria, são assalariados temporários e, em geral, migrantes ou moradores das periferias de cidades do interior; nessa condição, 60% deles não têm carteira assinada, nem os direitos trabalhistas garantidos.

Acreditamos que há também uma pequena burguesia agrária no Brasil, que, grosso modo, poderia ser representada pelos médios proprietários de terra, entre 50 e mil hectares, os quais, em geral, contratam mão de obra assalariada para as principais

atividades sazonais do plantio e da colheita. Hoje, é representada por aproximadamente 400 mil fazendeiros. E teríamos a burguesia agrária, representada pelos proprietários de fazendas acima de mil hectares, aproximadamente 65 mil fazendeiros em todo país.

Deve-se acrescentar, também, nessa classificação, a existência crescente nos últimos anos, de uma burguesia agrária estrangeira, representada pelo capital internacional das empresas transnacionais que vêm ao Brasil se apropriar de terras, de usinas e mineração. As estatísticas são muito falhas porque não identificam os proprietários por sua condição de nacionalidade e de empresas. Mas estima-se que eles já controlam mais de 30 milhões de hectares em todo país, seja para produção de soja, etanol, milho, eucalipto e pecuária extensiva. Embora a presença maior da burguesia estrangeira na agricultura seja pelo controle que exerce na apropriação de nossa riqueza na venda dos insumos agrícolas (fertilizantes químicos, venenos e máquinas agrícolas), ela também se apresenta numa condição de monopólio na compra do produto agrícola, pois ela controla o mercado mundial.

A ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

O livro está organizado em duas partes complementares. Na primeira, reunimos textos para trazer subsídios mais abrangentes em relação ao conceito de campesinato (mais além do resumo sintético, que adotamos aqui, de José Vicente Tavares dos Santos) que vão desde um debate conceitual, passando pela sua atualidade até a formação histórica do campesinato no Brasil, suas raízes e origens. Com relação a este tema há vasta literatura embora, às vezes, mais regionalizada, sobre como foi se formando o campesinato em determinadas regiões ou Estados do Brasil.

Na segunda parte, reunimos textos, de diferentes autores e correntes, para que o leitor tenha acesso às distintas interpretações

que há no mundo acadêmico sobre classe social e sobre o conceito de campesinato.

Assim, esperamos contribuir com nossos leitores, estudiosos e militantes dos movimentos sociais no campo, para que tenham um subsídio útil em cursos de formação e no debate contemporâneo, ainda não esgotado, sobre esta temática.

CONCEITUAÇÕES

CAMPESINATO

FRANCISCO DE ASSIS COSTA
HORACIO MARTINS DE CARVALHO

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (Costa, 2000, p. 116-130).

Unidades camponesas produzem orientadas pela finalidade comum da reprodução dos respectivos grupos familiares, em perspectiva que incorpora consistência entre gerações – a geração

operante se vê parte constitutiva das realizações de seus ascendentes e descendentes. Validam essa *natureza* essencial, entretanto, em combinações individualizadas de capacidades privadas, condicionadas por possibilidades e restrições das realidades locais, regionais e nacionais, que findam por definir a sua *forma* de existência. Nessa condição concreta, constituem um *campesinato*.

Dada a historicidade dos territórios, – os países mudam seus modos de produção, e nesses distintos regimes e padrões de regulação alteram regras fundamentais das relações entre os homens, entre eles e o Estado, entre eles e as capacidades ancestrais acumuladas, entre eles e os elementos da natureza –, mudam também as *formas* de existência dos camponeses que neles habitam – seus *campesinatos*.

Dada a territorialidade da história – a cada momento há distintas formações sociais, países com diferentes modos de produção e diferentes regimes de acumulação, países com um mesmo regime em graus distintos de desenvolvimento, com diversidades ampliadas pelas distinções internas, de natureza e de cultura –, períodos historicamente relevantes são marcados, também, por terem como contemporâneas *formas* muito distintas de *campesinatos*.

Tal multiplicidade de formas de existência de camponeses e as particularidades que apresentam nas interações com o desenvolvimento das sociedades de que fazem parte têm suscitado debates. Particularmente, o papel dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo tem sido razão para continuadas e controversas reflexões, cujas repercussões práticas têm afetado a história moderna dos camponeses e a saga das suas relações com as sociedades hodiernas, por rotas de conformação e ajustamento, em alguns casos, ou de tensão e conflito, em outros.

Em essência, a questão a responder seria se essas distintas formas expressam a fortaleza ou a debilidade histórica dos camponeses, isto é, se indicam restar-lhes uma condição de classe transitória, historicamente efêmera, ou se lhes são próprias as capacidades para

se estabelecerem na condição de classe no capitalismo (Bottomore, 1988).

A resposta marxista clássica enunciava que a concorrência com a grande agricultura destruiria inexoravelmente a produção camponesa, em parte porque se tinham como certos ganhos de escala na assimilação de insumos industriais, em parte porque se entendia que o que havia de específico na racionalidade camponesa bloquearia a sua capacidade de se modernizar para o pesado embate com a concorrência. A transitoriedade do *campesinato* se daria, isso posto, por dois caminhos. Pela “via prussiana”: ali onde as condições institucionais fossem marcadas por um domínio latifundiário, o acesso à terra se manteria sob o controle de uma aristocracia ou de uma oligarquia. Nesse caso, as grandes propriedades se modernizariam em empresas capitalistas. Em contraste com esse caminho, próprio de um “capitalismo autoritário”, a “via democrática” se desenvolveria ali onde as instituições se conformassem por meio da quebra do domínio latifundiário, com a formação correlata de um *campesinato* de grandes dimensões. Nessas situações, a transição para o capitalismo seria feita por diferenciação interna das próprias unidades camponesas: uma cumulação de vantagens econômicas que faria os camponeses mais ricos tornarem-se cada vez mais ricos, até o ponto de mudarem sua natureza sociológica, vindo a se tornar empresários capitalistas que absorveriam tanto as terras quanto a capacidade de trabalho das famílias camponesas pobres, que perderiam sua autonomia produtiva. Ao final, seja seguindo um trajeto ou o outro, à concentração da propriedade da terra se seguiria a concentração da produção, com a resultante de uma agricultura convertida em nada mais que um ramo da indústria. Nessa ótica, as diferenças entre os diversos campesinatos seriam expressões de estágios, ou combinações, desses diferentes modelos.

Outra perspectiva observa as diferentes formas de existência camponesa como manifestações da capacidade de os camponeses

se constituírem em, ou se afirmarem como, classe no capitalismo – como, de resto, em outros modos de produção, pré e pós-capitalistas. Esse ponto de vista herda dos populistas russos a noção de que a condição dual de unidades de consumo e de produção (Chayanov, 1923) torna as famílias-empresas camponesas sensíveis ao inexorável crescimento das necessidades ao longo do desenvolvimento natural da família e ao risco de não poderem satisfazer tais exigências. Em relação a isso, as empresas camponesas mostraram capacidade adaptativa, a par da disposição de investir, constituindo, a partir disso, um modo de produção estável, porque capaz de evoluir. Os diferentes *campesinatos* se explicariam, agora, pelos diferentes trajetos evolutivos resultantes, por um lado, das estratégias adaptativas das unidades camponesas ao ambiente institucional e natural de cada país e, no interior deles, de cada região que lhes sirva de habitat – os territórios, de que são partes constitutivas – e, por outro lado, da configuração do ambiente institucional de uma perspectiva política, derivada das relações estratégicas, mediadas pelo Estado, entre as demais classes e os camponeses.

Assim, nos países industriais ricos, e particularmente nos Estados Unidos, dominam a cena agrícola formas camponesas apoiadas em movimentos cooperativos e na introdução de inovações tecnológicas garantidas por sistemas de crédito e de produção de tecnologia fluentes – nem sempre adequadas a um convívio harmonioso social e com a natureza –, além de mecanismos de controle do risco. Em troca, vêm garantindo produtos baratos aos setores urbanos. Esses camponeses lutam com êxito por um posto na sociedade de mercado (Shanin, 1983).

Os países em situação econômica pobre, por seu turno, são marcados pela existência de um grande número de camponeses economicamente pobres, por vezes com dificuldades de suprir a si próprios, dado o tipo de tecnologia pouco apropriada ao contexto em que se situam ou à precariedade relativa de meios fundamentais, como a terra.

Essas realidades se caracterizam pela relevância do papel dos comerciantes e proprietários de terras, por vezes fundidos em um só agente, na mediação entre o *campesinato* e a sociedade envolvente, seja nas relações econômicas, seja nas relações políticas (Bernstein, 1982; Badoury, 1983; Díaz-Polanco, 1977). Essas redes sociais assumem geralmente o caráter de *economia moral*, que combina instituições comunitárias, que provêm segurança às famílias com relações cliente-patrão, que mantêm os camponeses em graus elevados de subordinação.

No entanto, ainda que de forma presente, as instituições comunitárias vão muito além do caráter de uma economia moral que provê segurança às famílias, com relações cliente-patrão. Isso porque a comunidade rural camponesa, sendo um elemento central no modo de vida camponês, lhes dá suporte econômico, político e ideológico para as resistências sociais que permeiam os seus cotidianos, numa afirmação conflituosa de suas especificidades:

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão (Görge, 2009, p. 5).

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas, ainda que inseridos na economia capitalista (Carvalho, 2005, p. 171).

Nessa diversidade camponesa, insere-se uma multiplicidade de famílias que não se autodenominam necessariamente de camponesas. Uma ampla variedade de autonomeações pode ser identificada no Brasil, resultante de suas histórias de vida e de seus contextos,

(...) desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais públicos como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem*,¹ os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pastos, até os arrendatários não capitalistas, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no Sul do país. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária (Carvalho, 2005, p. 171).

O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista: o camponês, para a afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato, para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa.

No entanto, se é da maior relevância, do ponto de vista da historicidade dos territórios, a compreensão das distintas formas de campe-

¹ Recursagem é um potencial da natureza recursado pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família, que está embasado numa classificação e discriminação do meio, passada de geração a geração. Ver Mazzetto, 1999.

sinatos neles existentes, é indispensável, por outra parte, ressaltar que, para a compreensão da especificidade camponesa, conforme Shanin, “o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (2005, p. 5).

Assumindo as consequências lógicas e teóricas da centralidade da razão reprodutiva que afirma a especificidade da racionalidade camponesa, a autonomia relativa do camponês perante as diversas frações do capital com as quais se relaciona, direta ou indiretamente, na dinâmica da sua reprodução social pode ser compreendida num modelo baseado em três premissas (Costa, 2000, cap. 4) sobre as unidades de produção e de vida camponesas. Deveras, a construção da autonomia relativa camponesa é um processo político e economicamente necessário para que o campesinato se afirme como classe social, como sujeito da realização dos seus interesses de classe social que são distintos daqueles que motivam as ações de classe seja da burguesia, seja do proletariado.

A primeira premissa é a de que a *unidade produtiva* camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que ela possui enquanto *família*. A capacidade de trabalho total de uma família camponesa tenderá a apresentar um limite, tanto para garantir a reprodução social da família quanto para empreender inovações nos processos de trabalho que desejem concretizar.

Essa premissa permite que se estabeleçam desdobramentos sobre a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho própria à família tanto nas suas alocações diretas nas atividades a campo quanto na gestão do processo produtivo. Os resultados desejados da unidade produtiva são limitados por essa capacidade interna de trabalho familiar.

A segunda premissa afirma que, na dinâmica da reprodução social da família, emergem forças que promovem tensões contrárias:

umas originadas das necessidades reprodutivas da família, que impulsionam ao trabalho, e outras que apelam ao lazer.² Estabelece-se, assim, pela experiência pessoal dos componentes da família e sua vivência cultural, *um padrão reprodutivo*.

O que aqui se denomina de padrão reprodutivo é a resultante conjuntural, num dado momento da vida da família camponesa, que envolve certa maneira na distribuição do trabalho para dar conta de um conjunto de atividades cujos resultados entram direta ou indiretamente no processo produtivo, na forma de meios de produção, ou no processo reprodutivo da família, na forma de meios de consumo.

Um padrão reprodutivo é, portanto, constituído de um *hábito de consumo familiar* ajustado a uma *rotina de trabalho*, um e outro entendidos – isto é, *subjetivamente avaliados* – como adequados. Devido a distintas variáveis que afetam a alocação da força de trabalho, um padrão reprodutivo alcança um ponto de acomodação num determinado nível de aplicação de trabalho, nível esse que é necessariamente menor ou igual à capacidade de trabalho potencial total (primeira premissa) que a família possui. Esse ponto de acomodação na alocação da força de trabalho familiar num determinado momento da unidade de produção camponesa é denominado *orçamento de reprodução*.

O *orçamento de reprodução* é, portanto, constituído de dois componentes: um equivale aos bens diretamente consumidos pela família, componente que é resultante do *hábito de consumo familiar*; e outro equivale ao que Tepicht (1973) chamou de *consumo produtivo da família*, quer dizer, a necessidade de manutenção dos meios de produção utilizados, que são decorrentes da rotina de trabalho estabelecida.

² Ou substanciam uma aversão à penosidade do trabalho. Alguns autores acham que essa é a característica mais marcante da racionalidade camponesa. Ellis (1988, p. 102-119) entende, até, que a teorização de Chayanov dá conta apenas de um “*drudgery-averse peasant*” (aversão camponesa ao trabalho penoso).

Por fim, de acordo com a terceira premissa, as relações entre a família camponesa (na dinâmica da unidade de produção/consumo) e os demais setores da sociedade (local, regional ou nacional) são realizadas por múltiplas mediações, algumas imediatas outras mediatas, relações essas que estabelecem as condições de realização do *orçamento de reprodução* (segunda premissa). Assim, em decorrência dessas relações com outros setores, ou do envolvimento da família camponesa com a sociedade envolvente, é que se estabelecerá o *dispêndio efetivo de trabalho* dos membros da família para que se realize o *orçamento de reprodução*.

O que estabelece a diferença entre o *dispêndio efetivo de trabalho* e o trabalho efetivamente demandado por determinado *orçamento reprodutivo* são as condições de permuta entre o trabalho despendido pelos membros da família, mediado pelas condições próprias da unidade produtiva, e o trabalho desenvolvido em outros ramos e setores produtivos, bem como em outras esferas do sistema econômico – entre as quais se destaca a esfera da circulação de mercadorias como a mais evidente.

A unidade de produção familiar seria, portanto, um sistema inserido nos mercados, relacionado com diversas instituições públicas e cujas necessidades reprodutivas organizam-se atendendo a dois conjuntos de forças e a uma restrição fundamental. Atende às forças que estabelecem o *orçamento reprodutivo* (hábito de consumo familiar e consumo produtivo da família) e às que estabelecem *dispêndio efetivo de trabalho* dos membros da família (tendências e instabilidade do sistema envolvente).

As forças que tensionam para um determinado *dispêndio efetivo de trabalho* no sentido de alcançar um desejado *orçamento reprodutivo*, levando as famílias camponesas a buscarem maior equilíbrio entre o trabalho despendido e a qualidade da vida e do trabalho, materializam-se em esforços de investimento, isto é, na aplicação de trabalho extraordinário para a mudança e os ajustes na base e no processo produtivo.

Quando o dispêndio efetivo de trabalho se distancia *do orçamento reprodutivo*, a disposição à mudança cresce e, com ela, a disposição ao investimento. Essa disposição se transforma em investimentos reais, tangíveis e intangíveis, a depender do ambiente institucional que faz a mediação entre os camponeses e a sociedade envolvente. Se o ambiente institucional é adequado à economia camponesa – ou seja, se há recursos tecnológicos e formas de acesso a eles compatíveis com as formas de existência dos camponeses –, a disposição ao investimento e à mudança é canalizada em meios de efficientização da reprodução (consumo e trabalho) das famílias camponeses; se o ambiente institucional é hostil, a disposição à mudança e ao investimento é inibida, tolhida ou mesmo bloqueada.

O Estado tem desempenhado papel decisivo na conformação do ambiente institucional que envolve os camponeses, em geral orientado por estratégias que tornam os camponeses eficientes na perspectiva da indústria e das necessidades gerais dos setores urbanos. Não menos decisivo, também, tem sido o desempenho político dos próprios camponeses na conformação desses ambientes. Todavia, a ausência de concepções e propostas de afirmação da autonomia relativa camponesa pode comprometer o papel do Estado cujas estratégias de efficientização dos camponeses tenderiam a conduzi-los a uma maior dependência perante as diversas frações do capital.

De um modo ou de outro, a persistência da presença camponesa na história e os graus de autonomia relativa que podem vir a desfrutar dependem das trajetórias tecnológicas que possam seguir em uma estratégia continuada de mudanças que, ao mesmo tempo, possam responder às tensões para o crescimento da produtividade do trabalho – uma exigência da convivência com as leis de reprodução do próprio sistema capitalista – e para garantir a lógica reprodutiva baseada na família que é própria da racionalidade camponesa.

O esforço das famílias camponesas para encontrarem um padrão reprodutivo que lhes permita a reprodução social da família sem tenderem para uma diferenciação social – quer pela hipótese da proletarização, quer por sua transformação em pequenos burgueses agrários, com a introdução de relações sociais de produção de assalariamento –, pressupõe que, mesmo em distintos contextos sociais, afirmem a sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital com as quais se relacionam nos diversos mercados onde se inserem.

Essa afirmação da autonomia relativa camponesa está diretamente relacionada com a construção de uma identidade que supere a *identidade de resistência* para alcançar, conforme Castells (1999, p. 22 e seg.), uma *identidade de projeto*. Essa última se constitui quando atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, transformam toda a estrutura social.

Ainda que a resistência social camponesa às tentativas, na maior parte das vezes exitosas, da expansão da racionalidade capitalista, seja pela indução a uma diferenciação social em curso, seja pelo estabelecimento de relações sociais de dominação que lhes subalternizam, venha ocorrendo em uma multiplicidade de formas e de contextos sociais, a possibilidade de uma autonomia relativa da unidade de produção camponesa pressuporá que tais famílias já estejam em fase de redefinição de sua identidade, de uma identidade de resistência para outra identidade social, que se supõe de projeto.

A redefinição de ou a passagem para essas identidades se manifesta mais além do nível do indivíduo. Elas revelam a afirmação do campesinato como sujeito social, como ator social coletivo cuja direção principal das ações está orientada para a superação das relações de dominação e de subalternidade a que ele se encontre submetido. A mediação dos movimentos e organizações sociais camponesas está presente nesse processo.

Na formação social brasileira, a construção de uma identidade social de projeto do campesinato deverá pressupor não apenas a afirmação da autonomia relativa dos camponeses perante os capitais – portanto, de uma concepção de campesinato portadora da lógica que assevera a especificidade camponesa –, como a presença, em maior ou menor grau de explicitação, de uma maneira de se fazer agricultura diferente daquela presente no paradigma capitalista.

PARA SABER MAIS

- BADOURY, A. *La estructura económica de la agricultura atrasada*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- BERNSTEIN, H. Notes on Capital and Peasantry. In: HARRIS, J. (org.). *Rural Development: Theories of Peasant Economy and Agrarian Change*. Londres: Hutchinson University Press, 1982. p. 160-177.
- BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CARVALHO, H. M. (org.). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura.
- CHAYANOV, A. *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft: Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau*. Berlim: Verlag Paul Parey, 1923.
- COSTA, F. A. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.
- DÍAZ-POLANCO, H. *Teoría marxista de la economía campesina*. México, D.F.: Juan Pablos, 1977.
- ELLIS, F. *Peasant Economics: Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1988.
- GÖRGEN, [Frei] S. Agricultura camponesa. *Cadernos de Estudos Cooperfumos*, Santa Cruz do Sul, ago. 2009.
- MAZZETTO, C. E. S. *Cerrados e camponeses no norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- SHANIN, T. *La clase incómoda*. Madri: Alianza, 1983.
- _____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Nera*, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, jul.-dez. 2005.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES

INTRODUÇÃO

Muito já foi dito sobre o conceito de camponês e o porquê de sua adequação ou não para o estudo da realidade brasileira, porém o debate continua aceso, o que tem sido motivado por vários acontecimentos, sobretudo algumas mudanças recentes observadas no campo como o franco avanço do agronegócio em certas regiões e o conseqüente agravamento da questão agrária e incremento da luta pela terra no Brasil. O presente artigo defende a atualidade e a pertinência da utilização do conceito de camponês para a compreensão de nossa realidade agrária baseado na análise de sua história e de seu conteúdo sociopolítico e cultural.

Conforme se pretende demonstrar a seguir, o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas

travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

O artigo se encontra dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta o que se entende por camponês, tendo como referência as contribuições de T. Shanin (1979 e 1983) e K. Woortmann (1990). Em seguida, são feitas algumas considerações sobre como este conceito tem sido utilizado ao longo do tempo pelas ciências sociais no Brasil. Na terceira parte, são analisados criticamente os trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1998), referências fundamentais para aqueles que defendem o uso do conceito de agricultura familiar em detrimento do de camponês. Finalmente, para exemplificar a atualidade do uso do conceito, são apresentadas evidências encontradas na luta pela terra e pela reforma agrária da predominância de referências camponesas entre os valores que orientam essa luta e a forma de organização social e territorial estabelecida nos assentamentos rurais. Tais evidências se relacionam com um processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, o que é reconhecido por alguns segmentos do movimento social que passam a adotar a identidade camponesa.

Este trabalho corresponde a uma versão ligeiramente modificada do *paper* apresentado na Comunicação Coordenada realizada no XIII Encontro Nacional de Geógrafos em João Pessoa, julho de 2002, intitulada “O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato”, que também contou com a participação de Bernardo M. Fernandes e Larissa M. Bombardi. A estrutura geral do texto foi mantida, tendo sido feitas apenas algumas alterações e pequenas inserções com o objetivo de torná-lo mais claro.

O CAMPESINATO, UMA “ESTRANHA” CLASSE

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da

produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Segundo Shanin (1979, p. 228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos – ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Neste sentido, vale lembrar os ensinamentos de Thompson (1987) a respeito do fazer-se classe:

(...) a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (Thompson, 1987, p. 10).

Thompson considera a situação de classe ou condições materiais e a vivência e percepção desta situação como elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos, e a formação dos sujeitos políticos. Assim, a classe não pode ser compreendida como uma categoria analítica que se aplica aos grupos sociais como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção. Tal procedimento teórico se mostra particularmente

problemático quando aplicado à análise do campesinato, que pode se apresentar ligado à terra, seu principal meio de produção, por meio de diferentes formas de relação e cuja especificidade dos valores e visão de mundo, frequentemente conflitantes com a ideologia dominante na sociedade moderna capitalista, não pode ser ignorada.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (Taussig, 1980, p. 10).

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. Ainda conforme Woortmann (1990), ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si, e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. No Brasil, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa.

A ordem social moderna é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. Coerente com o reconhecimento da consciência e do consentimento como atributos do indivíduo, a ideologia moderna tem na noção de poder o equivalente funcional da ideia tradicional de ordem e hierarquia. Nela, as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente umas das outras, como coisas explicáveis em si mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade.

A relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino predeterminado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

O CONCEITO DE CAMPONÊS NO BRASIL: ORIGEM E TRAJETÓRIA

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da Idade Média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Assim, conforme lembra

Wanderley (1996), é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 1950 ao mesmo tempo que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das Ligas Camponesas, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (Martins, 1981).

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O domínio

de tal perspectiva contribui para o arrefecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária (Porto e Siqueira, 1994). Mas o conceito de pequeno produtor não permite a explicitação das especificidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada.

Discutia-se sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo com a industrialização e a modernização da agricultura e sobre o papel da pequena produção/campesinato neste novo contexto a partir de diferentes perspectivas. No interior da tradição marxista havia aqueles como Silva (1982) que, apoiando-se em Lenin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes. Outros, como Martins (1981), que, inspirando-se na ideia de acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, afirmavam a permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista. Desde então, estas duas concepções teóricas têm influenciado o debate sobre a questão agrária brasileira.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem-terra etc.

Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos (Porto e Siqueira, 1994).

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese, e é aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, seja na burocracia do Estado, seja entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Contudo, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se autodefinir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Dada a ampla difusão alcançada pelo conceito de agricultura familiar, serão analisados criticamente a seguir dois trabalhos que constituem referências teóricas fundamentais para aqueles que o adotam: o livro de Abramovay publicado em 1992, intitulado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*; e o trabalho coor-

denado por Lamarche e publicado em dois volumes denominados *A agricultura familiar: uma realidade multiforme* e *A agricultura familiar: do mito à realidade* em 1993 e 1998, respectivamente. Os dois volumes apresentam os resultados de um estudo comparativo realizado no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia sobre a realidade da produção familiar.¹

Em seu livro, Abramovay propõe, como sugere o título, um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos. Para ele (1992, p. 127), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar.

Assim, na agricultura capitalista contemporânea, predominaria a agricultura familiar e a patronal. Abramovay distingue agricultura familiar e patronal com base na classificação de Niko-litch que define a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família e a segunda, àquelas em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao

¹ Estudo realizado por uma equipe internacional de pesquisadores coordenada por Hugues Lamarche e constituída por representantes de cada país pesquisado. A socióloga Maria de Nazareth B. Wanderley, orientadora de Ricardo Abramovay na tese de doutorado que deu origem ao livro acima referido, fez parte da equipe de pesquisadores brasileiros que participou do estudo.

processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão de obra contratada (Abramovay, 1992, p. 142-143).²

Segundo Abramovay, a existência da agricultura familiar no capitalismo, paradoxo básico da questão agrária, é explicada sobretudo pelas particularidades naturais da agricultura. Esta, ao operar com base em elementos vivos, encontra “obstáculos *intransponíveis* ao avanço da divisão do trabalho” o que a impede de se tornar uma indústria (1992, p. 246).

No entanto, o autor lembra que, nos países capitalistas centrais, a agricultura familiar é também uma criação do Estado. Nestes países, o Estado passa a adotar um conjunto de políticas para regular o nível de oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor a partir do período fordista.³ Tais medidas se deveriam ao fato de que aí a agricultura se caracterizaria pela dispersão na oferta e não constituiria um setor de alta lucratividade.

Neste contexto, o agricultor familiar não se limita à função de fornecedor de excedentes para grupos econômicos vinculados à produção, comercialização e/ou processamento de produtos agrícolas, mas, muito mais do que isto, sua função passa a ser a de garantir o “abastecimento alimentar abundante, a preços estáveis, contribuindo assim para o processo de formação dos novos padrões de consumo característicos da expansão capitalista posterior à Segunda Guerra Mundial” (Abramovay, 1992, p. 257).

² O texto do Convênio FAO/Inca intitulado “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar” (1994) caracteriza as duas principais formas de produção agropecuária no Brasil com base nas categorias familiar e patronal. Para uma crítica deste trabalho, ver Silva (1999, p. 217-221).

³ Período em que, segundo a “escola regulacionista”, o regime de acumulação capitalista nos países centrais se baseou numa produção voltada para o consumo em massa. Ele se estende do fim da Segunda Grande Guerra ao início dos anos 1970.

O autor justifica o seu esforço de busca de novos paradigmas dada a sua insatisfação com o paradigma leninista-kautskyano⁴ que, para ele, se aplica apenas a uma realidade histórica em que a agricultura não tenha alcançado um estágio superior de desenvolvimento como o observado nos países capitalistas centrais. O que constitui um argumento de marcado caráter evolucionista.

Por outro lado, o que nos parece ainda mais equivocados, Abramovay entende todos os esforços no sentido de apreender no campo o movimento do capital em sua contradição como resultantes de uma influência althusseriana. Referindo-se às teorias que afirmam a produção de relações não capitalistas pelo capital, o autor faz a seguinte afirmação: “uma espécie de noite caiu sobre o conhecimento teórico e o modo de produção capitalista passou a funcionar como elemento explicativo do atraso, do progresso, da miséria, da opulência, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento” (Abramovay, 1992, p. 250). Abramovay evita discutir o caráter excludente do modelo de agricultura capitalista que defende, do qual muitos agricultores são eliminados por não conseguirem acompanhar as exigências de uma busca incessante de modernização, bem como não discute a ameaça constante de crise de superprodução que caracteriza este modelo e evidencia os seus limites. Seria o agricultor familiar moderno de que fala Abramovay um personagem que veio para ficar? Não é o que parece sugerir a situação atual da agricultura nos países capitalistas centrais.

No estudo organizado por Lamarche, da mesma forma que em Abramovay, parte-se do entendimento de que as mudanças verificadas na agricultura exigem um estudo cuidadoso para decifrar a realidade da produção familiar que não mais se restringe à produção camponesa. Mas, para Lamarche (1993 p. 10), a relevância deste

⁴ Paradigma que prevê o fim do campesinato e a sua transformação em proletário ou pequeno capitalista como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e do processo de diferenciação social que este gera.

tipo de estudo também se deve ao fato de o modelo produtivista de agricultura estar em crise, causando sérios problemas de desenvolvimento em praticamente todos os países do mundo, como, por exemplo, em países de passado socialista em transição para a economia capitalista ou em países onde a agricultura se organiza numa base produtivista.

Apesar de ambos os estudos conceberem a agricultura familiar como uma forma de produção baseada no trabalho familiar, a análise de Abramovay privilegia a dimensão econômica, enquanto o estudo coordenado por Lamarche aborda a produção familiar como um objeto sociológico. A comparação entre países realizada por este último estudo permite a identificação de diferentes formas de funcionamento da produção familiar, evidenciando a complexidade que permeia esta realidade e o peso do contexto histórico, político e cultural na conformação da existência da produção familiar. Tais características afastam este trabalho da perspectiva reducionista que prevalece na referida obra de Abramovay.

Lamarche (1998, p. 67-68) identifica quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção a partir de uma interação entre laços familiares e grau de dependência em relação ao exterior, assim definidos: empresa; empresa familiar; agricultura familiar moderna e agricultura camponesa ou de subsistência. E, para melhor especificar as particularidades de cada modelo, os dois critérios acima referidos foram desdobrados em oito, a saber: forma de relação com a terra; importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; relação com a representação familiar do estabelecimento; grau de intensificação do sistema de produção; aspectos financeiros; grau de integração ao mercado; grau de dependência alimentar (Lamarche, 1998, p. 306).

Curiosamente, o que Abramovay (1992) denomina de *agricultura familiar moderna* está mais próximo do que é definido por

Lamarche (1998) como *empresa familiar*. O desencontro entre autores e classificações parece decorrer, neste caso, da ênfase dada por Abramovay à face empreendedora do “novo tipo” de produtor familiar que estaria se formando no campo em desacordo com uma existência mais restrita atribuída a essa mesma categoria pelo estudo de Lamarche, que busca realçar as gradações existentes entre tipos de produção familiar mais ou menos dependentes do mercado.

Por outro lado, em Lamarche (1998), Halamska denomina camponês modernizado uma categoria de produtor encontrada na Polônia que em muito se assemelha ao que Lamarche define como modelo de agricultura familiar moderna. Aqui, o desencontro parece resultar do que os antropólogos chamam de “ação do trabalho de campo sobre a teoria”, ou seja, o estudo de Halamska, ao tomar como referência o campo polonês, estaria mais propenso a identificar qualidades camponesas entre aqueles produtores que se modernizam do que se poderia esperar com base na metodologia classificatória adotada por Lamarche.

Na classificação elaborada por este autor, a categoria agricultura familiar moderna se diferencia da agricultura camponesa pela diminuição do papel da família na produção. A agricultura camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda revelaria as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência (Lamarche, 1998, p. 70).

Para Halamska, o campesinato modernizado:

Trata-se, portanto, de um grupo cujo funcionamento é regulado por duas racionalidades. Esse grupo é materialmente ancorado no mundo camponês, mas começa, porém, a sair dele do ponto de vista ideológico. (...) os modelos de modernização do campesinato foram elaborados a partir das observações provenientes da área civilizadora europeia. O grupo dos ‘camponeses modernizados’ compõe-se, entretanto, de representantes de sociedades armadas de uma outra lógica de desenvolvimento: da sociedade coletivista, da sociedade do capita-

lismo dependente, da sociedade do subdesenvolvimento econômico (Lamarche, 1998, p. 252-253).

Enquanto que para Lamarche e em conformidade com o procedimento metodológico adotado pela pesquisa:

(...) esse modelo [agricultura familiar moderna] estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas (Lamarche, 1998, p. 71).

Contudo, quando apresenta suas considerações finais com base nos resultados do estudo comparativo, para nossa surpresa, Lamarche afirma o seguinte:

O estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. (...) Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o *estabelecimento familiar moderno* funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo *camponês*, com mais técnica e mais necessidades (Lamarche, 1998, p. 314, grifos do autor).

E ainda, afirma que:

Os modelos do tipo empresa são cada vez mais contestados pelos atores envolvidos no desenvolvimento agrícola; são contestados porque produzem excessos, porque são totalmente dependentes de tecnologias poluidoras, porque provocam uma fragilização econômica e financeira extrema das unidades de produção etc. De tal forma que esses modelos não parecem mais, hoje, tão solidamente implantados nessas sociedades. (...) Nesse novo contexto, o modelo *agricultura familiar moderna*, em função de suas características específicas já evidenciadas, pode corresponder melhor e adaptar-se às novas exigências de produção e ocupar, então, um lugar não desprezível nesse tipo de sociedade (p. 329).

As ditas “características específicas já evidenciadas” podem ser muito bem definidas como camponesas com base na literatura clássica sobre o tema, como o próprio autor o faz no parágrafo que antecede este último. Tais conclusões parecem sugerir que o grande esforço teórico empreendido pelo grupo de pesquisadores coordenados por Lamarche (1993, p. 9-13) no sentido de superar as possíveis limitações do conceito de camponês para abarcar a crescente complexidade de um campo cada vez mais modernizado resultou relativo fracasso. Pois, ele propõe uma classificação baseada em modelos abstratos e de aplicação mais restrita do que o conceito que visava superar. E, finalmente, recorre a este mesmo conceito como fundamento para explicar grande parte da realidade que define como produção familiar.

O processo histórico não é linear e para apreendê-lo em sua complexidade não podemos deixar de lado as suas contradições, nem as suas formas particulares de desdobramento nos diferentes contextos socioespaciais. Para isso, é preciso que a reflexão teórica e a construção de categorias analíticas se deem com base numa abordagem dialética.

À GUIA DE CONCLUSÃO: ASSENTAMENTOS RURAIS E A ATUALIDADE DO CONCEITO DE CAMPONÊS

Inúmeros estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento como geografia, antropologia, sociologia etc. têm revelado uma diversidade de formas em que se verificam a reprodução e a recriação de grupos camponeses na atualidade.⁵

⁵ Para ter uma visão geral do camponês no Brasil e no mundo na atualidade, ver capítulo de minha autoria intitulado “Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica”, que compõe a coletânea “Campesinato e territórios em disputa” organizada por Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini, Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

A seguir, apresentaremos algumas reflexões e ensinamentos extraídos da análise da problemática da organização social e da espacialização dos sem-terra que realizamos em nossa pesquisa de doutorado sobre os Assentamentos Retiro e Retiro Velho situados nos municípios de Itapirapuã e Goiás Velho/GO (Marques, 2000) e das evidências apresentadas pelos estudos de Simonetti (1999) sobre o Assentamento Reunidas em Promissão/SP, e de Pereira (2000) sobre os Assentamentos Retiro Velho/GO e Paranacity/PR.

A *luta pela terra* hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a *territorialidade capitalista*⁶ e a *territorialidade camponesa*⁷ inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de *recriação camponesa* não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade.

As modificações nas relações de produção que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. Muitos se transformaram em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo quer por meio do trabalho volante ou boia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando

⁶ Concebe a terra como mercadoria.

⁷ Concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade (Simonetti, 1999, p. 115-116).

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra possibilitado por sua luta como sem-terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para as práticas.

As dificuldades encontradas por movimentos sociais como o MST para a realização de experiências coletivistas fundamentadas em ideologias radicais se devem, entre outros fatores, à resistência apresentada pelos assentados em relação à sua submissão ao sistema de divisão do trabalho e às normas de comportamento da cooperativa. Isto porque a organização da cooperativa não se pauta por valores comunitários como imaginam inicialmente a maioria dos assentados atraídos por esta proposta, mas, sim, por um modelo coletivo de organização centrado na figura do indivíduo, que se opõe à ideia de família como valor nucleante no qual se sustenta a autonomia e a autoridade do pai camponês (Pereira, 2000).

Por outro lado, a existência do camponês assentado não nega de todo a lógica do capital, que, em sua reprodução ampliada, continua subordinando o campesinato, mas: “ao mesmo tempo que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também

descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores” (Simonetti, 1999, p. 56).

A contínua reafirmação de um conjunto de valores específicos demonstra a importância fundamental da consideração da dimensão cultural para compreendermos o significado do movimento de luta pela terra existente hoje no Brasil e a forma como os assentados organizam a vida e o espaço nos assentamentos. Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*.

(...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (Simonetti, 1999, p. 70-71).

No entanto, a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não governamentais etc.

A afirmação da pertinência do uso do conceito de camponês para compreender realidades como essa se apoia numa abordagem dialética, que entende que os conceitos se referem a estados de estruturação ou estabilidades relativas, constantemente tensionados pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem no processo de devir da realidade social (Lefebvre, 2002, p. 244-263).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. da Unicamp, 1992.
- FAO/INCRA. *Dirtrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar*. Brasília: Incra, 1994.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. *A agricultura familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life II: foundations for a sociology of the everyday*. New York: Verso, 2002.
- MARQUES, Marta Inez M. *De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO*. Tese de doutorado. São Paulo: Depto. de Geografia da USP, 2000.
- MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- PEREIRA, José R. *De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social*. Tese de doutorado. Brasília: Depto. de Sociologia da UNB, 2000.
- PORTO, Maria S. G. e SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, p. 76-88, 1994.
- SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. *La clase incómoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). *A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão*. Tese de doutorado. São Paulo: Depto. de Geografia da USP.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- TAUSSIG, Michael T. *The Devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.
- THOMPSON, Eric P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, GT 17- Processos Sociais Agrários)
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se *neguceia*: o campesinato como ordem moral, in: *Anuário Antropológico/87*, p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

A UTOPIA CAMPONESA (2003)¹

OCTAVIO IANNI

Intitulei a minha comunicação de “A Utopia Camponesa”. A minha ideia, neste trabalho, é fazer uma reflexão sobre a questão camponesa, tendo em conta compreender por que o campesinato, que poucas vezes chega ao poder, ou mais frequentemente aparece como um elemento na composição do poder quando tem algum sucesso, mas mais frequentemente o campesinato que está presente nas lutas sociais, é deslocado dos sistemas de poder. Isto é, é um paradoxo, parece, pelo fato de que o campesinato está presente na história nos países europeus, nos países latino-americanos – para mencionar casos que talvez eu conheça um pouco melhor – e, no entanto, ele não chega a influenciar o poder substantivamente. Ao contrário, ele sempre é deslocado, subordinado ou, simplesmente, fica fora do poder. Isso acontece, por exemplo, na Itália com a unificação italiana; isso acontece na Alemanha com a unificação

¹ O texto não foi revisado pelo autor. (N.E.). Reprodução autorizada pelo autor para as bases do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) a partir de consulta pessoal de Horacio Martins de Carvalho, em 22/3/2004. Octavio Ianni faleceu em 4 de abril de 2004. (N.E.)

alemã e acontece em vários momentos, em vários países. É claro que, na França, o campesinato que vinha fazendo lutas notáveis nos séculos XVII e XVIII e que está presente no que seria a Revolução Francesa, nos seus desdobramentos, conquista alguma coisa. Mas conquista no nível de camponês, de terra e não chega a estar presente na construção do Estado. Essa questão que está no debate, que é bastante óbvia, continua no presente. Quer dizer, há uma continuidade do campesinato nas lutas sociais, nas mais diferentes situações e, no entanto, a presença dele no poder é mínima, quando acontece ou, em geral, é nula. As reivindicações do campesinato são reivindicações que têm a ver com as suas condições de vida e trabalho. O campesinato, em geral, está preocupado com a terra, com as condições de trabalho, com a conquista da terra, a reconquista da terra, a preservação da terra. E junto com isto está preocupado com o problema da produção e da apropriação do produto do trabalho. Nesse contexto, é claro, entra o problema do ser ou não ser proletariado, deixar-se ou não se deixar levar pelas forças sociais abrangentes que estão impondo, que estão instituindo realidades novas. De modo que as reivindicações – as mais visíveis, as mais evidentes e as mais reiteradas – é que parecem ter a ver com as condições estritas do próprio campesinato. Ou seja, são claras as situações nas quais o campesinato pode ser apresentado como uma categoria que está pensando a nação, o Estado nacional, que está questionando assumidamente o poder nacional.

Acho que aí está um paradoxo; e muito da controvérsia política e teórica sobre o campesinato tem a ver com isso. Daí autores frequentemente afirmarem que o campesinato é uma categoria pouco politizada, pré-política, que há um certo primitivismo político nas lutas dos camponeses. E, classicamente, como se sabe, se lhes atribui a condição de “povos sem história”, de grupos e nacionalidades que não têm viabilidade histórica, em certas situações. Mais

do que isso, frequentemente se afirma o campesinato como sendo contrarrevolucionário, devido ao caráter das suas reivindicações.

Vou tentar sintetizar a minha ideia neste trabalho: fazer uma proposta sobre o que poderia ser a utopia camponesa. Isto é, em lugar de pensar o camponês como classe, em lugar de pensar o camponês por suas reivindicações econômicas, em lugar de pensar se o camponês tem ou não viabilidade histórica, eu quero propor, para o nosso debate, para trocar ideias, o que há nas lutas camponesas que permitiria chegarmos à ideia de uma utopia camponesa, e de como essa utopia tem a ver com a história, tem a ver com a sociedade nacional. E, então, o elemento utópico que, em lugar de ser uma constatação através da qual nós vamos descartar o campesinato como uma categoria histórica, o elemento utópico, a meu ver, pode ser uma dimensão através da qual é possível resgatar o campesinato enquanto história. Não tenho maiores pretensões do que esta: fazer um jogo com as leituras que nós fazemos, com os debates que nós fazemos.

Então, a minha proposta inicial é de que o campesinato está bastante presente na história. E, a rigor, pode-se dizer que ele está fortemente presente nas revoluções. Eu diria, para sintetizar, que o campesinato está presente nas duas revoluções fundamentais da história da sociedade burguesa: na revolução burguesa e na revolução socialista. Às vezes, de uma maneira direta, imediata, como uma das forças sociais preponderantes, às vezes, como uma força entre outras, não necessariamente a principal ou a preponderante, às vezes, como uma categoria que aparece na preparação da revolução. Todos nós sabemos que a Revolução Francesa tem muito a ver com as lutas dos camponeses do século XVIII. Isto é, as lutas dos camponeses faziam parte de uma crise do Estado Absolutista e da ordem semifeudal que ainda predominava na época e que entra como um ingrediente fundamental na revolução. (Sem deixar de lembrar que o campesinato está presente na revolução; o campesi-

nato conquista na revolução alguns direitos e continua na história, às vezes, mudando o significado da sua atuação).

Pode-se dizer, portanto, que o campesinato está presente duas vezes na história, de uma maneira notável. Na revolução burguesa, na medida em que ele está lutando para preservar as suas terras ou para conquistar terras, isto é, para redefinir a sua situação em face das transformações da sociedade. O que ocorre com a revolução burguesa é uma revolução agrária que transforma as propriedades em propriedades privadas. Há uma monopolização da terra, uma história muito conhecida e, então, os camponeses, sejam posseiros, sejam aqueles que vivem em terras comunais ou terras de Igreja, o que seja, eles são levados a lutar pela preservação ou pela conquista das terras. Junto com isso, entram os dízimos e outras reivindicações. Mas junto com isso entra também o problema de lutar pela não proletarização, isto é, resistindo à proletarização.

Na verdade, a revolução burguesa é uma revolução que provoca uma revolução agrária em alguma dimensão. E essa revolução agrária, que tem a ver com a produção de mercadorias, com a proletarização, com a transformação da terra em propriedade privada, é uma revolução que atinge diretamente o campesinato e o campesinato reage contra certas injunções da revolução francesa. É isso que, muitas vezes, leva historiadores e cientistas sociais a ver no campesinato uma categoria conservadora, reacionária, contrarrevolucionária.

Num segundo momento, o campesinato entra na revolução socialista. Ele está presente em praticamente todas as revoluções socialistas e a sua luta continua sendo para conquistar ou preservar terras, implicando outra vez em preservar ou garantir condições de produção e apropriação, a continuidade de certo tipo de apropriação, a continuidade de certo tipo de organização comunitária de trabalho. Mesmo nos casos em que o campesinato realiza, até explicitamente, uma aliança com outras categorias sociais, como

o proletariado, por exemplo, na verdade, ele está preocupado em preservar ou em recriar certas condições de vida e de trabalho. E nisso existe o germe da utopia camponesa. E essa utopia camponesa, que tem sido tratada de várias maneiras, e frequentemente de uma maneira negativa – isso está em Hobsbawm, está em autores brasileiros, está num debate sobre classe operária, partido político, movimento social – esta utopia pode ser um elemento dinâmico da história e não um elemento conservador ou reacionário ou contrarrevolucionário.

Agora, por que o campesinato entra na revolução socialista, a despeito de ele não estar preocupado com o socialismo, com a conquista do Estado? Porque a revolução burguesa não resolveu a questão agrária, não resolveu a questão camponesa. Em geral, nos países em que a revolução socialista conta com a participação do campesinato, nesses países o que ocorreu é que a revolução burguesa, ocorrida nesse caso, não conseguiu definir ou redefinir a situação agrária de modo a equacionar, satisfatoriamente, o campesinato segundo certas reivindicações.

Não há dúvida de que o campesinato está presente na revolução soviética, na revolução chinesa, está presente em várias revoluções de cunho socialista. Até dá para dizer aqui e repor o problema clássico: não é que a revolução socialista se realiza em países agrários ou em países atrasados; é que a revolução socialista parece que se realiza em condições, talvez um pouco mais imediatas, nos países onde a revolução burguesa não consegue resolver alguns dos problemas que poderiam ser resolvidos pela burguesia, e um deles, a própria questão camponesa.

Refletindo sobre isso, fiz umas anotações que vou ler para vocês e que de certo modo sintetizam essas ideias em alguns parágrafos.

Na medida em que a revolução burguesa não provoca maiores transformações no mundo agrário, (ela) preserva ou recria um campesinato descontente. Aí está uma condição básica da força

social que ele (campesinato) pode representar, isto é, ele se posiciona contra uma situação que não resolve as suas condições, e essa luta camponesa contra a maneira pela qual a revolução burguesa encaminhou o problema agrário, essa luta acaba tendo significação local, regional ou nacional. Nesse sentido, diria Barrington Moore, é que “os camponeses têm fornecido a dinamite para pôr abaixo o velho edifício”.² Nos países predominantemente agrários, o que pode significar que a revolução burguesa adquiriu aí determinado caráter, nesses países, “sem as revoltas camponesas o radicalismo urbano não tem sido, afinal, capaz de realizar transformações sociais revolucionárias”.³ Isto é, em certos casos, a presença camponesa é fundamental, como na revolução soviética.

Se a questão agrária, diz Trotsky, herança da barbárie, da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria, jamais, conseguido subir ao poder em 1917.⁴

É claro que é uma tese discutível, mas é uma tese muito forte. Quer dizer, o caráter da revolução burguesa na Rússia tsarista foi tal que o campesinato não teve algumas das suas reivindicações resolvidas e, então, ele se transforma numa espécie de aliado natural das outras categorias sociais, em especial do proletariado.

No século XX, aos poucos, descobrem-se as dimensões revolucionárias dos movimentos sociais que ocorrem no campo. Isso aconteceu na China e, então, vem uma colocação famosa do Mao Tse-tung, de 1927, de uma enquete que ele fez no meio agrário, onde ele diz, fazendo uma polêmica com os soviéticos e também com os chineses que tinham outras posições:

² Moore Jr., Barrington, 1966, p. 480.

³ Skocpol, Theda, 1984, p.113.

⁴ Trotsky, Leon. *A História da Revolução Russa*, v. 3, p. 67; v. 1, p. 62.

É preciso retificar imediatamente todos os comentários contra o movimento camponês e corrigir, o quanto antes, as medidas erradas que as autoridades revolucionárias tomavam em relação a ele. Somente assim se pode contribuir de algum modo para o futuro da revolução, pois o atual ascenso do movimento camponês é um acontecimento grandioso. Muito em breve, centenas de milhões de camponeses, a partir das províncias do Centro, do Sul e do Norte da China, vão se levantar como uma tempestade, como um furacão de extraordinária violência, que nenhuma força, por mais poderosa, poderá deter. Vencerão todos os obstáculos e avançarão rapidamente pelo caminho da libertação. Todos os imperialismos, caudilhos militares, funcionários corruptos, tiranos locais e ‘shenshi’ perversos serão sepultados. Todos os partidos e grupos revolucionários, todos os camaradas revolucionários serão posto à prova perante os camponeses e terão de decidir se os aceitam ou rejeitam.⁵

No Vietnã o campesinato está presente. Ho Chi-minh lembra: “Para o sucesso da resistência e da reconstrução nacional, para obter efetivamente a independência e a unidade nacionais, é absolutamente necessário apoiarmo-nos no campesinato”.⁶ Em vários momentos, em várias situações o campesinato se torna uma força social importante, revolucionária, no contexto do movimento que provoca a transição para o socialismo.

No caso da Nicarágua, isso também é evidente. Jaime Wheelock, falando sobre a revolução da Nicarágua lembra que foi “(...) a insurreição de uma massa popular integrada por milhares e milhares de camponeses, pequenos produtores, médios produtores, pequenos comerciantes, pequenos artesãos, ou seja, uma República Popular, uma República de povo humilde”,⁷ na qual o campesinato teve um

⁵ Citação do “Informe sobre uma pesquisa do movimento camponês em Hunan”, de 1927. Aproveito a tradução de Daniel Fonseca em *Mao Tse-tung* (org. Eder Sader), São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁶ Chi-minh, Ho, “Aos Quadros Camponeses”, texto de 1949, publicado em *Escritos 1 (1920/1954)*, 1975, p. 75.

⁷ Román, Jaime Wheelock, em entrevista a Frei Beto, in: *Nicarágua Livre: O primeiro passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

papel muito importante, seja por sua participação direta, seja por sua presença no cenário da sociedade nacional. É claro que se pode discutir esses casos, assim como se pode agregar outros exemplos. Mas eu acho que é válido colocar aqui – reiterando a proposta – de que como a burguesia não resolve nem a questão agrária, nem a questão nacional, isto é, a maneira pela qual os vários grupos sociais se representam na sociedade no Estado nacional, o campesinato se constitui numa força social básica, tanto para reformar quanto para revolucionar a pirâmide social, como fala Hobsbawm.

Essa colocação nos permite repor a questão inicial. Afinal, o que querem os camponeses? O que está em questão? O campesinato não quer o poder. O campesinato não está propondo a conquista do Estado nacional. Esse é um problema de interesse que não é fácil resolver. Não tenho uma resposta, mas como é que se explica que o campesinato tem uma presença tão forte, a despeito de não estar direta e explicitamente lutando pela conquista do poder? E aqui cabe colocar a pergunta mais ou menos elementar: afinal, quem são os camponeses?

Os camponeses não são uma categoria econômica. E é ilusório dizer que os camponeses podem ser uma categoria econômica e política ou podem ser uma categoria política e, então, o assunto está resolvido, porque são uma categoria política e passam a ser uma força revolucionária. O que é uma velha controvérsia.

Em *O 18 Brumário*, Marx diz que o campesinato é como batata num saco, quer dizer, há situações nas quais o campesinato não chega a se articular politicamente. Ele é uma realidade econômica, mas não é uma classe política, porque não se assumiu, não se organizou. No entanto, esse campesinato que parece estar disperso, atomizado, que está vivendo as suas condições de vida e trabalho, esse campesinato é um fermento à história, é um ingrediente das lutas sociais. As suas lutas, as suas reivindicações entram no movimento da história.

Então, se coloca o problema de que os camponeses, além de serem pequenos produtores, sitiantes, posseiros, colonos ou o que seja, além de lutarem pela terra, além de quererem a posse e uso da terra e certa apropriação do produto do trabalho, o campesinato representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade, representa uma comunidade. E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho que faz dele uma força relevante. Isto é, que o coloca como uma categoria que mostra para a sociedade, não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. Aponta e reaponta continuamente outra forma de organizar a vida.

Relembro para vocês o famoso diálogo de Marx com Vera Zasulich que tem sido registrado de várias maneiras, mas que põe um problema fundamental. É que Marx acaba embatucando diante da carta de Vera Zasulich, em que ela põe a hipótese de que o campesinato, na sua comunidade, poderia ser resgatado ou preservado numa ordem social diferente que não a burguesa. Marx que, em 1850/1860, talvez teria dito que não, que não tem saída, que o campesinato está condenado e vai ser desbaratado pela revolução burguesa e pelo capitalismo, nesse então, ele resolve pensar um pouco e diz: de fato, esse campesinato pode ser preservado.

Eu registro assim esse fato: não foi por acaso que Marx embatucou quando Vera Zasulich lhe perguntou, em 1881, se havia possibilidade de que a comuna rural russa se desenvolvesse na via socialista; ou se, ao contrário, estava destinada a perecer com o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Esse é um dos momentos mais intrigantes e bonitos da biografia intelectual de Marx. Escreveu vários rascunhos buscando uma resposta que fosse também uma reflexão sobre as condições do desenvolvimento do capitalismo e do socialismo, naquele país. Naturalmente procurou informar-se

melhor sobre o que estava ocorrendo ali, nos anos recentes e em todo o século XIX. Reconhecia que a expropriação do campesinato acompanhava o desenvolvimento capitalista na Inglaterra, França e outros países. Mas julgou que esse não precisava ser o mesmo caminho da Rússia. Em certo passo da versão da carta que, afinal, enviou à sua correspondente, dizia:

Convenci-me de que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas para que possa funcionar como tal será preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a acossam por todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais para um desenvolvimento espontâneo.⁸

Ou seja, ele põe a possibilidade de que a comunidade camponesa russa poderia ser preservada na outra ordem social, reconhecendo, como não poderia deixar de ser, que ela estava sendo desbaratada pela expansão do capitalismo. Acho que estas intuições de Marx põem o problema da utopia camponesa, isto é, do modo de ser camponês e da luta do camponês por este modo de ser, o que tem sido tratado por muitos intelectuais e políticos como sendo uma forma utópica, pretérita, condenada, sem história e que, portanto, não tem porque ser conservada, essa comunidade pode ser uma metáfora do futuro, pode ser uma proposta, uma indicação. Não significa que vá ser preservada nessa condição, é claro. Seria ridículo imaginar que fosse ser preservada na mesma situação. Mas que poderia se reintegrar numa ordem social nacional, naturalmente organizada com base na propriedade socialista, e, então, essa comunidade, em lugar de parecer anacrônica, passaria a ser uma forma válida para a organização da vida e do trabalho.

Vejo, portanto, que essa correspondência de Marx repõe o problema de que o campesinato não é simplesmente uma categoria econômica ou simplesmente uma categoria política ou político-

⁸ Karl Marx a Vera Zasulich, carta de Londres, 8/3/1881, in: *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 90, 1980, p. 61.

-econômica. O campesinato, na verdade, pode ser visto como uma proposta que é, ao mesmo tempo, social e cultural. E que o camponês, devido à sua longa história, devido à sedimentação de suas formas de vida e trabalho, devido ao desenvolvimento de sua língua ou dialeto, às vezes, religião, língua ou dialeto, frequentemente tradições, histórias, façanhas etc., o campesinato tem um patrimônio cultural e uma forma de organizar a produção e a reprodução, bem como a distribuição do produto do trabalho que podem ser sugestões sobre a maneira pela qual a sociedade no futuro poderia se organizar.

Na verdade, o movimento social camponês não se propõe à conquista do poder estatal, à organização da sociedade nacional, à hegemonia camponesa. Essas, talvez, sejam as tarefas do partido, pode ser a tarefa da classe operária associada com outras categorias sociais, inclusive o camponês. Mas isso não elimina nem reduz o significado revolucionário das muitas lutas que esse movimento camponês realiza. Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo, na afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a mercadoria, enquanto tal, sobre o trabalho alienado, na resistência da transformação da terra em monopólio, na afirmação de um modo de vida e trabalho que tem evidentemente uma conotação comunitária. Uma organização em que a participação do todo é de outro tipo e em que a distribuição do produto material e espiritual é de outro tipo.

Nesse sentido, há na comunidade camponesa ou nas formas camponesas de viver e trabalhar uma sugestão ou uma metáfora do que poderia ser o modo futuro de organizar a sociedade. E eu vejo nisso uma das forças, senão a força do movimento camponês. Eu vejo nisso a utopia camponesa, a importância do campesinato como história.

A luta do campesinato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo

uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. Nessas duas perspectivas, o movimento camponês adquire dimensão nacional e põe em causa os interesses prevalecentes no governo, no Estado.

Um dos componentes estruturais da ordem burguesa é a burguesia agrária. A burguesia agrária é frequentemente um dos elementos do bloco do poder. A indústria agrícola. A produção de valor na agricultura. Na medida em que esse elemento da ordem burguesa, que é o agrário, que é a terra, que é a produção de valor, de lucro, de mais-valia, se vê bloqueado em seu funcionamento e expansão, nessa medida coloca-se em pauta um problema sério para a classe dominante, para a ordem burguesa, para o bloco de poder. É nesse âmbito, que é constitutivo do mercado, da produção capitalista, da produção de valor, que a luta do camponês é adversa à ordem burguesa.

Mas o movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato.

Por que o campesinato da Nicarágua entrou na revolução sandinista? Por que tinha uma proposta socialista? Por que tinha uma proposta antinorte-americana ou, até se pode dizer, antissomozista? Poderia ter um pouco, mas, na verdade, era um campesinato lascado secularmente, como índio e como mestiço, e que queria reafirmar a sua indianidade, a sua mestiçagem, com a sua cultura, o seu modo de ser. E esse campesinato, que tem também reivindicações econômicas, entra na luta revolucionária. Quer dizer, são várias as razões que estão metidas, embutidas na maneira pela qual se organiza o movimento social.

Acontece que toda opressão econômica é também opressão cultural e social, além de política. A terra não é um fato da natureza, mas é um produto material e espiritual do trabalho humano. As relações do camponês com a terra compreendem um intercâmbio social complexo que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos de artesanato, matérias-primas para a satisfação das necessidades – alimento etc. Muito mais do que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, a mentira camponesa, o humorismo camponês: são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, com o seu lugar.

Muitas vezes, é na cultura camponesa que se encontram alguns elementos fundamentais da sua capacidade de luta. A sua língua ou dialeto, religião, valores culturais, histórias, produções musicais, literárias e outras entram na composição das suas condições de vida e trabalho. Expressam a sua visão do mundo. Na luta pela terra pode haver conotações culturais importantes, decisivas, sem as quais seria impossível compreender a força das suas reivindicações econômicas e políticas.

A comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês, a singularidade do seu movimento social. É precisamente aí que está a sua força. O caráter revolucionário desse movimento social não advém de um posicionamento explícito, frontal, contra o latifúndio, fazenda, plantação, empresa, mercado, dinheiro, capital, governo, rei, rainha, general, patriarca, presidente, supremo, Estado. O seu caráter revolucionário está na afirmação e reafirmação da comunidade, da comunidade como uma totalidade social, política, econômica e cultural. A sua radicalidade está na desesperada defesa das suas condições de vida e trabalho.

Os camponeses levantam-se em armas para corrigir males. Mas as injustiças contra as quais se rebelam não são, por sua vez, manifestações locais de grandes perturbações sociais. Por isso a rebelião converte-se logo em revolução e os movimentos de massas transformam a estrutura social como um todo. A própria sociedade converte-se em campo de batalha e, quando a guerra termina, a sociedade estará mudada; e, com ela, os camponeses. Assim, a função do campesinato é essencialmente trágica: seus esforços para eliminar o pesado presente somente desembocam em um futuro mais amplo e incerto. Não obstante, ainda que trágico, está pleno de esperança.⁹

Há uma recôndita dialética comunidade-sociedade no movimento dessa história. Em geral, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes. Por isso o desespero, do qual surge a crueldade, sempre marcou de forma particular as revoltas camponesas. Não é o 'fanático' que se revolta para defender a sua propriedade, como tendemos a crer. É, sobretudo a revolta do 'profano' e do 'bárbaro' contra o 'sagrado' e a 'civilização' do capital.¹⁰

O movimento social camponês nega a ordem burguesa, as forças do mercado, as tendências predominantes das relações capitalistas de produção. Em geral, a radicalidade desse movimento está em

⁹ Wolf, Eric, 1972, p. 409.

¹⁰ Vergopoulos, Kostas, 1980, p. 223.

que implica em outro arranjo da vida e trabalho. Em sua prática, padrões, valores, ideais, ele se opõe aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, lucro, mais-valia. Sempre compreende um arranjo das relações sociais no qual se reduz, ou dissipa a expropriação, o desemprego, a miséria, a alienação.

A comunidade camponesa pode ser utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro. Para a maioria dos que são inconformados com o presente, que não concordam com a ordem burguesa, a utopia da comunidade é uma das possibilidades do futuro. Dentre as utopias criadas pela crítica da sociedade burguesa, coloca-se a da comunidade, uma ordem social transparente. Esse é, provavelmente, o significado maior do protesto desesperado e trágico do movimento social camponês.

Muito obrigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS. *El povenir de la comuna rural russa*. Tradução de Félix Blanco. *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 90, México, 1980, p. 60-61; citação da p. 61.
- MARX, Karl. Karl Marx a Vera Zasulich, carta de Londres, 8 de março de 1881, publicada em: MARX e VERGOPOULOS, Kostas. “Capitalisme Difforme (le cas de l’agriculture dans le capitalisme)”, in: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. *La Question Paysanne et le Capitalisme*. Paris: Editions Anthropor, 3ª ed., 1980, p. 61-295 (citação da p. 223).
- CHI-MINH, Ho, “Aos Quadros Camponeses”, texto de 1949, publicado em *Escritos I (1920/1954)*. Tradução de Francisco Correia. Lisboa: Edições Maria da Ponte, 1975, p. 75/76; citação da p. 75.
- MOORE Jr., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy (Lord and Peasant in the Making of the Modern World)*. Boston: Beacon Press, 1966, p. 480.
- ROMÁN, Jaime Wheelock, em entrevista a Frei Beto, in: *Nicarágua Livre: O primeiro passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 61.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions (A comparative analysis of France, Russia and China)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 113.

- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Trad. de E. Huggins. Rio de Janeiro: Ed. Saga, v. 3, p. 67, v. 1, p. 62.
- TSE-TUNG, Mao. *Escritos Sociológicos y Culturales*, 2ª ed. Barcelona: Editorial Laia, 1977, p. 24-25. Citação do “Informe sobre uma pesquisa do movimento camponês em Hunan”, de 1927. Aproveito a tradução de Daniel Fonseca em *Mao Tse-tung* (org. Eder Sader), São Paulo: Editora Ático, 1982.
- WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. Tradução de Roberto Reyes Mazzoni. México: Siglo Veintiuno Editores, 1972, p. 409.

A FORMAÇÃO DO CAMPEBINATO NO BRASIL

MÁRIO MAESTRI

Em meados do século XX, orientados por necessidades políticas e apoiados nas teses aprovadas em 1928 pelo VI Congresso da Internacional Comunista sobre os “países coloniais” que defendiam a aliança dos trabalhadores à “burguesia nacional”,¹ cientistas sociais brasileiros deduziram literalmente a gênese do campesinato brasileiro do desenvolvimento daquela categoria social na Europa.

Essa leitura mecanicista e ideológica do passado contribuiu para bloquear o estudo das profundas especificidades do desenvolvimento da formação social brasileira. Enquadrando a realidade nacional em categorias e situações europeias, essas visões primaram por desconhecer as importantes vias singulares da formação da classe camponesa no Brasil, que foi vista como categoria constitutiva essencial, desde os primeiros momentos, da colonização lusitana da América.

¹ Cf. Frank, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste*. Montreal: La Brèche, 1979, p. 603-607.

Ainda em 1963, o intelectual comunista Alberto Passos Guimarães propunha:

jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer parte do mundo.²

O Brasil era continuação sem rupturas da realidade europeia e mundial. Esses analistas despreocuparam-se até mesmo com uma definição da categoria “camponês” que permitisse o acompanhamento efetivo da sua formação no Brasil.

Acreditamos que tenham sido especialmente cinco as principais vias que levaram à formação do campesinato brasileiro propriamente dito, categoria que se encontra em acelerado processo de superação, devido à sua crescente submissão à produção e ao mercado capitalistas, ou seja, as vias: nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial. O desconhecimento do caráter tardio e da fragilidade da formação da classe camponesa no Brasil tem dificultado a compreensão de aspectos determinantes da história nacional.

A CATEGORIA CAMPONÊS

Compreendemos como unidade produtiva camponesa, o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma e que, apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, por um lado, orienta sua produção para a satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz, ao pagamento de impostos etc.

² Cf. Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d., p. 110.

Nas comunidades camponesas, as práticas agrícolas ultrapassam claramente o nível horticultor, já que a subsistência da comunidade familiar depende essencialmente da produção agrícola. Nesse contexto, o artesanato, a pesca, a coleta etc. desempenham papéis mais ou menos importantes, mas sempre secundários, no seio da produção familiar. A unidade produtiva camponesa articula-se com a divisão social geral do trabalho, especialmente, através de sua esfera mercantil.

O núcleo familiar camponês mantém uma posse relativamente estável sobre a terra – meio de trabalho –, mesmo quando não possui sua propriedade, o que lhe permite investir trabalho na potenciação da rentabilidade da terra e de sua exploração – drenagem, irrigação, desempedramento, cultivos perenes etc. A potenciação da fertilidade dos terrenos pelo trabalho pretérito foi sempre elemento fundamental na fixação do camponês na terra.

Tal fenômeno se explicita plenamente quando do fim da servidão da gleba, ou seja, da adscrição forçada do servo ao terreno senhorial.

A ‘liberdade’ de abandonar a gleba ficou sendo, em muitos casos, apenas formal. O senhor deixou, é certo, de poder obrigar o camponês fugitivo a voltar à gleba. Mas como, abandonando a gleba, o camponês perdia além de tudo quanto possuía todas as benfeitorias que, pelo seu trabalho e dos seus antepassados, a terra tivesse recebido, a coação material adquire novo aspecto (...).³

Mesmo ali onde apenas parte dos núcleos familiares reside na aldeia, a comunidade camponesa apresenta-se em geral como comunidade aldeã tendencialmente autônoma, devido à necessidade de defesa e de domínio do território e das reservas alimentícias, de trocas matrimoniais e econômicas, de acesso a ofícios e serviços especializados etc.

³ Cf. Cunhal, Álvaro. *As lutas de classe em Portugal nos fins da Idade Média*. 2ª ed. rev. Lisboa: Estampa, 1980, p. 23.

A clara dominância das práticas agrícolas na unidade camponesa nasce do desenvolvimento mínimo dos instrumentos e das técnicas produtivas. A produção agrícola camponesa surge da superação qualitativa da produção horticultora doméstica, que se apoia em técnicas extensivas, em ferramentas simples e possui o fogo e a força humana como únicas formas de energia.

A partir de certo grau, o desenvolvimento dessa forma de produção permite agricultura semi-intensiva ou intensiva apoiada no uso de ferramentas de ferro; de técnicas de irrigação, de adubação, de rotação de vegetais; da tração animal; de arados mais ou menos complexos etc. A unidade entre a produção horticultora doméstica e a agrícola camponesa, no processo do nascimento da segunda no seio da primeira, tende a confundir os níveis mais elevados da produção horticultora doméstica com os menos desenvolvidos da produção agrícola camponesa.

CLASSE EM SI, CLASSE PARA SI

A propriedade capitalista privada dos meios de produção é vista naturalmente pelo trabalhador como condição necessária para a expropriação de sua força de trabalho e dos bens que produz. Para o camponês, “em sua relação com o capital, a propriedade privada”, ao contrário, “aparece como garantia de sua sobrevivência e de sua família”. É considerado, portanto, como fator de progresso e não de regresso.⁴

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao analisar o comportamento do campesinato francês, Karl Marx deduziu tendencialmente a consciência e a organização dos camponeses de seu modo de produção material, em geral realizado em grupos familiares isolados

⁴ Bonamigo, Carlos Antônio. *Pra mim foi uma escola... O princípio educativo do trabalho cooperativo*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

nas diversas parcelas agrícolas, dedicados a práticas simétricas e independentes.

Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situações idênticas, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo. (...). Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local, a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome.⁵

Ressalte-se que Marx referia-se a comunidades de camponeses organizados em unidades familiares economicamente independentes, espalhadas no território, do ponto de vista produtivo e habitacional. Em *Miséria da filosofia*, ele aprofundou sua definição sobre classe, ao desdobrá-la em “classe em si” e “classe para si”.

As condições econômicas transformaram, primeiro, a massa da população do país em proletários. O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta (...), essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe.⁶

A inserção de uma comunidade de produtores em um mesmo processo produtivo determina, *de per si*, sua conformação como “classe em si”, determinando-lhe, tendencialmente, as mesmas visões de mundo, os mesmos interesses etc., ainda que esse segmento social possua uma consciência muito parcial dessa identidade comum. Objetivamente em si, uma classe eleva-se subjetivamente a classe para si quando assume a consciência de seus interesses, em forma mais ou menos plena. Quando toma tendencialmente

⁵ Marx, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1982, p. 126-127.

⁶ *Idem*. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976, p. 164.

consciência de sua existência como grupo social singular, com interesses, objetivos, projetos etc. comuns.

Esse maior enriquecimento da definição das determinações essenciais da categoria “classe” colocava em questão, sobretudo as dificuldades objetivas e subjetivas da classe camponesa, conformada objetivamente pela sua igual inserção no processo produtivo e na divisão social do trabalho, em assumir a consciência de suas necessidades, transitando de classe em si para classe para si.

A comunidade aldeã camponesa desempenhou sempre um papel essencial na superação tendencial do isolamento das unidades produtivas. Ali onde essa tradição foi e é mais forte, mais poderosamente os produtores rurais resistiram e resistem às classes exploradoras. No século XIII, em Portugal, a forte oposição entre os senhores e os pequenos arrendatários rurais ensejou a redação dos forais que

estabeleciam a relações entre o senhor da terra e o coletivo dos seus habitantes. Os direitos e deveres aí fixados eram mais ou menos complexos segundo a importância do núcleo populacional, que ia desde grandes cidades a casais (aldeias) isolados de camponeses.⁷

COMUNIDADES ALDEÃS

Antes da chamada “descoberta” do Brasil, em 1500, a ocupação territorial do Brasil processava-se em ritmo desigual, especialmente em relação a importantes regiões da América. O que ajuda a compreender a profunda diversidade entre as atuais formações sociais do Brasil e da Mesoamérica e dos Andes Centrais, por exemplo.

Em regiões dos atuais territórios da Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru etc., desenvolveram-se sólidas comunidades aldeãs agrícolas que praticavam uma produção agrícola intensiva baseada especialmente no milho e na batata. Essa tradição agrícola desconheceu o arado, a tração animal e a associação gado-agricultura.

⁷ Cf. Cunhal, Álvaro. *As lutas de classe (...), op. cit.*, p. 17.

Apoiada na enxada e no bastão de plantar (simples e desenvolvido) e, eventualmente, na irrigação, adubação e silagem, apesar de envolver apenas 5% dos territórios do continente americano, essas civilizações agrícolas sustentaram 90% da população americana, com densidades demográficas de até 35-40 habitantes por km². Essas práticas agrícolas apoiavam-se no esforço produtivo masculino e feminino.

As sociedades agrícolas americanas avançadas estruturavam-se a partir da família nuclear e da comunidade aldeã fortemente cimentada pelos laços que mantinham com terrenos agrícolas, potencializados pelo trabalho. Nessas comunidades, eram muito fortes os vínculos parentais e vicinais consolidados pelo domínio comunitário da terra.⁸

Os atuais territórios do Brasil jamais conhecerem comunidades americanas que dominassem iguais formas de produção agrícola avançada. Originárias da Amazônia Central, as comunidades de cultura tupi-guarani constituíram o complexo civilizacional horticultor mais desenvolvido estabelecido nessas regiões, antes da colonização lusitana.

Acredita-se que as demais comunidades nativas americanas que ocuparam regiões dos atuais territórios brasileiros apoiassem originalmente sua subsistência na caça, na pesca e na coleta. Em contato com comunidades tupis-guaranis, estas teriam incorporado e adaptado, de forma imperfeita, as práticas horticultoras daquelas comunidades às suas necessidades.

Esse processo de difusão e socialização de técnicas e práticas produtivas teria se processado, sobretudo, através da captura e incorporação de mulheres tupis-guaranis às demais comunidades,

⁸ Cf. Cardoso, C. F. C. & Brignoli, Héctor Pérez. *História económica de América Latina. I.* 4ª ed. Barcelona: Crítica, 1987, p. 128-138; Murra, John. En torno a la estructura política de los *Inka*. Soriano, Waldemar E. (org.). *Los modos de producción en el imperio de los Incas*. Lima: Amaru, 1981, p. 213-230.

já que as práticas horticultoras eram atividades essencialmente femininas no contexto da divisão sexual do trabalho daqueles grupos humanos. Efetivamente, acredita-se que, através da vegeocultura, a horticultura tenha sido uma invenção feminina apropriada pelo homem, quando assumiu caráter central como prática produtiva.

HORTICULTURA BRASÍLICA

Em 1500, nas terras do litoral brasílico, relativamente mais férteis do que as do interior, vivia população estimada em um milhão de americanos. Nessa época, as matas que cobriam a longa faixa litorânea que se estendia do cabo de São Roque, no atual Rio Grande do Norte, ao Rio Grande do Sul, eram habitadas por aproximadamente 600 mil nativos de língua tupi-guarani – tupinambás, principalmente, e guaranis, em menor número.⁹

De 150 a 250 tupis-guaranis viviam em aldeias independentes, estabelecidas em territórios de domínio comunitário, dedicados à caça, à pesca, à coleta e à horticultura. Em média, para sustentar sua subsistência, uma aldeia tupi-guarani necessitava de uns 45 km² de território. Devido ao escasso desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, essas comunidades conheciam ocupação demográfica de densidade baixa, sobretudo em relação aos níveis alcançados nas áreas das regiões América Central e Andina assinaladas.¹⁰

Os tupis-guaranis praticavam horticultura parcelar, familiar e extensiva de subsistência, em área florestal tropical e subtropical. Essa produção apoiava-se nos diversos tipos de milho (*Zea mays*),

⁹ Cf. Maestri, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro* (século XVI). 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1995; Fausto, Carlos. *Fragments de história e cultura tupinambá*. Cunha, M. C. da (org.) *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq, 1992, p. 383.

¹⁰ Cf. Fernandes, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1970, p. 55.

de feijão (*Phaseolus* e *Canavalia*), de batata-doce (*Ipomoea batatas*) e, em especial, de mandioca (*Manihot esculenta*) – raiz provavelmente originária do litoral tropical brasileiro, rica em amido, excelente fonte de energia, base alimentar quase perfeita quando ingerida associada a alimentos ricos em proteína, como a carne.

Além de outros gêneros, essas comunidades exploraram o cará (*Dioscoréa sp*), o amendoim (*Arachis hypogaea*), a abóbora (*Cucurbita*), a banana, o abacaxi, o tabaco, o algodão e as pimentas. Fatores geocológicos e principalmente o nível de desenvolvimento civilizacional determinavam que a prática horticultora tupi-guarani assumisse caráter itinerante. Quando a coleta e a caça escasseavam e as condições higiênicas das residências e acampamentos degradavam-se, as aldeias eram transferidas para alguns quilômetros de distância.¹¹

A técnica de base dessas práticas horticultoras – coivara – nascia da abundância e da qualidade das terras, da ausência de ferramentas desenvolvidas, do desconhecimento da fertilização das terras e da escassez relativa de braços. A horticultura tupi-guarani assentava-se no uso da energia humana e do fogo, desconhecendo o arado, a tração animal, a irrigação e a adubação, a não ser em forma embrionária.

CIVILIZAÇÃO CABOCLA

Foram numerosos os nativos americanos que se adaptaram à sociedade latifundiário-exportadora através de processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas. Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar de subsistência,

¹¹ Cf. Galvão, Eduardo. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, XIV. São Paulo, 1963, p. 120-144; Ribeiro, Darcy (ed.). *Suma etnológica brasileira*. 2ª ed. 1. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987, p. 69.

apoiada na caça, na pesca, na coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial.

A manutenção de determinações de base da horticultura nativa – produção familiar; coivara; produção de subsistência; plantas de ciclo curto; instrumentos rústicos etc. – manteve e aprofundou a fragilidade dos laços interfamiliares e dos vínculos permanentes dessas comunidades com a terra.

O nativo semiaculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocábulo tupi-guarani *kari'uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva a designação passou a descrever essencialmente realidade socioprodutiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *criolla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu.

O caboclo mantinha relação de posse precária com a terra, o que, associado à sua destribalização, ensejou o fim do domínio e do controle comunal milenar, mesmo não permanente, de um amplo território, praticado principalmente pelas comunidades tupis-guaranis na faixa litorânea e em outras regiões do atual território brasileiro.

FRAGILIDADE DO CAMPONÊS NEGRO

O caráter feitorizado e socializado da exploração da terra nos latifúndios, pela via da *plantation*; a debilidade e singularidade da família dos trabalhadores escravizados, o caráter excepcional e limitado das hortas servis, a coesão da apropriação latifundiária foram alguns fatores que contribuíram para a *inexistência no Brasil de campesinato negro substancial, antes, quando e após a Abolição*. Esses fatores contribuíram também para a fragilidade da cultura de raízes africana e afrodescendente nos campos, fenômeno que se

expressou no desaparecimento de línguas *koinés* e falares crioulos de origem africana amplamente utilizados no Brasil, sobretudo nos séculos XVII, XVIII e XIX.¹²

A ação política das classes dominantes luso-brasileiras e brasileiras dificultou o desenvolvimento e a consolidação significativos de uma classe camponesa de origem nacional. Nesse sentido, em 1889, a República constituiu também uma resposta dos grandes proprietários de terra ao movimento abolicionista nacional-reformista que defendia a formação de classe de pequenos proprietários através de distribuição de terra às classes livres pobres – caboclos, ex-cativos etc. –, como se fazia, desde o início do século XIX, com camponeses europeus.

Nos últimos anos do cativo, expressando importantes correntes do movimento abolicionista, André Rebouças propunha ser “a abolição do latifúndio complemento inseparável da abolição do escravo” [*sic*], e defendia que a “elevação do negro pela propriedade territorial” seria o “único meio de impedir a sua reescravização”.¹³ Proposta que a história comprovou de forma irretorquível.

Na defesa do Terceiro Reinado, Pedro II e Isabel aproximaram-se das comunidades negras libertas. Na sua última “Fala do Trono”, propôs a aprovação de lei que regulamentasse a “propriedade territorial” e facilitasse “a aquisição e cultura das terras devolutas”, concedendo ao governo “o direito de expropriar, no interesse público, as terras que confinam com as ferrovias, desde que não sejam cultivadas pelos donos”.¹⁴ Ou seja, verbalizava projeto de reforma agrária através da desapropriação, com indenização, dos latifúndios improdutivos.

¹² Cf. Carboni & Maestri. *A linguagem escravizada*, *op. cit.*

¹³ Facó, Rui. Notas sobre o problema agrário, *in*: Marighella, Carlos *et al.* *A questão agrária no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Debates, 1980, p. 52.

¹⁴ Villa, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995, p. 97-99.

Em verdade, era já uma tradição que os trabalhadores das ferrovias fizessem seus cultivos de sobrevivência ao longo das faixas de domínio legal das ferrovias, ou seja, vinte metros para cada lado do eixo central, surgindo daí a expressão “comprida que nem lavoura de tuco”. Tuco é o homem que trabalha na conservação do leito das ferrovias.¹⁵

Vimos que o historiador Robert Conrad definiu a República como verdadeira “contrarrevolução” política, impulsionada em grande parte pelos conservadores e cafeicultores convertidos ao republicanismo, contra a vitória do Partido Liberal que, entregando o poder às oligarquias agrárias regionais, barrou a proposta de reforma da ordem fundiária, consolidando o federalismo oligárquico em todo o Brasil.¹⁶

De certa forma, apenas o Rio Grande do Sul escapou dessa metamorfose conservadora do Estado monárquico centralizador em Estado republicano oligárquico federalista, devido ao alijamento dos liberais e dos conservadores do poder regional, pelos republicanos do PRR, que expressavam, ao contrário do resto do país, um novo bloco social pró-capitalista do qual participaria com destaque a agricultura, o comércio, o artesanato e a manufatura da região de colonização colonial-camponesa europeia.¹⁷

FRAGILIDADE DA VIA QUILOMBOLA

Durante a escravidão colonial, cativos fugiam para os sertões onde formaram pequenas, médias e grandes comunidades agrícolas clandestinas – quilombos, mocambos, palmares etc. Na maioria das

¹⁵ Depoimento do engenheiro agrônomo Humberto Sório Júnior.

¹⁶ Cf. Conrad, Robert E. A pós-abolição: a reação dos fazendeiros e a queda do Império. (ex.datilografado); Gorender, Jacob. *A escravidão reabilitada*, *op. cit.*, p. 186.

¹⁷ Cf. Maestri, Mário. “O sentido da República Castilhistas e da Revolução de 1893”. Centro de Estudos Marxistas. *Os trabalhos e os dias*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000, p. 179-218.

vezes, essas comunidades possuíam dezenas de habitantes. Algumas delas congregaram centenas e, excepcionalmente, superavam um milhar de membros.

Havia quilombos na periferia das cidades ou próximos às estradas e caminhos, dedicados à apropriação violenta de bens. Nas florestas, exploravam o extrativismo vegetal e, nas regiões mineiras, a mineração do ouro e de diamantes. Porém, os quilombos dedicados à agricultura de subsistência foram certamente os mais comuns, os mais longevos e os mais populosos.

Nos mocambos agrícolas, os quilombolas plantavam roçados de abóbora, amendoim, ananás, batata-doce, feijão, mandioca, melancia, milho, cana-de-açúcar etc. Praticavam a pesca, a caça, a coleta. Criavam galinhas, porcos, cabras e outros pequenos animais. Viviam em cabanas individuais ou coletivas e negociavam comumente suas produções excedentes com mascates, com regatões e nas vilas e fazendas mais próximas.¹⁸

A existência das comunidades quilombolas foi sempre precária. Em verdade, fora casos excepcionais, como a Confederação dos Quilombos dos Palmares,¹⁹ os quilombos reproduziram-se demograficamente com dificuldade ou não alcançaram a fazê-lo. Um pouco como a sociedade escravista, a ampliação das comunidades quilombolas dava-se por agregação, sobretudo voluntária de

¹⁸ Cf. Reis, J. J. & Gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Moura, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EdiUfal, 2001.

¹⁹ Alves Filho, Ivan Alves. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988; Carneiro, Édison. *O quilombo dos Palmares*. 4ª ed. fac-similar. São Paulo: CEN, 1988; Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*, v. 1: *Domingos Jorge Velho e a Troia Negra. 1687-1709*. São Paulo: CEN, 1938; Freitas, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5ª ed. reescrita, revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984; Freitas, Mário Martins de. *Reino negro de Palmares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988; Péret, Benjamin. *Que foi o quilombo de Palmares?* Anhambi, ano VI, v. 22, abril 1956; Rodrigues, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: CEN, 1977.

membros provenientes do seu exterior – cativos fugidos, nativos, homens livres pobres etc.²⁰

As razões da dificuldade dos quilombos de se reproduzirem eram endógenas e exógenas. Em torno de dois terços dos africanos desembarcados no Brasil eram homens. As cativas escapavam significativamente menos que os homens. Era elevada a taxa de masculinidade dos quilombos, escasseando mulheres em idade núbil. Os mocambeiros procuravam suprir a carência de mulheres com o sequestro de cativas, libertas e livres.²¹

TERRAS QUILOMBOLAS

O caráter clandestino e disperso da comunidade quilombola determinava que mantivesse com dificuldade relações com comunidades congêneres, o que dificultava eventual equalização sexual e etária por trocas de seus membros. Essas determinações dificultavam a expansão vegetativa dessas comunidades, já que é o número de mulheres em idade fértil – e não de homens – que determina o crescimento populacional. Seriam raros os laços familiares sólidos no seio das comunidades quilombolas.

A existência de uma comunidade quilombola era sempre eventual refúgio, sobretudo para os cativos da região em que o quilombo se encontrava. A captura dos fujões era um ótimo negócio para os homens livres. Durante a escravidão, expedições enviadas pelos senhores e pelo Estado perseguiram, atacaram e destruíram as comunidades

²⁰ Cf. Guimarães, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988; Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981; Moura, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, op. cit.

²¹ Cf. Maestri, Mário. Em torno ao quilombo. *História em Cadernos*. Revista do Mestrado em História da UFRJ, n. 2. Rio de Janeiro, 1984, p. 9-19; Maestri, Mário. O quilombo de Manoel Padeiro. *Presença Negra no RS. Cadernos Ponto & Vírgula*, n. 11, Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre, 1995, p. 64-72.

rurais de trabalhadores escravizados escapados. E igualmente sempre questionada pela expansão da fronteira agrícola mercantil.

A economia quilombola assemelhava-se essencialmente à produção cabocla – coivara; rusticidade das ferramentas; inexistência da tração animal; domínio da produção de subsistência; plantas de ciclo rápido; deslocamento das aldeias etc. Também ela não construía laços profundos e essenciais com a terra ocupada, que podia ser abandonada, sem maiores traumas, por outra região.

Em verdade, os quilombolas protegiam não a terra que exploravam, mas suas liberdades – ou seja, a autonomia da força de trabalho. Era hábito difundido entre os mocambeiros abandonar as aldeias e plantações e se embrenharem nas florestas, quando assaltados. Salvos das tropas reescravizadoras, fundavam outro povoado, geralmente em locais e territórios desconhecidos pelos agressores.

A estrutura produtiva, as dificuldades de expansão demográfica, o caráter clandestino, a repressão policial, a expansão da fronteira agrícola etc. debilitavam estruturalmente a reprodução das comunidades quilombolas, já pouco numerosas na época da abolição, principalmente nas regiões de grande concentração de trabalhadores escravizados – Centro Sul.

CAMPONESES POBRES

Sobretudo, como assinalado, as comunidades negras nascidas da ordem escravista tenderam a confundir-se no mais vasto universo das comunidades rurais em luta pela defesa e conquista da terra monopolizada pelo latifúndio. Impõe-se às ciências sociais esforço científico permanente pela recuperação da trajetória singular das comunidades negras rurais. Esse processo contribuirá para a necessária reconstrução do passado das classes trabalhadoras, em geral, e para a tomada de consciência de suas raízes históricas pelas comunidades protagonistas dos fatos, em especial.

Esse processo tem que constituir restauração científica dos fatos e de seus sentidos, apoiada no levantamento e análise dos fenômenos objetivos e subjetivos realmente ocorridos, apoiada por historiadores, arqueólogos, linguistas, sociólogos, antropólogos etc. Nesse sentido, deve realizar definição e conceituação rigorosa dos fenômenos históricos objetivos.

Há bem mais de dois mil anos, Aristóteles lembrava, em *A política*: “Todas as cousas se definem pelas suas funções; e desde o momento em que elas percam os seus característicos, já não se poderá dizer que sejam as mesmas (...)”.²² A perquirição do passado deve constituir desvelamento objetivo da história e não invenção subjetiva de tradição.²³

Constitui círculo vicioso definir as origens das comunidades a partir do que elas pensam, ou, ainda pior, do que elas são levadas a pensar, sobre seu passado. O estudo das comunidades rurais negras deve apontar para a superação do mito, e não para sua extrapolação. O passado deve ser revelado e jamais criado, ainda mais, a partir da decisão de segmentos profissionais que se autodefinem com capacidade para tal.

PRODUTORES DEPENDENTES

Por todo o Brasil, no interior das fazendas mercantis agrícolas e pastoris, desenvolveu-se comumente pequena produção de subsistência praticada por homens livres, geralmente sob licença verbal dos proprietários – moradores, agregados, posteiros, reideiros etc.²⁴ Esses produtores contribuía comumente com a força de trabalho no momento de pique da produção mercantil; vigiavam

²² Aristóteles, *Política*. São Paulo: Atenas, 1957, v. I, p. 11.

²³ Cf. Hobsbawn, Eric e Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

²⁴ Cf. Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. Cf. Hobsbawn, Eric e Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

os limites dos campos; funcionavam como guardas e capangas dos fazendeiros etc.

Parte dessa produção, essencialmente voltada à subsistência – feijão, mandioca, milho, melão, melancia etc. –, era entregue aos proprietários da terra, segundo divisão pactuada ou consuetudinária. Uma pequena parte de produção era comercializada. Os moradores, agregados, posteiros, rendeiros etc. e suas famílias viviam em isolamento relativo nos latifúndios, gozando de um frágil direito de uso da terra que exploravam.

Como os caboclos, os posseiros, os intrusos etc., esses moradores precários dos grandes latifúndios foram comumente expulsos da terra que ocuparam pela expansão da produção mercantil, no interior daquelas unidades produtivas, ou devido à introdução de melhorias tecnológicas que tornaram desnecessários seus serviços. A partir dos anos de 1870, o cercamento das fazendas pastoris sulinas com arame liso e a seguir farpado teria expulsado milhares de posteiros e suas famílias dos latifúndios.²⁵

A inexistência de fortes laços aldeães e familiares aprofundava ainda mais os *handicaps* social, político e cultural negativos vividos por caboclos, posseiros, meeiros, moradores, intrusos etc. que raramente chegaram a vislumbrar a possibilidade da legalização das posses que exploraram, assegurada pela Lei de Terras de 1850. Fazendeiros e especuladores compraram comumente direitos de posse e legalizavam terras ocupadas por posseiros. Não raro, esses últimos foram sumariamente expulsos ou eliminados fisicamente por capangas do latifúndio, quando exteriorizaram a intenção de legalizar suas posses.

O racismo, a falta de representação política, a ausência de conhecimentos legais, a baixa renda monetária, a prática de idiomas e de padrões não oficiais da língua nacional etc. foram

²⁵ Cf. Maestri. *Deus é grande, o mato é maior*, op. cit., p. 85 e ss.

fenômenos que, associados à falta de experiência histórica com a propriedade da terra e uma forma de produção que estabelecia frágeis vínculos com ela, tornaram comumente “inviáveis as possibilidades de legitimação” das terras detidas por essas comunidades.²⁶

O HIATO CAMPONÊS

O surgimento de campesinato nacional propriamente dito deve-se, em especial, a fenômeno inicialmente marginal no processo de ocupação e exploração do território brasileiro. Ou seja, à exploração policultora de pequenos lotes de terras, sobretudo por agricultores proprietários imigrantes europeus não portugueses, em regiões do território não adaptadas à exploração agrícola e pastoril latifundiária.

Em meados do século XVIII, a Coroa portuguesa tentou inutilmente formar segmento camponês no Brasil. Sobretudo para povoar as Missões, trocadas em Madrid, em 1750, pela Colônia de Sacramento, e ocupar parte do litoral Sul do Brasil, foram trazidos casais camponeses das ilhas Açores e da Madeira, sob a promessa da concessão gratuita de 275 hectares de terras, ferramentas, sementes etc. Até 1754, uns três mil ilhotas estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, onde parte deles se transformou, mais tarde, em criadores pastoris latifundiários.²⁷

O projeto de formação de extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-escravista, com camponeses emigrados, foi retomado após a transferência do aparato político-administrativo

²⁶ Dias, Gentil Martins. *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: EdUnB, 1978, p. 63.

²⁷ Cf., entre outros: Wiederspahn, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Instituto Cultural Português, 1979; Laytano, Dante. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1948.

do império português para o Rio de Janeiro, em 1808, transferência que fazia parte do projeto de fundar, com o centro na América portuguesa, um novo império lusitano reformado.²⁸ Com essa iniciativa, o Estado absolutista lusitano e, a seguir, o Estado imperial brasileiro, almejavam diversos objetivos.

Com a imigração de camponeses procurava-se promover agricultura policultora que abastecesse as capitais e os latifúndios em gêneros alimentícios, caros e escassos; criar homens livres para os exércitos imperiais; consolidar a ocupação do território; desenvolver população livre de pequenos proprietários que fizesse contraponto à população escravizada. A iniciativa não almejava criar trabalhador livre alternativo ao cativo, já que concedia terras aos recém-chegados.

Em fins de 1819, chegam as primeiras levas de emigrantes suíços destinados à colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.²⁹ Porém, é principalmente após a independência do Brasil, em 1822, que camponeses europeus arrendatários, jornaleiros rurais ou com propriedades minúsculas partiram para o Brasil atraídos pela promessa de terra.

No início do século XIX, a vaga migratória foi constituída, sobretudo por suíços e alemães;³⁰ a partir de 1875, avolumaram-se os imigrantes chegados do Norte da Itália;³¹ em inícios do novo

²⁸ Cf. Lyra, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

²⁹ Cf. Nicolin, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

³⁰ Cf. Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; Tramontini, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: EdUnisinos, 2000.

³¹ Cf. Maestri, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2ª ed., rev. e ampl. Passo Fundo: EdUPF, 2001.

século, foi a vez dos poloneses.³² Porém, também partiram para o Brasil austríacos, belgas, judeus, russos, ucranianos etc.³³

PRODUÇÃO DE POBRES

Inicialmente, os imigrantes receberam terras gratuitas, sementes, animais e ajuda para o estabelecimento. Após a Lei de Terras, de 1850-1854, a aquisição da terra e os benefícios iniciais passaram a ser financiados. A Lei de Terras constituiu resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão de obra escravizada devido à interrupção do tráfico transatlântico de trabalhadores, naquele ano.³⁴

O fim da entrega gratuita de terra pretendia impedir que a ampliação da classe de camponeses proprietários desviasse o homem livre pobre da necessidade de vender sua força de trabalho a vil preço nos latifúndios. Em 1842, Bernardo de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro recomendavam ao Imperador:

Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, consequentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário.³⁵

Com a Lei de Terras, almejava-se também a apropriação estatal e privada de parte do trabalho camponês através da venda da terra devoluta, ou seja, sem qualquer valor ajuntado, por preço

³² Cf. Wenczenowicz, Thaís Janaína. *Montanhas que furam as nuvens! A colonização polonesa em Áurea. 1910-45*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002; Gritti, Isabel. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

³³ Cf. Gritti, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997; Langendonck, Madame van. Uma colônia no Brasil. *Notícia bibliográfica e histórica*. Campinas, Ano XXII, n. 137, jan./mar., 1990, p. 5-66.

³⁴ Cf. Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: EdEdusp, 1992; Silva, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdUnicamp, 1996.

³⁵ *Apud* Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio, op.cit.*, p. 112.

acima do valor de sua integração ao mercado, reduzido em geral aos investimentos em medição, abertura de caminhos etc. Em verdade, comumente, a própria abertura dos caminhos era feita pelos imigrantes, que financiavam, com o recebido pelo trabalho, o pagamento de parte do valor – criado – da terra que ocupavam.

Com a sistematização do processo de imigração colonial-camponesa, sobretudo para o Sul do Brasil, com destaque para o Nordeste do Rio Grande do Sul, formaram-se vastas comunidades, no início tendencialmente homogêneas, de pequenos camponeses proprietários que modificaram, com o passar dos tempos, em forma qualitativa, as orientações social, econômica e política dessas regiões e, até certo ponto, de todo o Brasil.³⁶

A ocupação com camponeses europeus sem ou com pouca terra de importantes regiões imprestáveis ao latifúndio constituiu operação planejada e implementada pelo Estado imperial com objetivos principalmente estratégicos. As elites latifundiárias imperiais e regionais opuseram-se de modo permanente ao projeto, devido a contradições políticas e ideológicas com a pequena propriedade e à resistência a que os recursos públicos não fossem canalizados para seus interesses.³⁷

COLÔNIA, LINHA, GLEBA, SEDE

As unidades centrais da ocupação planejada do território com camponeses pequenos proprietários imigrados eram a colônia, a linha, a gleba e a sede colonial. A colônia era a grande extensão de terra devoluta loteada, em geral com cobertura florestal, administrada pelo poder central enquanto não obtinha sua autonomia municipal. São

³⁶ Cf. Dacanal, José Hildebrando (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

³⁷ Cf. Lazzari, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980; Machado, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

Leopoldo, Caxias, Guaporé, Santa Cruz do Sul etc. foram algumas das principais colônias rio-grandenses.

As glebas coloniais contíguas, também chamadas de colônias, inicialmente com setenta, a seguir com quarenta, porém mais comumente com vinte hectares, eram demarcadas, em geral na planta, ao longo dos dois lados da picada, comumente abertas nas florestas. A linha era o conjunto das glebas coloniais de uma picada. No RS, as picadas – também chamadas de linha – tinham em geral de seis a doze quilômetros. Cada linha possuía seu nome.³⁸

Era escolhido um terreno plano e central para a sede colonial, onde se delimitavam os quarteirões, as praças, as ruas e os lotes urbanos, vendidos aos interessados. Nas sedes coloniais, origens de algumas das maiores cidades do Sul do Brasil, localizavam-se a administração pública, o comércio, os serviços etc. As glebas coloniais ligavam-se através das linhas e dos caminhos vicinais às sedes coloniais, em contato terrestre, aquático, ferroviário com os principais centros regionais.³⁹

Apesar de haver desigualdade quanto ao acesso aos mercados, à fertilidade e ao tamanho dos lotes, por décadas, as diferenças dessa sociedade foram especialmente quantitativas, já que na prática todos os seus membros possuíam ou podiam possuir um naco de chão. O sentido primeiro e último desse movimento populacional era a posse da terra. Destinados a labutarem nos latifúndios, os brasileiros pobres ficaram à margem da divisão da terra.

³⁸ Cf. De Boni, Luis & Acosta, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984; Frosi, Vitalina Maria & Mioranza, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 1975; Iotti, Luíza Horn (org.). *Imigração e colonização: Legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: Educs, 2001; Bergamaschi, Heloisa Eberle & Giron, Loraine Slomp. &. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias: Educs, 1996.

³⁹ Cf. Gutierrez, Ester & Gutierrez, Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos*. Passo Fundo, EdiUPF, 2000.

Os imigrantes chegados da Europa traziam consigo tradição camponesa milenar de arraigamento à terra. Comumente, os recém-chegados possuíam poucos filhos, já que praticavam a contenção demográfica, em geral através da postergação do casamento, devido à escassez da terra conhecida no Velho Mundo. No Brasil, devido à abundância relativa da terra e à falta de braços, essa comunidade conheceu explosão demográfica, em boa parte através da prática precoce do casamento.⁴⁰

REGREDIR AVANÇANDO

Em geral, os métodos agrícolas praticados pelos imigrantes na Europa eram rústicos. No Brasil, a dissociação do camponês da divisão do trabalho em que estava inserido no Velho Mundo ensejou uma verdadeira involução das práticas produtivas. Porém, elas mantiveram-se significativamente mais adiantadas do que a agricultura escravista, cabocla e nativa conhecida no Brasil.⁴¹

Os camponeses europeus aportavam no Brasil, habitualmente, com toda a família e, não raro, acompanhados de casais da mesma aldeia ou região, em geral sem intenção de retornarem algum dia à pátria velha. Após a travessia, inicialmente realizada em veleiros, mais tarde em navios a vapor, os imigrantes chegavam aos portos provinciais, de onde eram em geral enviados para barracões, nas diversas colônias, antes da instalação definitiva nos lotes.⁴²

⁴⁰ Cf. Secombe, Wally. *Le trasformazioni della famiglia nell'Europa nord-occidentale. Mille anni di storia tra feudalesimo e capitalismo* (ed. inglesa, 1992). Firenze: La nuova Italia, 1997; Vannini, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul. 1906-1970*. 2ª ed. Porto Alegre: EST, Passo Fundo, EdiUPF, 2004.

⁴¹ Cf. Sebesta, Giuseppe. *Museo degli usi e costumi della gente trentina*. 2ª ed. Trento: Museo degli (...), 1993.

⁴² Cf. Molinari, Augusta. *Os navios de Lazzaro: aspectos sanitários da emigração transoceânica italiana: a viagem por mar*. Milano: Franco Angeli, 1988; Amicis, Edmondo De. *Sull'Oceano*. Italia: Garzanti, 1996.

Se as glebas estavam já delimitadas, o colono escolhia seu lote e, depois de 1850, assinava o contrato de compra, deixava a mulher com os filhos pequenos no barracão e iniciava a abertura de clareira na gleba, com ajuda dos filhos homens maiores. Algumas vezes, caboclos práticos eram pagos para realizar o primeiro desmatação. Durante os trabalhos iniciais, construía-se uma moradia muito rústica.⁴³

O cultivo pelo imigrante europeu de terras americanas selvagens é mais um mito do que uma realidade. Habitualmente, as terras colonizadas haviam sido ocupadas, não raro havia séculos, por populações nativas ou caboclas, que eram dizimadas ou escoraçadas para dar lugar à agricultura e ao artesanato mercantil. Bugreiros nacionais, alemães, italianos etc. eram assoldados para realizar a limpeza das colônias de bugres e intrusos.⁴⁴

Aberta a clareira, ampliada a moradia, o núcleo familiar instalava-se no lote, iniciando sua exploração intensiva, apoiada não raro, ao menos nos primeiros tempos, na exclusiva força de trabalho da família. Porém, logo que era possível, comprava um boi de canga, uma mula, uma vaca leiteira, de preços acessíveis, sobretudo em relação aos conhecidos na Europa.⁴⁵

A economia colonial-camponesa procurava igualmente constituir pequeno fundo monetário, não raro depositado nas mãos do comerciante da linha, em alguns casos, mediante o pagamento de pequeno juro ao depositário. Apesar da retórica ideológica, essa

⁴³ Cf. Cf. *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel stato de Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925, v.2, p. 446 e 495.

⁴⁴ Cf. Brunello, Piero. *Pioneiri: Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, 1994; Athanázio, Enéas. “Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?”, in: *Blumenau em Cadernos*, t. XXV, n. 9, set./1984, p. 263-272.

⁴⁵ Cf. De Boni, Luis A. (org.) *La Mérica*. Porto Alegre: EST, 1977; Rech, Tamara & Rech, Marco (org.) *Scrivere per non dimenticare: l'emigrazione di fine 800 nelle lettere della famiglia Rech Checonét*. Feltre: Pilotto, 1996.

produção manteve principalmente o núcleo familiar e garantiu sua reprodução social e biológica.

A produção colonial-camponesa relativamente rústica vivia da força de trabalho familiar e tinha parte de sua produção expropriada pelo Estado, pela produção artesanal e industrial regional e, sobretudo, pelo capital mercantil. Enquanto houve terra disponível, jovens camponeses casados e liberados da tutela familiar abriam novas glebas na região ou, na falta delas, nas colônias novas. No Sul, após ocupar a encosta inferior e superior do planalto, a economia colonial-camponesa expandiu-se para o Planalto Central, para o Alto Uruguai, para as Missões, para o Oeste de Santa Catarina, para o Oeste do Paraná etc., ultrapassando, nesse processo, as próprias fronteiras nacionais.⁴⁶

EXPLORAÇÃO MERCANTIL

Ao longo das linhas, surgiam serrarias, ferrarias, moinhos, casas de pasto, bodegas etc., para suprir as necessidades da produção colonial-camponesa. As casas comerciais das linhas, articuladas com comerciantes fortes das sedes coloniais e cidades, vendiam o que o colono não produzia, por preços altos, e escoavam o excedente colonial, comprado por preços baixos.

A falta de contatos, a ausência de meios de transporte, os custos da venda de pequenas quantidades de mercadoria etc. impediam venda direta da produção colonial-camponesa nas sedes e nos centros de consumo. Sobretudo as grandes casas comerciais apropriavam-se de parte da renda gerada na produção colonial, ensejando acumulação de capital comercial que, principalmente através de operações financeiras, financiou o desenvolvimento

⁴⁶ Cf. Vicenzi, Renilda. “Migrar, Colonizar e Povoar: Chapecó, 1917-1950”, *op. cit.*; Zarth, Paulo Afonso. *Historia agrária do planalto gaúcho, op. cit.*

artesanal, manufatureiro e industrial alavancado pelo mercado nascido, direta ou indiretamente, da economia colonial-camponesa.

No Rio Grande do Sul, as primeiras empresas de porte nas regiões coloniais alemã e italiana surgiram com a Primeira Guerra Mundial, quando da interrupção das importações, devido à militarização da indústria europeia e estadunidense. A crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a política nacional-desenvolvimentista dos anos de 1940 fortaleceram sobremaneira o polo industrial colonial, que explorou, duramente uma mão de obra regional, em falta absoluta ou relativa de terra.⁴⁷

Nos anos de 1880, a crise final do escravismo desviou parte da imigração europeia para São Paulo, centro da produção cafeeicultora, onde, nos primeiros tempos, em especial famílias italianas receberam moradia, terras entre os cafezais para plantar gêneros de subsistência, terrenos para criar alguns animais e remuneração anual em troca do cuidado de certo número de pés de café.

Colonos empregados na cafeicultura adquiriram a seguir nesgas de terras cansadas, fortalecendo a formação do campesinato brasileiro determinada pela imigração europeia dirigida diretamente para as regiões coloniais. Em 1927, existiam trinta mil “pequenos proprietários de sítios” dedicados à cafeicultura. Eram principalmente “ex-colonos que se tinham tornado pequenos proprietários”.⁴⁸

UMA NOVA REALIDADE

Já consolidadas, as unidades produtivas colonial-camponesas passaram a praticar agricultura semi-intensiva e intensiva; serviam-se de ferramentas relativamente desenvolvidas e variadas; utiliza-

⁴⁷ Lazzaroto, V. *Pobres construtores de riqueza*. Porto Alegre: Educs, 1981; Vogt, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul/RS. 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

⁴⁸ Cf. Gorender, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 30.

vam o arado e a tração animal; praticavam a rotação dos cultivos e a adubação parcial, limitada pelo volume do esterco produzido pelo gado ordenhado ou manejado diariamente; cultivavam gêneros de ciclo breve e longo; investiam nas benfeitorias das explorações e na melhoria direta dos campos, através do desmatamento, do despedramento, da irrigação etc.

A importância do cultivo de cereais – arroz, cevada, milho, trigo etc. – e de outros produtos de longa e média conservação, com destaque para as parreiras, determinava que o celeiro, o paiol e a cantina ocupassem papel essencial na organização dessas explorações, que se dotavam de outras importantes benfeitorias e instalações, como chiqueiro, galinheiro, horta, parreiral, potreiro etc.⁴⁹

A ligação permitida pelas picadas e caminhos vicinais entre as explorações camponesas familiares e as sedes coloniais, em contato com aglomeração de maior porte, através de vias terrestres, fluviais, ferroviárias etc., escoava a produção excedente, inserindo essas comunidades, desde um primeiro momento, na divisão regional, nacional e internacional do trabalho. O próprio pagamento da terra, da dívida colonial, dos impostos determinava orientação mercantil forçada, contrabalançando tendências ao acaboclamento.

Ao contrário das comunidades caboclas, as comunidades coloniais esforçavam-se para se localizarem o mais próximo possível das aglomerações urbanas e melhorarem seus meios de acesso a elas, devido à importância crescente das trocas mercantis. Para esses produtores coloniais, não havia dúvida que ocupar a última e mais distante colônia era definitivamente “o fim da picada”!

Em verdade, ali onde não foi garantida a ligação entre a gleba colonial e o mercado, o imigrante fracassou na empresa ou se acabou. A flagrante superioridade da carreta grande colonial-camponesa, com ternos de até doze animais, puxando até três mil

⁴⁹ Cf. Maestri, Mário. *Os senhores da Serra, op. cit.*, p. 86.

quilos, sobre a carreta tradicional brasileira, tracionada por lentas juntas de boi, expressava a importância das trocas mercantis para essa sociedade.⁵⁰

O sociólogo baiano Thales de Azevedo descreveu a diferença do colono em relação às outras categorias de produtores rurais:

Colono: como um camponês típico, diferente do caboclo, do caipira, do roceiro, do peão de estância (...) tem uma tradição diversa e um relacionamento próprio com o meio e com a sociedade nacional. Não depende de patrões e de outros proprietários de terras, enquanto membro de colônias não emancipadas ou ainda não integradas na vida política da sua região, o colono, como indivíduo, não depende patrimonialmente senão de seus próprios recursos e capacidades.⁵¹

⁵⁰ Cf. Molon, Floriano. “O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul”. De Boni, L. [org.] *A presença italiana no Brasil*. II. Porto Alegre; Torino: EST; Fundação Giovanni Agnelli, 1990, p. 503-530; Tedesco, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

⁵¹ Azevedo, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 201.

INTERPRETAÇÕES SOBRE O CAMPONÊS
E O CAMPESINATO BRASILEIRO

AGRICULTURA CAMPONESA

FREI SÉRGIO ANTÔNIO GÖRGEN

Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária.

Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela maneira como se trabalha.

A família camponesa vive e sobrevive com pouca terra. Esta agricultura se faz em pequenas áreas. Nisto se distingue da agricultura latifundiária, feita em grandes áreas e com trabalho alheio.

A agricultura camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultora. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo.

A produção para o autoconsumo, para a subsistência familiar, tem um papel importante na agricultura camponesa. Junto com a posse da terra é um dos elementos fundamentais da constituição do espaço de liberdade proporcionado por esta forma de produzir alimentos e de viver.

Os laços de família são fortes componentes do modo de existir e da cultura camponesa. Alguns teóricos, como o russo Alexander Chayanov – um dos principais estudiosos da agricultura camponesa em todos os tempos – veem na reprodução da família camponesa e dos objetivos que ela própria se coloca, o grande motor da atividade econômica da agricultura camponesa. Por exemplo, se uma família camponesa se coloca – consciente ou inconscientemente – objetivos de vida modestos, vai organizar sua vida econômica em função disto. Já outra família camponesa pode colocar como objetivo formar filhos na universidade e este objetivo conduzirá suas decisões na organização da produção e suas relações com o mercado.

A comunidade é um elemento central no modo de vida camponês. Destruir suas comunidades é destruí-lo por inteiro. Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão.

Uma marca forte da agricultura camponesa no Brasil é a diversidade. Diversidade cultural a partir de raízes culturais diferentes e de jeitos diferentes de se relacionar com a natureza, pois em contato com mundos naturais diferentes. O Brasil é grande e diverso. Os camponeses brasileiros são muitos e têm na diversidade uma de

suas riquezas; eles souberam adaptar-se ao mundo onde fincaram o pé. Por isso que o campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, nos inúmeros agroecossistemas, nos centenas de microclimas, de maneira integrada, convivendo com as especificidades de cada local, vivendo com o que a natureza responde sem ser agredida e destruída em cada cantão, encosta de serra, beira de rio, fundo de pasto, mata adentro, sob chuva intermitente, sob sol causticante, sob geada de inverno: o melhor mapa rural do Brasil é o mapa da diversidade da presença camponesa.

A diversidade cria identidades locais e ambientais. Liga território, práticas sociais, ambiente e cultura. Cimenta identidades culturais que se transformam em trincheiras de resistência. Produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida. Levanta o desafio do diálogo, do respeito e da construção da unidade política entre várias culturas e identidades camponesas para a luta comum pelo direito à existência e pelo direito à construção do futuro.

A diversidade cultural e produtiva própria da vida camponesa é a melhor maneira de lidar com a biodiversidade. Por isso os camponeses são os melhores guardiães da mãe natureza na arte necessária de produzir alimentos para sustentar a humanidade.

Não existe agricultura camponesa em estado puro. Ela está sempre marcada por contradições e enfrentamentos para sua própria afirmação, assim como as permanentes pressões para seu desaparecimento. Vive um processo continuado de afirmação e de tentativas de varrê-la do mapa. Sua existência é sua resistência e sua luta permanente.

No momento histórico em que vivemos, ela está sob pressão do mercado capitalista que a força às migrações constantes, a inserir-se no mercado internacional, a produzir monoculturas, a fornecer

mão de obra para as empresas capitalistas, a endividar-se no sistema financeiro, a integrar-se com agroindústrias, a ser complementar à produção dos latifúndios, a consumir o pacote tecnológico das multinacionais.

Agricultura camponesa e o modo de vida camponês é, ao mesmo tempo, um patrimônio histórico da sociedade humana, um processo contraditório de construção coletiva e uma utopia de vida para uma grande parte da sociedade.

FORMAS DE (RE)PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

FLAMARION DUTRA ALVES
MICHELE LINDNER
SUELEN DE LEAL RODRIGUES

INTRODUÇÃO

As formas de (re)produção familiar no espaço rural derivam de diversas correntes teórico-metodológicas, as quais tratam o produtor rural como camponês, agricultor familiar ou agricultor pluriativo. Essas diferenças conceituais nos remetem ao seu contexto histórico, econômico e geográfico e, dessa forma, se fará uma breve leitura dos clássicos rurais: Kautsky (1972), Lenin (1985) e Chayanov (1974), a respeito do campesinato europeu do século XIX. Com relação ao campesinato revisitado do fim do século XX e início do XXI o conceito é visto na obra de Ploeg (2006) e de autores da Geografia brasileira que defendem uma postura ideológica da categoria “campesinato”, principalmente aqueles que trabalham com reforma agrária e movimentos sociais do campo.

A agricultura familiar, no contexto do desenvolvimento agrário, é interpretada através de autores como Wanderley (1995), Schneider (1999) e Guanzioli (2001). Estes autores fundamentam a ideia de que um modelo viável para desenvolver o espaço rural, com equidade social e econômica, passa pela agricultura familiar. Con-

siderações sobre a pluriatividade e multifuncionalidade no espaço rural aparecem em uma seção final do artigo.

A intenção de debater essa temática é decorrente da constatação de não serem mais as propriedades rurais familiares exclusivamente agrícolas, e também das rendas de algumas famílias que vivem no espaço rural advirem de serviços urbanos. Nesse ponto, a discussão sobre ruralidade e urbanidade seria pertinente, mas neste artigo, o objetivo central é apontar algumas questões a respeito das categorias dos produtores rurais familiares.

O CAMPESINATO E AS FORMAS DE(RE)PRODUÇÃO – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DOS CLÁSSICOS RURAIS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO

Nesta seção do artigo será dada uma ideia geral das obras clássicas de Kautsky, Lenin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas na agricultura, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais e ao campesinato.

A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky

Em sua obra *A questão agrária*, publicada em 1899, Karl Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura, as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, além de fazer prognósticos para o novo século, que se aproximava, com relação à introdução do capitalismo no campesinato.

A ideia central de Kautsky em sua obra é a tese de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente e mais eficaz em relação à pequena propriedade, e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como consequência, a “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a grande propriedade é a melhor “unidade” para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir ou desaparecer.

Kautsky relata as consequências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista, ou seja, a dificuldade do camponês em competir com o grande proprietário.

Como consequências do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, podem-se citar os processos de integração agricultura-indústria, a dependência intersetorial, o extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, o surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, o aumento do êxodo rural e o aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida.

Esse processo determinou um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1972, p. 26) afirma que “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Kautsky mostra-se plenamente consciente do fato de que no campo as formas de produção capitalista avançam inexoravelmente, e tem bem claro o problema das repercussões que a concorrência transoceânica tivera nos mercados agrícolas europeus, processo de competição agrícola que o capitalismo impõe quando se territorializa.

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky afirma que: “a grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Esta, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” (Kautsky, 1972, p. 124). Desse modo, cria-se uma integração agricultura-indústria, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, deixa de ser camponês de subsistência tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado. Fica dependente

dos atributos que antes não tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. Após essas mudanças, o camponês, para Kautsky:

(...) deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (Kautsky, 1972, p. 128-129).

Mas Kautsky não deixou de lado as formas pré-capitalistas e não capitalistas da agricultura, e questionou qual a função dos camponeses no interior de uma sociedade capitalista. O que fazer com os que não estariam integrados totalmente ao sistema? E qual a função deles dentro do sistema?

Nesse sentido, ele faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração e afirma que “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” (Kautsky, 1972, p. 129). E faz previsões sobre a pequena propriedade, a qual está condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista.

As transformações que ocorrem na agricultura, com a integração com a indústria, tornam o agricultor mais vulnerável e dependente do capital. Dessa forma Kautsky, ao mencionar a transformação na agricultura, ressalta que: “qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência” (Kautsky, 1972, p. 160).

Kautsky sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura e afirma que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria, contrariamente à pequena produção. Mas não significa o fim da pequena propriedade, ao

contrário, a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, para que forneçam matéria-prima e vendam para a indústria, para que ela possa revender posteriormente, e ainda, como reserva de mão de obra para os períodos em que a grande exploração precisa de assalariados (Kautsky, 1972).

O autor também enfoca o processo de diferenciação social, e, apesar de admitir a superioridade da grande empresa, deixa clara a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar.

Para isso, Kautsky sugeriu que os camponeses se organizassem em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, em uma organização coletiva do campo, ou numa organização socialista da produção. Assim, poderão, um dia, resolver seus problemas através da socialização entre os camponeses e de uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário.

A desintegração do campesinato em Lenin

Outra obra que marca o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicada em 1899, de autoria de Vladimir Ilich Lenin, em que é analisada a formação do mercado para o capitalismo, mostrando que a desintegração do campesinato é um processo determinado pelas relações de produção em direção ao capitalismo. O autor faz ainda uma análise das consequências mais importantes da inserção desse processo na agricultura.

Lenin realizou seu estudo na Rússia e indicou que o processo capitalista estava provocando uma “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário, além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (Lenin, 1985, p. 83); ou seja, a modificação do padrão de produção das propriedades e a necessidade do capital para a sobrevivência do homem no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado “A desintegração do campesinato”, Lenin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, no qual o camponês, na economia mercantil, fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo dele tanto para seu consumo próprio, como para sua atividade agrícola. Essa transformação cria um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato foi consequência de diversos fatores, processo que Lenin pesquisou em um conjunto de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” (Lenin, 1985, p. 94), ou seja, a perda dos meios de produção.

Desse modo, através dessas informações, ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia, que ocasionou um empobrecimento do camponês e afirmou que esse:

Não era antagonico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (Lenin, 1985, p. 113).

Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo fazem com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais, e nesse sentido Lenin afirma que:

O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem à base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (Lenin, 1985, p. 114).

Portanto, o estudo de Lenin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais, havendo uma oposição de classes: de um lado, a burguesia

rural e de outro, operários agrícolas. Então “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” (Lenin, 1985, p. 202). Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo e um crescimento das grandes propriedades à medida que se desintegram os camponeses, ou seja, o desaparecimento do campesinato é inevitável com o avanço do modo de produção capitalista. Os camponeses deixariam suas propriedades rurais para trabalhar para a grande propriedade ou nas fábricas das cidades.

Outra consequência da expansão do capital na agricultura camponesa é a junção entre indústria-agricultura, conforme Lenin (1985, p. 30): “a união da pequena indústria com a agricultura é a mais típica da economia da pequena burguesia rural”, e esse processo se concentra na pequena parcela de camponeses burgueses.

A unidade econômica camponesa em Chayanov

No contexto de reprodução e existência camponesas, destaca-se o estudo de Alexander Chayanov na obra *A organização da unidade econômica camponesa*, publicada em 1925, que constitui um importante referencial sobre a questão camponesa. Coloca como elemento fundamental a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo, de subsistência da família para entender o trabalho camponês, a chamada “equação braços e bocas” que é a relação entre os membros da família que trabalham e produzem e os membros da família que apenas são consumidores.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov está baseada nos estudos realizados nas economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Nesse caso, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não capitalista pelo fato da ausência do trabalho assalariado e pela não acumulação de capital, sendo um modo de produção.

A dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada deve considerar o número de trabalhadores da família e a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e na sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio (Chayanov, 1974).

A explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não à produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, e o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Chayanov reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista. Ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar – unidade econômica camponesa –, a pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, mesmo que às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vejam obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas. Assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha à de um empresário rural que investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas, sim, apenas busca uma simples remuneração que lhe permite determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (Chayanov, 1974).

Para concluir, Chayanov vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Assim, para continuar no modo de produção camponês, o meio é a unidade econômica camponesa familiar; e caso ingresse no capitalismo, na agricultura-indústria, os camponeses devem se aliar e se unir em cooperativas.

A inserção do capitalismo na agricultura camponesa sob a ótica dos clássicos rurais

Após as leituras das obras clássicas de Kautsky (1972), Lenin (1985), Chayanov (1974) faz-se uma breve consideração sobre a inserção do capitalismo na agricultura camponesa (Quadro 1).

Analisando Kautsky e Lenin, verifica-se que, nesses trabalhos, há uma ideia de que quanto mais se avançam as relações capitalistas no campo, mais há a tendência de que os camponeses e os pequenos proprietários rurais diminuam ou desapareçam, pela lógica da superioridade das grandes propriedades. Logo em seguida, Chayanov, ao estudar a unidade econômica camponesa familiar afirma ao contrário, que o camponês continuará existindo, e quanto mais camponeses se associarem ou cooperarem, a tendência é se fortalecerem.

Chayanov (1974) defendeu o modo de produção camponês em sua base teórica. Já os estudos marxistas (Kautsky e Lenin) apontam para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lenin (1985) destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Quadro 1 – Comparação das obras de Kautsky, Lenin e Chayanov sobre a questão agrária

	KAUTSKY	LENIN	CHAYANOV
Obra	<i>A questão agrária</i>	<i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i>	<i>A organização da unidade econômica camponesa</i>
Lançamento	1899	1899	1925
Ideia central da obra	Superioridade técnica da grande propriedade	Desintegração do campesinato	Teoria da unidade econômica camponesa
Consequências para os camponeses com o avanço capitalista	Expansão das grandes fazendas capitalistas, mas não o desaparecimento total da pequena propriedade	Desintegração total do campesinato em consequência da grande exploração capitalista	Aumento de unidades econômicas familiares
Destino ou saída para os camponeses dentro do capitalismo	Formação de cooperativas	Desintegração dos camponeses pobres em favor da burguesia rural. Assalariamento	Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas

Fonte: Chayanov (1974), Kautsky (1972) e Lenin (1985). Organização: Flamarion Dutra Alves.

Lenin e Kautsky defendem que os pequenos proprietários familiares são conduzidos ao empobrecimento e assalariamento com o desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como consequência a falência da pequena exploração em benefício da grande exploração agrícola capitalista, pois essa organização se ajusta melhor no modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e à produção em escala.

Chayanov diferencia-se de Lenin com relação à base demográfica do rural. O primeiro não via o desaparecimento dos camponeses com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, ao contrário, vislumbrava um aumento dos estabelecimentos de economia familiar. Diferentemente de Lenin, cuja teoria baseava-se na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, seu desaparecimento no decorrer do processo capitalista.

O CAMPESINATO REVISITADO

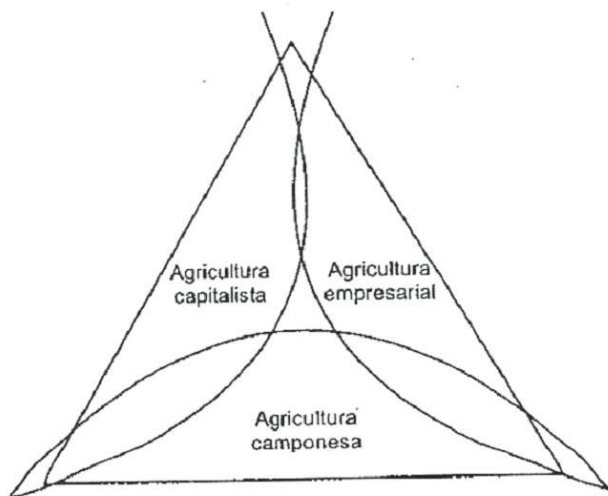
O avanço do capitalismo no espaço agrário não acabou com as formas camponesas, contrariando os estudos de Kautsky e Lenin, mas, sim, se metamorfoseou com adaptações às necessidades e emergências atuais. A busca pela autonomia e independência dos agricultores é vista como um processo de *recampesinização* por alguns autores, como Ploeg (2006). O termo *recampesinização* descrito por Ploeg é entendido como

um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia (Ploeg, 2006, p. 44).

Nas discussões de Ploeg (2006) a respeito do termo camponês, ele entende que se deve ir além do dualismo entre camponês e agricultor capitalista, pois existem diversas formas (figura 1) de categorias de produtores rurais. Percebe que “a agricultura campo-

nesa não é um obstáculo para o desenvolvimento” (Ploeg, 2006, p. 14), pois a diversidade produtiva e as relações socioculturais são completamente diferentes da situação capitalista e empresarial.

Figura 1 – Diferentes, mas interligados, modos de produção



Fonte: Ploeg (2006, p. 17)

Ao tratar do significado de desenvolvimento se discute suas diversas dimensões, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou ambientais. Nesse caso, a agricultura camponesa é a que se mantém em equilíbrio entre esses elementos, não utilizando intensivamente aparatos mecânicos, químicos e biológicos, além de preservar patrimônios simbólico-culturais das populações rurais e de diversificar suas matrizes produtivas, gerando rentabilidade e segurança alimentar.

De acordo com Ploeg (2006), a coexistência dos modos de produção capitalista e empresarial não faz desaparecer a agricultura camponesa, mas cria uma reconfiguração inserindo novos elementos em sua dinâmica, mantendo, entretanto, sua condição camponesa

(tabela 1), ou seja, seu contexto social, simbólico, cultural, de autonomia, e externo às cadeias produtivas.

Esse processo não reflete os antigos modos de vida de camponeses que habitavam lugares distantes e que produziam apenas e exclusivamente para subsistência. Mas, sim, novas dinâmicas para a agricultura camponesa, primando pela autonomia e liberdade de trabalho, ou seja, não a vinculando a empresas agroindustriais, que ditam as regras e normas de produção, além de torná-la dependente dos meios de produção.

Tabela 1 – Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

Modo camponês	Modo empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; cooperação e coevolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do produto	Aumento da escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte: Ploeg (2006, p. 30)

A inserção do capitalismo na agricultura não fez desaparecer o campesinato, para Moreira (1999):

(...) não quero dizer que o campesinato, nessas condições, é eliminado totalmente e sim que a posição relativa que assume o campesinato nas mais diversas formações sociais depende das condições econômicas e políticas nas quais se desenrolam a resolução das contradições específicas dos capitalistas fundiários e dos capitalistas industriais (Moreira, 1999, p. 98).

No Brasil, uma forte corrente de autores e pesquisadores do rural vem utilizando e defendendo a categoria camponês, a partir da década de 1990, principalmente aqueles envolvidos com os movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fernandes (1999),¹ Oliveira (1999)² e Paulino (2006)³ defendem uma postura teórica em que o campesinato deve ser entendido como uma categoria independente economicamente e de maneira autônoma dos grandes grupos agroindustriais e do mercado.

No entanto, uma leitura por esse viés aponta o isolamento dos mercados e das formas capitalistas que força ao ostracismo as populações rurais com o difícil acesso aos mercados consumidores e bens materiais de consumo. Desse modo, a categoria camponês é, para esses autores, uma peça para o processo de desenvolvimento rural sustentável, apesar da baixa integração com os centros urbanos e agroindústrias, pois os agricultores devem produzir para subsistência e comercializar apenas o excedente.

A CATEGORIA AGRICULTOR FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Quando se trata das categoriais de produtores rurais no Brasil, deve-se falar na organização e ocupação do espaço agrário em suas diferentes regiões e nos seus diferentes momentos. Não é objetivo deste artigo fazer leitura evolutiva da estrutura fundiária e das organizações sociais no campo brasileiro,⁴ mas, sim, entender a

¹ Fernandes, B. M. *MST: Formação e territorialização*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

² Oliveira, A. U. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, in: Carlos, A. F. A. (ed.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

³ Paulino, E. T. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

⁴ Sobre esse assunto ver em: Linhares, M. Y. & Silva, F. C. T. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

situação dos produtores familiares no contexto do desenvolvimento agrário brasileiro.

Uma estrutura fundiária menos concentrada e mais igualitária com minifúndios,⁵ pequenas e médias propriedades são encontradas na região sul e sudeste devido ao processo de colonização e ocupação do território. Nessa região, a agricultura familiar é fortemente presente com pequenos lotes e é altamente integrada aos setores industriais (aves, suínos, fumo, leite etc.) e aos centros urbanos, que são próximos uns dos outros devido à estrutura fundiária desconcentrada.

Fora a região centro-sul, o predomínio de médias e grandes propriedades é evidente, e o “desenvolvimento” do espaço rural se dá por meio do agronegócio e da monocultura. Sobre essa dificuldade dos agricultores familiares, Guanziroli (2001, p. 28) diz que: “Ao longo de toda história do país, as oligarquias rurais bloquearam o livre acesso às terras devolutas e quaisquer alternativas que pudessem levar à ascensão social da grande massa de população rural e urbana”.

No estudo de Wanderley (1995) sobre a agricultura familiar, ela diz que há uma certa limitação dos resultados finais:

(...) parece evidente que há fortes restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil. Mesmo os agricultores mais bem dotados de recursos produtivos não ultrapassam um certo limite, definido, antes de mais nada, pelo acesso à terra, condição que parece necessária ao próprio exercício da profissão de agricultor (Wanderley, 1995, p. 55).

Para Wanderley (1995, p. 56), “o acesso à terra, que é o eixo central, constitui a base para a prática da diversificação das atividades produtivas e para a absorção do trabalho familiar no estabeleci-

⁵ Segundo o Incra, as propriedades rurais são classificadas de acordo com os módulos fiscais, que variam de acordo com a região: minifúndio – menos de 1 módulo fiscal; pequena propriedade – de 1 a 4 módulos fiscais; média propriedade – de 4 até 16 módulos fiscais; grande propriedade – mais de 16 módulos fiscais.

mento”, ou seja, o processo de ocupação e colonização do Brasil foi determinante para a organização do espaço agrário, delineando uma estrutura fundiária desigual e concentrada⁶ acarretando profundas desigualdades sociais e econômicas.

Porém, a agricultura familiar tem papel importante na sociedade atual, no sentido de desenvolver as populações rurais e proporcionar às populações urbanas uma diversidade dos alimentos⁷ e o barateamento dos produtos. Dessa forma, Guanziroli (2001, p. 16) diz que: “os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial”.

O mesmo autor mostra em exemplos europeus, no Japão e Estados Unidos a importância da agricultura familiar tanto para o caráter econômico quanto social: “a história da agricultura nos países capitalistas avançados mostra que (...) as vantagens das empresas familiares sobre as empresas capitalistas foram maiores” (Guanziroli, 2001, p. 22).

A agricultura familiar tem maior poder de resistência a crises econômicas, devido à diversidade produtiva, não se atrelando a um único produto. Nesse sentido, Guanziroli (2001, p. 23) ressalta que “a diversificação do sistema produtivo pode elevar o rendimento total por unidade de área agrícola, uma vez que seja projetado para obter as sinergias que surgem da integração da agricultura com a pecuária, das rotações de culturas”.

Embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem

⁶ Na região centro-sul essa concentração fundiária é menor que no restante do país, se contrapondo com milhares de unidades familiares.

⁷ Vale lembrar que certos alimentos só são produzidos pela agricultura familiar, devido à rotina e aos tratamentos no seu sistema produtivo. Conforme Cassel (2007), “a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras”.

revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vêm garantindo sua reprodução social, através da diversificação de suas atividades (Schneider, 1999). O autor ainda destaca a valorização do trabalho familiar nos estabelecimentos rurais, descrevendo as várias atividades não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares.

PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE RURAL: TENDÊNCIAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NO RURAL

O debate sobre a multifuncionalidade e pluriatividade na agricultura, que se aprofundou no fim da década de 1990, vem propiciar algumas reflexões sobre o rumo das unidades familiares no espaço rural. Depois de não desaparecer, conforme as teorias marxistas apontavam, os camponeses se recriam ou se reproduzem com a inserção do capitalismo na agricultura. O uso do termo agricultor familiar é considerado por alguns pesquisadores como daquele produtor rural voltado para o mercado e inserido totalmente no sistema capitalista.

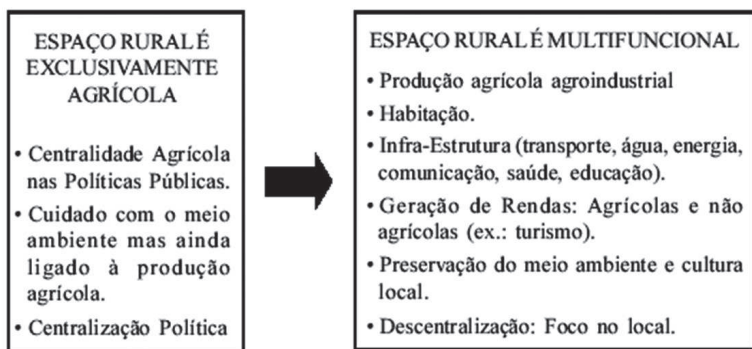
Após algumas pesquisas (Schneider, 1999; Silva 1999) foi constatado em trabalhos com produtores familiares do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente, que os agricultores familiares obtêm renda das atividades agrícolas e das não agrícolas; essa renda advinda da produção não agrícola é interpretada como pluriatividade, e esse processo maior é entendido como a multifuncionalidade do espaço rural, ou seja, as atividades desenvolvidas pelos agricultores não são somente agrícolas.

O estudo de Graziano da Silva *et al.* (2002, p. 63) sobre o *Novo Rural Brasileiro* trata, em síntese, da diversidade de atividades no meio rural e diz que “é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias”. O espaço rural deve ser analisado através de suas múltiplas funções e atividades variadas conforme Silva *et al.* (2002 p. 64) que afirmam que: “o traço comum entre

o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede sua generalização de situações locais específicas”.

A respeito das políticas públicas adotadas no espaço rural, Silva *et al.* (2002) elaboraram um paralelo entre as antigas e as novas formas de políticas para o desenvolvimento rural (Figura 2). Para as velhas políticas, o foco principal era a centralidade agrícola, ou seja, era meramente produtivista e economicista; para a nova política, há uma atenção maior às múltiplas facetas, à heterogeneidade de funções do rural. O rural não é mais visto como um “celeiro de produção”, mas como um espaço de atividades humanas, no qual a produção agrícola é uma dessas atividades.

Figura 2 – Foco das velhas e novas políticas de desenvolvimento rural



Fonte: Silva *et al.* (2002)

A partir desse ponto, entramos na questão da ruralidade, sobre a qual Carneiro (1998, p. 56) afirma: “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola (...) à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade”. Desse modo, as políticas públicas, devem estar voltadas para essa heterogeneidade de pessoas

e de atividades no campo, não generalizando mais o rural como eminentemente agrícola e, sim, como um complexo de atividades.

Conforme Carneiro (1998), a pluriatividade diz respeito a uma multiplicidade de atividades que criam uma nova dinâmica no espaço rural. Esta dinâmica se insere no contexto da multifuncionalidade do território. A correlação entre multifuncionalidade e pluriatividade é estabelecida num contínuo em que a expansão de atividades não agrícolas tem ajudado na preservação ambiental, na diminuição do êxodo rural, na melhoria social, por conseguinte, atingindo um desenvolvimento local.

A respeito dessa heterogeneidade do espaço rural, Maluf (2003, p. 136) ressalta que “é preciso levar em conta os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção agroalimentar, no contexto da elevada heterogeneidade e desigualdade social que caracteriza o mundo rural no Brasil”.

Neste estudo, Maluf (2003, p. 136-137) caracterizou quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira: “a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; e d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural”.

Para o autor, um fator que demonstra a necessidade dos agricultores familiares desenvolverem outras atividades se deve ao limitado espaço que é dado para essa categoria, enquanto que os latifúndios e grandes propriedades dominam o território nacional. Assim, a reforma agrária e a regularização fundiária devem ser implementadas ao mesmo passo que as políticas públicas devem valorizar os agricultores familiares e, não somente, o agronegócio e as monoculturas desenvolvidas por grandes grupos agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas campesinato, agricultura familiar e pluriatividade são tão complexos quanto a heterogeneidade do espaço rural brasileiro. As diferentes características do território nacional, quanto à colonização, estrutura fundiária, condições geográficas etc., permitem dizer que existem as três categorias que foram discutidas nesse artigo.

Quando um agricultor apenas produz para subsistência, não está decretado que ele não é desenvolvido; deve haver motivos para ele não ir além desse tipo de produção, sejam eles geográficos (solo, clima, relevo...), assistência técnica, políticas públicas (crédito), tamanho da propriedade, distanciamento dos consumidores/centros urbanos. Assim, aquele camponês autônomo e não vinculado a empresas agroindustriais está presente no Brasil, porém, vale discutir se esse ator social está satisfeito com sua condição na sociedade atual de produtor para subsistência.

Para o agricultor familiar que apenas produz para as empresas agroindustriais e necessita comprar alimentos, este pode passar por dificuldades conforme o andamento da produção, pois sua renda depende exclusivamente dos contratos firmados com as empresas, e qualquer contratempo ocorrido na produção acarretará na perda de capital e possível endividamento.

Analisando estes casos, verifica-se a importância do agricultor familiar desenvolver sua própria subsistência, além de buscar a ampliação da renda com empresas ou em atividades não agrícolas. Conforme Maluf (2003, p. 150),

a noção de multifuncionalidade da agricultura permite uma abordagem articulada entre agricultura e desenvolvimento local ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao realçar seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais.

Portanto, o enfoque multifuncional da agricultura estimula a diversificação produtiva dos alimentos, além de contemplar

suas inúmeras funções como o desenvolvimento local, equidade socioeconômica, diversidade sociocultural, preservação ambiental e da heterogeneidade do espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria J. “Ruralidade: novas identidades em construção”, in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CASSEL, Guilherme. Agricultura familiar: escolhas e desafios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2007. Tendências / Debates, p. a3.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).
- GUANZIROLI, Carlos. E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972 (1899).
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).
- PLOEG, Jan D. V, der. O modo de produção camponês revisitado, in: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006, p.13-54.
- MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira, in: CARNEIRO, Maria J. & MALUF, Renato S. (orgs). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 135-152.
- MOREIRA, Roberto J. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Tese de doutorado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- SILVA, José G. *O novo rural brasileiro*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999.
- SILVA, José G.; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro, in: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v. 19; n.1, p. 37-67, jan-abr, 2002.
- WANDERLEY, Maria de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção, in: *Reforma Agrária*, n. 2 e 3, v. 25, maio-dez, 1995, p. 37-57.

O CAMPONÊS NO OLHAR SOCIOLÓGICO: DE FADADO AO DESAPARECIMENTO À ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

CLEBER JOSÉ BOSETTI

INTRODUÇÃO

Um personagem estava no palco atuando em seu campo. De repente, uma série de mudanças começa a acontecer ao seu redor e ele se vê acuado, sua jornada torna-se mais árdua, a incerteza inerente à sua atividade é acrescida de outras tão profundas quanto. Incansável, ele continua sua jornada, mesmo sendo considerado um tipo fadado a desaparecer.

No entanto, para os olhos de quem o assistia, o personagem já não estava mais presente! Ainda que continuasse no palco, no mesmo lugar, ele não estava mais sendo visto pela seleta plateia de observadores, ou, quando o viam, estava vestido com outra roupa e incorporando outro personagem. Depois de ver a cena várias vezes, alguém no fundo da plateia observou e apontou: o camponês continua ali! Algumas vozes levantaram-se e concordaram com ele, outras ignoraram seu apontamento e algumas continuaram intransigentes à sua presença.

Essa alegoria poderia muito bem ter ocorrido numa sala de cinema ou numa peça de teatro, onde os críticos, ao fazer suas leituras das cenas, colocam diferentes impressões sobre o conteúdo

apresentado. No entanto, cenas parecidas se passam nas ciências sociais, nas quais a relação entre os fatos sociais e suas descrições/transcrições é marcada por aparecimentos e desaparecimentos. Isso pode ser evidenciado com o camponês na sociologia. Esse tipo social foi identificado, condenado ao desaparecimento e dado como desaparecido. Posteriormente, reapareceu timidamente quando quase ninguém mais contava com sua presença.

A intenção desse artigo é contar esta história em três atos: o primeiro, retomando a literatura marxista, apresenta como o camponês foi visto enquanto um tipo social transitório e fadado ao desaparecimento; o segundo revela a forma como a sociologia identificou a transformação do camponês em agricultor familiar e, por fim, o terceiro descreve as concepções contemporâneas que recolocaram o camponês no palco de visibilidade das ciências sociais. A partir dessa análise, que dimensiona diferentes percepções teóricas sobre o campesinato, o objetivo deste artigo consiste em apontar a necessidade de se pensar o fazer sociológico nos estudos sobre o desenvolvimento rural na atualidade, afinal, a presença e a ausência de um ator social podem se constituir na forma como o olhar sociológico se debruça sobre o mundo social.

NÃO HÁ LUGAR PARA O CAMPONÊS NO CAPITALISMO!

A tese do desaparecimento do camponês, em função do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, foi propugnada principalmente pelos teóricos marxistas. Elaborada parcialmente por Marx no século XIX e aprimorada por Kautsky e Lenin logo em seguida, essa tese ganhou relevância nas discussões acadêmicas ao longo do século XX. O processo de modernização da agricultura, experimentada pelos diferentes países em momentos distintos, contribuiu para a difusão dessa tese, afinal, inegavelmente a modernização representou uma diminuição significativa da população rural e, por conseguinte, do campesinato.

O lugar do campesinato na obra de Marx é bastante controverso e problemático.

Marx não conseguiu explorar os temas da agricultura e do campesinato de forma sistemática dentro de sua obra, o que levou a várias interpretações, muitas vezes equivocadas, das passagens em que o autor de *O capital* referiu-se aos camponeses. Uma das passagens analisadas por Marx acerca do campesinato pode ser visualizada na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, na qual Marx (2003, p. 136) o observou como: “uma massa intensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção¹ isola-os uns dos outros em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo”. A contribuição política dos camponeses para a vitória de Luís Bonaparte levou Marx a compará-los a um saco de batatas, levados por interesses de outros grupos, portanto, não constituindo uma classe social. A ascensão política de Luís Bonaparte, representando a vitória da burguesia sobre o proletariado, foi apontada por Marx (2003, p. 140-143) como um autoflagelo dos camponeses. Se Napoleão havia garantido aos camponeses a propriedade da terra na Primeira República, era justamente essa propriedade (pequena propriedade) que os levaria a bancarrota no cenário de desenvolvimento do capitalismo. Assim, Marx sinalizava que o desenvolvimento capitalista eliminaria o campesinato.

¹ A definição do campesinato como um modo de produção gerou muita discussão dentro do próprio marxismo. Desde Marx, e posteriormente nos marxistas dedicados à questão agrária, a ideia de conceber o campesinato como um modo de produção foi recorrente. Shanin (2005, p. 11-15) destaca três principais acepções dessa relação: como um modo de produção propriamente dito; como um modo de produção específico compondo um modo de produção mais amplo; e como uma entidade que se relaciona com diferentes modos de produção. Em relação aos dois primeiros, ressalta as limitações heurísticas dos conceitos, sendo, portanto, de difícil operacionalização se considerada a dimensão histórica da trajetória do campesinato. Quanto ao último, que sugere uma relação de interação com qualquer sistema societário, considera-o mais próximo da realidade por não congelar o camponês como um tipo social homogêneo e estático.

Chonchol (1994) considera que o problema da interpretação de Marx está na situação ambígua de classe atribuída ao campesinato que, paradoxalmente à compreensão da sociedade dividida em duas classes sociais, incorporava características de ambas, ou seja, enquanto proprietário dos meios de produção poderia ser designado como burguês e enquanto seu próprio assalariado incorporava a classe proletária. Além disso, utiliza-se de argumentos econômicos, com base na análise das relações de produção capitalista, para projetar a desestruturação do campesinato, como é o caso da tendência de redução dos preços agrícolas devido ao desenvolvimento da competitividade da agricultura capitalista.

Esta dedução também aparece numa das poucas passagens de *O capital* em que Marx refere-se a esta relação campesinato/capitalismo. Nesta obra, Marx (1991, p. 706) afirma que

o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro.

No entanto, é preciso considerar que as observações de Marx estavam assentadas nos processos que se passavam na agricultura inglesa do século XIX. Marx não estava aqui estabelecendo uma lei, como muitos insistiram em acreditar, pois ele mesmo reconhece que as análises da propriedade fundiária e de suas formas históricas transcendem os limites de sua obra, que se limitou a pensar as formas capitalistas. Entretanto, os apontamentos de Marx sobre as transformações do capitalismo na agricultura e, por conseguinte, em relação ao campesinato, precisam ser considerados pelas dimensões históricas e contextuais de sua produção escrita.² Além

² A relação da escrita com o contexto teórico e linguístico pode ser visto em Skinner (2003). Este autor inaugurou uma nova perspectiva metodológica para estudar a história das ideias denominadas de contextualismo linguístico, que, de um modo bem simples, consiste em considerar a relevância do contexto social sem supervalorizá-lo

disso, o próprio contexto socioeconômico, marcado pelo intenso desenvolvimento industrial que acelerava as transformações na sociedade, era uma realidade que não poderia deixar de ser observada por Marx naquele momento.

Após essas observações sucintas na obra de Marx, a questão ganhou fôlego no final do século XIX dentro dos debates em torno da Internacional Socialista e dos Partidos Social-Democratas do período. Apesar das transformações sociais e econômicas ocorridas na Europa ao longo desse século, desencadeadas pela Revolução Industrial e pelo processo de urbanização, o número de camponeses continuava sendo muito expressivo e isso obrigava os partidos políticos a colocá-los em suas agendas, afinal, tal contingente não poderia ser ignorado.

Uma das obras clássicas produzidas nesse cenário, acerca da relação camponato/capitalismo, foi *A questão agrária*, de Karl Kautsky. Representante do Partido Social-Democrata Alemão, Kautsky foi muito influenciado pelos embates políticos no interior do partido no momento em que elaborou sua obra. Logo, *A questão agrária* possui um conteúdo teórico-político mais acentuado do que uma investigação empírica propriamente dita. A questão fundamental na obra de Kautsky pode ser sintetizada na seguinte pergunta: há lugar para o camponês na sociedade capitalista? A resposta de Kautsky trilha por dois campos: a questão da escala e a industrialização da agricultura. Kautsky (1980) advoga a tendência de uma divisão social do trabalho na agricultura tal como estava ocorrendo na indústria. Os desdobramentos dessa máxima seriam a especialização produtiva e a centralização do capital. Essa lógica, aplicada à agricultura, levaria o camponato ao “desaparecimento”,

e, ao mesmo tempo, considerar o contexto científico e linguístico no qual o autor está relacionado. Dessa forma, propõe compreender os significados das ideias e teorias a partir das intenções dos seus autores dentro de um contexto linguístico específico.

tal como havia acontecido com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema fabril.

Um dos argumentos usados para sustentar essa projeção foi a relação entre a tecnologia e a escala de produção. Kautsky (1980), a partir do que visualizou em sua época sobre as ferramentas e máquinas (tecnologias disponíveis) voltadas à agricultura,³ sustentou que a grande exploração levaria vantagem sobre a pequena, tanto pelas possibilidades de aquisição quanto pela utilização menos ociosa das tecnologias. Em outras palavras, com o desenvolvimento do capitalismo, a tendência apontada era que somente as grandes explorações seriam viáveis, reafirmando a tese do desaparecimento do campesinato. Abramovay (2007, p. 57) diz que a obra de Kautsky é uma tentativa de demonstrar a superioridade da produção capitalista sobre a familiar, sendo irrefreável o movimento do capitalismo de expropriação do campesinato devido à “industrialização da agricultura” que estava em marcha.

Outro pensador ligado à tradição marxista que permeou o mesmo caminho em relação ao desaparecimento do campesinato foi Lenin. Neste, podemos identificar um esforço empírico mais apurado no sentido de demonstrar a fragilidade das formas de produção camponesa diante do desenvolvimento do capitalismo. Lenin (1985, p. 48) trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo, na direção de uma economia mercantil, atua sobre a agricultura criando uma divisão no campesinato entre camponeses ricos e camponeses pobres. Essa divisão é fomentada pelo desenvolvimento do mercado interno, que, na visão de Lenin, estimula a separação entre produção e consumo, impulsionando a desestruturação do campesinato. Tendo como critérios de definição o tamanho da propriedade e as técnicas acessíveis para ambos os grupos, deduziu que, dadas essas condições,

³ Shanin (2005) considera que em Kautsky a indústria é apresentada como o motor da transformação capitalista da sociedade rural, seguindo de forma muito similar as explicações desenvolvidas por Marx em relação à agricultura na Inglaterra.

havia uma tendência de desintegração do campesinato pobre e uma ascensão do que chamou de burguesia camponesa.

Nesse sentido, Lenin defende a existência de um processo similar de divisão social do trabalho, orquestrado pelo capitalismo na agricultura, na medida em que as forças produtivas se desenvolvem o suficiente para constituir um mercado interno. Porém, este desenvolvimento acaba sendo caro ao campesinato, que, no final do processo, tem seu destino traçado na proletarianização. Para Lenin (1985, p. 114),

o campesinato antigo deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural que constitui a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil. Os novos tipos são a burguesia e o proletariado rural.

Apesar disso, Lenin admite que esse processo não é imediato, sendo, portanto, uma projeção a longo prazo que poderia demorar para acontecer de forma efetiva.

O que há em comum nas abordagens de Marx, Lenin e Kautsky é a constatação, sob a forma de um prognóstico, da inevitável desintegração do campesinato sob o desenvolvimento capitalista. As injunções do mercado sobre o camponês, levando-o a entrar num mundo de competição e dependência, não seriam suportadas, tal como havia acontecido com os artesãos no setor industrial com a implantação do sistema fabril. Esse parece ser o raciocínio de Marx e de seus seguidores,⁴ que, sob a luz de uma teoria sistêmica, procuraram estabelecer um lugar para um determinado grupo social.

⁴ É importante ressaltar que as posições de Kautsky e Lenin em nenhum momento foram unânimes, nem representavam um consenso, dentro da política partidária socialista e no seio da própria Internacional Socialista. Havia divergências históricas e políticas entre anarquistas e socialistas; ortodoxos e revisionistas; sociais-democratas e populistas. Dessa forma, o recorte que fizemos aqui foi apenas um recorte limitado da literatura marxista adotado pelo critério de terem essas obras citadas sido as mais representativas e influentes na sociologia rural ocidental. As disputas dentro do marxismo em torno da questão agrária e de outros temas políticos podem ser encontradas em Hobsbawm (1984).

Uma crítica cabível ao marxismo pode ser construída em torno do essencialismo teórico⁵ presente nessa corrente, que reduz a dinâmica social à existência de duas classes. A forma de conceber o campesinato como um modo de produção parece ter sido um dos principais problemas da interpretação marxista. Isso porque tal interpretação acabou criando uma espécie de congelamento histórico do camponês, isto é, restringindo seu comportamento típico a uma dada conjuntura histórica como sendo a única condição pela qual se podia defini-lo. Foi sob a luz deste essencialismo teórico que o camponês foi visto como fadado ao desaparecimento.

Ainda dentro do arcabouço marxista, mas apresentando posicionamentos mais ponderados, mesmo em função do contexto de produção de sua obra, Shanin (2005) discute acerca das tendências implicadas pela transformação capitalista na agricultura. Contrariamente às posições mais fatalistas, considera que “os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se integram à economia capitalista circundante”. Nessa perspectiva, ainda que as inflexões do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura sejam vistas como incontestáveis, implicando em condições socioeconômicas desfavoráveis, isso não significa que tais imperativos determinem o desaparecimento do campesinato. Sob essa ótica, embora o autor fale em modo de produção camponês, esse conceito parece ser mais maleável, sendo suscetível de reformulações em função das próprias condições históricas impostas pela sociedade da qual o camponês faz parte.

Apesar disso, parece inegável o processo de marginalização submetido ao campesinato. À medida que a agricultura capitalista foi se desenvolvendo a pressão sobre os camponeses foi aumentando.

⁵ Ver Laclau e Mouffe (1985). Nessa obra, os autores discutem a insustentabilidade dos essencialismos teóricos dentro da ciência social contemporânea, em especial dentro do marxismo.

do significativamente, em especial, nos países com uma estrutura fundiária concentradora e com ausência de políticas públicas por parte do Estado. Um processo de desestruturação das formas de produção camponesas marchou a passos largos, desde o contexto em que os autores clássicos da questão agrária dentro do marxismo expuseram suas ideias e, principalmente, com a modernização da agricultura no século XX. Pontualmente, eventos como a chamada “revolução verde”,⁶ desenvolvida a partir de meados do século XX, expressam esse processo seletivo e de marginalização ao qual o campesinato foi submetido com o desenvolvimento do capitalismo.

O problema das interpretações marxistas acerca do fim do campesinato parece estar muito mais nos intérpretes, que se apropriaram das ideias, do que no conteúdo expresso por estas. Shanin (2005) alerta para os usos e generalizações feitas em torno do termo camponês, inclusive dentro do marxismo, que em geral levam à perda do conteúdo explicativo. Isso porque muitas dessas teorizações perderam de vista a dimensão empírica, tornando-se distantes das experiências e práticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais.

Fechando esse primeiro ato, cabe ressaltar as implicações que uma dada teoria possui na apreensão do real. Nas palavras de Bourdieu (2002, p. 137), “o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, conforme os princípios de visão e divisão”. Nesse sentido, a visão que propugnou o desaparecimento do campesinato nada mais foi do que um princípio de visão e divisão do

⁶ O termo revolução verde designa, conforme Goodman *et al.* (1990, p. 34), “a internacionalização do processo de produção através do controle e modificação dos processos biológicos de produção que determinam o rendimento, a estrutura, a maturação e absorção de nutrientes pela planta e sua compatibilidade com os insumos industriais”. Esse processo se desenvolveu ao longo do século XX nos países desenvolvidos, tendo um impulso significativo após a Segunda Guerra Mundial e sendo difundido para os demais países a partir da década de 1960. O pacote tecnológico da chamada revolução verde é, em geral, associado ao processo de modernização da agricultura, como o que aconteceu no Brasil a partir da década de 1960.

mundo social, ancorada no poder de nomeação pertencente ao discurso científico. Em outras palavras, a primazia teórica de uma determinada corrente, sobreposta aos pressupostos empíricos de observação da realidade, incutiu a tese de um prognóstico acerca do desaparecimento do camponês, invisibilizando sua presença na moderna agricultura das sociedades capitalistas.

O CAMPONÊS SE TRANSFORMOU!

No contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, em decorrência das mudanças socioeconômicas ocorridas nos países desenvolvidos, uma nova vertente explicativa na sociologia passou a defender a ideia da transformação do campesinato. Esse contexto foi marcado por um processo de modernização nas economias europeias, especialmente nos países capitalistas, que se manifestou de forma intensa sobre a agricultura com a modernização do setor. Nessa modernização, fomentada pelas políticas públicas do Estado, a agricultura passou a funcionar segundo uma lógica produtiva eminentemente determinada pelo mercado, fato que exigiu uma racionalização produtiva de caráter empresarial, mesmo no caso de unidades produtivas de caráter familiar. O Estado foi o grande impulsionador das mudanças no setor agrícola, viabilizando um modelo de agricultura de base familiar orientada por uma perspectiva produtivista, ou seja, pela racionalização e mercantilização da produção.

Seguindo parcialmente as perspectivas marxistas citadas anteriormente que, em geral, apontavam para os efeitos da estrutura macroeconômica sobre a forma social de produção camponesa, alguns pensadores lançaram um olhar sobre o camponês, indicando seu desaparecimento através de uma metamorfose que o transformaria no agricultor familiar moderno.

Esse percurso teórico foi trilhado por autores como Henry Mendras (1967), que em sua obra denominada *La fin des paysans*, identificou o desaparecimento da figura do camponês tradicional na

agricultura dos países europeus a partir de meados do século XX. No campo de visão desse autor, com as políticas agrícolas do Estado voltadas para a agricultura de base familiar, a forma social camponesa havia sido superada; afinal, os agricultores passaram a operar numa lógica produtiva baseada no mercado, transformando-se assim no agricultor familiar moderno.

Antes de entrar na discussão dessa suposta metamorfose, parece importante pensar, ainda que de forma sucinta, no conceito de camponês.

Shanin (2005) desenvolve uma argumentação crítica em relação às concepções generalizantes que consideram os camponeses como pertencentes a uma sociedade, possuidores de uma economia e com uma organização social e política própria. Admitindo que não haja um modelo típico de camponês, esse autor procura compreendê-lo a partir do estabelecimento rural familiar, ou seja, a unidade de produção familiar como um ponto comum para definir o camponês. No restante, suas características não são homogêneas, modificando-se no tempo e no espaço. Numa linha de raciocínio parecida, Ciro Flamarion Cardoso (2002) procura definir o camponês, do ponto de vista econômico, a partir de quatro características: 1) acesso à terra; 2) trabalho eminentemente familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, ainda que sem excluir sua relação com o mercado; e 4) certa autonomia na gestão das atividades.

A discussão conceitual em torno do campesinato⁷ é reconhecidamente vasta. Considerando tal diversidade, o recorte teórico desse

⁷ Chonchol (1994) ressalta que a definição de camponês apresenta um conjunto vasto de enfoques teóricos. Entre esses enfoques destaca os da antropologia, que enaltecem as especificidades culturais do campesinato como uma cultura parcial; os marxistas e toda a discussão em torno de o camponês ser uma classe social ou não; o modernizante, que analisa o camponês como sendo o tradicional comparado com o moderno, de autores como Chayanov e Tepicht que procuraram compreendê-lo a partir de uma lógica produtiva diferente da sociedade envolvente, ainda que estabelecendo relações com essa sociedade.

trabalho está centrado na dimensão socioeconômica do conceito, ou seja, o camponês é pensado aqui como um tipo social a partir das características de sua unidade produtiva, sem perder de vista as imbricações indissociáveis com as questões levantadas pelos demais enfoques.⁸ Essa escolha teórica de certa forma está inter-relacionada com a própria problemática do trabalho, ou seja, a relação entre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a permanência/superação de uma lógica camponesa de produção.

Mendras (1978, p. 44) definiu o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir”. Nesse sentido, observa a existência de uma racionalidade camponesa calcada num modo de vida, no qual a produção para a subsistência é o elemento impulsionador da sociedade, ou seja, o camponês é um tipo social que possui traços típicos em comparação com a racionalidade da sociedade capitalista. Isso não significa descartar a ocorrência de relações econômicas com a sociedade envolvente, mas estas se constituem num plano secundário, já que a lógica da produção para a subsistência é primordial na sociedade campesina.

Em suas argumentações, Mendras segue parcialmente a vertente marxista, na medida em que confirma a tese do desaparecimento do campesinato no momento em que o modo de produção camponês é desestruturado pela integração capitalista, mas, ao mesmo tempo, transcende essa concepção ao identificar que os camponeses se transformaram em um tipo de agricultor profissional, adaptado ao cenário da agricultura capitalista.

Assim, inaugura uma tradição de pensamento que posteriormente ficou conhecida na sociologia rural como pós-marxista.

⁸ O interessante é que, mesmo partindo de um recorte analítico centrado em torno das ideias de modo de produção e unidade familiar de produção, as correntes teóricas aqui levantadas chegam a resultados diferentes acerca da presença do camponês com o desenvolvimento do capitalismo.

As correntes teóricas denominadas de pós-marxistas visualizaram, no contexto de modernização da agricultura, a transformação do camponês em agricultor familiar. Assim, surgem duas categorias sociais calcadas em bases muito parecidas, a relação entre a terra como meio de produção e o trabalho eminentemente familiar, como elementos delineadores das especificidades sociais desses produtores em relação às demais formas de produção na agricultura. Lamarche (1997, p. 16) diferencia estas categorias afirmando que “a exploração camponesa é uma forma de exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa”. Podemos afirmar que ambas constituem-se como formas sociais de produção, assentadas no tripé terra/trabalho/família, diferenciando-se pela racionalidade e forma de inserção no mercado, ainda que esta divisão seja uma inferência científica que não consegue responder à diversidade de arranjos existentes no mundo social.

A corrente pós-marxista, que defendeu a tese da transformação do camponês em agricultor familiar, tomou como pressuposto a incapacidade do campesinato de existir enquanto forma social de produção num ambiente marcadamente controlado por relações mercantis intensas que, por si, inviabilizariam as possibilidades de reprodução da forma social camponesa. Para Mendras (1978, p. 246),

atualmente a sociedade industrial volta-se contra o campesinato, do qual saiu, e o condena irremediavelmente porque não pode tolerar algo que se rebele contra sua racionalidade. O fim dos camponeses, no sentido preciso aqui dado a este termo, já foi atualmente alcançado no Ocidente.

Para além de estabelecer a incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato, como já haviam esboçado os teóricos marxistas e liberais da economia clássica, Mendras conclui que o camponês já não existe mais nos países desenvolvidos, ou seja, vai de um prognóstico a um diagnóstico.

Abramovay (2007, p. 139) afirma que, “tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e instituições nacionais tomam

conta da vida na aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem”. O que podemos identificar aqui parece ser a existência de um camponês estático, concebido tão somente de forma isolada ao mercado e a qualquer tipo de racionalização que não seja a da estereotipada noção de subsistência. Paradoxalmente, não se concebe o campesinato em suas especificidades enquanto unidade produtiva, na medida em que os critérios e referenciais analíticos, usados para se compreender a agricultura capitalista, são utilizados para se pensar a lógica camponesa. Novamente, podemos perceber que o referencial teórico e as categorias de análises utilizadas pelos pesquisadores são determinantes para visualizar o social sob determinadas óticas.

Por outro lado, a máxima marxista da proletarização camponesa não se evidenciou em sua totalidade,⁹ já que apenas uma parte deste campesinato se transformou em proletariado e a outra não se constituiu como uma burguesia rural como apontava Lenin. Algo diferente ocorreu a partir desta tensa relação entre o campesinato e o capitalismo no cenário do pós-Segunda Guerra, algo que foi visualizado pelos teóricos da vertente pós-marxista como a transformação do camponês em agricultor familiar.

Abramovay (2007, p. 140) afirma que

o que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura.

⁹ Isso não significa que o processo de proletarização não tenha ocorrido. No caso brasileiro, por exemplo, com a chamada modernização da agricultura nas décadas de 1960-1970, a ocorrência do êxodo rural foi um fenômeno intenso, aspecto que realça parcialmente as dificuldades do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No entanto, como reforçam intérpretes desse processo da agricultura brasileira, como Graziano Silva (1982) e Maria Nazareth Wanderley (2003 e 2009), o mesmo não ocorreu de forma homogênea e totalizante como os marxistas projetavam um século antes.

Ao mesmo tempo que afirma a tese do desaparecimento do campesinato, isenta o autor de *O capital* de um prognóstico definitivo, para o qual não tinha condições de estabelecer, no contexto histórico e científico em que escreveu.

Os agricultores familiares, que se constituíram com a modernização da agricultura, diferenciam-se dos camponeses por sua capacidade de inserção na economia de mercado. O critério da inserção no mercado parece ser o principal fundamento da diferenciação entre o camponês e o agricultor familiar nas abordagens pós-marxistas, embora a maioria dos enfoques sobre as sociedades camponesas não excluísse essa integração. Isso pode ser visto em autores como Wolf (1976), para o qual o camponês sempre existe dentro de um sistema maior, logo, suas estratégias produtivas acabam sendo adaptadas em função das características das sociedades às quais pertence.

O que foi considerado pelas abordagens pós-marxistas parece ter sido o fato de que, com a modernização, a lógica camponesa de produção tenha sido alterada.¹⁰ Assim, o camponês saiu de cena porque se transformou em agricultor familiar! No entanto, a diversidade de condições em que esses agricultores familiares se encontram e as múltiplas estratégias que precisam mobilizar para se reproduzirem apontam dúvidas sobre o “desaparecimento” do camponês. Halamska (1998) estabelece uma tipologia de classificação entre os diferentes tipos de agricultores familiares existentes. Assentados sob a mesma base – terra/trabalho/família –, a diferença do campesinato em relação à categoria agricultor familiar está, para

¹⁰ Aqui, a dimensão da desestruturação da unidade de produção camponesa aparece num primeiro plano, ou seja, o campesinato deixa de existir em função das adversidades suscitadas pela dinâmica da agricultura capitalista. Outros enfoques, como os da antropologia, sinalizados por Chonchol (1994) na figura do teórico Redfield, identificam essa desestruturação a partir do contato com o urbano, ou seja, a lógica camponesa deixa de se reproduzir em função de um determinante que também é de origem cultural.

esta autora, calcada em aspectos culturais e produtivos, nos quais os conhecimentos e o modo de vida tradicional, o peso da subsistência na racionalidade produtiva e a forma de encarar os padrões sucessórios diferenciam os camponeses dos agricultores familiares. Entretanto, as abordagens denominadas de pós-marxistas não observaram estas diferenças.

Além disso, o marco referencial dos autores da corrente pós-marxista está centrado na experiência europeia. A experiência da Europa pós-Segunda Guerra Mundial, com uma política de desenvolvimento capitalista induzida pelo Estado, fez uma opção de investir na agricultura familiar, ou seja, modernizar as unidades produtivas familiares até então designadas de camponesas. Quando se observa a realidade agrícola de países como o Brasil, por exemplo, mesmo com o processo de modernização agrícola ocorrido nos anos subsequentes, percebe-se que não houve esta mesma preocupação,¹¹ pelo menos não de forma significativa como na Europa e em outros países como o Japão.

As implicações teóricas da concepção pós-marxista exerceram muita influência no cenário político do final do século XX. Ainda que suas análises tenham reconhecidamente um peso mais significativo em alguns países, em função do próprio padrão de modernização presente neles, os argumentos dessa corrente teórica contribuíram para fomentar uma espécie de invisibilização do campesinato. Contudo, é preciso considerar que muitos dos apontamentos levantados tanto pelos marxistas quanto pelos pós-marxistas, no que se refere às inflexões do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura, de fato se manifestaram no espaço

¹¹ Isso não significa que não tenha ocorrido uma incorporação do pacote tecnológico modernizador por parte da agricultura de base familiar no Brasil no período. Autores como Graziano Silva (1998) e Maria Ignez Paulilo (1990) indicaram que houve tal incorporação, ainda que parcial e regionalizada, tanto geograficamente, como em função de determinadas culturas produzidas.

rural deixando marcas visíveis, inclusive em relação à condição dos camponeses.

O CAMPONÊS NO SÉCULO XXI

Contrariamente ao caminho traçado pelas vertentes teóricas marxistas que, de um modo geral, proclamavam o fim do campesinato à medida que o desenvolvimento capitalista avançasse na agricultura, ao descortinar o cenário do século XXI podemos identificar nas bordas de um palco chamado agricultura, a presença de um tipo social cujas características nos levam a conceber que o camponês não só continua presente, como pode representar uma forma alternativa ao modelo produtivista hegemônico nas sociedades capitalistas de mercado.

Uma corrente contrastante à abordagem marxista pode ser encontrada em Alexander Chayanov. Esse pensador russo, que viveu no início do século XX, observou a economia camponesa com um olhar empírico desmistificado das clausuras teóricas que prendiam os demais pensadores marxistas da questão agrária. Chayanov procurou ver o camponês a partir da sua lógica interna de sobrevivência, ressaltando suas estratégias e racionalidades. Conforme Abramovay (2007, p. 69) “em Chayanov o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento”. O que aparece aqui é a visualização de uma forma econômica e social que possui regras próprias, cuja compreensão escapa aos olhos da macroeconomia e torna-se compreensível pelo viés de uma microeconomia.

Sendo assim, o campesinato é concebido como um modo de produção capaz de se inserir e coexistir paralelamente a diferentes formas históricas de produção, inclusive, a capitalista. Essa visão foi reforçada por teóricos como Jerzy Tepicht, para o qual, segun-

do Chonchol (1994), o modo de produção camponês é parecido, mas não igual ao conceito marxiano, ou seja, o modo de produção camponês não é necessariamente gerador de uma formação social particular, incrustando-se em outras formações.

Para Chayanov (1974, p. 42), “na atualidade, a unidade econômica camponesa em quase todas as partes está ligada ao mercado capitalista de mercadorias, sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada do modo capitalista”. Nessa perspectiva, o autor refuta as máximas dos demais clássicos marxistas e liberais de que o capitalismo, em seu desenvolvimento, levaria ao desaparecimento do campesinato. O trabalho empírico de Chayanov demonstrou que a unidade camponesa de produção consegue desenvolver uma racionalidade própria que lhe permite, mesmo que no limite de suas possibilidades, inventar estratégias de autorreprodução para amenizar as inflexões do desenvolvimento capitalista; logo, o campesinato não chega a ser antagonico ao desenvolvimento do capitalismo.¹²

A compreensão da presença camponesa no século XXI pode ser concebida a partir de uma determinada perspectiva teórica que remonta à compreensão chayanovista da economia camponesa e de um contexto no qual se visualiza uma condição de crise no modelo de desenvolvimento da chamada agricultura produtivista. Van der Ploeg (2008), principal expoente dessa tese, descreve essa crise a partir de uma inter-relação entre natureza, sociedade, agricultura e os atores envolvidos. Essa crise pode ser dimensionada no campo dos

¹² Na sociologia brasileira, autores como Maria de Nazareth Wanderley (2009) e José de Souza Martins (2010) observaram que, em determinados contextos da história do Brasil, a utilização de relações de produção não capitalistas eram extremamente funcionais ao próprio processo de acumulação capitalista. Em ambos os autores, o camponês aparece como um tipo não capitalista cujo trabalho, porém, cumpre uma função primordial para a acumulação capitalista. Apesar dessas distinções, aponta para pontos de aproximação entre os três modos de produção, o que explica o fato de que, mesmo com a modernização da agricultura e a tendência de predomínio do modo empresarial e capitalista, o modo camponês continua existindo.

agentes (envolvendo questões de mercado, preços, renda), no campo agroambiental (efeitos degradantes da agricultura sobre o meio ambiente) e no campo social (quantidade, qualidade e distribuição dos produtos produzidos frente às demandas sociais). A tese desse autor é a de que a ascensão do que ele denomina de *império* (grandes corporações controlando a agricultura via mercado), como princípio orientador do processo produtivo na agricultura contemporânea na distribuição e no consumo de alimentos, bem como os processos extremos de degradação ambiental e de desigualdade social no campo, acaba produzindo formas alternativas a este modelo.

A ideia de império, apresentada pelo referido autor, pode ser entendida como a maximização das relações capitalistas na agricultura. Nesse sentido, os pressupostos de Marx e dos demais marxistas clássicos da questão agrária, de que o capitalismo também avançaria sobre a agricultura, não estavam totalmente errados. No entanto, o que eles não consideravam é que os indivíduos possuem a capacidade de forjar estratégias diversas para resistir a um contexto de adversidade, especialmente na agricultura, cuja especificidade de garantir aos indivíduos o mínimo necessário lhes permite aos mesmos sobreviver de maneira relativa às inflexões do capitalismo sobre suas formas de produção.

A persistência dos camponeses em pleno século XXI pode ser compreendida pela racionalidade imanente ao seu modo de produção. Van der Ploeg (2009) descreve o modo de produção camponês como possuidor de algumas especificidades em relação ao modo capitalista de produção.¹³ Dentre estas especificidades

¹³ Metodologicamente, Van der Ploeg trabalha com a existência de três principais modos de produção na agricultura atual. O modo de produção capitalista, o empresarial e o camponês. O primeiro é marcado pelas relações de trabalho assalariado e voltado essencialmente para o mercado; o segundo pode ser constituído por formas familiares, porém, numa lógica mercantil, e o último diferencia-se dos anteriores por sua relação mais autônoma relativamente ao mercado.

podem-se destacar: os recursos limitados com que opera sua unidade produtiva; a abundância do trabalho (familiar) para compensar a escassez de recursos e a maior autonomia em relação ao mercado. O conjunto articulado desses elementos possibilita aos camponeses desenvolver suas atividades numa relação de menor dependência aos mercados, aspecto que pode ser favorável, principalmente nos momentos de crise no setor.

A retomada da concepção de um modo de produção camponês com suas especificidades, sobretudo em torno da relativa autonomia em relação aos mercados, torna-se fundamental para se compreender a presença camponesa na atualidade. Seguindo esse raciocínio, Van der Ploeg (2008, p. 23) identificou um processo de recampesinização presente tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como um movimento não linear de resposta à crise agrária. Para Ploeg, está em marcha um processo quantitativo de aumento do campesinato (a recampesinização é fomentada pelas empresas familiares que não conseguem acompanhar as exigências do mercado) e também qualitativo, afinal a caracterização do camponês se dá em função da sua capacidade de se manter com uma significativa autonomia em relação ao mercado.

Essa percepção, apontada pelo referido autor, é peculiar ao método analítico que ele utiliza. Apontar qualitativamente e quantitativamente o aumento do campesinato, nos moldes acima referidos, acaba sendo uma demarcação impregnada pelo método utilizado para fazer tal análise. O importante aqui não parece ser provar, a rigor, a evidência desses números, mas observar que os camponeses enquanto sujeitos sociais e portadores de uma forma peculiar de produção continuam presentes numa sociedade em que o capitalismo avançou significativamente na agricultura.

A recampesinização pode ser considerada uma estratégia de reprodução, inventada por unidades familiares, que são excluídas da lógica produtivista da agricultura capitalista. A lógica camponesa

procura maximizar seus fatores de produção de forma a evitar a subordinação imposta pelo mercado. Essa racionalidade já havia sido observada por Chayanov (1974), quando este afirmava que as unidades de produção camponesas se estruturam de modo a valorizar a força de trabalho familiar como principal fator de produção, adaptando as técnicas de produção, a escala e a quantidade de mão de obra disponível na família. O que ocorre aqui pode ser considerado como a existência de uma racionalidade camponesa, que difere da racionalidade capitalista e, ao mesmo tempo, opera com elementos fornecidos por esta última. Explorar ao máximo os recursos naturais e humanos, disponíveis na unidade de produção, torna-se uma estratégia de fugir à dependência e à subordinação total ao mercado que tornariam inviável a reprodução da unidade familiar.

Reconhecendo a não linearidade desse processo (paralelamente ocorrem a desativação de unidades produtivas e a concentração de capital em outras), Van der Ploeg (2008, p. 40) procura explicar o camponês a partir da condição camponesa, ou seja, da sua luta por autonomia numa sociedade marcada pela subordinação. Neste ponto, podemos estabelecer algumas aproximações teóricas com Chayanov e os teóricos da microeconomia, bem como com os próprios teóricos da antropologia, como Eric Wolf. Entretanto, o camponês não é um tipo social que está meramente reaparecendo no cenário atual, pois sua presença pode ser identificada ao longo do trajeto da agricultura moderna. Para Van der Ploeg (2008, p. 33), “um dos buracos negros criados pela ciência é o fato de ter ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isso significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia”.

Seguindo esta linha de raciocínio, parece que o problema fundamental está no delineamento teórico das abordagens acerca do rural na contemporaneidade. O camponês foi tirado de cena em

função das prerrogativas das teorias estruturalistas – neste caso, o marxismo – que desconsideravam a margem de atuação dos agentes em relação às estruturas. Nesse sentido, retomamos Bourdieu (2004), quando este afirma que os agentes sociais são guiados pelo senso prático. Dessa forma, não são meras marionetes da estrutura objetiva do campo ao qual pertencem, nem agem racionalmente orientados por sua subjetividade, mas operam através de estratégias elaboradas a partir das regularidades existentes. Trazendo essa perspectiva para o caso do campesinato, é possível visualizar esse tipo de comportamento, afinal, os camponeses se utilizam de estratégias próprias nas relações que os envolvem na sociedade capitalista.

Assim, podemos considerar que as oscilações, entre a presença e a ausência do camponês na sociedade capitalista, estão inextricavelmente associadas às teorias e categorias de análise empreendidas pelos cientistas sociais para observar a realidade. Dessa forma, concordamos com Bourdieu (2004, p. 48) quando este afirma que “não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma iniciativa já que só pode dar respostas quando é questionado”. Assim, conforme o instrumental teórico e conceitual utilizado para observar o mundo social, as respostas podem ser diferentes. O caso do camponês parece ilustrar esta afirmação. Neste sentido, o camponês enquanto um tipo social que produz de uma forma específica na agricultura, estabelecendo relações diferenciadas com o mercado capitalista em relação às demais formas de produção, sempre esteve presente. O que ocorreu em determinados contextos foi um processo de invisibilização por parte das ciências sociais acerca da presença camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a realidade vivida pelos sujeitos sociais e a apreensão discursiva dada a essa realidade pela ciência social, existem mediações e limitações iminentes ao processo de construção do conhecimento.

Há limites no conhecer humano que não possibilitam um conhecimento pleno sobre os processos sociais a ponto de apreendê-los em sua totalidade. Há também mediações simbólicas e teóricas, próprias a determinados contextos históricos e linguísticos, que colocam ao cientista social um determinado campo de visão sem o qual ele não consegue sistematizar aquilo que investiga. As diferentes cosmovisões acerca do camponês na sociedade capitalista se fundam em torno desses dois dilemas.

As explicações marxistas sobre a relação entre capitalismo e campesinato, em especial dos autores clássicos da questão agrária, apontavam um cenário negativo. Em relação a isso, três questões parecem fundamentais para avaliar o pensamento marxista da questão agrária. Primeiramente, é necessário contextualizar as obras em sua época, na qual expressão socioeconômica e ideológica sinalizava para uma polarização social em que o camponês não era visualizado. Em segundo lugar, cabe ressaltar que tais prognósticos, ainda que relativizados a seu contexto de produção, conseguiram retratar parcialmente a configuração da agricultura capitalista moderna, na medida em que a agricultura eminentemente camponesa do século XIX deu lugar à forma de exploração capitalista como preponderante. Por fim a utilização dos textos clássicos marxistas da questão agrária que, muito em função das posições político-ideológicas de seus intérpretes, ganharam conotações que fugiram ao rigor e à coerência dos originais. A invisibilização do campesinato na sociologia parece muito mais decorrente dos usos e interpretações do que de qualquer lei imanente às próprias teorias.

Sendo assim, não se pode apenas condenar historicamente o legado marxista, afinal, há contribuições inegáveis dessas abordagens para a compreensão da agricultura no capitalismo. Se alguns teóricos atuais como Van der Ploeg falam em recampesinização, sua abordagem não deixa de referenciar algumas das “previsões” levantadas pelos teóricos marxistas. O que são os impérios alimentares

senão as forças capitalistas tentando controlar a agricultura? Mesmo sabendo que um controle total é impossibilitado pela especificidade ontológica da agricultura (não ser uma atividade controlada totalmente pelo homem), as inflexões capitalistas sobre este setor são inegáveis e podem ser vistas na racionalidade produtivista, nas relações de trabalho, no controle das agroindústrias, no agronegócio, entre outras características da agricultura contemporânea.

Em relação às concepções que reconsideram a presença camponesa na atualidade, há pelo menos três pontos que precisam ser destacados. Primeiramente é preciso considerar o caráter empírico dos trabalhos, ou seja, são observações que não perderam de vista o que está acontecendo no universo do social/real a partir do comportamento dos sujeitos que estão em cena na agricultura atual. Além disso, cabe destacar as especificidades da atual conjuntura da agricultura e do próprio capitalismo, onde a exaustão de um modelo de desenvolvimento rural, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista ambiental, impulsiona a busca de alternativas, sendo a lógica camponesa uma dessas possibilidades.

Por fim, não se pode perder de vista que se trata de uma percepção acerca do social que parte de alguns pressupostos e conceitos, cuja especificidade está calcada numa concepção menos fechada do modo camponês de produção e numa maior consideração pelo sujeito histórico.

Contudo, a condenação, o desaparecimento e o reaparecimento do camponês nos ensinam que, na prática sociológica, a transposição de determinados referenciais teóricos para a apreensão dos fenômenos sociais não pode ser tomada sem a devida crítica e, principalmente, sem uma observação empírica detalhada, tal como recomenda Bourdieu (2004b). Afinal, o fato de o camponês ser visto no palco, ter desaparecido, se transformado e reaparecido posteriormente, além de refletir o que estava acontecendo no palco, indica a forma como os olhares estavam sendo lançados sobre esse palco, ou seja, refere-se ao método de análise das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *et al. O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004(b).
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas, in: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAZIANO SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.
- HALAMSKA, Maria. Relações com a sociedade global, in: LAMARCHE, Hugues (org.). *Agricultura familiar. v. II*. Campinas: Unicamp, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- LAMARCHE, Hugues. (org.) *A agricultura familiar: v. I*. Campinas: Unicamp, 1997.
- LENIN, Wladimir Illich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. *O capital: crítica à economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.
- MENDRAS, Henry. *La fin des paysant*. Paris: Actes Sud, 1967.
- _____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- NAVARRO, Zander. Nunca cruzaremos este rio a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o caso da reforma agrária no Brasil, in: *XXXII Encontro anual da Anpocs*. Caxambu, mimeo, outubro de 2008.
- PAULILO, Maria Ignez. *Produtor e indústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: URGs, 2008.
- _____. O modo de produção camponês revisitado, in: SCHNEIDER, Sérgio (org.). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

- RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: o papel do sindicalismo de trabalhadores rurais pós-1964, *in*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde e PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Brasília: Nead; São Paulo: Unesp, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, *in*: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fevereiro de 2003.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista, *in*: *Revista Nera*. Ano 8, n. 7, julho/dezembro de 2005.
- SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades, *in*: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, outubro de 2003.
- _____. *O mundo rural como espaço da vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e a ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

O CAMPESINATO CONTEMPORÂNEO COMO MODO DE PRODUÇÃO E COMO CLASSE SOCIAL

HORACIO MARTINS DE CARVALHO

PRÓLOGO

Os camponeses têm sofrido perseguições políticas e sociais, opressões ideológicas e religiosas e formas diversas de exploração econômica. É difícil se encontrar um período da história humana, história essa na qual sempre estiveram presentes os camponeses nas suas mais variadas formas de organização social e de se relacionar com a natureza, sem que o tratamento dispensado aos camponeses não fosse rebuçado pelo desdém e pela humilhação.

Nas formações econômicas e sociais dominadas-hegemonizadas pelo modo de produção capitalista, tem predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses.¹ Mesmo que a população urbana dependa da produção de alimentos e das matérias-primas provenientes da agricultura, e que a maior parte desses produtos seja originada das práticas de produção dos camponeses, estes têm sido percebidos, pelas mais distintas razões e

¹ Consultar: Welch, Clifford *et al.* (orgs.). *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas*, v. I. São Paulo; Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.

preconceitos, tanto pelos latifundiários, pelos capitalistas da grande empresa no campo, assim como pela maioria da população urbana, como os pobres da terra ou, numa expressão mais pertinente de Fanon² ao se referir aos povos negros e colonizados na África, como os “*condenados da terra*”.

Referindo-se “ao homem da enxada” no século XIV, Jacob (2003)³ afirmou que:

O desprezo e a desconsideração pelos camponeses permanecerão durante vários séculos ainda como um dos traços mais característicos da mentalidade ocidental. Por muito diferentes que sejam as formas de vida social de povos como os ingleses, os franceses, os italianos, os alemães ou os polacos, aquilo que não muda de uns para os outros é precisamente o desprezo por quem cultiva o cereal que há de ser transformado em pão (...).

Os camponeses, na maior parte das regiões do mundo, têm sabido sobreviver a essas ações desagregadoras e discriminatórias que são estimuladas pela concepção de mundo capitalista e colonial, e era intrínseca à concepção de mundo feudal quando os camponeses eram servos da gleba. Ainda assim, é necessário se ressaltar que, no caso particular do Brasil, somado a essas ações contra os camponeses, deve-se considerar o preconceito cristalizado na subjetividade das classes dominantes pelos resquícios ativos da mentalidade escravista e racista (negro e índio), reforçada pelo desprezo dos trabalhadores manuais e pobres, subjetividade essa que construiu uma concepção de mundo e de prática social dominantes de discriminação social dos camponeses que se espraia ideologicamente como senso comum.

Para resistir e superar essa concepção de mundo das classes dominantes no Brasil de discriminação social dos camponeses,

² Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

³ Jacob, Heinrich Eduard. *Seis mil anos de pão. A civilização humana através de seu principal alimento*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003, p. 239.

associada à tendência intrínseca do capital, na dinâmica da sua reprodução ampliada, de eliminar ou submeter todos os demais modos e formas de produção aos seus interesses de classe social, inclusive homogeneizando o universo geral da produção sob o padrão reprodutivo capitalista, o campesinato necessita mais do que nunca de se construir politicamente e se comportar como classe social em contradição inconciliável com o capital.

É sobre essa reflexão, num questionamento persistente e continuado, que este texto foi elaborado. O elemento central é a reflexão sobre as hipóteses de se apreciar o campesinato contemporâneo no Brasil como modo de produção e como classe social, sem necessariamente abordar essas duas categorias, ainda que distintas, como excludentes entre si.

Levei em conta a grande diversidade de formas como os camponeses se apresentam nos variados contextos do país, assim como as inúmeras autodenominações ou as denominações referidas por outros pelo qual são conhecidos os camponeses nas regiões do país. No entanto, apesar dessa diversidade, é possível sugerir que existe uma especificidade camponesa. Isso quer significar – essa é minha intenção –, que no capitalismo contemporâneo, mais acen-tuadamente a partir da década de 1950, o campesinato no Brasil pode ser compreendido como um modo de produzir e de viver especificamente camponês.

Entretanto, como o campesinato na sua práxis social estabelece uma relação contraditória com o modo de produção capitalista – portanto, diferentes modos de produção em contradição no âmbito da formação econômica e social brasileira – as tentativas de opressão e de desagregação por parte da burguesia com relação ao campesinato tem como desenlace lutas sociais de classe: burguesia contra campesinato.

Nesse contexto de contradições sociais irreversíveis, a luta social do campesinato contra a burguesia faz com que o campesinato se

comporte politicamente como classe social. Nesta perspectiva não haveria conciliação possível entre o modo de produção capitalista e o modo de produção e de viver camponês. Ao menos na dimensão maior da abstração e da construção teórica. Toda tentativa estrutural de conciliação do campesinato com o capital, ainda que conjunturalmente tal iniciativa possa parecer vantajosa para uma parcela de camponeses, seria um caminho direto para ampliar a subalternidade do camponês ao capital.

O desafio maior que enfrentam os intelectuais orgânicos do campesinato é a construção da autonomia relativa dos camponeses perante o capital. E, para tanto, seria fundamental que a consciência política camponesa avançasse para um nível de compreensão sobre essa autonomia relativa simultaneamente com a negação do modo de produção capitalista. E, passo fundamental, é o despertar da consciência camponesa de que seu modo de produzir e de viver está em contradição com o modo de produção capitalista.

Considero que nos confrontos econômicos, políticos, ideológicos e culturais do campesinato com a dominação-hegemonia do modo de produção capitalista, no âmbito das complexas formações econômico e social contemporâneas, o campesinato deveria se comportar como classe social em contradição com a classe social burguesa, mesmo que se descreva, explique e particularize o campesinato como modo de produzir e de viver.

A principal contradição de classes sociais no Brasil é a do proletariado com a burguesia no âmbito das relações sociais de produção capitalista. No entanto, nas condições objetivas e subjetivas da formação econômica e social brasileira contemporânea, o campesinato como classe social em contradição com as mais distintas frações da burguesia nacional e transnacional passa a apresentar elevada relevância, seja na disputa pela terra e pelos recursos naturais que esta suporta, seja pelas evidências concretas de que a grande empresa capitalista agrícola é nociva não apenas ambiental, como econômica, social e culturalmente.

Neste texto mantivemos a prudência possível, ainda que rebuçada de ousadia, para enfrentar as dificuldades apresentadas no tratamento do tema camponato, como ressaltou Shanin em 1966: “(..) O camponato não encaixa bem em nenhum de nossos conceitos gerais de sociedade contemporânea. Esta ‘exasperante’ qualidade camponesa parece subjazer em todos os problemas de pesquisa deste campo”.⁴

A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES

De fato faz sentido perguntar se naquela época (século XVI) não seria preferível morrer do que levar vida de camponês.⁵

O desprezo e a discriminação social das classes dominantes em relação aos camponeses foram e continuam sendo uma prática social corrente no Brasil. Apesar dos camponeses estarem presentes em todos os Estados do país e se constituírem nos principais produtores de alimentos, eles são considerados como um modo de produzir e de viver em vias de desagregação e desaparecimento, devendo ser substituídos, na intenção hegemônica, pela grande empresa capitalista no campo, que é produtora de mercadorias em grandes extensões de terras, praticando o monocultivo, a degradação e a contaminação do meio ambiente e se reproduzindo movida unicamente pelo lucro.

Uma das graves consequências desse desprezo e discriminação social com relação aos camponeses no mundo é que

(...) Pela primeira vez na história da humanidade (2009), mais de 1 (um) bilhão de pessoas, concretamente 1,02 bilhão, sofrerão de desnutrição

⁴ Shanin, Teodor. El camponato como factor político, in: *La clase incómoda. Sociología política do camponato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Anexo A, (publicado originalmente em *The Sociological Review*, v. XIV (1966), n. 1). Madri, Alianza Editorial, 1983, p. 275.

⁵ Jacob, Heinrich Eduard. *Camponeses desprezados*, 2003, p. 245.

em todo o mundo (...) O diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico Agrícola da FAO, Kostas G. Stamoulis, disse que é a primeira vez na história que o mundo tem tantos famintos. Para ele, a situação é uma contradição, porque o mundo tem muita riqueza, apesar da crise. Neste ano, afirmou, temos quase um recorde da colheita de grãos, então não há falta de comida, há falta de acesso.⁶

O caráter de mercadoria dos alimentos por si só limita o acesso dos pobres. As pressões do mercado e incentivos contribuem para o intercâmbio de culturas alimentares fundamentais que também podem ser usadas na alimentação de animais ou gerar combustível, com a possibilidade de produzir culturas para uso estritamente industrial, se o preço for interessante, e com a enorme quantidade de acúmulo e especulação em *commodities* agrícolas. A terra pode ser cultivada para uma série de propósitos: produzir alimento para pessoas – que tem um grande potencial de também alimentar animais – e matérias-primas industriais (algodão, pinhão-manso, milho para produzir açúcar e outros produtos, e culturas como o feno, que são estritamente para animais). São os preços do mercado que orientam a produção dos agricultores (...).⁷

Estima-se que aproximadamente 70% da pobreza mundial esteja concentrada em áreas rurais.⁸ Isso se deve, entre outras causas, ao fato de que os camponeses dos países pobres estão enclausurados num círculo vicioso: os governos não investem o suficiente na agricultura camponesa e os produtores locais estão perdendo as suas terras devido à pressão das grandes empresas capitalistas. Como consequência, esses camponeses migram para as periferias urbanas onde mergulham em outros círculos de pobreza. Isso porque as soluções para a superação das causas

⁶ *Folha On-line*. “Crise deve levar número de desnutridos a mais de 1 bilhão em 2009”, diz ONU. Roma, France Presse, 19 junho de 2009; <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u583427.shtml>>.

⁷ Magdoff, Fred. Comida como mercadoria, *in*: Revista *Retratos do Brasil*, n. 55, seção Alimentos, artigo: Fome e Mercado, fevereiro de 2012, p. 24-31.

⁸ Golay, C. H. Los derechos de los campesinos, *in*: Decourt, Laurent. *The future of peasant agriculture confronted by the pressures on land*. Cetri, décembre 2010. Disponível em: <<http://www.cetri.be/spip.php?article1957>>.

da fome no mundo estão muito longe de serem equacionadas, considerando-se que a fome crônica é percebida pelas instituições multilaterais, pelos governos e pelas empresas privadas transnacionais mais vezes como um negócio do que como uma questão de humanidade humilhada pela fome e desigualdade social.

(...) até certo ponto podemos admitir (...) que as raízes profundas do pauperismo encontram-se no campo, mas que seus dramas mais espetaculares desenrolam-se nas cidades. As causas da pobreza camponesa, já observadas na primeira parte do século XIV, continuaram ativas durante pelo menos cem anos, com uma intensidade acentuada pelos elementos desfavoráveis de uma conjuntura de crises. Mas é o afrouxamento e a ruptura dos laços com a terra que constituem o episódio crucial e o teste de empobrecimento camponês.⁹

Apesar de uma história de desprezos e discriminação social, e um aparente afrouxamento e ruptura dos laços com a terra, os camponeses estão fortemente presentes em todas as formações econômicas e sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. E permaneceram como camponeses na maior parte das experiências de cooperativização e coletivização nos países onde se implantou práticas socialistas de produção na agricultura.

Há, contudo, uma consciência política presente nos camponeses – não apenas nos camponeses contemporâneos que continuam vivenciando as mazelas das suas relações com as empresas e valores capitalistas, mas também dos povos originários camponeizados – de que a pobreza é uma situação indesejável e que o desprezo e a discriminação social dos demais em relação a eles não contribuem para se construir uma sociedade solidária e afirmadora dos valores éticos fundamentais de solidariedade e convivência entre os diferentes.

⁹ Mollat, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989, p. 23-232.

Os camponeses e a sua relação com a natureza

É sempre complexa e frágil a relação antrópica do homem com a natureza. E tem sido os camponeses aqueles entre os produtores rurais que melhor oferecem, seja individualmente seja nas mais diversas formas de cooperação, condições objetivas e subjetivas de se relacionarem harmoniosamente com a natureza, apesar dos avanços tecnológicos e das formas de produzir antissocial e antiambiental que o capitalismo impõe à produção na agricultura.

O padrão tecnológico dominante, cujo eixo estratégico é a artificialização da agricultura, portanto, a efetiva transformação da agricultura num ramo da indústria, enfrenta oposições importantes com o avanço da agricultura ecológica praticada predominantemente pelos camponeses que incorporaram no seu que-fazer as concepções e práticas da agroecologia.

Cada civilização estabelece uma relação material e imaterial com a natureza. Hoje, a crise da civilização moderna é, antes de tudo, uma crise de suas formas de se apropriar dos recursos, processos e serviços do mundo natural. São os modos agroindustriais de produzir a causa primeira e fundamental da destruição ecológica em todas as regiões do planeta, e de seu principal efeito: a mudança climática.¹⁰

Mesmo sendo os camponeses aqueles que se constituem como os produtores rurais em que repousa a esperança da humanidade para a incorporação de outro padrão de produção e tecnológico de relação antrópica do homem com a natureza, não se percebe a superação do desprezo e da discriminação social da maior parte da população com relação aos camponeses.

A subalternidade histórica da maioria dos camponeses ao capital os tem induzido, pela adoção parcial ou total do padrão tecnológico dominante, a uma relação com a natureza cada vez menos harmo-

¹⁰ Toledo, Victor M. La agroecología, fundamento de una “república amorosa”. México: *La Jornada*, 3 de marzo de 2012. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2012/03/03/opinion/022a2pol>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

niosa. E quanto mais se submetem, pelos mais distintos motivos, às inovações tecnológicas geradas pelas empresas transnacionais de produção de insumos, mais vezes violentam o modo de produzir e viver que dá sentido à lógica da reprodução social dos camponeses: um convívio construtivo (coevolução) com a natureza e com a comunidade camponesa.

Não devemos esquecer de que toda tecnologia é portadora da ideologia daqueles que a geraram. A ideia da neutralidade da tecnologia (e mesmo da ciência) só favorece à ideologia da alienação que afasta as pessoas, e constrói um senso comum que fetichiza a técnica, da compreensão e explicação do papel da tecnologia na dominação-hegemonia dos interesses de classe da reprodução social da burguesia.

Resistência social camponesa

Os camponeses, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram¹¹ socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. Revoltas camponesas, participação relevante em revoluções sociais, resistência social localizada de grupos de camponeses, de famílias isoladas respondendo ao ultraje da violação de seus espaços de produção e de viver e de seus saberes têm sido uma prática social constante, poderíamos dizer desde sempre, na história das histórias camponesas. Mas é na formação econômica e social sob a dominação do modo de produção capitalista que o camponês está seriamente ameaçado de desagregação social e de desaparecimento.

Apesar da extensão das superfícies cultivadas no mundo, os países do (Hemisfério) Sul conhecem, há várias décadas, um fenômeno de

¹¹ Consultar: Motta, Márcia e Zarth, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*, v. I. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2008; e v. II. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

‘descampenização’ dos territórios agrícolas. Assim o confirma a recente transição demográfica na qual o número de habitantes urbanos supera o de rurais. O que impacta, mais além das diferenças regionais, é a rapidez e a magnitude desta transição. Em 1970, a população mundial, estimada em 3,7 bilhões de pessoas, contava ainda com 2,4 bilhões de habitantes rurais contra 1,3 bilhões urbanos. Um quociente que começou a se inverter em princípios do século XXI, ainda que hoje 3,5 bilhões de pessoas vivam em comunidades urbanas contra 3,2 bilhões nas zonas rurais (Borras, 2009).¹²

As classes dominantes têm-se constituído como uma das geradoras da concepção e da práxis social – econômica, política e ideológica – que considera os camponeses como condenados a desaparecer, acentuando insistentemente as vantagens econômicas da grande empresa capitalista no campo. Por outro lado, parte considerável do que se poderia denominar como “as classes populares urbanas” assiste a essa pressão opressora sobre os camponeses como um episódio de um drama sobre o qual se sentem impotentes para intervir, seja porque chafurdeiam nos atoleiros da ideologia do senso comum, seja porque aceitam tragicamente o que-fazer das suas histórias como um destino pré-determinado pelo “imponderável”.

A não realização de uma reforma agrária e a tolerância ignominiosa e consentida com a degradação da natureza por parte das classes dominantes capitalistas, evidenciam que as pessoas e a natureza são consideradas pela burguesia, direta e indiretamente, como objetos exclusivos de serem manipulados pelos capitalistas, e como um recurso econômico cujo uso é definido apenas pela rentabilidade financeira.

¹² Borras Jr., S. Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges – an introduction. *JPS (Journal of Peasant Studies)*, 36:1, p. 5-31, 2009, *in*: Delcourt, Laurent. El futuro de las agriculturas campesinas ante las nuevas presiones sobre la tierra. Lovaina la Nueva (Bélgica): Cetri, Agriculturas Campesinas, 14 de diciembre de 2010, p. 2-3. Disponível em: <http://www.cetri.be/spip.php?page=cetri&id_mot=178&lang=es>.

A resistência social camponesa contra as mais distintas formas de opressão não significa apenas que os camponeses do Brasil desejam permanecer como produtores rurais familiares, o que já é de elevado significado. Mais do que isso, eles buscam construir, via as suas instituições de mediação de interesses e os apoios modestos de políticas públicas, um projeto para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação-hegemonia do modo de produção capitalista.

Mesmo que os camponeses estejam indiretamente sugerindo para o debate nacional outro modelo de produção e outro padrão tecnológico para a agricultura, tem havido uma redução no número de famílias camponesas na maioria dos países, embora no Brasil, entre os dois últimos censos agropecuários, foi possível se constatar uma relativa estabilidade no número total de estabelecimentos rurais camponeses.

Não há dúvida de que os valores hegemônicos no mundo capitalista estão sendo veementemente contestados, e que a suposta desagregação do campesinato vem sendo negada por todos aqueles que sugerem outro paradigma civilizatório para a vida humana.

Nesse contexto histórico mundial, os camponeses não somente afirmam o seu modo de produzir e de viver como distinto daquele modo de produção imposto pela dominação-hegemonia capitalista, como sugerem no cotidiano da sua reprodução social que outro processo civilizatório é necessário para que a relação homem-natureza seja redefinida.

Os camponeses sempre disputaram o acesso à terra

A formação do campesinato no Brasil¹³ se realizou historicamente numa relação de contradição e de subalternidade com o latifúndio

¹³ Consultar: Neves, Delma Pessanha e Silva, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas de tutela de condição camponesa*, v. I. e *Processos de constituição e reprodução do campesinato no*

da sesmaria, com as empresas mercantis e, depois, capitalistas. Não houve nem há trégua econômica, política ou social em qualquer momento da história brasileira para que o campesinato se consolidasse e pudesse manter sua reprodução social sem hostilidades por parte das classes dominantes.

Nas mais distintas regiões do país e nas mais variadas formas¹⁴ em que esse campesinato tenha se constituído, desde o intruso nas brechas dos latifúndios até os colonos pobres migrantes europeus trazidos para cá como um empreendimento capitalista, o campesinato sempre foi tratado, na concretude do processo da expansão capitalista no campo, como uma massa de pequenos produtores rurais familiares, úteis porque podiam e podem oferecer alimentos baratos e se constituir como reserva de força de trabalho para as empresas capitalistas do campo e das cidades.

Essa discriminação social contra os camponeses tem fundamentos econômicos e ideológicos, inclusive religiosos, que atravessam os séculos, ao menos desde os fins da Idade Média (séculos XIV e XV) na Europa.

Essa hostilidade ao camponês nada tinha a ver com o fato de ele ser ou não um homem livre. O número de camponeses livres e de servos presos à terra manteve-se equilibrado durante bastante tempo. A perseguição contra os camponeses só começou quando os proprietários fundiários seculares – aos quais imediatamente se veio juntar a Igreja, que era na verdade a grande proprietária de terra – perceberam que a odiada agricultura era afinal uma ótima fonte de rendimento. A partir desse momento os camponeses livres começaram a ser expropriados (...). Quando os latifundiários se aperceberam de que a terra rendia mais na sua mão do que na posse dos pequenos proprietários, o destino

Brasil, formas dirigidas de constituição do campesinato, v. II. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.

¹⁴ Consultar: Godói, Emília Pietrafesa de; Menezes, Marilda Aparecida de; Marin, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. I; e *Diversidade do campesinato: estratégias de reprodução social*, v. II. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Nead, 2009.

destes últimos ficou traçado (...). O camponês livre passa então a ser perseguido de todas as maneiras imagináveis, pela perversão da lei, da violência, por meio de documentos forjados, pela força das armas (...)¹⁵

Os camponeses no Brasil sempre necessitaram disputar a terra com os latifundiários e conviver traumáticamente com as ameaças e ações efetivas de grileiros, jagunços e milícias para nela se manterem, nem sempre com resultados positivos. E tiveram que enfrentar as mais distintas dificuldades para que permanecessem na terra sem constrangimentos, seja aquelas produzidas pelas circunstâncias da conjuntura econômica, seja aquelas outras, artificiais, construídas pelos governos. Mesmo os colonos estrangeiros que aqui aportaram para atender aos interesses e conveniências dos empresários capitalistas no campo tornaram-se objeto de manipulações inescrupulosas, desde a sua localização territorial pouco favorável a uma agricultura com incipiente desenvolvimento das forças produtivas, até a sua inserção em contextos de mercados agrícolas já oligopolizados. A própria libertação dos escravos foi parcial pelo fato de não se ter realizado, ao mesmo tempo, uma reforma agrária pelos governos da época que dessem terras aos libertos da escravidão e lhes proporcionasse a possibilidade formal de se constituírem como camponeses. Os quilombos e as comunidades rurais de distintas origens esparramadas por todos os rincões do país evidenciam que o acesso facilitado à terra e o apoio de políticas públicas aos camponeses teriam sido indispensáveis para que essas famílias de pequenos produtores rurais familiares tivessem tido uma história menos opressiva do que a que vivenciaram.

Os camponeses têm sido discriminados socialmente. E como trabalhadores manuais, desprezados. As classes dominantes, nos diversos períodos históricos da formação econômica e social brasileira, sempre se mantiveram racistas (em face dos povos indígenas e dos

¹⁵ Jacob, Heinrich Eduard. *Op. cit.*, 2003, p. 242-243.

negros) e preconceituosas com relação aos trabalhadores manuais, artesãos ou não. Esse reacionarismo cultural perdura e realimenta constantemente o desprezo pelos camponeses.

Não houve outro caminho para os camponeses, no sentido de garantirem a sua reprodução social, senão o da revolta e da resistência social à opressão e à discriminação.

A hegemonia das ideias da grande exploração

No entanto, no contexto contemporâneo brasileiro, desde a modernização conservadora da agricultura iniciada pela ofensiva dos capitais oligopolistas transnacionais sob a denominação de “revolução verde” nas décadas de 1950-1960, e reeditada em níveis mais avançados de tecnologias capital-intensivas e de artificialização da agricultura a partir da década de 1990, a ideologia dominante a favor da grande exploração capitalista na agricultura, vulgarmente denominada de agronegócio, levou de arrasto as concepções de mundo da maior parte dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo de defesa dos interesses corporativos dos camponeses, no sentido de aceitarem, parcial ou integralmente, essa lógica dominante.

Um dos sintomas mais evidentes da hegemonia das ideias sobre a grande exploração capitalista no campo e do destino dos camponeses como povos sem futuro foi a indefinição teórica e prática, no âmbito dos movimentos e organizações sociais populares no campo, em particular dos seus intelectuais orgânicos, com relação à necessidade da construção de uma teoria do campesinato contemporâneo (ou da busca de um referencial) no sentido de responder à indagação: campesinato é um modo de produção específico e ou uma classe social no âmbito da formação econômica e social brasileira? Questão essa que ao ser respondida, ou ao se ter instalado um diálogo construtivo sobre o tema, contribuiria para esclarecer se a relação camponês-capital é uma relação entre interesses con-

traditórios de classes sociais distintas ou se o campesinato seria apenas o resíduo anacrônico de grupos sociais “pré-capitalistas” já em fase de extinção, portanto, econômica e socialmente obsoletos e sem futuro.

A proposta aparentemente conciliatória dominante tem sido que o desenvolvimento das frações do campesinato capazes de avançar para uma condição de pequena burguesia no campo só seria possível a partir da articulação – leia-se subordinação – dessas frações do campesinato com as grandes empresas do agronegócio, estas sim, percebidas como as únicas passíveis de propiciarem o desenvolvimento das forças produtivas no campo.

Mas, não tem sido apenas a pressão econômica e política dos latifundiários e das empresas capitalistas no campo com relação aos camponeses que os oprimem e sufocam. Há outras formas de discriminação política e ideológica, por vezes explícitas, outras vezes dissimuladas no apoio filantrópico aos “trabalhadores rurais”, aos pobres do campo, aos condenados da terra. A seguir, trataremos da pressão destruidora contra os camponeses exercida pela expansão e acumulação capitalista. Mais adiante, no item: “Os ambíguos aliados dos camponeses” se abordará a nebulosa compreensão de parcelas dos setores de centro-esquerda no Brasil com relação ao campesinato.

A PRESSÃO DO CAPITAL PARA DESAGREGAR OS CAMPONESES

A hipótese da desagregação dos camponeses em O capital

A transformação capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas. Capitalismo significa ‘descamponesação’ – no século XIX, esse ponto de vista foi, em geral, adotado pelo ‘público ilustrado’, com muito poucas exceções: os românticos reacionários, os populistas rígidos e alguns ‘revisionistas’ da Social-Democracia alemã. Todos eles, porém, foram desafiados pela frente única dos economistas

acadêmicos e pela maior parte dos marxistas ortodoxos. Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria.¹⁶

É oportuno frisar que Marx não predicava moralmente sobre o camponês como pequeno produtor rural familiar proprietário de terra, ainda que manifestasse em algumas afirmações certa desconsideração pelos camponeses pobres. A partir do seu método de estudo e compreensão da realidade, o materialismo dialético, ele acentuava que no processo de acumulação capitalista e de concentração da produção a tendência era, nas suas palavras,

(...) o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: *o processo de dissociação entre o operário e a propriedade sobre as condições de seu trabalho*, processo que de uma parte converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto de outra parte converte os produtores diretos em *operários assalariados*. A chamada *acumulação originária* não é, pois, mais do que o *processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção* (...)¹⁷ (grifos no original).

A dinâmica da economia agrícola inglesa, já em fase de avançado desenvolvimento capitalista para a época (meados do século XIX), foi uma das referências de Marx para a compreensão da expansão do capital no campo. Na maior parte dos outros países europeus, o campesinato ainda vivenciava de maneira aguda as sequelas históricas da servidão feudal, em particular aquelas que se manifestaram através da opressão e da discriminação social, da pobreza, do isolamento, do analfabetismo e do menosprezo pelos elementares instrumentos de trabalho por eles utilizados nos processos de trabalho.

¹⁶ Shanin, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente, *Revista Nera*, ano 8, n. 7, jul.-dez. de 2005, p. 7.

¹⁷ Marx, Karl. *El Capital. Crítica de la economía política*, v. I, (A chamada acumulação originária). México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed. española, 1958, p. 608.

Karl Marx considerava que no processo de expansão e acumulação capitalista o camponês, e as outras formas de produção pré-capitalistas seriam eliminados tendendo a economia para uma homogeneização na forma de produzir determinada pelo modo de produção capitalista.

(...) a transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes, e as volta contra os trabalhadores. Entretanto, desde que o capital e seu processo existam, conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de trabalho. Subseqüente desenvolvimento mostrará como o capital destrói o trabalho artesanal, a pequena propriedade de proprietários que trabalham etc., e até a si mesmo, nas formas em que não se mostra em contradição com o trabalho: no pequeno capital e nos tipos intermediários ou híbridos, situados entre os modos de produção antigos (ou as formas que estes assumam em função de sua renovação à base de capital) e o modo de produção clássico, adequado, do próprio capital.¹⁸

E quais os pressupostos históricos, indagava Marx, para que o trabalhador seja encontrado como trabalhador livre?

(...) o comportamento do trabalho em relação ao capital, ou as condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha. Sobretudo, por conseguinte:

• *Dissolução do comportamento* em relação terra-território – como condição natural de produção, com a qual ele se relaciona como sua própria existência inorgânica; como o laboratório de suas forças e domínio de sua vontade. Todas as formas em que essa propriedade corre supõem uma *comunidade* cujos membros, a despeito das diferenças formais que possa haver entre eles, são *proprietários* como membros da comunidade. Por isso, a forma original dessa propriedade é, ela mesma, *propriedade comum imediata* (...);

¹⁸ Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 109.

- *Dissolução das relações* em que ele figura como proprietário do instrumento. Assim como a forma de propriedade de terra acima presume uma *comunidade real*, essa propriedade do trabalhador sobre os instrumentos pressupõe uma forma particular do desenvolvimento do trabalho manufatureiro como *trabalho artesanal* (...);
- Incluído em ambos está o fato de que ele tem em seu poder, antes da produção, os meios de consumo necessários para viver como produtor – ou seja, durante sua produção, *antes* da conclusão desta (...);
- Por outro lado, *dissolução* na mesma medida das relações em que *os próprios trabalhadores, as próprias capacidades de trabalho vivas*, ainda fazem parte *diretamente das condições objetivas de produção* e são apropriadas enquanto tais – ou seja, são escravos ou servos. Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho. Se puder realizá-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, ‘tanto melhor’. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca.¹⁹ (grifos no original).

Os campesinatos na maior parte das regiões do mundo confirmam as tendências do capital que “pressupõem um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha” conforme afirmou Marx na citação anterior. Mas, à sua maneira e plena de sofrimentos, os campesinatos resistem socialmente a essa tendência de sua dissolução pelo capital. E, em contextos históricos que lhes são desfavoráveis, parcelas deles se subordinam consciente e acomodadamente a algumas frações do capital agroindustrial numa negação de si próprios como camponeses. Porém, é crescente a consciência política camponesa e a compreensão das consequências negativas da sua articulação com o capital. E, ao contrário, tendem a superar essa dependência pela construção gradual da sua autonomia relativa perante o capital.

¹⁹ Marx, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da Economia Política*. (Formas que precederam a produção capitalista). São Paulo: Boitempo, 2011, p. 408-409.

Essa perspectiva da afirmação camponesa como forma de resistência social à expansão do capitalismo já se colocava quando Marx polemizava com os populistas em meados do século XIX e quando se debruçou no estudo e, depois, ao emitir opinião sobre a particularidade da comuna rural russa.

Marx, que estudou o impacto da expansão do capitalismo na Rússia e a presença da comuna rural russa, questionava, conforme salienta Mitrany (1957),²⁰ a possibilidade dessa comuna se constituir como uma etapa no processo de socialização da agricultura:

(...) Também Marx em carta escrita em 1877 afirma vagamente que a Rússia era de todos os países o que mais oportunidade tinha de evitar as 'flutuações do sistema capitalista'. No Prefácio da edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*, lê-se a afirmação mais definitiva sobre essa questão, assinada juntamente por Marx e Engels... 'Poderá a comuna camponesa russa, que já é no momento uma forma extremamente corrupta da original posse comum da terra, passar diretamente para uma forma mais elevada de propriedade comunista, ou será preciso primeiro que ela atravesse o processo de liquidação que nos é familiar na evolução histórica do Ocidente?

Marx foi levado a opinar sobre as possibilidades de reprodução social do campesinato, no caso da comuna rural russa, por demanda de Vera Zasulich que, em carta a Marx de fevereiro de 1881, indagou:

(...) Um de dois: ou bem esta comuna rural, livre das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos senhores da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver na via do socialismo, ou seja, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição dos produtos sobre as bases coletivas, em cujo caso o socialismo revolucionário deve sacrificar todas as suas forças às tarefas da comuna e ao seu desenvolvimento. Ou se, ao contrário, a comuna está destinada a perecer e não resta ao socialista, como tal, colocar-se a fazer cálculos, mais ou

²⁰ Mitrany, David (1957). *Marx contra o camponês*. Rio de Janeiro: Editora Ipanema, p. 38.

menos mal fundamentados, para averiguar dentro de quantos decênios passará a terra do camponês russo das suas mãos às da burguesia (...) ²¹

Para responder a Vera Zasulich, Marx redigiu alguns rascunhos de carta, sendo um desses um longo e importante texto que não foi enviado como carta à Vera Zasulich. Ao final, respondeu com uma breve carta, em março de 1881, da qual cito uma passagem:

(...) A análise apresentada no *O capital* não dá, pois, razões, nem pró nem contra da vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que dela realizei, e cujos materiais acessei nas fontes originais, me convenceu de que esta comuna é um ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas para que possa funcionar como tal será preciso eliminar primeiramente as influências deletérias ²² que a acossam por todas as partes, e na continuação assegurar-lhe as condições normais para um desenvolvimento espontâneo. ²³

A tese levantada por Marx da tendência da dissolução do campesinato pela expansão e acumulação capitalistas provocou polêmica com os populistas, em particular com os populistas russos (*narodnismo*), durante um período diretamente com Marx e, depois, com os marxistas ortodoxos. Essa polêmica seguiu adiante e adentrou por décadas no século XX, inclusive com a participação política de Lenin e outros. Sobre os populistas ver seção adiante *Os populistas convenientemente esquecidos*.

Os resultados desse debate, assim como a questão central nele tratada constitui, ainda hoje, um importante processo de reflexão

²¹ Marx, Karl e Engels, Friedrich. Escritos sobre Rusia. II. El porvenir de la comuna rusa. *Cuadernos de Pasado y Presente*, 90. México, 1980, p. 29.

²² Influências deletérias (que corrompe ou desmoraliza) (além das influências malignas procedentes do exterior) como: a) a propriedade territorial privada já se deslizou para a forma de casa com curral, que pode transformar-se em praça forte (...); b) o trabalho parcelário como fonte de apropriação privada (...) que dá lugar à acumulação de bens móveis (animais...). Eis aqui o dissolvente da igualdade econômica e social primitiva. Introduce elementos heterogêneos (...) para atacar primeiro as terras (leitura livre do autor sobre o texto de Marx e Engels, *idem*, p. 55-56).

²³ Marx e Engels. *Ibidem*, p. 61.

(e polêmica) caso se deseje dar conta da reprodução social do campesinato contemporâneo nas formações econômico-social sob a dominação-hegemonia do modo de produção capitalista.

A cooperativização induzida para os camponeses

Engels, em 1894, sugeria que os camponeses deveriam se organizar, cooperativa ou coletivamente, numa grande exploração de maneira a poder, por um lado, resistir à ofensiva capitalista e, de outro lado, criar condições objetivas e subjetivas de incorporar os progressos técnicos já disponíveis, mas aplicáveis à grande exploração. Afirmava:

(...) E nós estamos, decididamente, do lado do pequeno camponês; e faremos tudo que seja admissível para tornar mais fácil a sua sorte, para que seja mais suave a passagem ao regime cooperativo, caso se decida por ele; e inclusive para facilitar-lhes um prazo longo, em sua parcela, para que pense, caso ainda não se tenha decidido a seguir o caminho da coletivização (...) Quanto maior seja o número dos camponeses a que possamos poupar a queda efetiva no proletariado, e que possamos ganhar para nós ainda como camponeses, tanto mais rápida e tanto mais fácil será a transformação da sociedade.²⁴

Após a Revolução de outubro de 1917 na Rússia,

(...) V. I. Lenin sempre abordou o problema da definição das formas de aliança entre a classe operária e o campesinato partindo das condições históricas concretas. Ao analisar o problema dos aliados do proletariado na revolução, V. I. Lenin chegou à conclusão de que em cada etapa revolucionária a classe operária terá como aliados as diversas frações do campesinato. Na revolução democrático-burguesa, todo o campesinato podia ser aliado do proletariado, já que todos os agricultores estavam vitalmente interessados na derrubada da autocracia tsarista e a eliminação das reminiscências feudais e de servidão. Na etapa da revolução socialista, o aliado do proletariado é o campesinato mais

²⁴ Engels, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha, *in: Obras escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels*, v. 3, p. 225-243. São Paulo: Alfa-Omega, p. 238-239.

pobre interessado no triunfo da classe operária sobre a burguesia e sobre os elementos capitalistas do campo (...)²⁵

Na experiência de socialização da agricultura na Rússia e, depois, na URSS (e mais adiante, no pós-guerra a partir da década de 1940-1950, nos países do Leste europeu), a forma de cooperativização denominada *kolkose*, predominou. O *kolkose* era uma cooperativa de produção em que cada camponês, de forma geral, aportava a sua parcela privada ou de posse de terra, os meios e instrumentos de trabalho que dispunha e explorava a totalidade das terras do *kolkose* de forma coletiva, através da divisão do trabalho, da divisão do produto do trabalho etc. mantinha a sua a casa e o terreno no seu entorno.

(...) V. I. Lenin indicava que o poder soviético faria todo o possível para que a ajuda estatal se concretizasse exclusivamente nos casos em que as comunas de trabalhadores e as cooperativas levassem realmente à prática a integração dos camponeses de sua região em suas empresas coletivas. Lenin compreendia como ajuda às empresas coletivas aquela que permitia aos camponeses passar da fazenda isolada, individual, à fazenda cooperativa.²⁶

Um dos grandes desafios que Marx, os marxistas e os marxianos enfrentavam e enfrentam, desde o século XIX, tendo como referencial uma transição para a socialização da agricultura, estava relacionado com a motivação, mobilização e envolvimento dos camponeses pobres nos processos de cooperativização e ou de coletivização, para se acelerar o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento, em escala, da oferta de produtos agrícolas, sem necessariamente desapropriar ou nacionalizar as terras dos camponeses pobres na fase da revolução democrático-burguesa. Com relação aos grandes e médios proprietários de terras não havia

²⁵ Stanis, V. *Transformaciones socialistas de la agricultura*. Moscou: Editorial Progreso, 1978, p. 80.

²⁶ Stanis, V. *Op. cit.*, p. 82.

nem há grandes dúvidas: é a desapropriação das terras e a realização da reforma agrária, instaurando-se formas de gestão das terras pela cooperação e ou coletivização entre os camponeses pobres ou se instituindo fazendas coletivas estatais.

Essas questões sempre foram de difíceis soluções, e muitas das grandes experiências de socialização da agricultura durante o turbulento século XX ainda permanecem com questionamentos pertinentes sobre os seus processos e seus resultados.

Creio ser oportuna a reprodução de uma observação de Roger Bartra sobre a polêmica política que se verificou na Rússia com relação ao campesinato:

Non debemos estrañar que os bolcheviques tenham produzido a melhor teoría sobre a decomposición da economía camponesa e que os populistas tenham creado as mellores interpretacións sobre a estrutura interna (...). Em principios do século XX se desenvolvía na Rússia una intensa polémica sobre os méritos e as posibilidades da pequena produción camponesa e a grande empresa agrícola. Populistas, marxistas legais e marxistas revolucionarios debatían o problema desde a época da grande crise de 1880-1890 que colocou en cuestión, sobretudo os grandes propietarios (...)²⁷

Ainda que Marx, Engels e Lenin, e depois os marxistas e afins, considerassem em tese que os camponeses seriam desagregados e eliminados pela expansão capitalista, eles tinham como referência estratégica a construção da sociedade socialista ou, ao menos, a transição para tal. Portanto, possuíam um referencial estratégico com relação à socialização da agricultura e de como tratar a questão da massa de camponeses. E agiam em consonância com essas ideias. Quando houve oportunidade política, não se considerando aqui as experiências isoladas dos denominados “socialistas utópicos”, de dar conta da problemática camponesa, como no caso da

²⁷ Bartra, Roger. Introducción Chayanov. Anexo A, *Revista Nueva Antropología*, enero 1976, v. I, n. 3, p. 49-69. México: Unam, p. 49-50.

Revolução Russa de outubro de 1917, Lenin evitou qualquer afronta com os camponeses, muito ao contrário. Tanto assim que a terra dos camponeses pobres não foi desapropriada, e a constituição de *kolkoses* como um processo de cooperativização dos camponeses pobres foi uma solução objetiva para uma transição desejada para a socialização da agricultura.

Uma leitura apressada da tendência da dissolução do campesinato pelo capital pode passar por cima das resistências sociais camponesas e das possibilidades efetivas de vias multilíneas de socialização da agricultura como as experiências socialistas sugeriram. A afirmação isolada de que a tendência da expansão capitalista é a dissolução do campesinato e o desenvolvimento da grande empresa capitalista no campo deixa de lado não apenas uma análise concreta das situações sociais concretas (materialismo dialético), como caminha para um negativismo em relação aos camponeses, deixando-os à mercê do capital. E, mais, desconhece a articulação mundial dos camponeses como fato histórico político objetivo no enfrentamento do capital financeiro oligopolista e globalizado.

Os supostos limites da propriedade parcelada

Na sua análise sobre o campesinato Marx ressaltou as limitações da unidade de produção camponesa:

(...) A propriedade parcelada exclui pela sua própria natureza o desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho, as formas sociais de trabalho, a concentração social dos capitais, a criação de animais em grande escala, a aplicação progressiva da ciência.²⁸

É minha compreensão que essas limitações estavam e ainda estão determinadas por três grandes conjuntos de características:

²⁸ Marx, Karl. *El Capital. Crítica de la economía política*, v. III. (Génesis de la renta capitalista del suelo). México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed. española, 1958, p. 747.

- a) primeiro, a propriedade parcelada camponesa não obedece às mesmas leis do desenvolvimento das forças produtivas que aquelas que movem a contradição capital-trabalho na unidade de produção capitalista, cuja centralidade é o lucro. Portanto, nessa perspectiva, e no contexto das sociedades ainda marcadas pelas limitações senhoriais, ao não existir a contradição interna de classes na unidade de produção camponesa, cuja centralidade é a reprodução social da família, as mudanças referidas por Marx na citação anterior não poderiam evidentemente ocorrer;
- b) segundo, as mudanças prováveis na dinâmica interna da unidade de produção camponesa estavam, antes da dominação-hegemonia do modo de produção capitalista, sujeitas àquelas mudanças que eram ocasionalmente induzidas do exterior, no caso pela comunidade rural, pelos intercâmbios comerciais, entre outros, mas na maior parte das vezes constrangidas pela concepção de mundo do senso comum das comunidades rurais;
- c) terceiro, nas formações econômicas e sociais sob a dominação do modo de produção capitalista, a inovação tecnológica nas unidades de produção camponesas, entre os diversos fatores do desenvolvimento das forças produtivas, é determinada pela conjugação das forças econômicas dos mercados, das políticas públicas governamentais para a agricultura, amplo senso, e da ideologia dominante relacionada com o progresso técnico. Portanto, é preponderantemente determinado a partir do exterior, ou seja, do ambiente externo da unidade camponesa.

À medida que o camponês livre europeu, por exemplo, foi se inserindo nos mercados, com maior ou menor intensidade, a questão do volume da produção necessária para dar conta do autoconsumo e da geração de excedentes comercializáveis iria provocar necessariamente uma mudança no seu padrão tecnológico, nas suas

formas de cooperação para além das comunitárias, no aumento da produtividade e na incorporação de inovações tecnológicas.

Portanto, sob o capitalismo quem assume esse papel de indutor externo do desenvolvimento das forças produtivas camponesas são os mercados e as mais distintas instituições corporativas, comerciais, de pesquisa, governamentais etc. Pode-se sugerir, então, que as mudanças internas na unidade de produção camponesa são determinadas principalmente a partir do ambiente (externo) da unidade de produção camponesa e muito além da comunidade rural.

No contexto atual, essa tendência dominante não exclui as inovações que possam ocorrer a partir da dinâmica interna na unidade de produção camponesa decorrentes da ampliação dos acessos dos camponeses aos meios de comunicação de massa, à assistência técnica governamental, a uma educação universal, às iniciativas das organizações e movimentos sociais e sindicais no campo etc. Ainda que a decisão final de mudanças técnicas internas seja da família camponesa, o que de fato predomina é a pressão externa das empresas capitalistas e dos organismos governamentais para a inovação tecnológica na unidade de produção camponesa.

Sem dúvida alguma que, se considerarmos apenas os contextos históricos passados dos camponeses, em que as trocas comerciais estavam absolutamente restringidas ou controladas pela opressão senhorial nos países europeus, ou no caso brasileiro, dos latifundiários usufruindo das sesmarias e das regalias concedidas pelos governos, era de se esperar que a oscilação da oferta agrícola fosse regida mais vezes pelas alterações climáticas, pela composição da força de trabalho familiar, pelo peso das tributações, entre outros fatores... e pelos conflitos sociais.

Nessas circunstâncias, a relação entre o ambiente e a unidade de produção camponesa estava cerceada pelas travas da opressão senhorial e latifundiária dominante. Isso não significa que não tenha havido avanços tecnológicos, ainda que limitados, na Europa

e no Brasil. Mesmo assim, deve-se ressaltar que as grandes feiras comerciais agrícolas durante a Idade Média, o crescimento do comércio inter-regional agrícola, a troca de saberes que já no século XIX (século de Marx) ocorria com relação à agricultura e, mesmo, “a aplicação progressiva da ciência”, já se apresentavam como uma realidade no cenário de diversos povos.

Ao se aceitar mecanicamente as contribuições de Marx, acima referidas, com relação ao tema do campesinato nas formações econômicas e sociais dominadas pelo modo de produção capitalista, se poderá tender para um imobilismo político e congelar tanto a história social das lutas e resistências sociais camponesas, como não dar conta das importantes mudanças técnicas que já estavam em curso muito antes do século XIX.

Apenas como ilustração e indicação de literatura sobre as mudanças históricas tecnológicas na agricultura, entre outros temas, cito:

Do século XVI ao XIX, o desenvolvimento de sistemas agrários sem pousio duplicou a produção e a produtividade dos trabalhos agrícolas na maior parte das regiões temperadas da Europa e do Ultramar. Essa nova revolução agrícola, a primeira dos Tempos Modernos, permitiu, ao mesmo tempo, um aumento importante da população, uma melhoria significativa da alimentação, um desenvolvimento sem precedentes das atividades industriais, mineiras e comerciais, e uma urbanização de grande amplitude. Todavia, por mais eficazes que eles fossem, esses sistemas sem pousio eram limitados em produtividade devido às ferramentas e aos meios de transportes herdados da Idade Média. (...) a contar do final do século XVII a indústria, que até aí proporcionava, sobretudo bens de consumo, começou a produzir também novas máquinas (...); desde a primeira metade do século XIX a indústria pôs-se a produzir toda uma gama de novos materiais de tração animal (...) as semeadoras, as máquinas de ceifar e as ceifadeiras mecânicas (...) assim como todas as espécies de máquinas de quinta (pequena unidade de produção rural – HMC) (...)²⁹

²⁹ Mazoyer, Marcel; Roudat, Laurence. *História das agriculturas do mundo. Do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d. (Edição du Seuil 1997/1998), p. 345-346.

No caso do Brasil, para as frações mais pobres do campesinato e geograficamente isoladas por diversas razões históricas e contextuais, houve, e tem havido, limitações ou mesmo impotência objetiva nos seus esforços produtivos para a incorporação de inovações tecnológicas. Mas, essa tendência não deve ser generalizada. É necessário lembrar que, para os camponeses mais pobres, o modo de produção e o modo de viver estão profundamente articulados de maneira que as inovações tecnológicas mais simples são dependentes de mudanças culturais e educativas mais gerais da própria família.

No entanto, as unidades de produção camponesas nas diversas regiões do país têm incorporado continuamente novas práticas de produção, e se mantêm presentes como a principal responsável pela oferta de alimentos, mesmo que parcela importante do campesinato utilize meios e instrumentos de trabalho conservadores.

Não estou levando em conta, nestas observações, o envolvimento participativo dos camponeses contemporâneos nos processos de gerações de tecnologias alternativas, também denominadas de tecnologias socialmente apropriadas.³⁰

Com o avanço da geração de tecnologias alternativas ao padrão tecnológico dominante, como a agricultura orgânica, a permacultura, a biodinâmica e a agroecologia, se afirma com maior frequência e alcance as relações de coevolução entre o homem e a natureza. Nessa perspectiva, a inovação tecnológica na unidade de produção camponesa adquiriu outras dimensões muito distintas daquelas possivelmente supostas nos meados do século XIX. O mesmo se poderia afirmar em relação aos processos de cooperação, a criação intensiva de animais semiestabulados, de aves em confinamento, da plasticultura, dos métodos diversificados de irrigação etc.

³⁰ Carvalho, Horacio Martins. *Tecnologia socialmente apropriada. Muito além da questão semântica*. Londrina: Iapar, agosto, 1982.

Iniciativas dominantes favoráveis à descampesinização

As iniciativas globais de desagregação do campesinato contemporâneo vêm sendo realizadas em consonância com as estratégias macroeconômicas e políticas neoliberais das principais agências multilaterais de defesa e expansão do capitalismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os governos brasileiros vêm fielmente cumprindo as recomendações dessas agências para garantir os equilíbrios macroeconômicos, a redução massiva dos gastos públicos, a abertura global da economia, a liberalização das trocas comerciais e dos preços, a implantação de políticas atrativas para o capital estrangeiro e a desregulamentação dos mercados.

Essas macroestratégias neoliberais no Brasil privilegiam uma concepção do crescimento econômico baseada essencialmente nos apoios governamentais aos grandes investidores nacionais e estrangeiros. Instaurou-se, assim, desde meados da década de 1980, de maneira intensa e ampla, um neoliberalismo que reduziu drasticamente as políticas públicas sociais e ampliou as políticas de sustentação da reprodução dos capitais oligopolistas.

Essas políticas públicas para a pseudorredução do papel do Estado acentuaram as tendências historicamente dominantes em relação à agricultura e podem ser resumidas nos cinco pontos seguintes:

- apoio governamental aos setores agroexportadores e da agroindústria num processo crescente de potencialização do agronegócio;
- indiferença governamental perante o processo de concentração e centralização da apropriação privada da natureza (terras e os recursos nela existentes) tanto pelos capitalistas nacionais como estrangeiros;
- não realização da reforma agrária;
- indiferença consentida governamental em face do desmatamento e da degradação ambiental;

- estímulos governamentais para novos investimentos estrangeiros no país com a desnacionalização da economia amplo senso e da agroindústria em particular.

Como corolário dessa estratégia macroeconômica neoliberal, foram desencadeadas iniciativas governamentais de garantia de renda agrícola mínima para os camponeses e de filantropia pública para os mais pobres no campo e na cidade, objetivando a manutenção de uma relativa passividade social consentida.

Conforme Oya (2009),

(...) este modelo idealizado de coabitação harmoniosa entre agriculturas camponesas e agronegócio tendem a dissimular os conflitos de interesses, as lutas de poder e as informações desiguais e conflituais que se confrontam nos campos dos países do Sul, com sua carga de violências, pressões, expulsões e intimações.³¹

Ploeg (2008),³² nessa mesma perspectiva, assinalou algumas tendências extremamente destrutivas do campesinato pelo Império:³³

- (...) a base de recursos em que os modos camponeses de fazer agricultura se fundamentam é objeto de distorções consideráveis, se não mesmo de processos abruptos de desintegração. A base de recursos é desconstruída, enquanto o processo associado de coprodução é retardado. Mecanismos: o bloqueio do acesso a linhas de crédito; saídas de mercado (...), a introdução de imitações de produtos; a usurpação da água; a destruição de instituições importantes;

³¹ Oya, Carlos. The World Development Report 2008: inconsistencies, silences and the myth of 'win-win' scenarios. *Journal of Peasant Studies*, n. 36:3, p. 593-601, 2009, in: Delcourt, Laurent. *El futuro de las agriculturas campesinas ante las nuevas presiones sobre la tierra*. Lovaina la Nueva (Bélgica): Cetri, Agriculturas Campesinas, 14 de diciembre de 2010.

³² Ploeg, Jan Dowe von der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 286-287.

³³ Segundo Ploeg (*op. cit.* p. 7), "o Império é um modo de ordenamento novo e poderoso. O 'Império' funciona como um dispositivo heurístico para caracterizar a nova 'superestrutura' dos mercados globalizantes."

- o Império tende a introduzir uma precariedade generalizada no setor agrícola: a precariedade e a privação; assim como a esperança de poder continuar vivendo de forma decente é destruída (...) Devido a efeitos da globalização e da liberalização camponeses obtêm menos do que a renda mínima agrícola;
- através da apropriação de recursos – terras, material genético, águas, saída de mercado – o Império causa novos circuitos paralelos para a produção de mercadorias específicas. Muitos camponeses estariam condenados à redundância (a disseminação cada vez mais generalizada da prática da terceirização por grupos de agronegócio). Isso implica que áreas de produção e grupos de produtores podem se tornar supérfluos de um momento para outro.

As iniciativas governamentais de apoio irrestrito ao agronegócio, somadas à tendência de expansão e acumulação capitalista, ampliaram as condições efetivas para a reprodução da subalternidade camponesa ao capital, assim como instituíram ao menos dois obstáculos político-ideológicos para que se possa romper com a subalternidade:

- (...) o engodo central do discurso dominante quando este afirma que somente a incorporação da lógica capitalista pelos camponeses pode criar condições internas à unidade de produção camponesa para que ela possa obter aumentos na renda líquida familiar (...);
- (...) a abdicação político-ideológica da maior parte dos movimentos e organizações sociais e sindicais camponesas de assumirem um projeto social para o campo no Brasil, distinto do projeto dominante.³⁴

OS AMBÍGUOS ALIADOS DOS CAMPONESES

Mas seria profundamente equivocado limitar-se a observar só o que acontece nas altas camadas da sociedade, o conflito entre as elites.

Se a contraofensiva liberal tivesse ficado nas instâncias do novo poder, não teria conseguido se afirmar, como aconteceu depois, e teria se encontrado diante de uma imensa massa de inimigos. Em

³⁴ Carvalho, Horacio Martins. *Na sombra da imaginação (1). Reflexão a favor dos camponeses*. Curitiba, abril, arquivo word, 12 p., 2010, p. 9-10.

vez disso, ela desbaratou o adversário porque se mostrou capaz de produzir uma forte e capilar hegemonia. A grande narrativa que ela propõe sabe falar também ao povo, porque colocou no centro do imaginário o tema da afirmação individual, do sucesso: para realizar os nossos sonhos, não precisamos dos outros, mas só de uma grande confiança em nós mesmos. O vínculo com os outros pode apenas nos bloquear, enquanto, se formos completamente indivíduos, um mundo inteiro está à disposição.³⁵

Por vezes a ambiguidade

Os camponeses contemporâneos têm diversos aliados como, por exemplo, frações do proletariado do campo e da cidade, os artesãos de diferentes ofícios, setores da pequena burguesia rural e urbana, a maioria dos religiosos de diversas confissões, pequenos e médios comerciantes, os estudantes universitários e os secundaristas, alguns setores da burocracia governamental, os docentes universitários, enfim, um amplo leque de frações de classe, de estamentos sociais e de grupos sociais esparsos. Alguns deles com nítida percepção da consciência de classe dos camponeses nas suas lutas sociais, outros solidários com as suas práticas sociais e sua importância histórica na produção de alimentos e alguns, quiçá, movidos pelos sentimentos da caridade e da misericórdia com os pobres do campo, desprezados e discriminados socialmente.

Na maior parte das vezes esses apoios políticos e sociais que conduzem a alianças políticas são embasados na compreensão do campesinato como classe social, certos das suas contradições com as grandes empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o campo. No entanto, parcelas desses aliados permanecem confusas pela ambiguidade na compreensão do caráter de classe

³⁵ Cassano, Frank. “Assim o indivíduo sem sociedade anulou a política”, in: *Jornal La Repubblica.it*, 1º de março de 2012, reproduzido por IHU notícias *on-line*, em: 10 mar. 2012.

dos camponeses e da perspectiva de futuro destes no desenrolar das suas contradições com a grande empresa capitalista agrícola.

Os meios de comunicação de massa diretamente subalternos política e ideologicamente aos interesses das classes dominantes, tanto do campo quanto da cidade, enaltecem as virtudes econômicas da grande empresa capitalista agrícola e, indiretamente, estimulam a discriminação social e o desprezo pelos camponeses. Essa onda ideológica alcança e fortalece o senso comum da população, atingindo parcelas dos aliados dos camponeses que, por vezes, insuficientemente informados ou portadores de explicações do mundo com vieses supostamente progressistas, os criticam pela morosidade na adoção de inovações tecnológicas, espelhando-se nas empresas capitalistas do campo e da cidade.

Ademais, há parcelas dos setores políticos identificados como de centro-esquerda no país que, apoiados nas concepções ortodoxas marxistas ou clássicas (no caso deste texto o marxismo ortodoxo agrário),³⁶ ainda que amigos dos camponeses, desejam a transformação da unidade de produção camponesa em empresas capitalistas ou, numa mudança social de fundo, em formas coletivas de produção no campo para poderem imitar os avanços produtivistas das forças produtivas capitalistas.

Adotam, sem a devida análise da realidade econômica e social no campo e da compreensão do caráter da luta de classes que ali se estabelece, as ideias do que se denomina de marxismo ortodoxo agrário que poderia ser definido:

(..) como o esquema teórico que interpreta a evolução da estrutura agrária no processo histórico pelas seguintes características: 1. *evolução*

³⁶ Poder-se-ia considerar Rosa Luxemburgo, Nikolai Ivanovitch Bukharin e Evgene Preobrazhensky, entre outros, como da corrente do *marxismo clássico heterodoxo*, pelas discrepâncias com o marxismo ortodoxo, conforme Guzmán, Eduardo Sevilla e Molina, Manuel González. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Via Campesina do Brasil, março 2005, p. 48-49.

unilinear: as transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do progresso como resultado, gerando formas de polarização social nas quais se produz um processo acumulativo de formas de exploração social (...); 2. *sequência histórica*: tais formas de exploração se inserem em fases históricas de evolução das sociedades em que a reprodução das relações econômicas e sociais responde à lógica de funcionamento do desenvolvimento das forças produtivas (...); 3. *dissolução do campesinato*: a aparição do capitalismo, como modo de produção anterior ao socialista, determina a dissolução do campesinato como organização socioeconômica característica dos modos de produção anteriores a ele (...); 4. *superioridade da grande empresa agrícola*: as grandes possibilidades de adaptação da grande exploração ao funcionamento da agricultura capitalista, como um ramo da indústria, dotam o latifúndio de uma potencial superioridade técnica que, por meio das vantagens das economias de escala, permitiriam o crescimento da sua composição orgânica do capital, avançando assim para a socialização da produção agrária; 5. *contraposição entre a grande e a pequena exploração*: (...) a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarianização do campesinato e a polarização social no campo.³⁷

Tais ideias têm sido difundidas, seja a partir da leitura ortodoxa dos escritos de Marx-Engels, seja a partir dos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura realizados por Kautsky e Lenin, como afirmações incontestáveis e proféticas. Sem dúvida que a tendência geral da expansão capitalista na agricultura, e aglutinada nos cinco pontos anteriormente citados, tem se verificado, mas de forma incompleta e com forte resistência social e política do campesinato. Essa tendência geral tem sido parcialmente contestada pela dinâmica da realidade econômica e social no campo em inúmeros países dos diversos continentes, evidenciando que é possível, sim, a contestação da expansão e acumulação capitalistas no campo, sem que isso signifique o caminhar para formas de produção ou

³⁷ Guzmán e Molina. *Op. cit.*, 2005, p. 49-51.

dinâmicas internas nas unidades de produção que sejam avessas ao progresso técnico e à inovação.

Já se constata que, mesmo sob a dominação do modo produção capitalista, está emergindo com vigor, por parte considerável das pessoas com consciência crítica, a aceitação de uma alternativa política que é favorável a outras formas de produção (ação antrópica) que sejam menos poluidoras e degradadoras do meio ambiente, menos contaminadora dos alimentos e que não resultem em sociedades tão socialmente perversas como a capitalista.

Ademais, as lutas sociais pela reforma agrária, assim como a sua efetivação nos países que vivenciaram experiências de socialização na agricultura, aliadas às manifestações de diversos tipos em defesa do meio ambiente,³⁸ têm indicado que é possível se considerar a unidade de produção camponesa, seja a individual e ou em cooperação, como a mais adequada social e ambientalmente, assim como mais eficiente economicamente do que a grande empresa capitalista agrícola.

Sem dúvida alguma que existe uma parcela de unidades de produção camponesas que pode ser considerada como ineficiente comparativamente com outras unidades de produção, no contexto geral dos camponeses, mais eficientes e eficazes de combinação de cultivos e criações, de potencialização da força de trabalho familiar e de adoção de novas tecnologias socialmente apropriadas aos camponeses. No entanto, é oportuno relembrar o que anteriormente comentei sobre o desprezo e a discriminação social em relação aos camponeses. É historicamente recente o apoio explícito, ainda que sob diversas reservas, que os governos têm dispensado ao que se denomina oficialmente de “agricultura familiar” e ou “os pequenos produtores rurais no campo”. Mesmo nas áreas de colonização

³⁸ Carvalho, Horacio Martins. *Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil*. Curitiba, março 2010, reproduzido em diversos sites, mimeo, 6 p.

oficial desde a década de 1950 (ou mesmo antes), onde foram assentados milhares de camponeses, esse apoio sempre foi precário e insuficiente para que a maioria dessas famílias pudessem se consolidar de maneira continuada e relativamente autônoma perante o capital. O mesmo se dá e se deu com as áreas de assentamentos de reforma agrária no país.

Na maior parte das vezes, os pobres do campo permaneceram pobres e dependentes das políticas públicas, consideradas como compensatórias às desestruturações econômicas e sociais da estrutura agrária brasileira, promovidas pelas iniciativas públicas e privadas de “modernização conservadora” no campo.

Essas “modernizações liberal-burguesas” abrangeram duas grandes iniciativas estratégicas: a que ocorreu nas décadas de 1950-1960 (denominada pela burguesia de “revolução verde”) e, mais adiante, as ações governamentais que se verificaram no âmbito da globalização neoliberal e das inovações tecnológicas pelos novos avanços na biotecnologia nas décadas de 1980-1990.

Muito ao contrário do discurso dominante, as iniciativas governamentais de modernização liberal-burguesa no campo, coadjuvadas pela realização de iniciativas privadas de concentração e centralização da apropriação privada da terra, foram marcadas pela modernização do latifúndio, ou seja, de afirmação da apropriação privada da natureza pelo capital em detrimento da apropriação e controle social da natureza. A opção dominante no Brasil tem sido desde a colônia a favor da grande empresa capitalista agrícola.

Os populistas convenientemente esquecidos

É oportuno recordar que a sugestão de Marx, no sentido de que a expansão capitalista realizada no campo pela grande empresa capitalista agrícola conduziria inevitavelmente à desagregação do campesinato, foi contestada pelos anarquistas (anarquismo agrário) e pelos populistas, em particular os “*narodnistas russos*” (populistas

russo), numa importante polêmica que se verificou a partir de meados do século XIX, alcançando a primeira metade do século XX. É mister lembrar que “o populismo era um movimento essencialmente agrário. Na Europa ele era também um movimento particularmente russo (...)”.³⁹ Os estudos de Marx sobre a expansão capitalista e o campesinato na Rússia, acrescidos das polêmicas com os populistas russos, contribuíram para algumas mudanças nas opiniões de Marx em relação ao campesinato.

É necessário, como demonstrou Shanin (1984), reconhecer a virada *narodnista* que se operou no pensamento de Marx em seus últimos dez anos, quando começa a analisar o papel do campesinato no processo histórico e, inclusive, na opinião de alguns estudiosos, é possível detectar a aceitação de determinados elementos dos marcos teóricos esquematizados na orientação teórica do *narodnismo* como a diversidade de vias para o socialismo e, possivelmente, a existência de uma via camponesa (...).⁴⁰

Outros estudos contemporâneos⁴¹ sobre o que se vem denominando o “último período da obra de Marx (1871-1883)” ou o “Marx tardio” corroboram as sugestões sobre as mudanças na compreensão de Marx, não apenas sobre o campesinato, mas, também, sobre o seu esquema unilinear de evolução dos modos de produção.

A correspondência entre Marx e Vera Zasulich, em 1881, já comentada anteriormente, é exemplo dessa pequena, mas importante, mudança nas considerações de Marx sobre o campesinato.

Para informações sobre a polêmica entre os marxistas e os populistas, remeto os leitores para a obra de Guzmán e Molina (2005), assim como para a vasta literatura por eles citada. Esse tema foi tratado por esses autores no âmbito do que denominaram de o

³⁹ Mitrany, David, *op. cit.*, p. 35

⁴⁰ Guzmán e Molina, *op. cit.*, 2005, p. 41-42.

⁴¹ Costa Neto, Pedro Leão. *Observações metodológicas sobre a ideia de história a partir do último período da obra de Marx*. Curitiba, mimeo, 12 p., s.d.; e *Marx tardio: notas introdutórias*. Curitiba, mimeo, 10 p., s.d.

“campesinato na antiga tradição dos estudos camponeses” e sobre “a nova tradição dos estudos camponeses à agroecologia”.

Um dos pontos de partida das observações críticas dos populistas com relação ao Marx de *O capital* foi com relação ao papel e às transformações por que passaria o campesinato devido à expansão e acumulação capitalista no campo. Além disso, os populistas russos estavam mobilizados

(...) numa tentativa desesperada de impedir o desenvolvimento do capitalismo pelas formas de ação coletiva, cujo objetivo é evitar a desorganização social, exploração econômica e depredação sociocultural que tal processo gerava nas comunidades rurais.⁴²

(...) o *narodnismo* russo pode ser definido como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizado pelos seguintes traços: 1. os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante as falsas fórmulas de participação democrática; 2. os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos; 3. nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrária à natureza competitiva do capitalismo; 4. era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5. os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral.⁴³

Ainda de acordo com Guzmán e Molina,

(...) no seio do *narodnismo* russo, coexistiram diversas orientações teóricas, com diferentes práxis intelectuais e política, que propug-naram e perseguiram para a Rússia um modelo de desenvolvimento

⁴² Guzmán e Molina, *op. cit.*, 2005, p. 17-18

⁴³ *Idem*, p. 22-23.

econômico não capitalista em que aparecia, como protagonista central, o campesinato. No interior desse heterogêneo conjunto de correntes com múltiplas diferenças e correntes internas, surge uma dinâmica que permite diferenciar uma etapa de gênese (teoria da marcha para trás), representada por Herzen e Chernychevsky, um período clássico (teoria das vantagens do atraso e sociologia subjetiva) em que Tachev, Lavrov, Mikhailovsky e Bervi-Flerovsky se destacam como formuladores de uma teoria do campesinato, e uma efêmera práxis revolucionária como etapa final. Paralelamente, se constituiu um ramo anarquista (ou anarquismo agrário) cunhado teoricamente por Bakunin e Kropotkin (...).⁴⁴

O populismo russo, como se indicou anteriormente, foi um movimento essencialmente agrário. Seus principais autores buscavam encontrar formas de organização e luta camponesas que permitissem à Rússia um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista em que apareceria, como protagonista central, o campesinato. Não se colocava, então, para os populistas, como centro de um processo de transformação social para o socialismo o protagonismo do proletariado como sujeito social, como Marx e Engels sugeriram a partir dos seus estudos e da militância política.

Campesinato: povo sem destino?

A concepção de mundo hegemônica, incorporada pela maior parte dos setores políticos progressistas brasileiros com relação à questão agrária, tem repetidamente acentuado que os camponeses tenderão a desaparecer, e em seu lugar deverá se afirmar a grande empresa capitalista no campo. A partir dessa premissa relegam como secundárias, do ponto de vista da superação do modo capitalista de produção, as lutas sociais camponesas e as mais distintas formas de resistência social que marcam a história dos povos camponeses nas diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil,⁴⁵ contra o capitalismo.

⁴⁴ *Idem*, p. 21.

⁴⁵ Com relação ao Brasil consultar: Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Sérvulo de; Paulilo, Maria Ignez (orgs.). *Lutas Camponesas contemporâneas*:

Vislumbram, numa opacidade ideológica, os camponeses contemporâneos não apenas como os condenados da terra, mas como povos sem futuro. E no limite de comprometimento com os camponeses, motivados por questões de ordem religiosa, filantropia e, digamos, de justiça social, apoiam ou com eles se envolvem apenas nas suas reivindicações e protestos, sempre de natureza tática, imediata, efêmera.

Tudo leva a crer que no Brasil, mesmo tendo havido diversas experiências sociais camponesas para evitar que o campesinato mergulhasse nos horrores do inferno capitalista, pouco foi possível evitar. O que a história social dos camponeses no Brasil tem mostrado é que eles têm conseguido garantir a reprodução social das suas famílias, mesmo sofrendo o desprezo e a discriminação social dominantes. E se apresentam, apesar das tendências dominantes contrárias, como uma alternativa vigorosa ao modo de produção capitalista no campo.

No entanto, a subalternidade camponesa ao capital continua sendo considerada pelas classes dominantes como um processo histórico natural para superar a pobreza camponesa e proporcionar condições efetivas de investimentos e inovações tecnológicas para que a unidade de produção camponesa se transforme numa empresa capitalista. Não supõe a concepção de mundo dominante, que o desenvolvimento do campesinato possa seguir outra via, numa multilinearidade da evolução contraditória no interior das formações

condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980, v. 1; e *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas de lutas no campo, v. 2.* São Paulo, Editora Unesp, Brasília: Nead/MDA/GF, 2009. Motta, Márcia; Zarth, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa; visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis, v. I,* 2008; e *Formas de resistência camponesa; visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960), v. II.* São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Nead/MDA/GF, 09.

econômicas e sociais, que não seja a subalternidade estrutural ao capital ou o seu desaparecimento social como camponeses.

Alguns setores de centro-esquerda reproduzem a concepção político-ideológica de que o caminho desejável para os camponeses seria a incorporação do progresso técnico dominante. A hipótese da autonomia relativa camponesa, da geração de tecnologias socialmente apropriadas à condição camponesa e, mesmo, o desenvolvimento de outro padrão de produção e tecnológico, que não o capitalista, deixa de ser contemplada. Nessa perspectiva a socialização da agricultura pela cooperativização camponesa, pela apropriação social da natureza é, então, desconsiderada porque as mudanças estruturais no país são concebidas apenas a partir do avanço da contradição fundamental das relações sociais de assalariamento, previstas pela expansão da grande empresa capitalista no campo.

Do ponto de vista dos setores de centro-esquerda, restritos a uma compreensão apenas profética de Marx sobre o tema do cam-pesinato, reitera-se que o avanço da grande empresa capitalista no campo, desagregando o campesinato e instituindo a relação social de assalariamento, estaria criando as bases de uma contradição de classe principal no campo, como nas fábricas, entre burguesia agrária e assalariados rurais. Essa postura é considerada como progressista. Nessa perspectiva, ficaria excluída a hipótese do campesinato ser uma classe social em contradição de classe com o capital e, portanto, em luta de classes para a superação do modo de produção capitalista.

É importante assinalar, sob o ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a ideia de uma economia camponesa (...) Qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo, o conduz fatalmente à autonegação; seu ser só pode ser entendido pela tragédia do seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da

exploração do trabalho alheio. Nesse plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significaria fatalmente a sua extinção.⁴⁶

Esse debate contemporâneo retoma, sob outra dimensão, parte da polêmica de meados do século XIX no clássico enfrentamento político ideológico na Europa entre Marx e os populistas, em especial os populistas russos. No entanto, ainda que tenha sido um debate da maior importância, muitos intelectuais progressistas atuais ainda reiteram a tendência de desaparecimento do campesinato e deixam de levar em conta que o campesinato no Brasil nasceu e conviveu sempre em luta contra a grande exploração capitalista agrícola. Ainda que o tão diversificado campesinato no Brasil seja constituído por uma maioria de camponeses pobres, estes nada lembram os resquícios do campesinato europeu (e mesmo asiático) da transição do feudalismo para o capitalismo, seja pela mobilização política que os empurra para outras formas de consciência política e social, seja pela sua articulação com outros setores populares urbanos organizados.

Insistir na percepção do campesinato no Brasil como grupos sociais anacrônicos ou de classes sociais – numa classificação distinta daquela utilizada por Marx – nem “em si” nem “para si”, é subestimar o papel das lutas sociais dos camponeses e das suas instituições de mediação de interesses (movimentos e organizações sociais e sindicais). E, mais, é generalizar a suposição de que sempre que os camponeses melhorarem as suas condições de produção e de vida eles tendem para a condição de pequenos burgueses; ou, por outro lado, é minimizar ou desconhecer as pressões dos grandes grupos econômicos que incidem sobre os camponeses pobres, para venderem ou mesmo abandonarem as suas terras e se proletarizarem nas cidades.

⁴⁶ Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 61-62.

Não se poderia deixar de considerar, no entanto, que o limite alcançado pela maioria das instituições de representação de interesses do campesinato se restringiu ao nível corporativo, mesmo quando defendiam a reforma agrária clássica para acabar com o latifúndio, mas sem a perspectiva estratégica do que-fazer com esses novos camponeses contemporâneos, além da sua inserção produtiva na sociedade capitalista. A ausência de perspectiva estratégica para os camponeses organizados, a partir de suas instituições de mediação de interesses, ou mesmo dos partidos políticos de centro-esquerda e de parcela das organizações não governamentais, tende a reiterar a crítica metafórica de Marx em relação aos camponeses como passíveis de adaptação ou de ajustes, como uma batata dentro de um saco de batatas.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E, também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno (...) ⁴⁷.

⁴⁷ Conselho Editorial, Apresentação à Coleção História Social do Campesinato no Brasil, *in*: Fernandes, Bernardo M.; Medeiros, Leonilde S.; Paulilo, Maria I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. v. 1. São Paulo, Editora Unesp; Brasília: Nead, 2008, p. 14-15.

O CAMPESINATO COMO MODO DE PRODUÇÃO E COMO CLASSE SOCIAL

Então, que são os camponeses, conceitualmente falando? Voltando, uma vez mais, aos princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: ‘Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?’, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis; as luzes que trazem podem ser tomadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais. Além disso, tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São, portanto, a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos o que é central em nosso caso, isto é, discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista.⁴⁸

A tensão entre individualismo familiar e a nova vida comunitária

O individualismo do camponês era, outrora, compensado ou amenizado pela sua intensa relação social com a comunidade rural tradicional. O parentesco, a vizinhança, o compadrio, a solidariedade, as festividades, as comemorações, a participação em grupos expressivos religiosos ou não, a ajuda mútua, socializavam as mais distintas dimensões da vida dos membros da família camponesa. Mesmo que voltados para o seu mundo do trabalho na unidade de produção familiar camponesa, as interdependências entre as

⁴⁸ Shanin, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente. *Revista Nera* – ano 8, n. 7, jul./dez. 2005, p. 15.

famílias camponesas contribuíam para cimentarem socialmente o seu modo de produzir e de viver.

O camponês contemporâneo no Brasil, mesmo considerando a sua diversidade, reduziu a intensidade das suas relações com a comunidade rural tradicional. Isso não significa afirmar que essas relações sociais que propiciavam parte da sua socialização deixaram de existir, mas que foram alteradas em forma e grau de intensidade devido a, pelo menos, três fatores:

- a urbanização, que induz os camponeses contemporâneos ao convívio cotidiano e à adoção de valores urbanos via os meios de comunicação de massa, a educação escolar e a frequência física ao meio urbano;
- a inovação tecnológica, sempre portadora de ideologia que, se por um lado, reforça o individualismo camponês pela ideia da autossuficiência, por outro, o obriga a se relacionar com variados mercados cujo acesso, na maior parte das vezes, se faz por diversas mediações institucionais de comercialização, entre elas, as mais variadas formas de cooperação;
- as mediações políticas, corporativas, educacionais, religiosas e de lazer que, mesmo variando nas suas maneiras de expressão de local para local, são meios de socialização dos membros das famílias camponesas.

Na maior parte das regiões do país, as comunidades rurais também sofreram mudanças relevantes devidas, em parte, aos fatores anteriormente citados. Mas, também, pelas facilidades de deslocamentos que a ampliação da infraestrutura de transportes propiciou e pelo acesso facilitado ao lazer passivo que os meios de comunicação de massa, em particular a televisão, proporcionaram.

Além disso, seria de se supor que a tendência ao individualismo camponês seria reforçada pela onda dos valores neoliberais que se fazem hegemônicos porque se reproduzem nas mais distintas dimensões do cotidiano da vida das pessoas.

(...) O neoliberalismo é assim a racionalidade dominante hoje em dia. O termo não é aqui empregado como um eufemismo para evitar pronunciar a palavra capitalismo. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo que se desembaraçou das referências arcaizantes e é plenamente assumido como construção histórica e como norma geral de vida. O neoliberalismo pode se definir como o conjunto dos discursos, das práticas, dos dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio geral da concorrência.⁴⁹

São, portanto, inúmeros os fatores que contribuem para que os camponeses ou se subordinem ao capital ou tendam para um individualismo centrado apenas na sua unidade de produção. Entre eles, do ponto de vista ideológico, está a disseminação da lógica da concorrência como princípio geral de práxis social, a qual é estimulada pelos meios de comunicação de massa e pelo ambiente sociocultural no campo, este impregnado politicamente pela defesa, a partir das classes dominantes e dos governos, da grande empresa capitalista agrícola.

Apesar dessa enxurrada econômica, política e ideológica a favor do modelo de produção dominante e da concepção de vida que lhe acompanha é, no entanto, a resistência social camponesa à pressão exercida pela expansão capitalista e às opressões daí derivadas que propiciam aos próprios camponeses, nessa prática social plena de contradições, não apenas o crescimento da sua consciência política, como a experiência da luta social em defesa de seus interesses. Dessa maneira, mesmo vivenciando os processos de socialização tradicionais mesclados a essa tendência intrínseca ao isolamento pela afirmação da autossuficiência, os camponeses reafirmam a cada dia a sua identidade com o modo de produzir e viver camponês. Isso quer dizer que se assumem como camponeses. Portanto, reiteram a sua especificidade.

E é na luta social e política pelos seus interesses como camponeses que essa identidade com o seu que-fazer – com o seu modo

⁴⁹ Dardot, Pierre e Laval, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009, p. 6.

de produzir e de viver –, se transforma numa identidade social de classe, diferente daquela do operariado e dos assalariados rurais.

As organizações e movimentos sociais e sindicais populares no campo contribuem para a articulação orgânica dos camponeses nas suas práticas sociais de luta, desde o nível local até o internacional, passando pelo nacional. De certa maneira concorrem para evitar e superar a ideia da autossuficiência camponesa, do seu individualismo e da tendência à subordinação histórica ao capital.

Essa organicidade institucional camponesa, sempre que resultante do caráter de classe social dos camponeses, facilita o avanço da sua consciência política e das alianças políticas que lhe são necessárias, não apenas para a resistência social, como para o confronto social contra uma classe social poderosa como a burguesia.

Marx e Engels comentavam que

(...) enquanto milhões de famílias vivem sob condições econômicas que separam seu modo de vida, interesses e cultura das demais classes e os colocam numa posição antagônica com respeito a estes últimos, se pode dizer que formam uma classe. No entanto, enquanto houver uma mera interconexão local entre estes pequenos agricultores e o caráter dos seus interesses, isso não os conduzirá à formação de uma comunidade, nem ao estabelecimento de laços nacionais nem organizações políticas, não formam uma classe.⁵⁰

Conceituação de camponês

A abordagem realizada por Shanin com relação à especificidade camponesa pode ser considerada como um referencial para a construção do conceito de camponês. Ela sugere que:

⁵⁰ Marx e Engels. Selected Works, v. I, p. 303, citado por Shanin, Teodor. *El campesinado como factor político*, in: *La clase incómoda. Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Anexo A, (publicado originalmente em *The Sociological Review*, v. XIV, 1966, n. 1). Madri: Alianza Editorial, 1983, p. 290, nota de rodapé n. 64.

(...) Mesmo para indagar sobre o camponês com fundamento, é necessário dizer primeiro do que se trata. Mais ainda se quisermos utilizar analiticamente esse conceito. O que se quer dizer com 'camponês'? (...) A afirmação (e a orientação para qualquer teste potencial) da especificidade do camponês pode ser apresentada através de seis categorias de características, pelas quais os camponeses têm sido distinguidos, em comparação a 'outros':

- em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional;
- em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo (...);
- em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como, por sua vez, influenciam as formas de produção e de vida social (...);
- em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo (...);
- em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis). Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses (...);
- finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses (...).⁵¹

Quando Shanin se refere à economia de subsistência na primeira categoria anteriormente citada, tudo leva a crer que ele está tratando do camponês pobre e isolado cujos produtos não se realizam nos

⁵¹ Shanin, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente. *Revista Nera* – ano 8, n. 7 – jul./dez. 2005, p. 1-3.

mercados. Mesmo assim, seria difícil encontrar, mais ainda no Brasil contemporâneo, camponeses sem inserção nos mercados.

Não há dúvida de que parcela dos camponeses pobres (renda agrícola da produção insuficiente para garantir a reprodução social da família) desenvolva processos de trabalho direcionados preponderantemente para o autoconsumo familiar. Em alguns contextos, essa prática de produção pode se dar como consequência das inúmeras limitações que se conjugam para constranger os camponeses, e que vão desde o tamanho reduzido da unidade de produção camponesa aliado à presença de solos de baixa produtividade relativa, até mesmo o desencanto com as práticas de produção na sua unidade de produção camponesa. Porém, a monetarização das trocas comerciais por mais incipiente que seja, é a prática que predomina.

Nos casos mais extremados onde é de baixa a muito baixa a inserção camponesa nos mercados agrícolas, esses camponeses pobres se enquadrariam no que Lenin considerou como proletários com terra. Mesmo assim, esses camponeses tendo o acesso continuado à terra e aos recursos que ela suporta poderiam romper esse processo de proletarização gradual se houvesse políticas públicas dirigidas aos camponeses pobres, no sentido de resgate e afirmação da sua condição camponesa.

Ploeg (2008) considera que:

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia (Gouldner, 1978),⁵² para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente. As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra (...)⁵³

⁵² Ploeg, *apud* Gouldner, A. The concept of Functional Autonomy, *in*: Worsley, P. *Modern Sociology*. 2ª ed. New York: Penguin, 1978

⁵³ Ploeg, Jan Dowe von der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 285.

É minha sugestão que os camponeses estão participando com maior ou menor grau de intensidade de distintos mercados, seja de insumos para a sua unidade de produção, seja para realizar vendas de seus produtos, no amplo e diversificado processo de garantir a reprodução social da família.

As considerações anteriores nos convidam à explicitação do conceito de camponês que, segundo Costa (2008), é assim compreendido:

Entendo por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. A noção exposta herda de Chayanov (1923)⁵⁴ a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família, no processo decisório da ‘empresa camponesa’, que, assim, constitui uma unidade indissociável entre esfera de produção e esfera de consumo.

Assume integralmente, ademais, as consequências lógicas e teóricas de tal ênfase:

Duas delas devem estar presentes desde o início: primeiro, a unidade produtiva camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que possui enquanto família; segundo, as forças que emergem das tensões contrárias – umas originadas das necessidades reprodutivas, que impulsionam ao trabalho, e outras provindas das tensões associadas ao próprio exercício do trabalho, que apelam ao lazer⁵⁵ – estabelecem, pela experiência pessoal dos componentes da família e sua vivência cultural, um padrão repro-

⁵⁴ A citação original é da edição alemã (1923): Chayanov (Tshajanov), A. *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft: Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau*. Berlin: Paul Perey. Cito outra edição em espanhol: Chayanov, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974

⁵⁵ Ou substanciam uma *aversão à penosidade do trabalho*. Alguns autores acham que essa é a característica mais marcante da racionalidade camponesa. Ellis (1988, p. 102-119) entende até que a teorização de Chayanov dá conta apenas de um *drudgery-averse peasant* (aversão camponesa ao trabalho penoso).

duativo, isto é, um hábito de consumo ajustado a uma rotina de trabalho entendidos – isto é, subjetivamente avaliados – como adequados.⁵⁶

Sob a perspectiva da agroecologia, esta como referencial síntese para a construção de outro padrão tecnológico que realce a coevolução na relação homem-natureza, o conceito de camponês seria:

No contexto teórico que estabelece agroecologia, o campesinato é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedade de base energética solar ou sociedades orgânicas. Isso significa estabelecer uma identificação bastante forte entre modo de uso agrário, camponês ou secundário (de acordo com as denominações que tem recebido) e campesinato. A relação histórica do homem com os recursos naturais, nesse tipo de sociedade, pode ser definida da seguinte forma: ‘o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais’. Isso requer e requereu sempre a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade determinada de energia e materiais e o emprego de um saber e instrumentos de produção adequados.⁵⁷

O campesinato como modo de produção

É de uso relativamente corrente a expressão o modo de produzir e de viver dos camponeses. Ela objetiva acentuar que há uma especificidade camponesa, que a sua reprodução social é regida por uma dinâmica interna própria da unidade de produção camponesa e não pela lógica da reprodução social da unidade de produção capitalista onde se dá a relação social de produção de assalariamento. Quer dizer, ademais, que na “sociedade brasileira” convivem contraditoriamente dois modos de produção distintos: o modo capitalista de produção e o modo camponês ou o modo de produzir e de viver

⁵⁶ Costa, Francisco de Assis. *A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro*. Belém: Naea, Ufpa, 2008, mimeo, p. 6.

⁵⁷ Guzmán e Molina, *op. cit.*, 2005, p. 80-81.

camponês. Tal sociedade particular concreta se configura, então, como uma formação econômica e social complexa onde coexistem e se contradizem modos de produzir distintos entre si.

Enquanto a racionalidade da reprodução social da unidade de produção capitalista é centrada no lucro, a lógica da reprodução social da unidade camponesa é centrada na reprodução social da família.

O fato de que a centralidade da reprodução social da unidade de produção camponesa seja ela familiar ou multifamiliar, individualizada, cooperativada ou coletivizada, seja centrada na reprodução social da família ou das famílias, não retira dessa lógica camponesa as possibilidades de:

- aumento da renda agrícola e da agroindustrialização para a melhoria crescente e continuada da qualidade de vida familiar (hábitos de consumo e hábitos de trabalho);
- aumento da renda agrícola e da agroindustrialização que proporcione a formação de poupança familiar;
- incorporação de inovações tecnológicas a partir de tecnologias e processos social e ambientalmente apropriados;
- ampliação da propensão aos investimentos;
- redução continuada da penosidade do trabalho familiar;
- aprimoramento, pela inovação tecnológica, dos processos de trabalho (hábitos de produção);
- agroindustrialização de produtos e subprodutos da unidade familiar camponesa ou da unidade cooperada camponesa;
- crescente participação nos mercados, em particular naqueles denominados de circuitos curtos de comercialização;
- aumento da produtividade da força de trabalho, dos solos, das plantas e dos animais pela incorporação de tecnologias ecologicamente sustentáveis e da motomecanização apropriada à unidade camponesa de produção.

Esse conjunto de processos, ao qual denomino de “modernização camponesa”, como parte de um padrão tecnológico agroec-

cológico, deve permitir à família, a partir do equacionamento produção-consumo e da geração de excedentes em produtos ou em dinheiro, uma poupança familiar que poderia se expressar numa “acumulação camponesa”. Essa base econômica aliada à consciência da sua especificidade camponesa e a perspectiva de superação da subalternidade ao capital, portanto, da construção da sua autonomia relativa perante o capital, constituem os elementos fundamentais para que os camponeses se identifiquem socialmente com o seu próprio modo de produzir e viver, que é contrário ao modo de produção capitalista dominante e hegemônico.

Na verdade, camponeses, em contextos diversos, mais ou menos industriais, mais ou menos modernos, mais ou menos tradicionais por qualquer critério, podem se mostrar tanto dinâmicos, quanto conservadores; tanto dispostos a inovar, quanto relutantes em relação a isso; tanto dispostos ao risco, quanto a ele aversos. É da sua natureza, pois – e essa tem sido uma hipótese do nosso trabalho –, a não linearidade de comportamento. Por outro lado, situações equivalentes de disposição à inovação podem produzir formas de existência completamente distintas de camponeses em contextos diferentes – podendo resultar, num caso, tecnificação mecânico-química e especialização; num outro, inovações de base biológica e diversidade. Essa a segunda hipótese de nossa investigação: as características do ambiente – natural e institucional – determinam a forma de existência camponesa.⁵⁸

Não é estranho ou excepcional se considerar, no conjunto das estratégias de sobrevivência e acumulação camponesas, que parcelas dos camponeses se sirvam da venda ocasional, ou mesmo permanente, da força de trabalho de membros da família. Num contexto de fortes pressões dominantes de subalternização dos camponeses, se faz necessária e, em casos, indispensável a busca de diferentes soluções para a diversificação e ampliação das fontes de rendimentos familiares.

⁵⁸ Costa, Francisco de Assis. *A especificidade camponesa: um trajeto de pensamento que se projeta no futuro*. Belém: Naea, Ufpa, 2008, mimeo, p. 5.

Como o camponês gerencia familiarmente a sua unidade de produção que é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de reprodução social da vida familiar, é usual utilizar-se a expressão modo de produzir e de viver dos camponeses, como expressão alternativa a modo de produção camponês. E como a maior parte dos camponeses estabelece relações sociais bastante estreitas com a comunidade rural à qual consideram pertencer, a referência ao viver e morar na totalidade das suas dimensões (reprodução da vida) passa a ter um significado muito mais amplo, inclusive culturalmente; mesclando no cotidiano das suas existências os processos de produção com os de reprodução social da família (unidade da produção e do consumo), numa interação particular que dá ao camponês sua especificidade.

Essa noção de especificidade camponesa, portanto, da presença de uma racionalidade que é própria do campesinato, deseja acentuar as diferenças entre: o campesinato como modo de produzir e de viver e o modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, é oportuno se atentar para o que pondera Tepicht:⁵⁹

(...) Ora, o modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação (social) particular, ele se incrusta numa série de formações, se adapta, interioriza à sua maneira as leis econômicas de cada um deles e, ao mesmo tempo, mais ou menos, deixa em cada um deles a sua marca. É aqui que reside, no nosso entender, o segredo da surpreendente longevidade que inspira as predições sobre a sua perenidade. A maior parte dos marxistas predizia, ao contrário, uma decomposição rápida.

Na formação econômica e social brasileira, dominada-hegemonizada pelo modo de produção capitalista, o campesinato como modo de produzir e de viver ainda não é portador, ao menos na sua

⁵⁹ Tepicht, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973, p. 17-18.

maior parte, de uma concepção de mundo que dê conta formalmente dos mecanismos da sua reprodução social e que contemple algumas categorias como acumulação camponesa, modernização camponesa, autonomia camponesa e recampesinização, entre diversas outras, que afirmem e sustentem a especificidade camponesa.

O senso comum imperante no país, reforçado pelos meios de comunicação de massa e pelas escolas e igrejas, reproduz a concepção de mundo do capitalismo que despreza a presença camponesa e apenas se refere ao campo como o espaço da reprodução social da empresa capitalista, eliminando do seu paradigma de sociedade o campesinato como classe social e muito menos como modo de produção.

Ainda que alguns setores da academia e das organizações e movimentos sociais e sindicais populares de representação de interesses dos camponeses se aproximem da abordagem tratada neste documento, na maior parte das vezes o que se presencia é um ecletismo mais ou menos elaborado do senso comum que considera aleatoriamente os camponeses como pequenos burgueses, artesãos, produtores simples de mercadorias, ou simplesmente, como uma massa amorfa de pequenos produtores rurais que tendem a desaparecer:

Muitos economistas, tecnocratas, políticos e intelectuais urbanos viram nos pequenos camponeses uma classe condenada a desaparecer. Considerados no passado como sujeitos passivos manipulados pelas elites, agora estão lutando contra os paradigmas capitalistas, socialistas e desenvolvimentistas que os levariam à ruína. Assim, se converteram naquilo que *Karl Marx* chamava de ‘classe para si’ com consciência política. E ainda que o campesinato não tenha ‘entrado tão confiado nessa noite’, para tomar emprestado um verso de *Dylan Thomas*, os acontecimentos do século XXI estão demonstrando que as visões tradicionais pró-desenvolvimentistas são tremendamente mentirosas.⁶⁰

⁶⁰ Bello, Walden. Os pequenos camponeses lutam contra os paradigmas modernos obsoletos. *Alai, América Latina en Movimiento*. Quito, 27 de julho de 2007. Disponível em: <<http://alainet.org/active/18832&lang=es>>.

Campesinato como classe social

É mais usual se identificar uma classe social, a partir do referencial marxiano, quando ela se encontra numa unidade de contrários como a burguesia e o proletariado ou o campesinato servo da gleba e os senhores feudais. No caso particular do campesinato contemporâneo, ao considerá-lo como um modo de produzir e de viver, é possível se levantar considerações críticas por uma ou outra razão, ainda que as características que definam a especificidade camponesa venham sendo aceitas como fundamentais para considerá-lo como um modo de produção. No entanto, pode parecer estranho se tratar o campesinato como classe social. Isso é devido, sobretudo, ao fato de que o campesinato não se encontra concretamente numa unidade de contrários em que a afirmação de uma das classes significa a negação da outra, como no caso da burguesia e do proletariado.

A relação entre o campesinato contemporâneo, como modo de produção, e o modo de produção capitalista poderia não se configurar hipoteticamente como sendo uma contradição se a natureza da reprodução social capitalista não determinasse, necessariamente, a desagregação e ou a subalternização de todas as demais formas de produção existentes. Isso quer dizer, reafirmando, que o modo de produção capitalista, no âmbito de uma formação econômica e social, tende a ser dominante e hegemônico submetendo e ou destruindo todas as demais formas e modos de produção que não se submetam aos seus interesses de classe da burguesia.

Se um pressuposto do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital são o trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro, a fim de reproduzir e valorizar o dinheiro, a fim de ser consumido pelo dinheiro não como valor de uso para fruição, mas como valor de uso para o dinheiro, outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização – do meio de trabalho e do material de trabalho. Portanto, sobretudo a desvinculação

do trabalhador da terra como seu laboratório natural – em consequência –, a dissolução da pequena propriedade livre de terras, bem como da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental (...).⁶¹

Essa assertiva de Marx realizada em meados do século XIX se aplica com propriedade teórica ao campesinato contemporâneo em pleno século XXI. A diferença de contextos e de tempos históricos apenas evidencia que o caráter do capital continua o mesmo, com a sua presença no mundo contemporâneo se apresentando de maneira global, oligopolista e sob a hegemonia do capital financeiro. Todavia, o que mudou foi o campesinato.

Todos os campesinatos vivenciaram (e muitos ainda vivenciam) complexas e difíceis transições devidas, não apenas às rupturas com as formas de opressão e exploração a que estavam (e muitos ainda estão) submetidos, mas como consequência das novas condições camponesas determinadas pela expansão capitalista.

Apesar de muitos dos campesinatos no mundo terem permanecido fragilizados econômica e socialmente, desprezados e discriminados, a maior parte deles pode superar os diversos cativéis econômicos, políticos e ideológicos a que se achavam submetidos ao se libertarem da servidão feudal ou do domínio colonial, para se constituírem no campesinato contemporâneo, organizado política e ideologicamente, e em lutas sociais de emancipação, com capacidade de resistir socialmente à tendência e às iniciativas dominantes de destruí-los.

A resistência social do campesinato nos sugere que há, na unidade de produção camponesa, elementos importantes que garantem a reprodução social da família, mesmo em contextos que lhe são adversos e sob a tendência dominante de eliminá-los, de fazê-los desaparecer como camponeses.

⁶¹ Marx, Karl. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1859. Esboços da crítica da economia política*. [Formas que precederam a produção capitalista]. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 388.

Quando o campesinato contemporâneo resiste socialmente às iniciativas várias de desagregá-lo, como comentamos anteriormente, ele está se afirmando como um modo de produzir e de viver. Todavia, quando ele não apenas resiste, mas se afirma como camponês pela construção da sua autonomia e pela negação do modo de produção capitalista como práxis social dominante, acentuando que é um modo de produção que deve ser superado e, para tanto, se alia com o proletariado para combater a burguesia como classe social, que domina e comanda esse processo geral destruição da vida, nesse processo político se instaura a contradição de classe entre o campesinato e a burguesia. Então, nessa luta concreta de classes, o campesinato se comporta econômica, política e ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia.

Como nos elucida José de Souza Martins:

O trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais entre si diferentes (...). Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e, quando se transforma numa exigência político-partidária, é até mesmo um crime. É uma espera idealista, reacionária (...). Só uma força fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social.⁶²

Nessa luta de classes entre o campesinato e a burguesia se instauram vários mecanismos de cooptação e subalternização do

⁶² Martins, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 13-15.

camponês ao capital. Os governos, como instituições historicamente orgânicas aos interesses da classe dominante, tentam dissimular essa contradição de classe ao buscarem estabelecer uma coexistência no campo entre capitalistas e camponeses. Desconhecem a especificidade camponesa, resultando numa negação explícita do camponês como modo de produção e como classe social.

Por outro lado, nessa mesma luta de classes entre o campesinato e a burguesia, o campesinato, nas suas mais distintas frações sociais, se fortalece como classe social a partir da sua organização, mobilização e enfrentamento nas lutas sociais. E constrói alianças de classe com o proletariado, assim como com frações de outras classes sociais, com estamentos sociais como a burocracia pública, com a organização dos trabalhadores desempregados, entre tantos outros, em função das circunstâncias objetivas de cada confronto social. E nessas lutas o campesinato se afirma como modo de produzir e de viver (sua especificidade) e como classe social.

Shanin⁶³ alertava que:

(...) no decorrer da história, o campesinato atuou politicamente muitas vezes como uma entidade social de classe. Ademais, dentro das sociedades industriais, tem demonstrado possuir coesão em sua ação política, e não somente em seus enfrentamentos com os proprietários de terra tradicionais em combates noite a dentro do tipo pré-capitalista; os interesses comuns compartilhados pelos camponeses os têm impulsionado também a sustentar conflitos políticos com os grandes proprietários de terra capitalistas, com vários dos diferentes grupos urbanos e com o Estado moderno.

As organizações e movimentos sociais populares de representação dos interesses dos camponeses, assim como parcelas da intelectualidade comprometida com a superação do modo de produção capitalista, desempenham um papel da maior relevância para os

⁶³ Shanin, Teodor. *La clase incómoda. Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madri: Alianza Editorial, 1983, p. 289.

camponeses se conscientizarem de que estão inseridos, desejem ou não, numa luta de classes que adquire um caráter de luta social antagônica contra o capital, e que vem sendo reforçada pela onda de pressões e violências que foi acentuada com o fortalecimento da dominação-hegemonia neoliberal, após o início da década de 1990, em todo o mundo.

Nestes últimos 22 anos de globalização dos capitais, pode-se constatar que há consciência, política estratégica por parte das grandes empresas capitalistas do mundo, de que a natureza deve ser apropriada privadamente por eles o mais rapidamente possível, independentemente de haver, nesses territórios, recursos naturais ainda intocados, se neles já tenham sido estabelecidas áreas de conservação e de preservação ambientais e do patrimônio cultural, se existem populações vivendo neles há séculos, ou se são áreas ancestrais dos povos originários, entre tantas outras hipóteses. E a história recente vem confirmando essa tendência.

(...) o Império reconstitui o campesinato como fenômeno novo que atravessa, em vários aspectos, as fronteiras do campesinato que conhecemos no passado. O Império muda progressivamente o contexto em que os campesinatos de hoje estão imersos: ele se articula com esses campesinatos como uma negação radical de sua própria existência. Dessa forma, o Império provoca igualmente novas formas de resistência, de luta e de respostas (...)⁶⁴

A resistência social, o bloqueio e a negação desse avanço desmesurado das forças antissociais e antiambientais do capitalismo, sob a hegemonia dos interesses do capital financeiro oligopolizado e globalizado, exigem dos campesinatos de todo o mundo uma articulação político-ideológica de lutas sociais que, além de afirmarem o campesinato como modo produzir e de viver distinto daquele determinado pelo modo de produção capitalista, o consolide como

⁶⁴ Ploeg, Jan Douwe van der, 2008, *op. cit.*, p. 286.

classe social em todo o mundo em contradição antagônica com o capital.

A afirmação da autonomia camponesa

O campesinato contemporâneo na práxis social do seu modo de produzir e de viver se comporta como classe social nos confrontos econômicos, políticos e ideológicos contra a dominação-hegemonia do modo de produção capitalista nas diversas formações econômicas e sociais em todo o mundo.

Ao ensaiar construir a sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital, o campesinato se percebe constrangido pelas imposições dominantes, tanto nas suas tentativas de impor o modo de produzir e o padrão tecnológico das grandes empresas capitalistas na agricultura, como na concepção de mundo baseada unicamente no lucro e na exploração indiscriminada do trabalho humano e da natureza.

A afirmação da autonomia camponesa, na reprodução social do seu modo de produzir e de viver, vem se concretizando no cotidiano do seu que-fazer como produtores rurais familiares. E que, portanto, não se utilizam do trabalho assalariado e se empenham em suprir as insuficiências ocasionais da força de trabalho familiar pela introdução continuada de técnicas e processos de produção, no âmbito da modernização camponesa.

A modernização camponesa é concebida como uma renovada relação antrópica do homem com a natureza na concepção e prática da agroecologia na qual se busca uma coevolução no sentido que lhe dão Guzmán e Molina (2005)⁶⁵ quando afirmam:

(...) o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um

⁶⁵ Guzmán e Molina, 2005, *op. cit.*, p. 78 e 81.

conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos 'graus de camponesidade' (...) o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental.

A autonomia camponesa se realiza sobre a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pela família que proporciona, ao mesmo tempo, um processo de coevolução no modo do uso dos recursos naturais e uma interação com os mercados, superando o padrão tecnológico dominante e reduzindo, nos limites estabelecidos pela correlação de forças econômicas e políticas, as suas dependências históricas tanto do capital como dos governos.

Como sugere Ploeg:

A luta por autonomia, resultante dessa condição camponesa, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (2008).⁶⁶

Nesse processo continuado de afirmação da autonomia camponesa, tanto a agroindustrialização quanto os artesanatos proporcionam contribuições relevantes, não apenas para o uso diversificado da força de trabalho familiar, como para a multiplicação das fontes

⁶⁶ Ploeg, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa, *in*: Petersen, Paulo (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 19.

de renda familiar. A agregação de valor aos produtos e subprodutos da unidade de produção camponesa contribui para o aumento dos rendimentos familiares e induz ao desenvolvimento de processos de cooperação interfamiliares que potencializam e qualificam a força de trabalho familiar, e facilitam a introdução de inovações tecnológicas no âmbito da modernidade camponesa.

Para tanto é necessário e, em certos contextos, indispensável, o desenvolvimento das formas de cooperação que, partindo das mais simples formas de ajuda mútua entre a vizinhança e membros da comunidade, alcancem formas superiores de cooperação seja para facilitar a obtenção de determinados insumos, para o processo de produção e para os produtos de consumo familiar que não podem produzir diretamente, seja para que alcancem gradualmente as formas mais avançadas de cooperativização nos processos de produção e de uso da terra.

Serão a experiência e a sabedoria camponesas que lhes facilitarão a inserção positiva nos mercados de maneira a alcançarem preços satisfatórios para seus produtos. Certamente essa sabedoria lhes aconselhará não apenas a cooperação para enfrentarem a concorrência das empresas capitalistas como para privilegiar os denominados circuitos curtos de comercialização.

Haverá sempre na dinâmica da afirmação camponesa uma tensão entre a resistência social camponesa e as tendências destrutivas do campesinato pelo capital; entre o confronto político e ideológico que o padrão tecnológico baseado nos princípios gerais da agroecologia promove quando nega a artificialização da agricultura em que baseia o padrão tecnológico capitalista, criado e desenvolvido pelas empresas oligopolistas que dominam mundialmente o que-fazer na agricultura capitalista.

A conquista da terra é o passo primeiro da afirmação camponesa. Daí a importância sempre presente das lutas sociais pela reforma agrária. Quando parcelas dos camponeses, seja pela sujeição a que

estão submetidos seja pelo desencanto com as rendas agrícolas auferidas, abandonam a terra, negam não apenas a possibilidade futura de afirmação da autonomia camponesa, mas, sobretudo, a sua condição objetiva de ser camponês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismoagrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BARTRA, Roger. Introducción Chayanov. Anexo A. *Revista Nueva Antropología*, enero 1976, v. I, n. 003, p. 49-69, Unam. México.
- BELLO, Walden. Os pequenos camponeses lutam contra os paradigmas modernos obsoletos. *ALAI, América Latina en Movimiento*. Quito, 27 de julho de 2007. Disponível em: <<http://alainet.org/active/18832&lang=es>>.
- BORRAS Jr., S. Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges – an introduction. *Journal of Peasant Studies (JPS)*, 2009, n. 36:1, p. 5-31.
- CARVALHO, Horacio Martins. Na sombra da imaginação (I). Reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, abril de 2010, arquivo Word, 12 p.
- _____. *Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil*. Curitiba, março de 2010, reproduzido em diversos sites, mimeo.
- _____. *Tecnologia socialmente apropriada. Muito além da questão semântica*. Londrina, Iapar, agosto de 1982.
- CASSANO, Frank. Assim o indivíduo sem sociedade anulou a política, in: *Jornal La Repubblica.it*, 1º/3/2012, reproduzido por *IHU notícias on-line*, 10/3/2012.
- CHAYANOV (Tshajanov), A. *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft: Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau*. Berlin: Paul Perey, 1923; edição em espanhol: CHAYANOV, Alexander. (1923). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONSELHO EDITORIAL. Apresentação à Coleção História Social do Camponato no Brasil, in: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde S. e PAULILO, Maria I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o camponato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2008.
- COSTA, Francisco de Assis. *A Especificidade Camponesa: Um trajeto de pensamento que se projeta no futuro*. Belém: Naea/Ufpa, 2008, mimeo.
- COSTA NETO, Pedro Leão. *Observações metodológicas sobre a ideia de história a partir do último período da obra de Marx*. Curitiba, mimeo, s.d.
- _____. *Marx tardio: notas introdutórias*. Curitiba, mimeo, s.d.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- DELCOURT, Laurent *El futuro de las agriculturas campesinas ante las nuevas presiones sobre la tierra*. Lovaina la Nueva (Bélgica): Cetri, Agriculturas Campesinas, 14/12/2010.

- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha, *in: Obras escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, v. 3, p. 225-243.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FOLHA ON-LINE. “Crise deve levar número de desnutridos a mais de 1 bilhão em 2009, diz ONU”. Roma: *France Presse*, 19 junho de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u583427.shtml>>.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.), *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead/MDA/GF, 2009.
- _____. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas de lutas no campo, v. 2*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead/MDA/GF, 2009.
- GODÓI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. I*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- _____. *Diversidade do campesinato: estratégias de reprodução social, v. II*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- GOULDNER, A. The concept of Functional Autonomy, *in: WORSLEY, P. Modern Sociology*, 2nd ed. New York: Penguin, 1978.
- GOLAY CH. Los derechos de los campesinos; *in: DECOURT, Laurent. The future of peasant agriculture confronted by the pressures on land*. CETRI, décembre 2010. Disponível em : <<http://www.cetri.be/spip.php?article1957>>.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla e MOLINA, Manuel González. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Via Campesina do Brasil, março de 2005.
- JACOB, Heinrich Eduard. *Seis mil anos de Pão. A civilização humana através de seu principal alimento*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.
- MAGDOFF, Fred. Comida como mercadoria, *in: seção Alimentos*, artigo Fome e Mercado, reproduzido na revista *Retratos do Brasil* n. 55, fevereiro de 2012, p. 24-31.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MARX, Karl. *El Capital. Crítica de la economía política*, v. I, [A chamada acumulação originária]. México: Fondo de Cultura Económica, 2^a ed. española, 1958.
- _____. *El Capital. Crítica de la economía política*, v. III. [Génesis de la renta capitalista del suelo]. México: Fondo de Cultura Económica, 2^a ed. española, 1958.
- _____. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1859. Esboços da crítica da economia política*. [Formas que precederam a produção capitalista], São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2^a ed., 1977.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Escritos sobre Rusia. II. El porvenir de la comuna rusa*. México: 90 Cuadernos de Pasado y Presente, 1980.
- _____. Selected Works, v. I, p. 303, citado por SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político, *in: La clase incómoda. Sociología política do campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Anexo A, (publicado originalmente em The Sociological Review, v. xiv, 1966, n. 1).

- MAZOYER, Marcel e ROUDAT, Laurence. *História das agriculturas do mundo. Do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d. (Edição do Seuil 1997/1998).
- MITRANY, David. *Marx contra o camponês*. Rio de Janeiro: Editora Ipanema, 1957.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989, p. 23-232.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*, v. I. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2008.
- _____. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*, v. II. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas de tutela de condição camponesa*, v. I. São Paulo; Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- _____. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas dirigidas de constituição do campesinato*, v. II. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- OYA, Carlos. The World Development Report 2008: inconsistencies, silences, and the myth of 'win-win' scenarios. *Journal of Peasant Studies*, n. 36:3, 2009, p. 593-601.
- PLOEG, Jan Dowe von der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- _____. Sete teses sobre a agricultura camponesa, in: PETERSEN, Paulo (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. Presidente Prudente, *Revista Nera*, ano 8, n. 7, julho-dezembro de 2005.
- _____. *La clase incómoda. Socióloga política do campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madri: Alianza Editorial, 1983.
- _____. El campesinado como factor político, in: *La clase incómoda. Sociología política do campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Anexo A, (publicado originalmente em *The Sociological Review*, v. XIV, n. 1). Madri: Alianza Editorial, 1966, p. 274-298.
- STANIS, V. *Transformaciones socialistas de la agricultura*. Moscou: Editorial Progreso, 1978.
- TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- TOLEDO, Victor M. *La agroecología, fundamento de una "república amorosa"*. México: La Jornada, 3 de marzo de 2012. Disponível em: <<http://www.jornada.Unam.mx/2012/03/03/opinion/022a2pol>>.
- WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa S. B. e WANDERLEY Maria Nazareth B. (orgs.). *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações clássicas*, v. I. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009.

O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: GÊNESE HISTÓRICA, REPRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA

GUILHERME COSTA DELGADO

INTRODUÇÃO

A noção a respeito de setor de subsistência na literatura da história econômica brasileira não aparece de maneira unívoca, nem sobre ela os autores preocupam-se em aplicar rigor conceitual. Na realidade, o setor de subsistência é quase sempre definido negativa ou residualmente, supostamente porque não é núcleo estruturante da economia; não possui dinâmica própria, mas depende da grande lavoura; e situa-se à margem da economia dirigida aos mercados – e esta inexoravelmente tenderia a absorvê-lo e dominá-lo.

O chamado setor de subsistência aparece, assim, como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista. Tais alegações, como se verá, são encontradas em diversas obras que tratam do assunto. Porém, a grande maioria dos pesquisadores nem sequer aborda o setor de subsistência como tema digno de análise.

Antes de tratar da gênese do setor de subsistência na economia brasileira, faz-se necessário justificar a relevância de sua abordagem. Devem ser mencionadas rapidamente as abordagens de três

notáveis historiadores econômicos e sociais do Brasil – Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro – sobre tal tema. A partir desse enfoque, de seu confronto e síntese, deverá estar respondida a indagação sobre a relevância do objeto pesquisado.

A leitura histórica da economia de subsistência e dos seus distintos processos de reprodução, desde o período colonial até o longo ciclo de industrialização brasileiro no século XX, recupera um objeto de pesquisa, que para o que aqui nos importa destacar é muito relevante à compreensão da nossa economia política contemporânea (Prado Jr., 1979).

A seguir, serão apresentadas as abordagens para a noção de setor de subsistência dos três teóricos aqui discutidos.

CAIO PRADO JR.

Caio Prado Jr., em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, desenvolveu os capítulos “Agricultura de Subsistência” e “Pecuária” do Brasil Colonial, mas antes adverte que tais setores não constituem atividades fundamentais da economia colonial, que é centrada no trinômio: *grande propriedade, trabalho escravo e monocultura*, voltado ao comércio exterior. Certamente a agricultura de subsistência e a pecuária não se encaixam nesse trinômio, embora já no período colonial “ocupassem” parcela expressiva da população em extensão territorial muito vasta da colônia.

Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e a categoria de segunda ordem (...). Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não têm uma vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira e lhes servem apenas de acessórios (...) (Prado Jr., 1979, p. 124).

É claro, na construção analítica da obra em questão, o tripé – da grande propriedade, trabalho escravo e monocultura –, o qual estrutura a produção da grande lavoura e da mineração na produção de mercadorias para o setor externo.

Quando trata da agricultura de subsistência, da pecuária e mesmo das produções extrativistas, o tripé não se aplica, e o autor ora recorre ao argumento de setor subsidiário residual, reflexo etc. ora faz uso de uma outra noção do setor de subsistência, na qual se destaca sua especialização na provisão de gêneros de subsistência para o consumo interno.

Já apontei acima os motivos principais porque fiz esta distinção fundamental numa economia como a nossa, entre a grande lavoura que produz para a exportação e a agricultura que chamei de “subsistência” por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia (...). Há a considerar a natureza econômica intrínseca de cada uma e outra categoria de atividade produtiva, o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas. A diferença aí é essencial, e já me ocupei suficientemente da matéria (Prado Jr., 1979, p. 157).

Mais adiante, depois de exemplificar diversos ramos das atividades de subsistência no Brasil Colonial, o autor conclui indicando um segundo caráter específico do setor de subsistência:

Assim, com maior ou menor independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações, as culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de *gêneros alimentícios de consumo interno da colônia* (grifo nosso). É um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças (...). Em geral a sua mão de obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador modesto e mesquinho que trabalha. Às vezes conta com o auxílio de um ou outro preto ou mais comumente de algum índio ou mestiço (...) (Prado Jr., 1979, p. 160-161).

Em síntese, a noção de setor de subsistência, na obra de Caio Prado Jr., apresenta quatro características a destacar:

- atividade subsidiária que depende ora exclusivamente, ora parcialmente da grande lavoura;
- setor produtor de bens de consumo destinados ao autoconsumo da fazenda e ao consumo interno da economia interna (da colônia), mas não à exportação;

- especialização na produção de alimentos – um valor de uso, distinto das mercadorias produzidas para o mercado externo; e
- estrutura produtiva distinta da grande lavoura, visto que no setor de subsistência praticamente não se utiliza do trabalho escravo, a produção é do tipo não monocultivo e o estabelecimento produtivo é em geral de dimensões pequenas (familiar), produzindo algum ou alguns produtos com mão de obra própria e/ou participação de inúmeras relações de trabalho (dependendo da atividade), que em geral não são nem de trabalho escravo, nem de trabalho assalariado.

Observa-se finalmente que, de acordo com Caio Prado Jr., o setor de subsistência alberga-se na grande propriedade, geograficamente externa às zonas das grandes lavouras, sujeita às relações fundiárias de dominação impostas pelo sistema de sesmarias. Porém, diferentemente da grande lavoura, os agricultores de subsistência gozam de certa autonomia, principalmente na pecuária, na qual os contratos de parceria entre proprietários ausenteístas e vaqueiros são completamente distintos dos “contratos” entre grandes proprietários e os seus “moradores de condição” na grande lavoura.

CELSO FURTADO

Outra abordagem do setor de subsistência aparece em Celso Furtado (1970), com semelhanças e algumas diferenças em relação às definições de Caio Prado Jr.:

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos de número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais (...). Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é a base da economia de subsistência. Entretanto,

não se limita a viver da roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos moratórios mínimos. *Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto*, variando a importância de faixa monetária de região para região e de ano para ano numa região (grifo nosso) (Furtado, 1970, p. 120).

Nesse texto, bem como em diversas outras passagens desse clássico, Furtado caracteriza o setor de subsistência como um espaço em que se exercem funções econômicas e não econômicas, todas elas ligando o setor de subsistência à grande propriedade territorial. Sua produção e sua reprodução dependem da economia mercantil dominante, mas tal setor conserva elementos de reprodução natural, principalmente na pecuária, que o deixam até certo ponto invulnerável às crises periódicas da economia mercantil. A seguir, apresenta-se, também como síntese, aquilo que Furtado parece destacar como principais características do setor de subsistência:

- há produção de alimentos e outros recursos para suprir o autoconsumo das fazendas e atender ao mercado consumidor urbano e às demandas da grande lavoura;
- alberga-se uma espécie de reservatório de força de trabalho, sob controle do grande proprietário territorial, a quem os ocupantes devem certa sujeição econômica e principalmente lealdade social;
- o setor de subsistência caracteriza-se por um nível técnico de produção muito baixo, condição que lhe confere reduzida capacidade de produção de excedentes, expressos sob a forma de fluxos monetários pela venda da produção ou pelo pagamento de rendas econômicas apropriáveis pelo grande proprietário territorial; e
- as unidades econômicas de subsistência – em geral a unidade familiar – apresentam-se altamente dispersas pelo interior do

país, seguindo o rastro da pecuária, e em geral não contam com o concurso do trabalho escravo ou do trabalho assalariado sistemático.

Celso Furtado identifica o último quartel do século XVIII – e toda a primeira metade do século XIX, quando se exaure o ouro das Minas Gerais e a economia açucareira entra em forte declínio pela concorrência das Antilhas – como o tempo histórico de maior adensamento do setor de subsistência na economia colonial. A ocupação territorial e a manutenção da população de homens livres de então eram feitas basicamente por esse setor, que ocupava espaço do próprio setor exportador durante fase de relativa e longa estagnação, até que se encontrasse um novo produto fortemente competitivo no comércio mundial: o café.

RAIMUNDO FAORO

A diminuição do setor exportador da economia colonial ao longo de um período de quase cem anos – 1750-1850 –, conquanto a população mais que dobrasse nesse espaço de tempo,¹ somente se explicaria, na interpretação de Faoro, pela mediação de um enorme setor de subsistência na economia colonial que se remete à monarquia (e, conforme se verá mais adiante, mantém-se também ao longo do século XX, chegando à atualidade com enorme dimensão). Na fase de economia nacional, será o embrião daquilo que mais tarde se constituirá no mercado interno brasileiro.

Segundo Faoro, “com a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões econômicas produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário.” (Faoro, 2000, p. 244).

¹ Em 1750 para uma população de 1,75 milhão de habitantes a exportação alcançou 4,3 milhões de libras esterlinas, enquanto em 1800, numa população de 3,3 milhões de pessoas, mal chegou a 3,5 milhões de libras esterlinas (Faoro, 2000, p. 245).

Desde a segunda metade do século XVIII até aproximadamente 1850, tem-se quase um século de decadência do comércio exterior, bem como da importação de escravos negros, fatores que irão mudar o caráter do próprio empreendimento colonial:

Não apenas o conteúdo político do senhor rural mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o *status*. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavar ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado – ao lado das funções paramilitares e paraburocráticas – a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de latifúndio quase fechado (...) o antigo minerador, o senhor de engenho o lavrador e o pastor ampliam – enquanto o café não vier avassalar as terras, as culturas de subsistência, preocupados em adquirir de fora o mínimo possível de bens, sal, ferro, chumbo e pólvora (...) (Faoro, 2000, p. 243-245).

Em contrapartida, Faoro identificara no século XVII, muito antes do declínio do ouro e da estagnação da economia da cana-de-açúcar, a formação dos sertões interiores do Nordeste, do Centro e posteriormente do Sul, conquistados por aventureiros paulistas e nordestinos que, penetrando ao longo dos rios Tietê, Paraíba do Sul e São Francisco, fincaram marcos de conquista colonial, relativamente independentes do movimento de expansão da economia colonial litorânea.

Os Sertões do Sul e os Sertões do Norte abriram-se ao império e ao furor das armas desses duros conquistadores, onde ombream no século XVII, paulistas como Domingos Jorge Velho, e baianos como Francisco Dias de Ávila, já agora embrenhados na meta para alargar a zona de criação, limpando-a do indígena (Faoro, 2000, p. 155).

Abertas as vastas regiões sertanejas do Nordeste e do Centro pela conquista das Bandeiras, e no extremo sul pela presença militar oficial, a ocupação dessas áreas interiores dar-se-á em geral pelo estabelecimento de alguma atividade econômica de subsistência – agricultura alimentar e pecuária extensiva, sendo esta última a que mais marcará a fisionomia das fazendas dos diversos sertões brasileiros. Na verdade, cessada a preação dos índios e a busca de

pedras preciosas como motivação imediata das Entradas e das Bandeiras do século XVII, a maior parte das populações indígenas aculturadas, a dos poucos quilombos aí formados e a porção de brancos que aí penetrou, atravessarão os séculos XVII e XVIII tenuamente articuladas à economia colonial dominante.

A herança do conquistador – o coronel e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão – permanecerá estável, conservadora na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora que civilizadora, projetada do Atlântico (Faoro, 2000, p. 156).

O SETOR DE SUBSISTÊNCIA É UM CONCEITO RELEVANTE?

As três abordagens apresentadas nas seções precedentes tratam de um campo comum e de diferentes aspectos das noções sobre setor de subsistência. Para Caio Prado Jr. seria um setor produtor de valor de uso na economia colonial – o alimento para consumo humano, que, no entanto, assume também a condição de mercadoria de segunda ordem, e de cunho circunstancial, subsidiária da economia produtora de mercadorias típicas – a grande lavoura.

No entanto, o autor considera que as atividades de subsistência não se integram ao conceito de economia colonial, cujo tripé constitutivo está estruturado no trabalho escravo, na grande propriedade territorial e na monocultura destinada ao comércio exterior. Segundo tal abordagem, o conceito de economia de subsistência é dispensável, tendo em vista que não é economia – é tão somente atividade subsidiária, transitória historicamente, sem dinâmica própria, mas inteiramente dependente do setor mercantil. Esse conjunto de negatividades termina por conferir ao setor de subsistência certo caráter de corpo estranho no âmbito da economia colonial e, posteriormente, no da própria economia nacional. Sua dimensão social e territorial, sua reprodução material e suas relações econômicas e sociais próprias não são devidamente reconhecidas e/

ou conceituadas. Ademais, a persistência secular do setor de subsistência na economia rural e urbana ao longo de todo esse período analisado teria de afetar a própria natureza da economia mercantil, interpenetrada dialeticamente, e não apenas de forma subsidiária e tangencial como propõe o autor.

Em Celso Furtado, a noção de setor de subsistência adquire caráter multifuncional – contém dimensão econômica e relações sociais intrínsecas à natureza do latifúndio brasileiro. No aspecto econômico, Furtado não associa diretamente a noção de subsistência à provisão de meios de subsistência, como explicitamente o faz Caio Prado Jr. Na verdade, tal noção, em Furtado, está associada à ideia do setor produtor de *pequeno excedente monetário*, em razão do seu baixo nível técnico e conseqüente precário nível de geração de fluxos monetários.

Embora reconhecendo também o caráter dependente do setor de subsistência em relação à economia mercantil, Furtado não radicaliza o argumento da sua completa subsidiariedade, por duas razões: i) enxerga evidentes explicações não econômicas para as relações sociais que se estabelecem com a economia mercantil; e ii) reconhece uma dinâmica reprodutiva natural no setor de subsistência, que independe da economia mercantil. Assim, Furtado elege a pecuária, e não a agricultura de subsistência, como atividade estruturante da economia de subsistência, calcada em moldes familiares e na dependência sociopolítica da grande propriedade territorial.

O autor considera o setor de subsistência um polo constitutivo da economia colonial – e depois da nacional –, com características estáveis, resistente às crises cíclicas da economia mercantil, embora com baixo nível técnico e precária capacidade de geração de excedente econômico. Mesmo assim, esse setor reproduz-se secularmente porque os excessos de trabalhadores que se albergam nos latifúndios constituem arranjo típico de relações sociais de motivação extra-econômica. E tais relações continuam hegemônicas na sociedade.

A visão de Faoro é muito próxima dessa explicação extraeconômica de Furtado. Todavia Faoro acentua a relação do latifúndio como setor de subsistência, enxergando na captura da renda da terra pelo latifundiário uma dimensão econômica nova, quando a fazenda transforma-se em autarquia. Furtado não reconhece essa tese, em razão de sua visão a respeito da baixa capacidade de produção de excedentes monetários desse setor.

Finalmente, poder-se-ia captar algum consenso de interpretação histórica nesses três autores. Todos eles reconhecem a dimensão territorial e demográfica do setor de subsistência, utilizando-se de indicadores diretos ou indiretos que mostram a maior parte da população e do território albergados nesse setor, senão em todo o período colonial, pelo menos no século que media a exaustão da economia do ouro (último quartel do século XVIII), até a plena constituição de uma economia cafeeira exportadora sucedânea (último quarto do século XIX).

Todos os autores citados reconhecem outras relações de trabalho na economia de subsistência que não a do trabalho escravo. Portanto, é importante reconhecer a coexistência de um setor de trabalho não escravo, albergando parte expressiva da força de trabalho em pleno regime colonial.

Por fim, a grande propriedade territorial, oriunda do sistema de sesmarias, é peça integrante fundamental do setor de subsistência nas abordagens históricas desses três autores clássicos.

No entanto, ainda se pergunta: como fica a configuração do setor de subsistência com o novo ciclo econômico que se inicia na economia brasileira com o café, a imigração, o fim do trabalho escravo, a Lei de Terras e a formação de um mercado de trabalho assalariado no Brasil? Teria sido esse o período histórico de exaustão do setor de subsistência, de liquidação de suas relações sociais “atrasadas” e de plena constituição de uma economia mercantil no meio rural e no setor urbano? Tais questões marcam a passagem

do regime de trabalho escravo ao trabalho livre – bem como, na cronologia histórica, a passagem do século XIX ao XX. É, portanto, esse o objetivo da próxima seção, perseguindo de perto o objeto proposto: avaliar o que ocorre com o imenso setor de subsistência herdado do período colonial quando a economia e o Estado ingressam na nova ordem econômica e em seu novo ciclo, o qual, para efeitos didáticos, data de 1850.

O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO REGIME ASSALARIADO

A economia escravista começou a declinar de direito com a proibição do tráfico de escravos em 1850, pela Lei Eusébio de Queiroz, e continuou por todo o fim do século, de fato e de direito, tendo se extinguido em 1888 com a Lei Áurea.

No fim do século, as informações do Censo de 1872 revelavam que a população de escravos (1,5 milhão de pessoas) representava apenas 16% da população total, havendo uma população livre de 8,4 milhões de pessoas (84%) que obtinham, em grande medida, os seus meios de subsistência fora dos domínios do escravismo. Dessa população escrava, estima-se que, no máximo, um milhão de pessoas (descartados velhos e crianças) estivesse em atividade efetiva.²

Observa-se que em 1872 o surto cafeeiro estava se fortalecendo e já começara a existir um problema de mão de obra nessa lavoura; assim como outra demanda forte por mão de obra manifestar-se-ia na economia da borracha no norte do país, ao fim da década de 1870 (século XIX). Entretanto, a imigração europeia ainda não iniciara seu importante fluxo de abastecimento para o café, principalmente para São Paulo,³ de sorte que a expressiva participação

² Canabrava (1995).

³ O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de treze mil na década de 1870 para 184 mil no decênio seguinte, e 609 mil no último decênio do século (Furtado, 1970, p. 128).

das profissões livres na força de trabalho que os dados do Censo de 1872 revelam não reflete ainda os assalariados – estes concentram-se fortemente no setor rural e nas atividades domésticas do setor urbano, que juntas empregam ou albergam cerca de 90% da força de trabalho livre em cinco províncias principais (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul), com uma pequena diferença para o município neutro do Rio de Janeiro, que apresenta um contingente apreciável de funcionários públicos e profissionais liberais.⁴

Essa massa de força de trabalho livre somente em fração muito pequena pode ser classificada como “assalariada”. Mais uma vez, considerando-se a “classificação por profissões” da população livre em 1872, feita por Fernando Henrique Cardoso (1977), ter-se-ia que os “operários” e os “funcionários públicos” ali classificados poderiam aproximar-se dos trabalhadores assalariados. Os primeiros correspondiam a 4,7% da força de trabalho livre, enquanto os segundos representavam menos de 1% da população livre das principais províncias.

Tal perfil de profissões, e implicitamente de relações sociais do trabalho, revela uma situação muito peculiar da sociedade brasileira da época do império, prestes a efetivar a extinção do trabalho escravo. Esse regime já não era a base econômica da grande lavoura, e a transição para o regime de trabalho livre ocorreria muito antes da abolição, com recurso à imigração europeia na lavoura cafeeira paulista e à mão de obra do setor de subsistência nas demais economias provinciais. Contudo, as relações sociais sob as quais se assentaria o novo regime de trabalho depois da abolição estavam longe de caminhar para o aprofundamento do assalariamento na economia nacional pós-escravista.

O funcionamento da economia brasileira na República Velha é incapaz de incorporar, de maneira sistemática, o assalariamento.

⁴ Ver tabulações por profissão elaboradas por Cardoso (1977).

Sua dinâmica, puxada pela expansão da lavoura cafeeira e pela incorporação do trabalho semiassalariado dos contratos de “colonato”, somente é potente o suficiente para a incorporação de pequena parcela do trabalho livre, herdado do antigo setor de subsistência e, evidentemente, dos novos imigrantes. Em contrapartida, toda a massa ex-escrava e toda a grande lavoura de mais baixa produtividade econômica (açúcar, algodão, cacau e fumo), e até da borracha, no fim do século, conduzirão suas atividades econômicas intimamente de maneira associada ao setor de subsistência da economia. Este, na República Velha, não foi absorvido pela expansão cafeeira, mas reproduziu-se de maneira autárquica ou subsidiou inúmeros arranjos de relações de trabalho com a grande lavoura, de certa forma, os quais realimentaram a reprodução de ambos.

Os diversos censos econômicos dos anos de 1900, 1910 e 1920 continuaram a apresentar a estrutura ocupacional do censo de 1872 (com exceção do “colonato” na cafeicultura e do assalariamento urbano, no Estado de São Paulo), não obstante o fim do regime escravista. Nesse quadro ocupacional, ver-se-á que o antigo setor de subsistência, forjado no período colonial, e adensado por quase um século (1750-1840) de declínio/estagnação da grande lavoura, permaneceu praticamente intacto nessa nova fase da economia nacional, conservadas algumas das suas antigas características clássicas, embora também despontando com novos perfis.

O setor de subsistência, a Lei de Terras e a Abolição

A grande propriedade territorial, fundada no regime colonial das sesmarias, detém simultaneamente domínio: sobre a grande lavoura escravista, monocultora e destinada ao comércio externo; e sobre o setor de subsistência, operado, nesse último caso, mediante recurso às múltiplas relações de trabalho não escravo que vinculam o agricultor familiar ao proprietário da terra. A produção dessa agricultura familiar, geralmente de gêneros de subsistência, parece ser

o aspecto secundário de tal relação; a dependência social e pessoal do agricultor de subsistência em relação ao senhor de terras, por sua vez, é característica essencial.

Esse setor de subsistência sobreviveu à abolição da escravatura, entre outros fatores, por ser um subsistema independente do escravismo e, de certa forma, ser também autônomo relativamente à monocultura exportadora – embora não o seja em relação ao regime fundiário vigente.

Nota-se, portanto, que a crise da monocultura exportadora na primeira metade do século XIX e a crise do escravismo na segunda metade do mesmo século não produziram transformação radical no setor de subsistência, mas, ao contrário, sua reprodução em escala ampliada. Isso na verdade refletiu a substituição do regime das sesmarias, extinto em 1822, por meio de um estatuto ainda mais conservador de relações fundiárias: a Lei n. 601/1850 (Lei de Terras), a qual, porém, é precedida por um regime transitório, vigente até 1850, que inovara o direito agrário com o reconhecimento da posse: “daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire por herança, pela doação, pela compra e, sobretudo, pela ocupação – a posse, transmissível por sucessão e alienável pela compra e venda” (Faoro, 2000, p. 408).

Observa-se que a vigência desse regime de posse é transitória e breve na história econômica, bem como coincide com período de forte decadência da grande lavoura – porém, tal regime foi completamente alterado com a Lei de Terras, de 1850. Esta reconhecia as sesmarias previamente concedidas em cada comarca ou paróquia e mesmo as posses obtidas no período anterior (1822-1850), desde que fossem encontradas nos registros cartoriais ou paroquiais então estabelecidos.

Para o futuro punha-se termo ao regime das posses, admitida a transmissão das propriedades apenas pela sucessão e pela compra e venda (...) para o futuro as terras públicas só seriam adquiridas por meio de compra, com a extinção do regime anárquico das ocupações (...) (Faoro, 2000, p. 408-409).

Tal estatuto fundiário de 1850 corresponde, de certa forma, a um duplo golpe histórico: primeiramente liquida o sistema de posses fundiárias que se estabelecera em 1822 e que poderia transformar o setor de subsistência em regime de propriedade familiar; ademais, acaba com a possibilidade futura de transformação da mão de obra escrava liberta em novo contingente de posseiros fundiários, o que inclui ainda a possibilidade de criação de quilombos legais ou de estabelecimentos familiares legalizados.

Em lugar dessa transição histórica, que de certa forma se desenhara parcialmente a partir de 1822, recompõe-se o setor de subsistência sob a égide da grande propriedade:

O lavrador sem terras e o pequeno proprietário somem na paisagem, apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio. As precárias choupanas que povoam o latifúndio abrigam o peão, o capanga, talvez o inimigo velado, servo da gleba sem estatuto, sem contrato e sem direitos. O sistema das sesmarias deixou, depois de extinto, a herança: o proprietário com sobras de terras, que nem os cultiva, nem permite que outro as explore. Os lavradores, meeiros e moradores de favor são duas sobras que a grande propriedade projeta, vinculados à agricultura de subsistência, arredados da lavoura que exporta e que lucra (...) (Faoro, 2000, p. 418).

A transição do escravismo para o regime de trabalho livre não representa propriamente, no fim do século, a emergência de um regime assalariado em bases nacionais. Contudo, graças ao regime fundiário recalibrado em 1850, a abolição trouxe os ex-escravos para o setor de subsistência, reforçando as relações de dependência social que vinculavam os trabalhadores livres à grande propriedade territorial. As muitas relações de trabalho não assalariado que coexistiam com o trabalho assalariado na grande propriedade concorreram para depreciar o salário monetário e o próprio contrato salarial. Nesse período, as relações de trabalho não estavam protegidas por instituição pública.

A dimensão quantitativa desse setor de subsistência, com as características que aqui estão em destaque, pode ser identificada nas estatísticas demográfico-profissionais dos vários censos, posteriores à abolição (de acordo com os Censos Demográficos de 1872 a 1920), abordagem a qual, por ora, não se dedicará este texto.⁵

Em contrapartida, a emergência do setor de grande lavoura, movido a trabalho assalariado, fortemente abastecido pela imigração, é uma realidade histórica que somente pode ser entendida dinamicamente, se interpretada em conexão com a manutenção e a ampliação do setor de subsistência na economia. A conservação das relações fundiárias e de trabalho, intocáveis na transição da abolição, marcaram toda a economia e a sociedade da República Velha com evidentes sinais de atraso social e conservadorismo político. Tal “pacto” na República Velha, de certa forma, condenou as forças sociais emergentes graças ao desenvolvimento da cafeeicultura e do setor urbano a reproduzirem muitos dos traços da vida colonial. São Paulo, apresentando um diferente pacto social, é uma exceção, que não generaliza seu projeto de desenvolvimento para o conjunto do país. Ao contrário, acomoda-se plenamente à regência de uma ordem conservadora, sem dinamismo próprio, até a derrocada política em 1930.

A QUESTÃO SOCIAL DEPOIS DA ABOLIÇÃO

O século XX é um período histórico privilegiado, mas contraditório no que tange à reflexão sobre a questão social brasileira. O pensamento social sobre a formação do país diversifica-se e, de certa forma, a própria história acelera-se em decorrência da emergência de novos atores após a abolição da escravatura. Ocorrem ainda diversos surtos de industrialização que irão emergir até a década de

⁵ Para o Censo Demográfico de 1872, o setor de subsistência pode ser deduzido por exclusão das categorias urbanas assalariadas e dos escravos, tomando-se por base a mencionada tabulação de Cardoso (1977).

1930. Depois desses surtos, o país experimentará processo intenso de industrialização, até o início da década de 1980. Posteriormente, a economia passa por um longo período de relativa estagnação.

Todavia, a questão social brasileira clássica do século anterior, que desembocara na abolição, aparentemente esgotou-se em um ato formal – a Lei Áurea –, e a sociedade que se estruturou a partir de então já não era vista como estando em dívida profunda com as necessidades do mundo moderno em termos de mudança das relações sociais. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre a questão social *extrapola o campo da política para outras esferas da vida em sociedade*, a exemplo da literatura social e regional, do banditismo rural, do conflito religioso e dos problemas decorrentes das secas etc., englobando muitas outras situações dentro do contexto brasileiro, mas sem um eixo geral de cunho político e sem abrangência nacional.

A partir da questão social focalizada provisoriamente na transição do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre (não escravo), *ver-se-á* que se perde o próprio objeto – as relações sociais estruturantes, que tinham mobilizado a sociedade e a política em nível nacional à época do escravismo. Com a abolição do regime de trabalho escravo, emergem e exacerbam-se vários problemas de iniquidade nas condições de vida da maioria da população – ex-escravos, homens pobres brancos, pretos e pardos libertos antes da Lei Áurea. Tais problemas, conquanto graves e até explosivos – para citar o exemplo clássico que é Canudos –, não assumem o caráter político e social que tivera a questão social da escravatura. São interpretados de diferentes maneiras, pela sociedade convivente: são enfocados de modo restrito como questões regionais, problemas étnicos, movimentos messiânicos, problemas sociais resultantes das secas, banditismo rural etc. Somente mais tarde – na década de 1960 – irão se configurar na agenda dos setores de oposição política de esquerda – a chamada questão agrária.

A sociedade que se forja no Brasil depois da abolição carrega no seu âmago duas questões mal resolvidas do século anterior: as relações agrárias arbitradas pelo patriciado rural, mediante Lei de Terras (1850), profundamente restritiva ao desenvolvimento da chamada “agricultura familiar”; e uma lei de libertação dos escravos que nada regula sobre as condições de inserção dos ex-escravos na economia e na sociedade pós-abolição.

Tal sociedade de grandes proprietários de terra e de poucos homens assimilados ao chamado mercado de trabalho inaugurou o século XX impregnada pela desigualdade de oportunidades e pelas condições de reprodução humana impostas à esmagadora maioria dos agricultores não proprietários e trabalhadores urbanos não inseridos na economia mercantil da época.

No que se refere a esse enorme contingente, no país de dimensões continentais que é o Brasil, vê-se que, no século XX, a história social, a literatura social e a história econômica, com seus diferentes olhares metodológicos sobre a sociedade, contam diversas versões sobre a grande dramaticidade das condições de vida da base da pirâmide social. Falta, surpreendentemente, nesses olhares uma leitura política sobre as raízes desse mal-estar social, que não ganha sua conversão em problema político social nacional, diferentemente do que ocorrera no século XIX.

Na verdade, a terra e o homem que se configuram no Brasil na primeira metade do século XX constituem um mundo de exclusão e violência, contido precariamente nos mundos dos vários “sertões” abordados pela literatura social e regional, sob a égide de um patriciado agrário, respaldado pelos direitos absolutos da Lei de Terras.

O setor de subsistência e a rebeldia social na República Velha

A história social das populações não incluídas no bloco do poder na Primeira República é cheia de campos vazios. Uma

parte das classes sociais subalternas – o proletariado urbano, por exemplo – ingressa na história, ainda que de maneira clandestina, protagonizada pelo Partido Comunista,⁶ e é objeto de pesquisa sistemática meio século depois, nos institutos de pesquisa e nas academias fortemente influenciados pelo marxismo. No entanto, a população selecionada para essa investigação de certa forma escapa da curiosidade intelectual-acadêmica – com exceção da leitura episódica que daria conta das rebeliões que ocorreram na República Velha –, a maior parte delas tendo por cenário aquilo a que se está chamando de setor de subsistência nacional.

Uma pesquisa bibliográfica sobre esse pedaço esquecido do Brasil provavelmente encontraria maior destaque na literatura social-regional, de certa forma inaugurada pela obra clássica *Os sertões*, de Euclides da Cunha – que influenciou no Brasil várias gerações literárias, as quais, de algum modo, retomariam o tema dos sertões na literatura regional, conforme se verá adiante.

Na República Velha, conquanto não se trabalhe com o conceito da “questão social”, a exemplo da questão do trabalho escravo no século XIX, experimenta-se um quadro difuso de rebelião social urbana e rural, que se traduz em eventos muito diferenciados de conflito em praticamente todo o “sertão” brasileiro. Canudos (1895-1898), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938) são episódios muitos diversos, com conotações ora de messianismo puro, ora da luta pela terra, violentamente combatida pelas armas da República. Todos eles surgem no território dos sertões e no espaço social daquilo que tem sido definido como setor de subsistência da economia brasileira.

Nessas cinco décadas da República Velha, bem como na década de 1930, os sertões foram o campo de conflito aberto entre vários

⁶ Para uma abordagem de pesquisa sobre as classes médias e o proletariado na Primeira República, ver Pinheiro (1978).

tipos sociais forjados no setor de subsistência: coronéis e jagunços, cangaceiros, místicos e até grupos armados de procedência urbana, como o foi a Coluna Prestes, que percorreu e descobriu, para sua enorme surpresa, o Brasil real dos sertões – completamente desintegrado do Brasil urbano ou litorâneo.

Canudos, Contestado e Caldeirão (Juazeiro em menor grau) apresentam alguns elementos comuns, não obstante a relativa distância geográfica, e mesmo histórica, que os separa: são movimentos sociais organizados no interior do setor de subsistência da economia; apresentam e recuperam elementos do catolicismo popular de alguma maneira impregnados na memória e resgatados na mobilização popular; ignoram ou explicitamente denunciam a estrutura da propriedade latifundiária preexistente; e, finalmente, são combatidos e dizimados militarmente pelas forças da ordem da República, o que resultou em sua eliminação física (com exceção de Juazeiro). Seus líderes e seus seguidores constituem uma população pobre, mestiça e desintegrada da economia agrário-exportadora e urbana, que então era o chamado polo dinâmico da economia brasileira. Tais características comuns são, provavelmente, um eixo fatal que condena esses movimentos a uma espécie de pacto do esquecimento nacional.

O gênio literário Euclides da Cunha salvou a maior dessas rebeliões do destino comum a que todas elas vinham sendo condenadas ao longo da história: de serem tratadas como conflitos locais, particulares, produto de fatores pré-políticos e/ou fanatismo religioso sem muita importância para a formação da sociedade e da história nacional, e interpretadas pelo *establishment* formador das ideias e das agendas da pesquisa acadêmica.

Os sertões, a juízo de muitos a maior obra da literatura brasileira do século XX, tendo completado em dezembro de 2002 cem anos de sua primeira edição, propôs um desafio intelectual novo, qual seja o da interpretação do Brasil incorporando os seus “sertões”, até

então esquecidos ou desvalorizados. Tal desafio intelectual, ao qual provavelmente Euclides propusera-se com muita força e convicção, teve repercussões profundas na história da literatura brasileira,⁷ e influência muito precária na história econômica e na pesquisa sociológica – esta última, na segunda metade do século XX, é feita basicamente nas instituições universitárias.

A divisão de *Os sertões* – a terra, o homem, a luta – é paradigmática não apenas pelo seu aspecto formal, ela é principalmente substantiva. É uma tentativa de compreender e interpretar o Brasil profundamente, trazendo à baila o setor de subsistência da economia, no qual se dá essa luta desigual do homem despossuído na terra inóspita, sob o jugo de senhores proprietários ausentes. Sem tais elementos, a sociedade e a economia brasileiras ficam carentes de traços essenciais de sua formação. E, sem essa recuperação histórica, os problemas contemporâneos de desigualdade, marginalidade e pobreza parecem insondáveis, aparentemente efeitos sem causa.

Rupturas com o modelo de economia de subsistência: as experiências do Sertão

A constituição de experiências sociais e econômicas de comunidades que superaram os limites e as barreiras sociais da economia de subsistência e desenvolveram importantes estratégias de desenvolvimento, integradas ao mercado interno regional, talvez seja a grande novidade, a ser investigada pela constatação e pela comparação do que teria ocorrido de comum no Arraial de Bom Jesus, em Juazeiro, e na Comunidade do Caldeirão. Contestado não foge a esse enfoque, mas merece análise à parte, em razão de peculiaridades regionais que convém destacar (e que por ora não serão tratadas neste texto).

⁷ A literatura regional brasileira, a partir de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, tematiza os sertões e o sertanejo brasileiros em várias outras obras clássicas.

O movimento que impeliu essas comunidades a constituírem-se apresentou claramente uma ruptura com o padrão de hegemonia da economia política dominante. Agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, beatos, romeiros etc., que se aglutinaram nessas localidades e constituíram assentamento humano, fizeram-no fora dos domínios físicos e patrimoniais do latifúndio; criaram novas relações econômicas entre si e com o mercado exterior às aglomerações microurbanas aí formadas; e produziam individual ou coletivamente amplo excedente que permitia expansão, até mesmo acelerada, do estoque de bens sob controle da comunidade e/ou de sua direção religiosa. *A construção ou a reconstrução de igrejas, cemitérios, açudes, casas, cercas, e uma lista variável de empreendimentos*, em curto período, possibilitou e foi possibilitada pela cooperação interprofissional do povo simples. Tal processo de mobilização é estranho ao regime de economia de subsistência, uma vez que todo ele é subordinado a relações de lealdade e dependência das famílias a um proprietário ausenteísta ou não.

Canudos

O local onde se ergueu Canudos foi sede de uma velha fazenda de gado à beira de Vaza Barris e era, até 1890, “uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique” (Cunha, 2000, p. 184). De 1893, data em que ali chegou o Conselheiro, até 5 de outubro de 1898, quando é completamente derrotada e arrasada pelo Exército, edificara-se uma cidade de aproximadamente 30 mil pessoas. Restaram ainda, depois de longo cerco e destruição pela artilharia, 5.200 casas cuidadosamente contadas, segundo Euclides. No dia 6, acabaram de destruí-las, não deixando no Arraial pedra sobre pedra.

Lendo com a devida atenção as descrições de Euclides da Cunha, percebe-se na trajetória do Conselheiro um movimento de organização não apenas religiosa, mas da própria economia popular, por meio das mais variadas iniciativas:

Antonio Conselheiro há vinte e dois anos, desde 1874, era famoso em todo o interior do Norte e mesmo nas cidades do litoral (...). Vinha de uma peregrinação incomparável de um quarto de século, por todos os recantos do sertão, onde deixara como enormes marcos, demarcando-lhe a passagem, as torres das dezenas de igrejas que construira; fundara o arraial do Bom Jesus, quase uma cidade; de Xorroxó à Vila do Conde, de Itapecuru a Jeremoabo, não havia uma só vila ou lugarejo obscuro, em que não contasse adeptos fervorosos, e não lhe devesse a reconstrução de um cemitério, a posse de um templo ou a dádiva providencial de um açude (...) (Cunha, 2000, p. 227).

Conquanto pouco se saiba das relações econômicas concretas da Comunidade de Canudos, não há dúvida de que esta superou de longe o estágio pretérito da economia de subsistência pecuária da região do Vaza Barris e estabeleceu relações comerciais múltiplas com as cidades vizinhas. Também é certo que tais atividades eram constituídas pela cooperação interprofissional – carpinteiros, pedreiros, artesãos, jagunços, agricultores, prestadores de serviços etc., todos cooperando em nome da fé, mas muito fortemente envolvidos com o comércio. Sabe-se, ainda, que a atividade econômica que exerciam atendia-lhes necessidades básicas e gerava excedentes, os quais a comunidade, sob a direção de Conselheiro, se apropriava, sob a forma dos muitos investimentos comunitários descritos, bem como de tantos outros de caráter familiar, sobre os quais não há muita informação.

Tal projeto de economia escapa completamente aos limites da economia política dominada pelos coronéis da República Velha, no domínio dos quais o semiárido nordestino constituía um dos mais atrasados rincões do setor de subsistência nacional.

Juazeiro

Quase à mesma época que o Conselheiro inaugurava seu arraial em Canudos, surgia no interior do Ceará um movimento religioso, de forte apelo popular, sob a liderança do padre Cícero Romão

Batista. Os milagres atribuídos à beata Maria de Araújo durante vários meses, em 1889, provocaram intenso movimento de romarias com destino a Juazeiro, que tradicionalmente já era muito intenso nos anos de secas, e tornaram-se mais regulares nos demais anos, até 1934, quando morreu o padre Cícero.

Tal movimento religioso-popular e sua liderança constituem em Juazeiro o exemplo mais notável de ruptura com a economia política do setor de subsistência, inaugurando um importante assentamento humano nos sertões, com algumas relações de trabalho e fundiárias novas, embora não tenham rompido politicamente com a ordem republicana e com o jogo do poder dos coronéis do sertão.

A zona rural e a comunidade urbana de Juazeiro convertem-se em polo aglutinador de trabalhadores sem terra, romeiros, artesãos-industriais, comerciantes, prestadores de serviços etc., de sorte que, entre 1889 e 1909, a vida antes precária evoluiu para novo patamar:

A atividade econômica principal de Juazeiro, entretanto, provinha de suas florescentes indústrias artesanais. Desenvolveram-se para atender às necessidades do consumo do povoado em ascensão e como uma resposta oportuna à incapacidade das áreas rurais limitadas de Juazeiro para absorver os imigrantes nas áreas agrícolas, de imediato após a [sua] chegada (...). A princípio dedicavam-se tais atividades à construção de casas assim como à manufatura de vários artigos de uso doméstico, confeccionados com matéria-prima local: louças de barro, vasos, paredes, cutelaria, sapatos, objetos de couro, esteiras de fibras vegetais, cordas, barbante, sacos e outros receptáculos para estocar e expelir gêneros alimentícios (Ralph Della Lava, 1976, p. 125).

Juazeiro é experimento vivo, embora politicamente limitado, de superação do regime de economia de subsistência, situado em região onde essa economia é fortemente afetada, entre 1877 e 1915, por quatro secas de grandes proporções (1878, 1888, 1898 e 1915), sendo que a primeira delas matou 57 mil pessoas.

De albergue para retirantes e ponto de encontro de romeiros, a cidade converte-se naquilo que ainda hoje ostenta: uma experiência

de desenvolvimento econômico e religioso, fora dos domínios do latifúndio rural e dos coronéis da região. Todavia, o próprio padre Cícero tornou-se novo coronel e patriarca do vale, grande proprietário de terras e imóveis urbanos. Contudo, exerceu um controle social distinto sobre os seus adeptos, mesmo sem ultrapassar os limites da ordem estabelecida.

Caldeirão

A Comunidade do Caldeirão (1931-1938), liderada pelo beato José Lourenço, amigo de padre Cícero, instalou-se em terras cedidas por este último (considerado um patriarca), para serem cultivadas pelo beato e sua gente, e de fato transformou todas as relações de poder na região até ser liquidada pelas armas da polícia militar do Ceará. A proposta comunitarista do Caldeirão, diferentemente do Juazeiro, mudara por completo as relações econômicas e sociais no lugarejo, introduzindo um projeto popular e religioso de vida em sociedade, ao mesmo tempo em que instalara uma forma de cooperação econômica altamente desenvolvida.

Há evidências de que no local se tenha constituído não apenas um assentamento precoce da reforma agrária popular, como também um distrito rural de produção artesanal e industrial de caráter “multifuncional”:

Existiam oficinas de carpintaria, funilaria, curtume, ferraria etc. Tudo fabricado no Caldeirão: as canecas d’água, chaleiras, cuscuzeiras, litros de medição, candeeiros etc. No curtume tratavam o couro para fabrico de selas para os cavalos, arreios, gibões, alforjes, sapatos, alpargatas, chinelos de rabicho. Na carpintaria, além dos móveis simples das casas fizeram também as portas da capela. Além disso, o mais importante foi a construção do engenho de rapadura, todo ele feito artesanalmente (...) (Maia, 1992).

A experiência do Caldeirão transcende os limites sociais do Juazeiro e, mesmo sendo menos conhecida que aquele, contém elementos internos de muita relevância no que concerne ao foco desta seção:

propostas de ruptura com o setor de subsistência. Há forte evidência, pela quantidade e pela qualidade de bens saqueados pela polícia militar por ocasião da invasão perpetrada em 1938, da ocorrência de um nível de produção e de excedente relativamente elevado no Caldeirão; e, ainda mais, de que tal excedente tenha sido produzido e desfrutado pela comunidade em bases não capitalistas, em plena República Velha.

Tudo indica, na Comunidade do Caldeirão, que o projeto de produção comunitária tenha alcançado alto grau de integração de todos os seus indivíduos; que tenha realizado formas multifuncionais agrícolas e não agrícolas de incorporação de atividades, profissões e funções; e que o excedente econômico tenha sido suficiente para desenvolver e atender a muitos outros projetos comunitários – igrejas, cemitérios, açudes, engenhos etc., além da existência de apreciáveis excedentes pecuários e agrícolas.

No entanto, a propriedade da terra terminou por se constituir em um tendão de Aquiles do movimento, visto que veio a ser reclamada pelos herdeiros legais de padre Cícero – a ordem salesiana –, iniciando-se aí o processo de demolição física e social da experiência em pleno período do Estado Novo.

As rebeliões agrárias e as religiosas durante o período da República Velha e do Estado Novo podem ser lidas de muitas maneiras pelos diversos olhares das ciências sociais. Para o que ora interessa destacar, revelam enorme potencial econômico de setor de subsistência, abafado pelo jugo do latifúndio e da economia política dos coronéis, herdada do século XIX. Tais rebeliões não configuram uma questão política, tampouco representam ameaça à ordem econômica preexistente, mas ajudam a entender e a interpretar o país que ainda caminharia por todo um longo ciclo econômico de 1930 a 1980, sem mudanças sociais significativas que permitissem incorporar o potencial produtivo do seu setor de subsistência.

Ainda que não logrando mudar o *status quo*, merece destaque nas experiências de Canudos, Juazeiro e Caldeirão a capacidade

de mobilização e desenvolvimento dessas comunidades, quando romperam seus laços de dependência ao latifúndio e à economia política da grande propriedade fundiária que as albergava anteriormente, no que se denominou, aqui, de setor de subsistência. Isso instiga à releitura e à interpretação dessas experiências, até porque os desafios sociais por elas enfrentados são rerepresentados historicamente, conforme se verá adiante.

O LONGO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1980) E O SETOR DE SUBSISTÊNCIA

A Revolução de 1930 demarca outro momento de inflexão da história econômica e social brasileira, tão importante quanto foram a abolição e a independência política no século XIX. Por isso, nesse contexto de nova transição política e econômica, é relevante conceituar ou reconceituar a categoria colonial *setor de subsistência*. Questiona-se, ainda, se faz sentido utilizá-la como noção ou conceito relevante para compreender e interpretar a economia e a sociedade atuais.

Novamente, cabe a pergunta feita na seção anterior, relativamente ao escravismo: a emergência de novo ciclo econômico e de novo padrão de acumulação de capital na economia brasileira a partir de 1930 é mudança econômica e social capaz de eliminar o setor de subsistência da economia? Ou tal setor será também reproduzido nesse processo?

Observa-se que o *setor de subsistência* aqui considerado compreende o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação a uma parte expressiva da população, mas tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos.

Tais atividades e relações sociais são uma herança da economia colonial, as quais se mantêm com o fim do escravismo e a revi-

vescência de economia primário-exportadora nas três primeiras décadas do século XX. A crise do modelo primário exportador a partir de 1929 e a mudança do comando da elite política com a Revolução de 1930 demarcam na história econômica o início de um período de industrialização, ainda restringido no pré-guerra, mas claramente fomentado no pós-guerra. Nesse contexto histórico, seria previsível que fosse vista teoricamente como irrelevante a persistência de um largo setor de subsistência na economia que se industrializava e se urbanizava. Pelo menos, essa tese é a prevalecente nos diversos campos teóricos – tanto da esquerda quanto da direita – que analisam o desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento capitalista no Brasil durante o meio século de crescimento acelerado – 1930-1980.

A história econômica e social do Brasil posterior a 1930 praticamente ignora o setor de subsistência como categoria digna de se constituir em objeto de estudo especializado. Isso não significa a assunção de sua inexistência, mas o pressuposto de sua irrelevância teórica. Por outro lado, para a pesquisa ora empreendida, o setor de subsistência é uma noção da história econômica relevante e, pelo menos por hipótese, tem de ser investigado. Há de dimensioná-la, por um lado, nos diversos censos demográficos e agropecuários realizados a partir de 1930 até o presente; mas é importante também refletir sobre a configuração teórica contemporânea dessa massa de informações que se coleta nos censos. Os enfoques empíricos (a construir) e teóricos, como veremos a seguir, são a ponte entre o período da presente análise (1930-1980) e aquele abordado nas seções precedentes – perseguindo sempre a categoria *setor de subsistência*.

Dimensão rural do setor de subsistência

Nesse ciclo de crescimento industrial de meio século, houve uma bem-configurada estratégia de industrialização, claramente

planejada no pós-guerra, e um movimento de urbanização do conjunto da sociedade, que aparentemente absorveu nas metrópoles e nas cidades de médio porte o imenso contingente demográfico componente do chamado setor de subsistência. No entanto, tal absorção esteve longe de eliminar o setor de subsistência. Em primeiro lugar, porque a transposição demográfica da população agrícola não está associada ao crescimento tão somente de uma massa assalariada no mercado urbano, mas também do enorme contingente de trabalhadores sem vínculo com economia formal. Em segundo lugar, porque permanece no setor agrícola um contingente expressivo de agricultores de subsistência, sem inserção no mercado de trabalho.

Em contrapartida, ainda nesse ciclo expansivo da economia brasileira, os problemas agrários não resolvidos na República Velha retornaram metamorfoseados pela configuração de uma questão agrária na década de 1960, resolvida pelo regime militar mediante a equação conservadora da modernização técnica, sem reformas.⁸

O fim do regime militar e do longo ciclo de expansão da economia brasileira no início dos anos 1980 pôs fim ao modelo de transferência dos excedentes de mão de obra do setor rural para economia urbana, considerado, à época, funcional ao desenvolvimento econômico. Na verdade, a dimensão do setor de subsistência rural, que já era muito expressiva no início dessa década, experimentou alargamento com os mais de vinte anos de relativa estagnação urbano-industrial, seguida por um processo de ajustamento da economia rural à estratégia do agronegócio, que em nada favoreceu a absorção do setor de subsistência.⁹

⁸ Para análise mais específica, ver Delgado (2004).

⁹ *Idem.*

As estatísticas demográficas e as agropecuárias dos dois últimos censos (Censo Demográfico 2000 e Censo Agropecuário 1996) são as fontes empíricas mais gerais de que se dispõe para quantificar na atualidade a noção de setor de subsistência na forma em que aqui se propõe.

Muito recentemente (2001), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quantificou e qualificou o que oficialmente se define como agricultor familiar, classificação que é válida para acesso às políticas específicas da agricultura familiar. Tal classificação é muito útil para os propósitos analíticos do presente trabalho, pois permite aplicar o conceito predefinido de economia de subsistência a uma dada base empírica.

Partindo do conceito estatístico de “estabelecimento agropecuário”, o estudo do MDA definiu agricultor familiar a partir de um conjunto de variáveis – “direção do processo produtivo”, “uso predominante de mão de obra familiar” e “limite físico regional do tamanho do estabelecimento”. A partir desses critérios, realizou várias estratificações, sendo que delas, a que importa diretamente a este estudo é a do valor bruto de produção do estabelecimento familiar, como segue:

Tabela 1 – Estratificação de agricultores familiares, segundo valor de produção medido em salários mínimos-mês (1996)

Estratos em s.m	Ponto médio em s.m	% de estabelecimento	% de acumulado	Número de estabelecimentos
Zero	0	8,2	8,2	339,4
De zero a 2,1	1	68,9	77,1	2.852,0
De 2,1 a 5,6	3,85	15,7	92,8	649,9
De 5,6 a 8,5	7,0	4,6	97,1	190,4
De 8,5 a 19,4	13,95	1,7	98,8	70,4
Maior que 19,4		0,8	99,6	33,1
Total			99,6	4.139,4

Fonte: FAO/Incrá/MDA, 2000, p. 36. Elaboração do autor.

Observa-se que, dos cerca de 4,14 milhões de estabelecimentos familiares, 77% geraram um valor bruto de produção de até dois salários mínimos, com o ponto médio da classe modal situado em um salário mínimo. Esse tipo de estabelecimento, pelas características do seu caráter familiar e pelo fato de não produzir excedentes (valor de produção familiar abaixo de um salário mínimo *per capita*), configura-se plenamente na condição de “economia de subsistência”.

Por outro lado, há outras fontes de renda familiar que o conceito estatístico de estabelecimento agropecuário não capta. Recorrendo-se a outro conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o da renda monetária total do domicílio rural –, tem-se situação menos dramática dos números da economia de subsistência, mas não menos significativa, conforme demonstra a segunda estratificação:

Tabela 2 – Estratificação de renda domiciliar total no censo demográfico de 2000 (em salário mínimo)

Classes de rendimento domiciliar total em s.m.	Ponto médio em s.m % familiar	% familiar	∑ % acumulado	N. de famílias (em mil)	N. de famílias acumuladas
Até 1 s.m.	0,536	37,45	37,46	2.955,8	2.955,8
De 1 a 2 s.m.	1,644	25,62	64,07	2.021,3	4.977,1
De 2 a 5 s.m.	3,17	25,34	89,41	1.999,6	6.976,7
De 5 a 10 s.m.	6,83	7,97	97,38	628,9	7.605,6
Mais de 10 s.m	14,23	3,61	100,0	285,0	7.890,5

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000). Elaboração do autor.

Pela medida da renda domiciliar (familiar) rural, apresentada na tabela 2, observa-se que 64% dos domicílios no ano censitário obtêm renda monetária aquém de dois salários mínimos (o ponto médio e o mediano do estrato de renda mais alto – de um a dois salários mínimos – praticamente coincidem em 1,64 salário mínimo).

As características dessa estratificação de renda familiar rural até dois salários mínimos praticamente incluiriam toda a população aí representada (cerca de 5 milhões de domicílios) na mesma condição dos estabelecimentos familiares da Tabela 1, que geram valor de produção de até dois salários mínimos. Ambas as populações situam-se estatisticamente muito próximas da noção de economia de subsistência aqui utilizada. Grosso modo, pode-se dizer que três quartos dos estabelecimentos (segundo os dados de produção familiar rural) situam-se no setor de subsistência da economia rural, ou são também definidos estatisticamente como abaixo da linha de pobreza (renda *per capita* familiar abaixo de um quarto do salário mínimo).

Dimensão conjunta de setor de subsistência e trabalho informal urbano

Conquanto distinto do setor de subsistência rural, o trabalho informal urbano, objeto de estudo de Theodoro (2004) somado ao setor de subsistência rural, alarga sua dimensão ocupacional à medida que a economia entra em relativo declínio após 1981.

Uma informação pontual, a comparação entre os Censos de 1980 e 2000 dos setores formal e informal dos mercados de trabalho brasileiros (ver tabela 3), corrobora essa linha de argumentação. Em 1980, ao fim do ciclo de expansão de cerca de cinquenta anos de industrialização e urbanização intensivas, o setor formal do mercado de trabalho (empregados com carteira e autônomos contribuintes, mais funcionários públicos e empregadores) atingiu o pico de absorção da População Economicamente Ativa (PEA) – 55,6% –, enquanto no mesmo ano o setor de subsistência, acrescido do emprego informal e dos desempregados, correspondia a 43,4% da PEA.

Tabela 3 – Comparação entre os setores formal e informal entre os censos de 1980 e 2000

	% da PEA	
	Censo de 1980	Censo de 1990
I – Setor formal = (1+2)	55,6	43,1
1. Subtotal – trabalhadores	53,8	40,7
1.1. Empregados contribuintes à Previdência	43,8	31,8
1.2. Conta própria – contribuintes (idem)	6,6	4,1
1.3. Funcionários públicos contribuintes	3,4	4,8
2. Empregadores contribuintes à Previdência	1,8	2,4
II – Setor de subsistência (+) informalidade desprotegida (3+4+5+6+7)	43,4	54,4
3. Conta própria sem contribuição à Previdência	16,9	14,9
4. Não remunerados em apoio à produção	4,6	3,3
5. Produção para autoconsumo	–	2,5
6. Desempregados involuntários	2,1	15,0
7. Empregados assalariados sem carteira e sem contribuição	19,8	18,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (mão de obra) – Brasil, 1980; e Tabulações Avançadas, 2000.

Esta variável é utilizada como componente do setor informal, mas sabe-se que está superestimada em vista de haver longa proporção de segurados da Previdência Rural não contribuintes – em torno de 10 a 12% da PEA, a qual deveria ser elevada ao Setor Formal. Este último, aqui se define pelo critério de proteção previdenciária e não pelo critério estatístico da contribuição financeira.

Elaboração do autor.

Passados vinte anos de relativa estagnação econômica e certamente de desativação de amplos segmentos industriais, a População Economicamente Ativa cresceu 76%, incorporando cerca de 33 milhões de novos indivíduos. No ano 2000, o perfil ocupacional dessa nova PEA era completamente distinto. Apenas 43,1% mantiveram-se no setor formal (contra 55,6%, em 1980), enquanto 54,4% estavam albergados nesse setor de subsistência mesclado pela informalidade urbana.

A dimensão do fenômeno e sua significação socioeconômica clamam por um novo olhar teórico e histórico sobre esse “setor”, caracterizado por pobreza e desigualdade, na sua longa história evolutiva.

“Approach teórico” do setor de subsistência

A abordagem histórica precedente revela – ao longo de mais de duzentos anos da história econômica, período sobre o qual detém-se algum grau de informação e conceituação comparável – expressivo conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que ocupam a maior parte da população brasileira e que escapam às caracterizações clássicas do regime de trabalho escravo ou do regime capitalista assalariado. Esse setor, aqui denominado segundo a noção colonial com a qual a história econômica o tratava, é chamado de setor de subsistência. Por sua vez, a permanência, com alguma metamorfose, desse setor na economia industrial, urbana e rural do século XX, albergando, já no seu fim, cerca de três quartos da força de trabalho rural, reintroduz um gigantesco desafio teórico – que, é válido ressaltar, quase nunca foi enfrentado no pensamento econômico e social do país. Existe muita reflexão sobre a formação do proletariado, das classes médias, do empresariado e da elite dirigente, mas sobre a base da população, excluída dessas classes, a pesquisa é escassa – embora não o seja a população.

Sobre o setor de subsistência pesam inúmeros anátemas, estigmas e preconceitos intelectuais, que em geral afastam os pesquisadores da reflexão sobre algo que não é uma categoria histórica ou teórica comum à história econômica da Europa ou da América, matrizes do pensamento mundial e ponto de referência para comparações.

Na literatura da história econômica e social da Europa, há um campesinato e um sistema de corporações de ofício que o capitalismo industrial dissolve e depois absorve ou exporta para as colônias. Na América, há uma sociedade indígena primitiva que a expansão capitalista destrói, substituindo-a por um regime familiar rural, no contexto de um capitalismo reestruturado em sua base agrária. As frações de população que ainda subsistem dos antigos regimes feudal e indígena na Europa e na América do Norte são

francamente residuais e certamente sem nenhuma conotação que se aproxime da trajetória histórica brasileira.

Todavia, quando se adota em bloco categorias e teorias sobre o desenvolvimento capitalista da Europa e da América, provavelmente deixa-se de apreender aspectos cruciais da realidade, os quais escapam dessa malha teórica. Há um setor de subsistência na economia/sociedade atual que não pode ser denominado de “resíduo feudal”, tampouco de “exército industrial da reserva” ou de “resíduo da comunidade primitiva”, e que não se encontra em processo de aculturação e adaptação à economia e à sociedade capitalista.

Ora, cerca de dois terços da população rural brasileira *hoje* dependem da economia de subsistência (ver dados da Tabela 2) e a maior parte da população brasileira *sempre* retirou seus meios de subsistência dessas e nessas relações de trabalho. Tais atividades e relações de trabalho caracterizam-se historicamente pelos baixíssimos níveis técnicos, e reproduzem relações de trabalho, de sorte que vêm gerando dependência social e forte exploração humana. A perpetuação histórica dessas relações indica uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém, sem rupturas, ao longo da história. Mas isso não é efeito sem causa. Não é uma categoria residual, transitória e subsidiária do desenvolvimento capitalista e nem cabe nas categorias aproximativas da história econômica e social da Europa ou da América do Norte. Tampouco uma comunidade indígena remanescente e resistente à dominação branca, como o são na América Latina os grupos indígenas do México e na Zona Andina os grupos indígenas da Bolívia, do Equador e do Peru. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileiras é o espaço das relações de dominação das populações excluídas de um modo especificamente capitalista de exploração econômica, sendo tais relações submetidas ao jugo político do poder patrimonialista.

O desenvolvimento capitalista no setor rural, na indústria moderna e nos serviços não tem sido (nem o é) capaz de incluir e absorver

o setor de subsistência – não o foi na sua fase primário-exportadora, nem no ciclo industrial (1930-1980), e muito menos sê-lo-á na era da globalização e do neoliberalismo econômico. Sua inclusão, que foi admitida teoricamente como uma lei de tendência, à direita e à esquerda, como dinâmica inerente ao próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, é uma entre tantas precárias teorizações que se dissolveram no ar, fruto de uma reflexão marxista a-histórica e teleológica. Não resiste à análise da história econômica brasileira muito embora estivesse e ainda esteja na cabeça de muitos pesquisadores que pautaram tal história e a pesquisa social do pós-guerra.

O tamanho do setor de subsistência é uma informação muito relevante, não apenas pelo seu lado quantitativo, ou seja, sua dimensão é uma característica ultrarrelevante para que se possa interpretar seu papel ocupacional intra e interciclos de desenvolvimento da economia dos mercados no Brasil.

Viu-se, nas seções precedentes, que o setor de subsistência desempenhou o papel ocupacional principal na economia colonial; cumpriu função primordial na passagem do regime escravista para o de trabalho livre, na República Velha; e que, finalmente, no longo ciclo de industrialização do pós-guerra, o mercado de trabalho formal avançou, mas nem de longe logrou dissolver o setor de subsistência. Por fim, quando se exaure o ciclo de industrialização intensiva do pós-guerra, o setor de subsistência volta a crescer.

Algumas teorias do desenvolvimento econômico em voga no pós-guerra (como, por exemplo, Lewis e Mellor)¹⁰ reconheciam implícita ou explicitamente um setor de subsistência na economia rural, ao qual atribuíam produtividade marginal do trabalho nula, bem como papel explícito de transferência de força de trabalho ao setor urbano e industrial como “função” a ser cumprida para desenvolver a economia industrial e urbana. Tal função cumpriria

¹⁰ Lewis (1969) e Mellor (1961).

um ciclo virtuoso de desenvolvimento capitalista, porquanto absorveria o excedente estrutural de trabalho do setor de subsistência rural, transformando-o em mercado de trabalho urbano-industrial.

Sob o enfoque desse *approach* teórico, o setor de subsistência rural transformar-se-ia em mercado de trabalho urbano. O longo ciclo de industrialização e urbanização que o Brasil atravessou, com especial enfoque à era da “modernização conservadora”, sob tutela militar, parecia confirmar essa teoria, subjacente àquela na qual existia um pressuposto da irrelevância epistemológica do setor de subsistência na economia.

No entanto, a experiência brasileira da modernização da agricultura no pós-guerra, e especialmente nas décadas de 1960 e 1970, embora gerasse uma maciça transferência de força do trabalho para o setor urbano, não eliminou o setor de subsistência no espaço rural, nem alimentou apenas um mercado de trabalho urbano-industrial. Construiu-se enorme setor informal de trabalho urbano, que, embora não tenha as mesmas características do setor de subsistência, não é tampouco um setor assalariado. Tal fato já ocorria no auge do ciclo expansivo e magnificou-se bastante nas duas décadas de estagnação – 1980 e 1990.

No campo marxista, as teorias sobre desenvolvimento capitalista no Brasil do pós-guerra¹¹ reconhecem a permanência de uma dualidade básica na sociedade, com um setor capitalista, dinâmico, e outro não capitalista, mas subsidiário deste – e que inexoravelmente seria por este puxado na história da industrialização. Contudo, o setor de subsistência e a economia informal são evitados como conceitos significativos, até porque seriam absorvidos e assimilados pelo capital nos seus novos ciclos de expansão.

No seu trabalho clássico, *Economia brasileira: crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira utiliza prodigamente as noções de “setor

¹¹ Oliveira (1975).

de subsistência rural” e “setor de subsistência urbano” (“terciário não capitalista” etc.). Contudo, esse autor está fortemente associado a uma interpretação que poderia ser chamada de funcional, porquanto reconhece sempre nessas atividades e nessas relações do setor de subsistência uma ligação estrutural com a dinâmica capitalista da economia. Segundo essa tese, o setor de subsistência não é outro polo (uma dualidade na expressão do autor), mas parte integrante da estrutura social construída pelo capitalismo retardatário brasileiro. O citado ensaio, elaborado em pleno ciclo expansivo da indústria brasileira (1975), não cogita, em nenhuma de suas análises, investigar contradições insanáveis entre o desenvolvimento capitalista da economia brasileira e a reprodução do setor de subsistência. Tampouco investiga a hipótese da prescindibilidade desse setor para o desenvolvimento capitalista. Tais formulações acarretam consequências sociais e políticas graves, mais pelo que ignoram que pelo que predizem.

Na realidade, o que as teorias de desenvolvimento do campo conservador e do marxista não previram foi a reprodução urbana, em escala ampliada, de relações sociais similares às do setor de subsistência rural na chamada economia informal-urbana, enquanto no espaço rural o setor de subsistência manter-se-ia intacto, depois do ciclo da modernização técnica do período de 1965-1985.

O futuro da população albergada no setor de subsistência como desafio

O setor de subsistência é, de certa forma, “geneticamente constitutivo” da sociedade e da economia colonial; amplia-se na transição do escravismo ao trabalho livre e, finalmente, reproduz-se na economia capitalista industrializada a partir da década de 1930. Assim, nem meio século de urbanização e industrialização aceleradas foi capaz de absorvê-lo, mas sim de albergá-lo, para depois expandi-lo na crise (1981-2003).

Da história colonial ao século XX, a economia produz e reproduz um conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam precariamente meios de subsistência e ocupação a uma expressiva parcela da população, sem que tais atividades e relações visem primordialmente à produção de mercadorias e/ou se realizem mediante contrato monetário de trabalho.

Concluído o século XX, com o enorme contingente do chamado setor de subsistência – que, acrescido do informal urbano, envolve mais da metade da força de trabalho –, que futuro poder-se-á esperar dessas atividades e dessas relações de trabalho que se produzem e se reproduzem secularmente no Brasil, reproduzindo paralelamente a elas miséria e exclusão?

A questão do setor de subsistência, na atualidade, bem como sua perspectiva de inclusão no mundo dos direitos sociais, do desenvolvimento equitativo e da emancipação social são hoje vistas com muito mais realismo. Há certa evidência sobre aquilo que não é provável de se esperar, ou seja, sua inclusão – por expansão tendencial – no mundo do mercado formal dos contratos de trabalho e/ou no da produção de mercadorias para mercados fortemente competitivos.

O desafio de incluir a maior parte da força de trabalho, hoje precariamente albergada nos setores de subsistência rural e da informalidade urbana, clama por um projeto de economia e sociedade que esteja aberto à criatividade dos novos atores sociais. Infelizmente, no entanto, tal população também está sujeita à barbárie das máfias e dos bandos organizados, principalmente no espaço urbano, como de resto estivera sujeita aos bandos formados nos sertões à época da República Velha.

O desafio do desenvolvimento da economia brasileira hoje é também o desafio de inserção econômica do seu setor de subsistência, em condições tais que se eleve sua produtividade – para gerar excedente –, mas que isso se dê sob condições de sua reprodução em bases institucionais distintas da integração capitalista marginal.

Todas essas questões – sociais, econômicas e políticas – colocam desafios intelectuais, que felizmente (ou não), não podem ser resolvidos com recurso aos velhos paradigmas acadêmicos do desenvolvimento do pós-guerra. Este texto pretende apenas isso – colocar o desafio –, mas não tem como respondê-lo nos seus limites temáticos, atuais, até porque se trata de ensaio preambular de investigação/reflexão a ser perseguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.
- CANABRAVA, Alice. A grande lavoura, in: HOLANDA, Sérgio B. (org.). *O Brasil monárquico II: declínio e queda do Império*. 5 ed. /Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano. Estrutura do poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira).
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Record, 2000.
- DELGADO, Guilherme C. *Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea*. Brasília, abr. 2004. (Versão não publicada).
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FAO; INCRA; MDA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/Incrá, fev. 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
- LEWIS, Arthur W. Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra, in: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Forense, 1969.
- MAIA, Vera Lúcia G. de Matos. *José Lourenço, o beato camponês da comunidade de Caldeirão*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- MELLOR, John W. The role of agriculture in economic development. *American Economic Review*, v. 51, n. 4, p. 566-593, set. 1961.
- OLIVEIRA, Francisco de; SÁ Jr., Francisco. *Questionando a economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira critica a razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1975. (Seleções Cebrap, n. 1).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias e proletariado, in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano III: sociedade e instituições*. São Paulo: Difel, 1978, caps. 1 e 4.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- THEODORO, Mário L. *As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil*. Rio de Janeiro: Cortez, abr. 2004 (no prelo).

DUAS VISÕES DO COMPORTAMENTO CAMPONÊS

RICARDO ABRAMOVAY

INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 1970 trouxe à luz nos Estados Unidos inúmeros estudos sobre a sociedade vietnamita. De fato, a assinatura dos acordos de Paris em 1974, que puseram fim à guerra e marcaram a derrota da maior potência do mundo contra uma nação camponesa – em que pese a ajuda da União Soviética – não poderia deixar de provocar reflexão. Tanto mais que, do outro lado do globo, na América Central, outras nações camponesas apareciam como ameaça ao poderio norte-americano.

Para nós, o interesse destes estudos¹ não está tanto na análise da estrutura agrária do Vietnã, mas, sobretudo, na contribuição que eles oferecem para a definição de uma categoria social cuja existência no interior da teoria científica faz problema (Shanin, 1980). O debate entre dois deles é particularmente interessante e exemplar.

¹ Além dos dois sobre os quais trabalharemos aqui mais de perto, Comings (1981) cita: *Agrarian revolution*, de Jeffrey Paige; *State and social revolution*, de Theda Skocpol; *Peasants' Politics*, de Kenneth Sharpe e *Rebels and revolutionaries in North China*, de Elizabeth Perry.

De um lado, Scott (1976), representante daquilo que poderíamos chamar de sociologia da ética camponesa, que estuda a dissolução do sistema cultural solidário em que se apoia o *village*² tradicional, sob o impacto disruptivo do desenvolvimento capitalista. De outro, Popkin (1980) que, com base no individualismo metodológico, vê os camponeses movidos por *self interest*, contestando então a existência de normas sociais dirigentes de sua conduta e oferecendo visão menos trágica sobre os resultados do avanço capitalista. Além da exposição dos pontos de vista de Scott e Popkin, indicaremos rapidamente alguns aspectos do trabalho antropológico a partir da noção de interiorização de normas. Uma outra abordagem, alternativa à de Scott, no universo em que considera que o estudo da interiorização das regras sociais é essencial ao trabalho científico.

A ECONOMIA MORAL

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura tem por principal efeito a desagregação dos valores e das normas de relações sociais tradicionais, sobre as quais se apoia a existência das sociedades camponesas. Em determinadas circunstâncias esta ruptura é responsável pelo surgimento de movimentos revolucionários. Independentemente do julgamento que se tenha sobre esta tese, é inegável que ela produziu um sem-número de estudos sobre as sociedades agrárias contemporâneas. Na literatura internacional, o livro de Wolf (1969) é certamente o mais importante e influente. No Brasil, os estudos de Candido (1977) e Teixeira (1974) estão entre os mais notáveis de muitos trabalhos que examinam as mudanças de “sistema cultural” trazidas pelo desenvolvimento capitalista. Não que as teses básicas do livro de Scott (1976) estejam presentes em cada um destes estudos. Mas a preocupação com a ética e o modo

² Talvez a tradução mais adequada entre nós deste termo seja *povoado*. Entretanto, esta expressão é usada somente no Nordeste.

de vida camponês violentado por um sistema de valores que lhe é imposto de fora, isto é bastante recorrente na literatura brasileira, e neste sentido vale à pena debruçar-se sobre o livro de Scott, como exemplo da sociologia da ética camponesa.

O exame de rebeliões no Sudeste asiático (Burma e Conchinchina) na década de 1930 revela a Scott uma ordem moral que rege a existência das sociedades camponesas. Explorando pequenas extensões de terra, a partir de técnicas tradicionais, submetidos a intempéries naturais de toda a espécie, pressionados pela necessidade de pagamento de renda a uma classe senhorial tradicional e premidos pela fome, os camponeses do Sudeste asiático viviam no início do século XX num mundo evidentemente desigual, mas paradoxalmente solidário. Com efeito, o *village* oferece um sistema de relações sociais que responde positivamente à preocupação camponesa com um nível mínimo de segurança material. Essa preocupação tem por base a miséria absoluta na qual vivem os camponeses, que podem ser comparados a um “homem em pé com o corpo mergulhado até o pescoço na água, cuja menor ondulação provocará seu afogamento” (Tawney, 1966). Neste contexto, o camponês do Sudeste asiático, da mesma forma que seus “semelhantes (*counterparts*) no século XIX na França, Rússia ou Itália” (Scott, 1976, p. 2) busca antes de tudo a segurança que, dada sua própria miséria, ele não encontra senão numa certa estabilidade de sua sujeição. O *village* garante um sistema de segurança local (*local insurance*), que tem na *ética da subsistência* seu princípio básico. O mundo camponês tradicional não é igualitário – longe disso –, mas ele põe em ação mecanismos redistributivos que se fundamentam num conjunto de normas, entre as quais se encontra a de que, em momentos de catástrofe, os mais ricos protegem os mais pobres.³

³ Esse caráter solidário, embora não igualitário no mundo camponês tradicional, é encontrado também na literatura brasileira, mesmo em regiões que não apresentam características de *village* (...). Em minha dissertação de mestrado observei que no

Estas elites deveriam, idealmente, assumir um papel protetor nos padrões distributivos do *village* (Scott, 1976, p. 41). Neste sentido, é no interior do *village*, “nos padrões de controle social e reciprocidade que estruturam a conduta diária, que a ética da subsistência encontra expressão social” (Scott, 1976, p. 40).

Em função disso, “os *landlords* são aceitos à medida que atuem como patrões, à medida que usem seu excedente para oferecer segurança em momentos de crise a seus clientes”. Existem assim dois princípios morais que regem a vida do *village*: a norma da reciprocidade e o direito à subsistência. É a partir da ética da subsistência, que tem por base a miséria e a dependência do camponês com relação ao proprietário, que se explica a lógica econômica do agricultor. E o essencial é que seu comportamento é de *aversão a riscos*: “vivendo próximo à subsistência e sujeito às oscilações do tempo e às pressões exteriores, não há espaço na família camponesa para o cálculo da maximização do lucro da economia neoclássica”. Tipicamente, o lavrador procura evitar o malogro que vai arruiná-lo, do que tentar um grande, de arriscado resultado. O camponês, portanto, procura assegurar uma renda mínima, em vez de buscar ganhos expondo-se a riscos, e esta preocupação com segurança explica seu comportamento agrônômico na escolha de sementes, no plantio em faixas diferenciadas de terra, na intensificação do uso do trabalho familiar e, em geral, na aversão a políticas de modernização. Uma nova cultura, por exemplo, só será adotada se não representar risco para as culturas que garantem a subsistência familiar. A partir destas observações, Scott chega mesmo a teorizar: “O problema para o camponato durante a transformação capitalista do Terceiro Mundo, encarado por esta perspectiva, é o de conseguir uma *renda mínima*” (Scott 1976, p. 9).

Sudoeste paranaense os comerciantes não financiavam a produção camponesa, mas socorriam a família em momentos de catástrofes naturais (Abramovay, 1981).

É neste sentido que o camponês julga um sistema de trabalho, – ou para usarmos a linguagem que será, como veremos, a do individualismo metodológico – escolhe suas preferências: “Esta instituição – o contrato de trabalho – vai assegurar meus direitos sociais mínimos?”

A consequência deste sistema solidário é que ele tende a bloquear o crescimento da diferenciação em seu interior. O “igualitarismo do *village* é, neste sentido, conservador, não radical; ele prega que todos devem ter um lugar, uma moradia, não que todos devem ser iguais” (Scott, 1976, p. 40).

Para finalizar esta rápida exposição das ideias de Scott, é importante uma observação de caráter metodológico. Scott pretende insurgir-se, em seu livro, contra uma teoria *objetiva* da exploração, que apresenta como falsa consciência a aceitação por parte dos indivíduos de sua situação de explorados. Isso de nada adianta se o cientista social não trabalhar sobre a percepção que os explorados têm de sua situação. Scott acredita numa teoria da exploração que procure resgatar dos atores sociais sobre os quais trabalha

(...) *seu* sentido de exploração, *sua* noção de justiça, *seu* ódio – ela [a teoria] deve começar não com um padrão normativo abstrato, mas com os valores dos atores reais. Tal abordagem deve iniciar-se fenomenologicamente, desde o princípio, e perguntar qual a definição que têm os camponeses ou os trabalhadores da situação (Scott, 1976, p. 160).

E a economia moral, com sua ética da subsistência, pretende justamente resgatar os sentimentos dos indivíduos numa situação dada, por acreditar que esta é a base da ação. Não só ela explica a estabilidade do *village* tradicional, a *opção* que os camponeses fazem de sujeitar-se a normas de relação social que garantem sua subsistência, mas pretende permitir a compreensão das revoltas sobre a base da desagregação dos valores anteriormente partilhados pela comunidade. Não cabe ao observador decidir em que circunstâncias o camponês é mais explorado. Ele deve, isso sim, estudar

os sentimentos dos camponeses em cada situação e aí encontrar o conjunto de normas estruturadas socialmente que explicam e determinam o comportamento.

Em suma, para Scott, a ação coletiva do campesinato, a aceitação voluntária de sua própria dependência, assim como a revolta contra a corrosão desta ordem desigual, mas solidária, fundamentam-se num código ético cuja base material é a miséria e cujo resultado é a garantia da subsistência. É o estudo da moral camponesa que torna transparente um comportamento à primeira vista paradoxal.

O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Breve exposição

Como assinalou Tilly (1978), é nítida a filiação durkheimiana da economia moral. Com efeito, é coletivamente, a partir de normas socialmente estabelecidas, que se explica o comportamento dos indivíduos. A ética da subsistência só pode ser compreendida no quadro global dos valores contraditoriamente partilhados por classes opostas. Embora seja importante conhecer a base material destes valores, o essencial do trabalho científico consiste em detectar os códigos sociais que determinam a ação individual. Neste sentido, trata-se de um método que assume o “primado de entidades supraindividuais sobre os indivíduos na ordem explicativa” (Elster 1986, p. 6).

É exatamente contra essa postura que se insurge o individualismo metodológico – ou doutrina da escolha racional. Seu princípio básico é de que somente em termos individuais podem ser explicados o comportamento social e a ação coletiva. Herdeira da psicologia empirista e do utilitarismo inglês, esta corrente de pensamento procura transformar o indivíduo na força motriz de estruturação do sistema econômico, social e político. Não que inexistam códigos sociais coletivamente partilhados. Mas o conhecimento destes

códigos pouco ajuda a explicar o funcionamento da sociedade. Ao contrário, “(...) todos os fenômenos sociais – sua estrutura e sua mudança – são em princípio explicáveis por caminhos que envolvem indivíduos – suas propriedades, suas metas, suas crenças e suas ações” (Elster, 1986, p. 5). Sejam quais forem as normas sociais, o objetivo do trabalho científico é explicar por meio de leis os mecanismos através dos quais os indivíduos maximizam seus interesses em suas relações com os outros. Neste sentido, a ação é racional, ou seja, “dadas as crenças dos agentes, a ação é o melhor caminho para ele realizar seus planos e desejos” (Elster, 1986, p. 9). Ao argumento de que regras, normas ou tradições podem operar, além da escolha racional, o individualismo metodológico responde que “as tradições operam influenciando as preferências, mas não as substituindo” (Elster, 1986, p. 10). Por aí chega-se à distinção entre a explicação funcional, inconsistente logicamente por seu teleologismo, e a explicação intencional, cujo centro está na “especificação da meta – o estado futuro de coisas em busca do qual a ação é empreendida” (Elster, 1986, p. 8). Ao trabalho científico não cabe analisar a formação das preferências – o que geralmente será feito em termos funcionais, explicando preferência por seu papel na reprodução de um sistema⁴ – mas sim sua operação. Não é o sistema de crenças que explica a conduta individual, mas, ao contrário, são os interesses e as preferências dos indivíduos que determinam seu modo de agir e inclusive sua adesão ou não a um sistema de crenças.

Em suma, o individualismo metodológico questiona não apenas o marxismo, “(...) mas tudo o que se costumava chamar de ciência política, sociologia, antropologia e psicologia social” (Przeworski, 1988, p. 5). O que o individualismo metodológico contesta é a

⁴ “A função de uma atividade qualquer reside no papel que ela joga na vida social como um todo e, portanto, na sua contribuição à manutenção da continuidade estrutural” (Radcliffe Brown, *apud* Menget, 1968).

existência de um significado latente, oculto, por trás dos fenômenos sociais, e que à ciência caberia desvendar. Os indivíduos não são personificações de relações sociais, como em Marx⁵ e não há interesse em se procurar “além das intenções explícitas [de quem age] o sistema dos esquemas de percepção, de pensamento e de apreciação comum a todo um grupo” (Bourdieu, 1965, p. 24). As preferências individuais, que Bourdieu, neste estudo exemplar sobre a prática popular da fotografia na França, chama de “intenções explícitas” são irreduzíveis. É vã a busca de uma essência que lhes seja subjacente e que explique sua existência. O significado da ação está na sua presença, ela não representa, não simboliza, não transfigura nada senão o desígnio do que a empreendeu.

Chega a ser um truísmo afirmar que é no viveiro das dificuldades enfrentadas pelo conjunto das ciências sociais que o individualismo metodológico vicejou. Hábeis e elegantes na exposição coerente de estruturas, as ciências sociais encontram dificuldades imensas em compatibilizar os modelos com a ação. Que se trate da transformação dos valores em preços ou do comportamento concreto da classe operária nos países capitalistas (para ficarmos só no exemplo de Marx), os fatos parecem teimosamente resistir às grandes teorias, exigindo destas a formulação de mediações cada vez mais complexas, e que, no final das contas, quase as desfiguram, num processo que lembra bastante a crise de paradigmas descrita por Kuhn (1987).

A solução oferecida pelo individualismo metodológico ao dilema contemporâneo da compreensão do significado da ação social – não poderíamos deixar de assinalá-lo, ainda que o objetivo deste trabalho não seja o estudo crítico, mas antes a exposição comparativa destas diferentes escolas – é cética. Renuncia-se ao

⁵ Os capitalistas para Elster (1986, p. 13) são “(...) agentes no sentido genuinamente ativo. Eles não podem ser reduzidos a simples *place-holders* no sistema capitalista de produção (...)”.

problema e proclama-se à moda kantiana que é fútil ao pensamento procurar a essência das coisas. A ciência social deixa por aí de ser uma atividade interpretativa. A vida social do individualismo metodológico compõe-se exclusivamente de microfundamentos. Não há totalidade superior e ascendente sobre as partes. Recusa-se a ontologia social, rejeita-se para o campo estéril da metafísica qualquer “pressuposto substantivo sobre a natureza humana” (Elster, 1986, p. 6) e transforma-se a ciência numa atividade baseada em “considerações puramente metodológicas” (p. 6). O conhecimento social nada mais é que o estudo da agregação contraditória das intenções individuais, de suas possibilidades objetivas e das diferentes estratégias para sua realização. Se a ação consiste na tentativa de alcançar certos objetivos com base em determinadas condições, a ciência vai consistir no estudo das possibilidades lógicas que se oferecem ao ator, e por aí estará explicado o fato social. Essa é a razão pela qual a Matemática, a Estatística, a Lógica e, sobretudo, a Teoria dos Jogos tornam-se os instrumentos analíticos básicos do individualismo metodológico.

O CAMPONÊS MORAL CONTRA O CAMPONÊS RACIONAL

Apesar de suas evidentes deficiências filosóficas e do fato de que a teoria dos jogos “não tem nada a dizer respeito da história” (Przeworski, 1988, p. 5), não há dúvida de que ela desafia de maneira instigante os padrões explicativos dominantes nas ciências sociais, mesmo se “a crítica acarretada pelo individualismo metodológico é... mais marcante do que as explicações alternativas baseadas no postulado da escolha racional” (Przeworski, 1980, p. 22). Exemplo desta aguda capacidade crítica pode ser encontrado no estudo de Popkin (1980). Mesmo os autores que, como Cunnings (1981) e Paige (1983), não hesitam em filia-lo a uma corrente conservadora do pensamento social norte-americano, reconhecem a importância de seu trabalho e o caráter demolidor de suas críticas a Scott.

Para provar o fraco poder explicativo das normas sociais quanto à conduta dos indivíduos, Popkin (1980) mostra que o cálculo camponês não tem uma lógica puramente defensiva, baseada em estratégias antirrisco, e que a solidariedade social contaria mais que a ascensão individual. Se essa ideia da economia moral fosse verdadeira, é claro que o camponês, apoiado na segurança oferecida pelas obrigações de reciprocidade, rejeitaria a busca de melhoria em seu padrão de vida e a realização de investimentos não só pelos riscos aí embutidos, mas pela ameaça contida nas relações clientelísticas de dominação. Mas o que Popkin encontra em seu estudo é bem diferente. É um camponês que calcula em termos de custo/benefício o conjunto de suas ações. Trata-se, primeiramente, de um camponês que investe e não deposita suas esperanças no sentido alheio de justiça e em seu cumprimento pela reciprocidade. Melhor dizendo, o camponês monta uma estratégia na qual, a partir de seus interesses individuais, ele escolhe racionalmente as ocasiões em que investirá na comunidade ou na sua propriedade: os camponeses planejam e investem incessantemente, tanto no ciclo produtivo quanto no de suas próprias vidas, e atribuem grande prioridade aos investimentos para a velhice. Além de decidir entre investimentos de curto e longo prazo, eles escolhem, também, no curto e no longo prazo entre investimentos públicos e privados. Os camponeses, por um lado, decidem se vão investir em crianças, animais, terra e outros bens familiares ou individuais, ou, por outro lado, se vão gastar seus excedentes através do *village*, em programas de seguro ou bem-estar ou em melhoramento no *village* (Popkin, 1980, p. 423). As crianças funcionam como uma espécie de seguro para a velhice (George, 1977),⁶ o que mostra que não é com o *village* mas sim com a família que se vai contar em momentos de precisão. Além

⁶ George aponta para o mesmo tipo de explicação no estudo das causas do crescimento demográfico.

disso, é comum que as famílias enviem seus filhos mais jovens para outros países fronteiriços em busca de “enriquecimentos” (George, 1977, p. 424), o que também coloca em questão a capacidade de autopreservação que os economistas morais veem no mundo rural tradicional. Através destes exemplos, Popkin pretende demonstrar que os camponeses vão apoiar-se em investimentos familiares privados para sua segurança a longo prazo e que eles terão interesse, a curto prazo, em obter ganhos *vis-à-vis* ao *village*. Eles vão tentar aumentar sua segurança a longo prazo movendo-se para a posição de maior renda e menor variabilidade (o que significa normalmente tentar passar de trabalhador a *tenant*, de pequeno proprietário a grande proprietário). O conflito econômico para alcançar posições mais seguras é, portanto, inevitável no interior do *village* (George, 1977, p. 426).

Portanto, onde Scott (1976) vê solidariedade, Popkin (1980) enxerga um processo de estratificação,⁷ provocado não pela influência de fatores externos – como o colonialismo, por exemplo – mas pela própria dinâmica interior do *village*. Onde Scott reconhece normas interiorizadas regendo uma conduta de solidariedade, Popkin encontra indivíduos competindo em busca de ascensão social.

E, por aí, Popkin (1980) chega a um dos maiores desafios que o individualismo metodológico coloca às ciências sociais: o problema do interesse individual na ação coletiva. No estudo de Scott – e é um traço presente no trabalho de Wolf (1969) e de Barrington Moore Jr. (1973) –, a ação coletiva e, particularmente, os movimentos revolucionários originam-se na quebra de padrões solidariamente partilhados, gerando um desejo social restaurador de natureza altamente contestadora. Se o capitalismo é visto por Wolf (1969) como sistema cultural, é exatamente por sua capacidade de mudar

⁷ “Os procedimentos do ‘*village*’ não nivelam, mas reforçam as diferenças e tanto estes procedimentos quanto as relações entre camponeses e senhores geram estratificação no interior do campesinato” (Popkin, 1980, p. 422).

o sentido, o significado dos elementos básicos do sistema produtivo, como a terra e o trabalho. Mais que provocar uma perda material, a transformação capitalista de uma sociedade rompe o tecido de valores comungados e lança por aí as bases da revolta.

Popkin, por seu lado, coloca esta questão a partir do dilema do carona (*free rider*): “muitos projetos coletivos (por exemplo, lei e ordem, luta contra incêndio, perseguição de ladrões) beneficiam o indivíduo quer deles participe ou não” (Wolf 1969, p. 427). Portanto, com base na ideia de que a ação é movida por preferências, a participação só pode ser explicada por cálculo em termos de custo/benefício e não por sentimento de identidade coletiva. O cálculo em questão não é específico a uma categoria social dada e não é à toa que Popkin nem cita um autor clássico no estudo do cálculo camponês, utilizado também largamente por antropólogos, Alexander Chayanov. É que o cálculo, no individualismo metodológico, é a expressão da racionalidade da ação diante de condições dadas. Examinadas essas condições frente às aspirações dos agentes, haverá uma série de possibilidades lógicas em torno das quais vai girar o comportamento ideal. No nosso caso,

(...) avaliando sua contribuição [a uma ação coletiva], um camponês levará em conta uma série de fatores relacionados aos custos e aos benefícios: 1) gasto de recursos – se um camponês participa de uma ação coletiva, ele precisa gastar alguns recursos valiosos. Além do que, ele pode ser punido por sua participação se a ação (como uma rebelião) falha; 2) recompensa positiva – o valor dos benefícios diretos e indiretos; 3) probabilidade de que a ação conduza à recompensa (eficiência) – a efetividade de uma contribuição depende de sua contribuição marginal para o sucesso do empreendimento. Isso, por sua vez, depende de outras ações agregadas, se elas colocam o empreendimento suficientemente perto do sucesso para tornar sua contribuição valiosa; 4) confiança e viabilidade da liderança – o sucesso definitivo de um empreendimento depende frequentemente não apenas do volume de recursos mobilizados, mas da habilidade da liderança com a qual estão mobilizados (Wolf 1969, p. 427).

Como se vê, não há nada de especificamente camponês neste cálculo. Se o comportamento social baseia-se na particularidade das situações individuais, é exclusivamente no sentido de que a relação custo/benefício coloca-se de forma diferente em cada situação. O trabalho científico consiste fundamentalmente em detectar as condições nas quais indivíduos movidos por preferências vão realizá-las por meio da ação que poderá ser coletiva, mas cujo móvel é sempre individual e, como vimos, irredutível. Revoluções, revoltas, associações e, de forma geral, a ação coletiva fundamentam-se, portanto, menos em sentimentos comuns que em interesses individuais. A adesão ou não a um movimento revolucionário ou a uma luta sindical vai exprimir o cálculo sobre a oportunidade que a ação coletiva oferece em realizar a preferência individual. Decifrar este cálculo – seja qual for seu substrato moral ou ideológico – é a única tarefa fértil que a ciência tem pela frente.⁸

A partir destas premissas, não é de se estranhar que, aplicado ao campesinato, o individualismo metodológico tenha do capitalismo visão menos trágica que a economia moral. O desenvolvimento dos mercados permite, para o individualismo metodológico, que os camponeses realizem o desejo de mudar de padrão de consumo. Já para a economia moral, o camponês busca uma renda que lhe permita alcançar

(...) necessidades culturalmente definidas ou cumprir obrigações sociais e cerimoniais. Quando alcançam este nível não se interessam mais por aumentar a produção ou adquirir novos bens não disponíveis no interior do *village* (Popkin, 1980, p. 452).

Esta é também a posição de Bourdieu, quando então fala de um *ethos* como norma da interiorização das condutas (Bourdieu, 1965, p. 24). Para Popkin, a noção de que o camponês luta apenas

⁸ “Relações, números, probabilidades, conflitos, escolhas: esta é a matéria da qual as sociedades são feitas e é sobre isso que versam as ciências sociais” (Elster, 1978, p. 1).

por um padrão de consumo pré-determinado por normas convencionais, por uma renda-alvo (*target income*), só pode resultar na subestimação de seu papel potencial no desenvolvimento econômico. Ao transformar em mito a ideia da solidariedade do *village*, Popkin abre o caminho para demonstrar que o mercado não tem necessariamente um papel corrosivo e destrutivo para os camponeses. Ao contrário, ele representa a possibilidade de que o agricultor encontre caminhos alternativos para sua sobrevivência que não o da sujeição clientelística. As forças e os agentes exteriores podem favorecer os mais pobres e possibilitar a quebra dos vínculos corporativos representados pelos laços tradicionais de clientela, exaltados como fornecedores de um equilíbrio que garanta uma subsistência mínima aos camponeses pela economia moral. “A extensão da autoridade estatal e a expansão dos mercados podem beneficiar os camponeses sem terra porque a expansão da mobilidade do trabalho quebra algumas coerções usadas contra eles pelos camponeses que controlam a terra” (Bourdieu, 1965, p. 434).

Nesse sentido, a solidariedade social, de fator de segurança em Scott (1976), converte-se em bloqueio ao desenvolvimento em Popkin (1980). Exemplo disso é o que ocorre com as terras comunais, elemento básico de estabilidade do *village* tradicional para a economia moral e obstáculo ao progresso técnico segundo o individualismo metodológico.

No Vietnã, as terras comuns eram geralmente menos produtivas porque os camponeses não queriam ‘botar à mesa um banquete que seria comido por outros’. De forma geral, o desenvolvimento de técnicas agrícolas e os investimentos (‘empurrados’ pelo crescimento populacional ou ‘puxados’ pelas oportunidades de mercado) de longo ciclo, como café, conduzem a uma situação de *facto* privada, de não rotação de terras. Por causa dos problemas da coordenação da tomada comum de decisões, a terra privada é mais produtiva e geralmente pode sustentar uma população maior e num nível melhor que as terras comunais (Bourdieu, 1965, p. 455).

Em suma, a partir da busca de preferências e da razão custo/benefício o camponês de Popkin emancipa-se da ética que em Scott transforma-o na expressão mesmo do mundo tradicional.

A INTERPRETAÇÃO DO COMPORTAMENTO CAMPONÊS

Não é fácil o balanço desta discussão, dado o valor desigual dos contendores em disputa. Se o que está em questão neste debate são dois padrões de trabalho sociológico: a polêmica entre “(...) as visões psicossociológicas do comportamento enquanto execução de normas internalizadas e a visão do comportamento como ação intencional e estratégica” (Przeworski, 1988, p. 7), forçoso é reconhecer que Popkin é bem mais convincente que seu adversário. É evidente a visão idealizada oferecida por Scott do mundo camponês – solidário, imóvel –, que somente se transforma sob o impacto deletério de forças externas. Sua associação entre miséria e ética é simplista e ingênua, e sobretudo nela não há qualquer lugar para a ação do sujeito – o conhecimento da moral camponesa é puramente dedutivo. Ele não cumpre o requisito básico de qualquer fenomenologia, que é o estudo real da consciência.

Ele substitui este estudo por uma assertiva *a priori* da sujeição como existente e, *portanto*, como fundamentada na miséria e na necessidade de segurança para enfrentá-la. Não há qualquer trabalho empírico em todo o livro sobre a norma internalizada. Tudo se passa, em Scott, como se a miséria absoluta, em condições de dominação oligárquica, fosse um fator universalmente gerador da ética da subsistência. Neste sentido, o camponês moral de Scott é tão a-histórico quanto o camponês racional de Popkin.

A rápida exposição que faremos a seguir não exprime propriamente uma terceira posição nesta polaridade entre economia moral e individualismo metodológico, mas apenas outra forma de se trabalhar com a ideia de interiorização de normas, presente no trabalho de Scott, embora de maneira insatisfatória. Inúmeros antropólogos,

com efeito, *a partir de seus trabalhos de campo*, conseguem enxergar a ação como expressão de significados subjacentes:

(...) da mesma forma que a América do Norte se revela num campo de beisebol, num campo de golfe, numa pista de corridas ou em torno de uma mesa de pôquer, grande parte de Bali se revela numa rinha de galos. É apenas na aparência que os galos brigam ali – na verdade são os homens que se defrontam (Geertz, 1978, p. 283).

A norma se esconde e se revela na conduta. Mas diferentemente do procedimento adotado por Scott, o ponto de partida é a conduta. Scott não realiza a fenomenologia por ele preconizada: é dele e não do camponês a associação que leva da miséria à ética da subsistência.

A antropologia é talvez nas ciências sociais a disciplina que mais claramente assume a ideia da ação como expressão de normas internalizadas (não é à toa seu crescente parentesco com a psicanálise).⁹ Na antropologia, o trabalho científico é de caráter hermenêutico. A interpretação, entretanto, lança-se sobre as mais variadas formas de texto: o cotidiano, as palavras, as atitudes, a disposição do espaço, a distribuição do tempo, a relação entre o pesquisador e seu interlocutor, todos esses fatores são caminhos pelos quais se alcança a essência do fenômeno social. Esta é, portanto, sempre surpreendente, imprevista. Sua única regra é de que é possível encontrar uma ordem nos diversos elementos que compõem a vida cotidiana, e nessa ordem estruturada é que cada elemento isoladamente toma sentido. As categorias, portanto, não são objetivas. O contexto define a noção. Em seu estudo sobre pequenos produtores na Zona da Mata de Pernambuco, Heredia (1979) encontrou no termo *trabalho* a chave para compreender como se estruturavam as relações no interior da família. “Nem todas as

⁹ No *Vocabulário da psicanálise*, Laplanche & Pontalis (1970) definem conteúdo latente como o “conjunto de significações ao qual chega a análise de uma produção do inconsciente, singularmente do sonho. Uma vez decifrado, o sonho não aparece mais como um ‘récit’ de imagens, mas como uma organização de pensamentos, um discurso, exprimindo um ou muitos desejos”.

atividades aparecem como trabalho...” (Heredia, 1979, p. 26), o que revela uma *norma subjacente* não só à hierarquização do dispêndio de esforço familiar (quem faz o que, quem manda, quem obedece), como também à apropriação do produto (quem fica com o que). No mesmo sentido, Garcia Jr. (1983) percebeu que as tarefas femininas não eram consideradas *trabalho*. O que define uma categoria é o seu uso. Aqui aplica-se claramente a ideia hermenêutica da palavra *evento* (Palmer, 1986, p. 29). “Podemos dizer que um objeto não tem sentido fora de uma relação com alguém e que a relação determina o significado” (Palmer, 1986, p. 34). Mais que isso, essa relação é regida por normas que nem sempre estão expressas nas preferências (para usarmos o termo do individualismo metodológico) do ator. Garcia Jr. (1983, p. 18), apoiado em Godelier (1977), teoriza a respeito, dizendo ser preciso distinguir

(...) as regras de um sistema das leis de um sistema, e a racionalidade intencional dos agentes da racionalidade inintencional do sistema. É através dessas regras que os agentes se inserem em suas práticas sociais, como pensam e vivem sua existência. Repertoriá-las e observar os comportamentos para que apontam é condição necessária para apreender as leis do sistema em que estes agentes estão inseridos. Regras e leis não se confundem, e o processo analítico é um momento necessário na passagem de umas às outras, porém o conhecimento analítico não pode prescindir do conhecimento das regras. Quando o faz, cai numa racionalidade formal, que expressa mais o lugar do pesquisador do que do agente pesquisado.

Seria alongar excessivamente este trabalho expor a aplicação destes princípios aos estudos concretos sobre o mundo rural brasileiro, testando seu alcance e seus limites a partir de seu uso. O que procuramos assinalar por esta rápida exposição foi simplesmente modos mais sofisticados que o de Scott de se trabalhar com a importância de padrões éticos na determinação do comportamento, em que o mundo cotidiano é de maneira bastante convincente a chave pela qual se ingressa no universo escondido das relações sociais.

Acreditamos então estar diante de dois paradigmas da ação social: por um lado, o indivíduo racional, confrontado com o sujeito que executa normas coletivas sobre as quais não tem o menor controle.

RÁPIDO BALANÇO

É evidente a tendência atual das ciências sociais em valorizar a esfera da subjetividade como fator importante na explicação da relação entre os homens. Pesquisa participativa, histórias de vida, apreensão do ponto de vista dos agentes sociais¹⁰ são expressões da crise do *objetivismo científico*, da insatisfação em se trabalhar com categorias definidas de antemão e aplicadas à realidade pelo pesquisador.¹¹ Mais que isso, exprimem a dificuldade de os grandes sistemas explicativos fornecerem base sólida para a compreensão da ação. É provavelmente daí que decorre a notável valorização do trabalho monográfico, do estudo de caso e da etnografia, como se aquilo que a grande ciência mostra-se incapaz de oferecer pudesse ser parcialmente alcançado pelo caminho do conhecimento aplicado, localizado e certamente heterodoxo quanto a suas bases teóricas e metodológicas.

No caso do campesinato, essa dificuldade é tanto maior, porque nunca as grandes teorias (a marxista ou a neoclássica, por exemplo) conseguiram explicar satisfatoriamente as leis de seu desenvolvimento e as razões pelas quais ele se desenvolve em tantas sociedades capitalistas. Foi, aliás, numa sociedade camponesa, e a partir de intelectuais ligados organicamente ao campesinato, que apareceram as primeiras teorizações sobre o cálculo econômico camponês,

¹⁰ É interessante o artigo no qual Queiroz (1977) fala do reaparecimento do “relato” e da “história oral”.

¹¹ O objetivismo ignora “(...) as lutas simbólicas de que os diferentes campos são o sítio onde o que está em questão é a representação do mundo social e em particular a hierarquia no interior de cada um dos campos e entre os diferentes campos” (Bourdieu, 1985).

baseado na ideia de que era preciso e possível elaborar categorias específicas que retratassem esse comportamento.

Esta é a natureza da preocupação dos autores com que aqui trabalhamos: compreender a natureza do comportamento camponês. O individualismo metodológico é sem dúvida atraente, não só como vimos, pela força de sua crítica, mas sobretudo porque é perfeitamente verossímil que o camponês, mais do que, por exemplo, o operário, pautar sua conduta – na qualidade de pequeno produtor mercantil independente – pelo ganho individual e familiar. Minha impressão inclusive é que, quanto mais desenvolvida estiver a integração do campesinato ao desenvolvimento capitalista, maiores serão as possibilidades de explicar elementos importantes de sua conduta a partir dos procedimentos do individualismo. Restam, entretanto, quanto à doutrina da escolha racional, três problemas:

- é nítido o caráter apologético desta doutrina quanto às virtudes do desenvolvimento capitalista e da economia de mercado. Popkin não fornece qualquer demonstração convincente, em seu trabalho, de que o colonialismo tenha realmente trazido melhorias aos segmentos mais pobres da população. Ele não discute o fato óbvio e recorrente, em qualquer sociedade em via de industrialização, de que as novas oportunidades de trabalho costumam não ser suficientes nem estáveis para fornecer ocupação produtiva às populações que perdem a terra. Ele descarta com uma “canetada” um dos problemas mais sérios vividos pelo desenvolvimento econômico, e que se expressa na vinculação, em inúmeros países do Terceiro Mundo, entre desenvolvimento do capitalismo na agricultura, êxodo rural e inchaço com a degradação das condições de vida urbana. Nem os economistas clássicos¹² acreditavam tão cegamente

¹² No capítulo VIII do 1º Livro da *Riqueza das Nações*, Smith fala da vantagem dos capitalistas na disputa salarial contra os operários (Smith, 1983).

nas virtudes do mercado e no poder de os indivíduos nele alcançar a realização de suas preferências;

- o racionalismo da ação em Popkin chega ao ponto de ele enxergar até no sistema feudal a busca pela maximização dos interesses individuais. Em vez de encarar a passagem para o individualismo agrário como sinal de mudança econômica e social decisiva, como faz Bloch (1968), ele vê no servo medieval, em que pese a coerção do sistema coletivo em que vivia, alguém procurando satisfazer suas preferências. O temor da explicação de natureza funcionalista impede que se perceba a obviedade de que as estruturas sociais interferem no comportamento dos indivíduos e que, portanto, não pode ser universal, a-histórica, a explicação da ação individual e coletiva;
- é pela mesma razão que a subjetividade está ausente da doutrina da escolha racional. Ou a preferência é dada e trabalha-se sobre suas possibilidades de realização, ou então deve-se iniciar pela questão da formação das preferências, o que envolverá necessariamente fatores explicativos repudiados pelo individualismo metodológico e colocará em questão a lógica que transforma o indivíduo num ser de maximização de preferências. Mas se fizesse isso, o individualismo metodológico viria abaixo e seria obrigado a compartilhar a angústia que atinge o conjunto das ciências sociais e da qual ele pretende ter escapado.

Os autores que se concentram no estudo do significado da ação encontram pela frente um caminho mais fértil, embora mais complicado:

- o que é precisamente significado? Toda conduta humana pode ser explicada pela interiorização de normas? Para ilustrarmos a dificuldade destas questões no nosso campo de trabalho, basta observar que, embora Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979)

mostrem na introdução de seus trabalhos que se inspiraram em Chayanov, este absolutamente não trabalha com a dimensão simbólica da ação. O que Chayanov tenta é formular leis científicas que expliquem o funcionamento da unidade de produção familiar. Para isso, ele recorre a um modelo, utiliza abstrações, define conceitos. Ora a antropologia econômica (que é um dos ramos mais férteis entre os que procuram estudar o funcionamento econômico do campesinato) à medida que esteja sempre em busca da dimensão simbólica da ação, deverá enfrentar a seguinte alternativa: ou ela busca os fatores universais que determinam e em última análise explicam a vida simbólica, ou ela estuda a organização da vida cotidiana tentando sistematizá-la e fornecendo princípios explicativos que variam caso a caso. No primeiro caso está a proposta de Godelier (1977) e o seu elogio, ao que ele chama de “ecologia cultural”, em que se sublinham a “necessidade e a urgência de se estudarem cuidadosamente as bases materiais das sociedades e de reinterpretar todas as culturas humanas, encarando-as como processos específicos de adaptação a meios ambientes determinados” (Godelier, 1977, p. 92). Aqui, nitidamente, ao se buscar o significado de um cerimonial ou de uma atitude qualquer, o desafio estará em encontrar as razões materiais que estão na sua raiz. No segundo caso, dificilmente vai-se escapar daquilo que o próprio Godelier chama de empirismo culturalista. Explicar, portanto, não é apenas encontrar leis que permitam uma exposição organizada da organização do cotidiano. É compatibilizar estas leis com um princípio geral de determinação que, se não for universal, tem que responder à seguinte questão: como escapar do empirismo e do culturalismo? E a universalidade, no caso, só pode vir de uma ideia de hierarquia na organização dos fenômenos estudados: determinação dos fatores econômicos, por exemplo;

- outra forma de se colocar a mesma questão está na pergunta: Quem detém a chave que abre o caminho ao significado? Se é o pesquisador, então é fundamental que seja explicitada de antemão a natureza desta chave: que portas ela pode abrir? Mais uma vez, o cotidiano não é autoevidente e sua leitura supõe premissas ontológicas, teóricas, metodológicas e técnicas prévias. Por mais que o significado se revele no cotidiano, esta revelação passa pela atitude ativa, interpretativa do pesquisador.¹³ A questão aqui é: faz sentido insurgir-se contra o objetivismo científico e, ao mesmo tempo, conservar ativo o papel do intérprete, do cientista? É possível conceber esse papel como o de um puro mensageiro – à maneira heideggeriana – das próprias coisas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Depto. de Ciências Sociais- FFLCHUSP, 1981.
- BARRINGTON, MOORE Jr. *Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia*. Barcelona: Península, 1973.
- BLOCH, M. *Les caracteres originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Annand Colin, 1968.
- BOURDIEU, P. *Un art moyen; essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Ed. de Minuit, 1965.
- BOURDIEU, P. The social space and the genesis of groups. *Theory and Society*, 14, 1985.
- CANDIDO, A. *Os parceiros de Rio Bonito*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CUMMINGS, B. Interest and ideology in the study of agrarian politics. *Theory and Society*, 10, n. 4, 1981.
- ELSTER, J. *Making sense of Marx*. 2ª ed. Nova York: Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l'Homme, 1986.
- ELSTER, J. *Logic and society; contradictions and possible worlds*. Nova York: John Wiley & Sons, 1978.
- GARCIA Jr., A. R. *Terra de trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, C. Um jogo absorvente; notas sobre a briga de galos balineses, in: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹³ Essa é, em grande parte, a preocupação expressa no artigo do prof. Roberto Cardoso de Oliveira (1987).

- GEORGE, S. *O mercado da fome*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GODELIER, M. *Horizon trajets marxists en Anthropologie*. Paris: Maspéro, 1977.
- HEREDIA, M. B. A. *A morada da vida*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LAPLANCHE & PONTALIS. *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Paris: PUF, 1970.
- MENGET, P. Fonction et fonctionnalisme, in: *Encyclopédia Universalis*. Paris: s.ed., 1968.
- PAIGE, J. M. Social theory and peasant revolution in Vietnã and Guatemala. *Theory and Society*, 12, n. 6, 1983.
- PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Setenta, 1985.
- POPKIN, S. The rational peasant; the political economy of peasant society. *Theory and Society*, 9, 1980.
- MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PRZEWORSKI, A. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6, n. 3, p. 5-22, 1988.
- OLIVEIRA, R. C. A categoria de (des)ordem a pós-modernidade da Antropologia, in: OLIVEIRA, R. C. (org.). *Pós-modernidade*. Campinas: Unicamp, 1987.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais; do indizível ao dizível. *Ciência e Cultura*, 39, n. 3, 1987.
- SCOTT, J. C. *The moral economy of the peasant; rebellion and subsistence in Southeast Asia*, s. 1, s. ed., 1976.
- SHANIN, T. A definição de camponês; conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, 8, 1980.
- SMITH. A riqueza das nações. s. l., s. ed., 1983.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Reading: Adison-Wesley, 1978.
- WOLF, E. R. *Peasant wars of the Twentieth Century*. Nova York: Harper Torchbooks, 1969.

TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

ANDREY MININ MARTIN

INTRODUÇÃO

Pensar o campesinato e assim os camponeses, hoje, é uma tarefa que se formula em meio ao olhar para as transformações que o campo brasileiro sofreu, (e ainda sofre), ao longo dos séculos, de suas rupturas e deslocamentos em meio à luta pela conquista e permanência na terra. Os traços que ainda permeiam estes sujeitos nos levam à necessidade de apreender as práticas e representações que fazem da terra e da possibilidade de voltar a ela. Mas, quais são os traços que permanecem e quais os que se transformam nesta noção de campesinato? Quais os mecanismos de busca que possibilitam a volta para o campo?

Partindo desta perspectiva, importa-nos observar como cada uma destas noções (assentado, camponês, trabalhador rural) é utilizada, visando apreender os elementos que se encontram emaranhados em possíveis definições e caracterizações, pensadas aqui a partir da observação dos sujeitos, pois estes não são estáticos, e assim como os conceitos, “(...) refletem o pensamento sobre o objeto e, justamente por conta disso, são dinâmicos” (Almeida, 2003, p. 34).

Destarte, é interessante observar as peculiaridades que se constroem na definição de camponês, na oposição entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, discutidas no decorrer do texto, em seu sentido histórico e antropológico, que ao longo das transformações no campo inserem novos valores decorrentes das novas necessidades e desafios que o homem do campo apreende nas lutas do cotidiano e nas transformações econômicas, sociais, culturais, entre outras, que afetam sua vida.

O CAMPESINATO EM MOVIMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES

O termo campesinato, na observação de Hobsbawm (1998), abarca diferenças e contradições no que tange ao trabalho no campo e à produção agrária, sendo, para o autor, passível de críticas qualquer generalização. Salienta que este termo deve ser apreendido na observação da forma e da finalidade do trabalho com a terra, do que se produz e qual a funcionalidade de sua produção. Isto implica observarmos, pensando o camponês tradicional da Europa do século XIX, as diferentes estruturas socioeconômicas que se encontram no ponto de origem da noção de campesinato. Para o autor:

(...) é difícil estabelecer exatamente onde se situa esse ponto, mas é evidente, por exemplo, que nem os fazendeiros comerciais da Inglaterra do século XIX, nem os proletários rurais de algumas economias de plantação em larga escala nos trópicos se enquadram no ‘problema do camponês’, embora por certo constituam parte do ‘problema agrário’ (Hobsbawm, 1998, p. 216).

Para Hobsbawm, o campesinato tradicional é expresso na forma coletiva do trabalho e da produção, a fim de inibir possíveis diferenciações dentro do grupo ou comunidade, no sentido da acumulação, não só de recursos, como da atividade que exercem. Constituem assim “(...) um conjunto de pessoas que mantém o mesmo tipo de relação com os meios de produção, bem como outras características econômicas e sociais comuns” (p. 218).

Na perspectiva de Teodor Shanin:

(...) camponês é uma mistificação (...) não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico. (...) O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades (2005, p. 1-2).

Mesmo a noção de campesinato sendo designada diferentemente em diversas localidades do mundo, devido às especificidades formuladas nas experiências adquiridas, no modo de vida e de luta (Thompson, 1989), Shanin apresenta algumas características que podem contribuir para observar o campesinato tradicional e como, ou partir da oposição de quais elementos, se deram as transformações do camponês atual.

Pontua como traços característicos deste campesinato a “forma extensiva de ocupação autônoma” de seu trabalho, sendo esta familiar, feita a partir do controle dos meios de produção. Aqui se observa a existência de um equilíbrio na diversidade do que é plantado, buscando suprir as necessidades familiares. Outro ponto ressaltado pelo autor é o que ele denomina de “normas e cognições típicas” da vida do camponês, pensando aqui as especificidades de sua vida, seu tempo de trabalho e de lazer.

Ressalta como outra caracterização a dinâmica social que se constrói no modo de vida camponês, a forma como se relaciona, seja na ajuda mútua no trabalho ou mesmo na troca dos produtos produzidos. Seu ritmo de trabalho e a cooperação refletem a dinamicidade de sua vida, pensada e articulada a partir do ciclo do plantar e do colher. Dessa forma, “(...) suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar” (Almeida, 2003, p. 75).

Neste sentido, a família se torna o elemento central deste modo de vida, no qual observamos que o conceito de agricultura fami-

liar se encontra presente desde a origem do campesinato. Assim, a família se torna o núcleo central da produção e do controle do estabelecimento produtivo.

Devemos ressaltar que as observações feitas por Abramovay (1997), por exemplo, tecem algumas características do que corresponderia a essa atividade familiar. De acordo com o autor, estas características são: a gestão é feita pelo proprietário; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e por fim, seus membros vivem na unidade produtiva (*apud* Almeida, 2003, p. 87). Porém, para Abramovay estes elementos correspondem ao modelo descrito como agricultura familiar, que se opõe à lógica camponesa pensada por Shanin.

Estes elementos ajudam a tecer algumas características do camponês tradicional, e nos elucidam no que se transformou e se manteve ao longo das décadas, compreendendo que a própria (re) criação camponesa se torna uma especificidade para observarmos como “(...) as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem” (Shanin, 2005, p. 4).

Ao mesmo tempo em que estes traços ajudam nas observações da (re)criação campesina, salienta Shanin, se tornam insatisfatórios quando usados de forma estrutural, negando outras possíveis especificidades geradas no processo de transformação destes sujeitos e de seu modo de vida e de luta. Para o autor:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. (...) O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento

rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo (Shanin, 2005, p. 5).

O sentido do campesinato e de seus sujeitos se encontra, então, no significado da terra e da família como representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho. E, nessas práticas, esses sujeitos se inserem em diferentes mecanismos para se manter ou voltar para o campo. Isto se expressa no valor simbólico que a comida,¹ por exemplo, possui para estes sujeitos, como “(...) categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (Woortmann, 1990, p. 37).

Pensar os elementos até aqui explicitados se torna importante para não perdermos de vista, como já foi ressaltado, as transformações e potencialidades que se expressam a partir da noção do campesinato, as articulações que acabaram por fazer do camponês uma *classe* em constante transformação. Mas, podemos entendê-los como uma classe?

Compartilhamos aqui das contribuições que E. P. Thompson tem a dar para esta observação. Entende-se por classe aqui “(...) um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência, (...) um fenômeno histórico” (1987, p. 9). Nesta perspectiva, ressalta que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência

¹ Antonio Candido (1982), pensando o homem do campo no século XIX também ressalta a importância da comida para a manutenção da vida e das relações no campo. Ver: *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (1987, p. 10).

Desta forma, compreendemos que os camponeses constituem uma classe que se constrói no fazer-se da luta pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideais e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes. Assim, compreendemos que estas transformações que se operam no bojo do campesinato são na verdade uma luta em busca do que representam como fonte de sua identidade: a terra, e as transformações que se dão no caminhar da luta não são compreendidas como negação de sua identidade mas, sim, como parte dela.

Thompson (1989) ressalta que esta concepção de classe se torna inseparável da luta que determinada classe trava em oposição à outra, e completa argumentando que:

(...) as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Ao contrário, as gentes se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico (p. 37).

Temos que o camponês das sociedades tradicionais do pós-Revolução Industrial, segundo Hobsbawm (1998), possuía consciência da diferença que existia em relação à minoria não camponesa a quem eram subordinados. Esta observação já traz elementos para entendermos a existência da consciência de classe por parte dos camponeses, entendida na oposição à existência de outra classe, “(...) permitindo que até mesmo

camponeses de regiões diferentes, com dialetos, roupas e costumes diferentes, se reconhecessem uns aos outros como ‘camponeses’, pelo menos nas relações pessoais” (Hobsbawm, 1998, p. 219-220).

Neste caso:

(...) uma plena “consciência de classe” camponesa é concebível, na medida em que a diferenciação dentro do campesinato é secundária em relação às características comuns a todos os camponeses e aos seus interesses comuns contra outros grupos, e na medida em que a distinção entre eles e outros grupos seja suficientemente clara (Hobsbawm, 1998, p. 221).

No tocante a este movimento do campesinato, outros autores buscaram compreender estas transformações a partir do processo de expansão e transformação capitalista e seu deslocamento em relação às formas e unidades de produção do campesinato. A concepção marxista pontuava no século XIX a “dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário”, sendo neste processo dissolvidas as unidades de produção familiar camponesa e assim, o campesinato (Shanin, 2005, p. 6). Desta forma, os trabalhos que se desenvolveram, como os de K. Kautsky e Lenin, por exemplo, pontuaram que estas transformações proporcionaram a principal mudança na estrutura camponesa, e estabeleceram que “o principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a industrial, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa” (Shanin, 2005, p. 7).

Esta mostrou ser uma vertente teórica que compreendia, para muitos destes cientistas, que estas transformações resultariam no fim do campesinato, decorrente deste processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Na observação leninista, que se apresentou inicialmente próxima daquela feita por Kautsky, era a “(...) dinâmica intercamponesa de ‘aprofundamento’ das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de

classe que constituíram o ponto central da transformação capitalista” (Lenin, 1974, *apud* Shanin, 2005, p. 7).²

Para esta vertente do paradigma do capitalismo agrário, o trabalho familiar não existe realmente dentro do campesinato, sendo este uma ilusão que está condenada ao sistema capitalista, e que a utilização desta expressão “induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não existência de trabalho assalariado” (Lenin, 1980, p. 18). Rompia-se assim a unidade familiar tradicional.

Em outra vertente, alguns trabalhos buscaram observar estas transformações como uma (re)criação camponesa, articulando relações não capitalistas de produção dentro do sistema capitalista, na observação de Martins (1986). Este paradigma veio a ser trabalhado por Abramovay, que buscou romper com a visão leninista/kautskysta e desenvolveu seu pensamento defendendo que estas modificações transformaram a própria noção de campesinato e sua diferenciação da agricultura familiar. Logo, elucidou que o camponês ao modificar sua relação e a função do trabalho na terra, pela força do sistema capitalista, em alguns casos, cria relações de produção diferentes da camponesa, que seria para o autor, a agricultura familiar.

Estas observações se teciam no seio das transformações do sistema capitalista e levavam estes autores a perceber como esses elementos modificariam o modo de vida e de trabalho do campesinato. Este capitalismo desenvolvia suas relações sociais, sua produção e reprodução de contradições, que também modificariam as técnicas de produção e divisão do trabalho no campo. Porém, segundo Shanin, isto não resultaria no desaparecimento do campesinato, e sob estas condições:

² Porém, esta concepção, pensada a partir do camponês europeu do século XIX, seria revista mais tarde pelo próprio autor, que observaria, a partir do campesinato russo, traços que se transformaram, mas que ainda dotavam de elementos do campesinato tradicional.

(...) os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (...). Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-se atrasada (Shanin, 2005, p. 9).

Essa nova concepção da propriedade camponesa, que se constitui assim a partir da exploração do trabalho, com fins familiares, não busca nesta medida a acumulação de capital, mas a sobrevivência de sua unidade familiar. Assim, na propriedade camponesa “(...) o princípio é outro (...) em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para aquisição de mercadorias que não se produzem, mas que são indispensáveis à reprodução da família” (Paulino, 2003, p. 20). Este fato é denominado por Oliveira como renda pré-capitalista, em que:

A renda pré-capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas de renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital. (...) Hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada (1986, p. 76).

A partir destas transformações do campesinato, a essência desta análise se cria na observação de como estes sujeitos operam e articulam seu modo de vida e de luta, entendendo-se que as transformações internas dentro da família e do grupo é que estão em jogo, e estas afetam diretamente a observação que fazemos

da (re)criação do campesinato. Não podemos compreender estas relações apenas no âmbito da lógica capitalista, pois o processo de (re)criação camponesa vai além destas estruturas e se apresenta no campo das representações, em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida, não se limitando ao mundo da mercadoria. Desse modo, ressaltamos que a especificidade camponesa se encontra na constituição desta classe como exterior ao modo capitalista de produção, já que “(...) são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, acrescido do fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não capitalista” (Almeida, 2003, p. 82).

Neste aspecto, a autora ainda completa pontuando que devemos observar as lutas que engendram este campo, no sentido de apreender as crenças que os sustentam, os jogos de linguagem e as relações simbólicas que nele se geram, observando este campo como local de produção de relações que criam novas formas de pensar, agir e se relacionar (Bourdieu, 1989). E estas relações se dão em um processo de incertezas e questionamentos, pois são pensadas e articuladas por seres humanos que, assim como a história, apresentam inúmeras possibilidades de investigação e representação. Desta forma, pensar a utilização de conceitos ou de qualquer outro aparato teórico se torna questionável quando feita de modo generalizado, pois o termo campesinato pode ser observado de diferentes formas, em diferentes sociedades. Compreendemos os conceitos como instrumentos de análise e sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas mais gerais de questionamento teórico e a seu esclarecimento da realidade (Shanin, 2005). Segundo as considerações de Shanin, os camponeses diferenciam-se de uma sociedade a outra e mesmo dentro de sua própria sociedade, pois estes se relacionam com sujeitos sociais possuidores de outras características e assim podem nos levar a utilizações equivocadas. Por isto, este conceito

se mostra insuficiente por si, mas possui potencial investigativo e nos leva a buscar mais a fundo o que se está sendo pesquisado, e assim este não deve assumir uma condição de explicativo, mas de articulador do conhecimento e do objeto que está sendo estudado, pois “(...) nenhum conhecimento pode ser a mesma coisa que seu objeto” (Thompson, 1981, p. 41).

Os pressupostos até aqui explicitados contribuem para pensarmos as transformações que estão emaranhadas nos estudos sobre o campesinato e que apresentam alguns caminhos para entendermos a vida camponesa, não em busca de verdades, mas de indícios que podem levar a outros caminhos.

Não nos limitando somente a estes caminhos, buscamos apreender outros, expressos através das lutas camponesas, de suas resistências e de possíveis contradições e brechas que se formulam no aparato teórico, a fim de enriquecermos nossa percepção dos homens e mulheres, sujeitos desta pesquisa.

Assim, buscaremos neste momento realizar algumas considerações a respeito do Brasil, a partir de transformações ocorridas em meados do século XX que vieram a modificar a percepção do camponês tradicional, devido, principalmente, à relação campo-cidade, que encurtando as distâncias, serviu também para criar novas formas de resistências e de negação da lógica capitalista, levando estes sujeitos a se organizarem e darem novos rumos à situação do campo brasileiro.

O CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS ESPECIFICIDADES

Sem negar as transformações ocorridas no campo brasileiro e de seus sujeitos em outros tempos, desde a América portuguesa e sua participação no abastecimento colonial, passando pela figura dos homens pobres livres na ordem escravocrata (Franco, 1983), buscaremos em linhas gerais apreender algumas modificações ocorridas no século XX. Assim, sabemos que muitas dessas transformações

são oriundas de aspectos modificados em outros tempos, como os decorrentes da Lei de Terras de 1850, que inaugura um regime fundiário que irá modificar a forma de exploração das terras e do homem do campo, da noção de fazenda e da representação da terra e da luta por esta.

Por isto, os grandes embates históricos de ontem e de hoje, de índios e pobres da terra, nas palavras de Martins:

(...) transfiguram o modo de viver em modo de fazer história, por meio da qual o homem se faz, a História vivenciada. A História por meio da qual o homem se faz, e a sociedade se transforma e se propõe, assim, como a transformação da vítima em protagonista da esperança (...). Protagonista que proclama na insistência, na resistência e na luta a dignidade do viver como limite para a voracidade inescrupulosa do desenvolver sem condicionamentos e sem mediações propriamente sociais (1998, p. 690).

Muitas são as histórias de luta pela terra no Brasil, lutas que trazem na memória, como nos movimentos de Canudos (Bahia), Contestado (Fronteira Santa Catarina e Paraná), Trombas e Formoso (Goiás), a capacidade de resistência e organização dos sujeitos do campo, que assim como (re)criam formas de se manterem na terra, também são interpretados pela historiografia de diferentes formas e caracterizações.

Segundo Grynszpan e Dezemone (2007) em alguns destes movimentos, como o de Canudos, não era pelo termo camponês que parte da sociedade e mesmo da historiografia denominava seus participantes, mas na verdade por jagunços ou sertanejos, descritos por alguns até como bandidos e fanáticos, uma concepção um tanto carregada de tendencialismos. Fatos como estes e outros demonstram que entre o início da República até as décadas de 1940 e fins dos anos 1960, ocorre uma mudança na percepção e no olhar sobre o homem do campo, resultando em novas interpretações por parte da população brasileira.

Martins (1995) observa que na década de 1950, o homem do campo assume em cada região uma diferente designação para

defini-lo. Em Estados como o Pará, São Paulo e Mato Grosso estes sujeitos carregavam aquela personificação do caipira, inspirado na figura do Jeca Tatu e na forma como Monteiro Lobato o caracterizou. Visão esta que afirma uma interpretação do camponês como preguiçoso, do atraso *versus* o progresso (Borges, 2004). Em outras regiões, como no litoral paulista e no Norte do Brasil também encontramos relatos onde estes eram chamados de caiçaras, tabaréus e caboclos (Mota *et al.*, 2001).

Mediante esta dinamicidade, o termo camponês no Brasil, tem parte de sua utilização neste período importada da esquerda que, segundo Martins, se tornou usual na busca de abarcar grande parte daqueles trabalhadores rurais que compartilhavam de características comuns, de vida e das lutas que se realizavam. É assim, de uma denominação do político provinda da observação de uma dimensão cultural que se processou seu uso neste período, buscando levar a uma noção mais clássica do conjunto de homens e mulheres que, decorrente de seu modo de vida e de luta, compartilhavam de experiências semelhantes. Para Martins “(...) a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade” (1995, p. 22). Esta denominação se mostrou apreendida na dimensão da cultura³ que caracteriza sua forma de trabalho, de sociabilidade, sua representação da terra, como terra de trabalho e mesmo a noção do tempo e o ritmo de trabalho no campo, provinda das necessidades familiares.

Temos então que a partir deste paradigma, diferente do capitalismo agrário: a unidade doméstica constitui-se no trabalho familiar, que consegue suprir todas as necessidades para sua subsistência. A

³ Compartilhamos aqui de uma noção de cultura próxima da pensada por Clifford Geertz. Ver: *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: Cultura Ltda., 1989.

família acaba por criar diferentes princípios de trabalho interno de acordo com a idade e com as necessidades de consumo da família. Esta acaba por ser uma luta de (re)criação do campesinato contra o modo capitalista de produção no campo, frente à expropriação do latifúndio que transforma estas relações familiares em trabalho assalariado.

Nos anos 1950 e 1960, as ligas camponesas desempenharam um papel fundamental na atomização das lutas neste período, ganhando projeção nacional em lutas de resistência, pela permanência legal nas terras. Tornou-se, de certa forma, uma representação do campesinato no período. Assim, devido a estas lutas, a forma como se observava o campo até então se modificou, continuando a ser visto por muitos como lugar do atraso, mas não por decorrência de condições naturais ou mais genéricas, e sim, pela diferenciação econômica e social, em oposição aos moldes do sistema capitalista.

Para Oliveira (2001), a presença e a participação do camponês dentro do modelo capitalista se dão pela própria contradição e desenvolvimento desigual do sistema, que excluindo o homem de sua terra, leva-o a desempenhar relações de trabalho e de dependência a terceiros, como em parcerias e no trabalho acessório, como da utilização do trabalho camponês em mão de obra assalariada. O conceito de camponês, neste período, aparecia como tradução da luta pela resistência social a este modelo que estava em andamento.

Ser camponês, neste período dos anos 1950-1960, denotava, segundo Ricci (1999), uma figura social em transição, decorrente da aguda expropriação do latifúndio confrontando-se com um modo de ser tradicional do homem do campo. Sintetizava em sua figura uma experiência e um modo de viver e trabalhar a terra, que a partir destas transformações, levaram estes sujeitos a entrar em cena como atores políticos em busca de seu lugar social.

Este desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, como já ressaltado, modificou os tradicionais modos de vida camponês,

decorrentes das dificuldades de permanência no campo, devido ao crescimento do latifúndio, das formas que desenvolvem a agricultura, no tocante à mecanização da produção, levando alguns destes camponeses a migrarem ou passarem a trabalhar para estes grandes proprietários.

Porém, sua grande maioria preferiu lutar e assim (re)criar novas possibilidades de conquista da terra e de permanência no campo. Como resultante, ao longo dos anos 1970 continuaram as lutas de resistência na terra e por reforma agrária, articuladas por sindicatos e novos movimentos sociais. Ao longo da década, a figura do antigo camponês é retomada em uma multiplicidade de sujeitos em luta, dando lugar a uma nova representação da classe, abrindo-se para novas formas de organização. Assim, “(...) a própria noção de identidade camponesa e de representação começa a ser repensada” (Ricci, 1999, p. 139).

Entendemos assim, que estas lutas nos levam às novas possibilidades de pensarmos o homem do campo e do que venha a ser o camponês, na segunda metade do século XX, decorrente de como muitos movimentos de luta pela terra pensam e articulam a luta. A expropriação do homem do campo levou os trabalhadores a se organizarem e a fazer surgir diferentes movimentos de luta pela terra, assim como o de agentes de apoio a esta luta, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

No conflito pela posse e uso da terra, num constante processo de “(re)territorialização do trabalho”, na observação de Thomaz Júnior (2002), o camponês se recria não mais como proprietário, no tocante à sua denominação, mas como trabalhador rural, assentado, ocupante, sem terra etc.

No emaranhar destas transformações, o entendimento do camponato brasileiro encontra possibilidades de ser pensado a partir de alguns símbolos, como a enxada, a bandeira e a própria terra, que se tornam representações do trabalho e da luta pela/na terra.

São, conforme Almeida, *habitus* específicos trabalhados em diferentes mecanismos, que ganham novos contrastes em meio à luta, mas que independente dos agentes e do movimento estabelecido como mediador, dentre estes – CPT, Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), sindicatos ou MST, apresentam-se como traços que identificam homens e mulheres de volta à terra. Portanto:

(...) a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Deste modo, a ocupação da terra, o cortar da cerca, o acampamento não pode ser considerado o divisor de águas do campesinato. Na realidade, são *habitus* específicos a desenhar ações diferenciadas na busca do mesmo sonho: um pedaço de chão. (...) Na beira da estrada, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro. Enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho (Almeida, 2003, p. 27).

Nos anos 1970, a intermediação da igreja mostrou ser um canal de expressão dos movimentos sociais, o que influenciou no desenvolvimento das lutas e em parte da própria noção do trabalhar na terra para a classe camponesa. A “terra de trabalho” em oposição à “terra de negócio” nasce em discussão apresentada no documento da 18ª assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1980, em que os bispos reconheceram neste conceito, elementos favoráveis para superação de uma visão capitalista da realidade das lutas no campo, abrindo novos caminhos para estes sujeitos se estabelecerem na terra a partir de regimes alternativos de trabalho (Camermam, 1980). Martins, que no período era colaborador da CPT, afirmou na época que a luta contra a “(...) expropriação da terra é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio”.

A CPT, gestada em 1975 em Goiás, se consolidou por todo Brasil como forte apoio na luta pela terra, buscando criar novas alternativas

para o desenvolvimento de movimentos sociais. Sua participação colaborou para criar novas frentes de luta e acender uma nova expressão de pedagogia de movimento que, segundo as comissões, buscavam romper com algumas práticas sindicais, tidas como acomodadas pela pastoral. Dentre estes movimentos, destacam-se: Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Boias-frias, todos entre o período de 1976 e meados dos anos 1980.

Chaves, pensando a participação da comissão no surgimento do MST, destaca que:

O nexu entre religião e política apresenta-se como elemento determinante de características do MST enquanto ator social. Esse nexu encontra-se na própria origem do Movimento, no suporte institucional inicial fornecido pela Comissão Pastoral da Terra, fundamental à articulação do MST como entidade política autônoma com abrangência nacional (2000, p. 21).

Segundo Medeiros (2007), terminologias correntes para designar estes sujeitos, como “colonos da terra”, “lavradores” e “arrendatários”, passaram a ser compartilhadas com termos como “trabalhadores sem terra”, dimensionando um caráter autônomo para o movimento. Esta transformação, articulada conjuntamente com as experiências dos sujeitos em luta, também colaborou para que a própria noção de campesinato passasse a ser observada a partir de diferentes formas e movimentos de luta pela terra, como no caso do MST.

A expansão do MST, em outras regiões, com a participação de outros sujeitos e ações, das marchas, dos acampamentos e assentamentos, possibilitou criar novas formas de ser “sem terra”, tendo o movimento que incorporar novas situações de luta, abrangendo desde as lutas dos “colonos” do Sul, passando pelos “ex-arrendatários” de Mato Grosso, até os trabalhadores que saíam da cidade de volta para o campo (Medeiros, 2007).

Esta situação estabeleceu novas perspectivas de compreender o homem do campo que, a partir destas lutas, modificou sua própria identidade e a do movimento:

A constituição do MST se fez concomitantemente à formação de uma nova identidade ‘sem terra’, ou, para ser fiel ao próprio nome do Movimento, “trabalhador rural sem terra”. Se as lutas tenderiam a transformá-los em trabalhadores com acesso à terra, ‘assentados’, o termo ‘sem terra’ permaneceu como símbolo do vínculo com o MST (Medeiros, 2007, p. 571).

Mesmo assim, segundo Caldart (2000), ser “Sem Terra” hoje significa mais, ou não significa o mesmo que “(...) ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade ‘Sem Terra’ sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo” (p. 24). Assim, a categoria camponês também se encontra intrínseca ao modo de vida destes sujeitos, e mesmo não possuindo a mesma terminologia de outros tempos, nem mesmo a mesma densidade que “sem terra” para o MST, acaba por ser resignificada nas novas condições de vida e de luta do homem pela/na terra. Assim:

Hoje como antes, um *ethos* camponês é ainda a principal motivação que leva à assunção da identidade de sem-terra, capaz de conduzir à organização de uma luta caracterizada pelo enfrentamento do Estado. Essa orientação no sentido de realização do ideal camponês do trabalho autônomo, condição para a liberdade e dignidade do pai e, portanto, da unidade e continuidade da família, continua a ser a força motivadora que congrega milhares de sem-terra. Neste sentido, é significativo que o símbolo maior do MST, a bandeira que substituiu a cruz, tenha ao centro homem e mulher com instrumento de trabalho, representando a família (Chaves, 2000, p. 124).

A existência da (re)criação do campesinato se faz no próprio processo de luta, na luta contra a expropriação para assim entrar e permanecer na terra. Neste aspecto, a própria função da terra buscada pelo MST demonstra suas raízes na existência do campe-

sinato. Para o MST a vida na terra, “terra de trabalho”, é buscada a fim de superar o modelo de produção capitalista, que se coloca em oposição à sua permanência na terra, apresentando-se em busca de um modelo coletivo de cooperação.

Segundo Fabrini:

Os camponeses assentados vinculados ao MST demonstram que não querem somente terra. Mas, ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista (2002, p. 259).

Inicialmente, o MST denominava-se como uma articulação dentro dos setores sindicais, possuindo vínculos estreitos com a oposição sindical do período de seu surgimento. Porém, aos poucos foi construindo sua proposta de luta, sua forma de ação e organização, que se diferenciava dos sindicatos. Com estas transformações ao longo de sua história, a participação pela reforma agrária incluiu novas frentes de luta, contando com a adesão além dos que queriam terra estritamente para o trabalho e visavam reproduzir um modo camponês de existência. Assim, no bojo da (re)criação destas formas de ser camponês, a conquista da terra passou a ser apenas um ponto de partida, buscando valorizar o modo de vida camponês, do que é ser homem do campo a partir de uma pedagogia da terra.

A família é entendida como a valorização do modo de vida camponês, um modo de vida em que grande parte das decisões tomadas é orientada pelas necessidades familiares, fazendo com que a família esteja presente em todos os momentos do processo de conquista da terra. Este modo de vida é percebido no fazer-se do cotidiano, como já ressaltado, na forma de trabalhar a terra, na divisão deste trabalho. Percebemos neste cotidiano, como observa Almeida que “(..) o lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho

cotidiano” (2003, p. 272), e é neste cotidiano que se fundem os valores e o modo de manter a unidade familiar.

Desta forma, manter-se camponês que dizer:

(...) não negar seu passado nem sua raiz como um determinado tipo de trabalhador e de filho da terra, até porque é nela que se sustentou para entrar na luta pela terra, e mesmo para ser do MST. Isto implica até mesmo em recuperar certas tradições alimentares do campo, assim como em cultivar alguns traços de valorização da família e da vida comunitária que permitam que as experiências de cooperação agrícola, por exemplo, desenvolvam-se entrelaçadas a padrões culturais já existentes (Caldart, 2000, p. 225).

Como parte desta característica de trabalho com a terra buscada pelo MST, passa a ser reafirmada a busca da preservação ambiental, da soberania alimentar, da produção voltada para as necessidades locais, em oposição ao modelo de agricultura do agronegócio. Esta observação demonstra uma característica do MST: ser camponês é se opor à agricultura familiar, pois esta, segundo Medeiros, representa para o MST um modelo de trabalhador mais próximo do agronegócio, voltado a uma dimensão econômico-produtiva, e por isso “(...) ele é percebido como um possível futuro a ser combatido, porque simboliza o destino não desejado, a integração ao agronegócio” (2007, p. 572).

Esta posição se apresenta oposta a outras – se pensarmos outros agentes mediadores da luta pela terra, como no caso a Contag –, o que ajuda a observarmos como o campesinato é (re)criado a partir de diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e, assim, para aqueles que lutam pela terra. Segundo artigo datado de 2001 e apresentado por seu presidente, Manoel José dos Santos, a Contag, através de um “Projeto *alternativo* de desenvolvimento rural sustentável”, busca desenvolver uma ampla reforma agrária com o intuito de valorizar e fortalecer a agricultura familiar e lutar “(...) por uma política diferenciada para a agricultura familiar e pelos direitos dos assalariados rurais” (2001, p. 225). Nesta perspectiva

pontua que: “os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações” (p. 227).

Assim, no processo de organização dos movimentos camponeses de luta pela terra, criou-se uma diferenciação na denominação política dos sujeitos em luta, sendo utilizada a noção de agricultura familiar/camponesa e de agricultura camponesa/familiar. O primeiro caso se aproxima mais do modelo de projeto buscado pela Contag e pela Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), e o segundo, aos movimentos ligados à Via Campesina, como o MST, MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) e CPT (Fernandes, 2004).

Nesta perspectiva, a visão que a Contag possui e que se torna a forma como lutam e porque lutam para o retorno de famílias ao campo acaba por dar outro significado para a luta, se pensarmos outros movimentos de luta pela terra, como o MST. Neste caso, observa-se que a própria forma como denominam os sujeitos participantes se torna outra: aqui se observa a utilização de expressões como “assalariados rurais”, “trabalhadores rurais”, “famílias sem terra”, o que denota novos elementos para pensarmos as condições que estão emaranhadas no processo de (re)criação do campesinato.

Devemos ressaltar que não estamos buscando pensar se estes caminhos acabam por ser viáveis ou não, no sentido de averiguarmos se uma ou outra iniciativa é mais eficaz. O que queremos é demonstrar que a partir do momento em que outros agentes participam da luta, ou que estes se transformam, a própria noção do campesinato e de sua (re)criação acaba por integrar novos elementos.

Um exemplo desta diversidade é elucidado na fala dos próprios sujeitos assentados. Em pesquisa realizada no assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas/MS, encontramos falas em que os sujeitos nos elucidam algumas destas noções, denominando-se como assentados – “agora sou assentado” – ou mesmo dizendo

que “sou do rural”. Essas designações sugerem um pouco de como estes sujeitos se identificam. Em muitos assentamentos como estes, provindos da luta por intermediação sindical e da política da Contag, é que estes sujeitos retornam ao campo, com a identidade de *trabalhadores rurais*, ou de *trabalhadores na agricultura*, sob uma construção simbólico-política identificada pelas diretrizes dos agentes de mediação da luta.

Mesmo nestes casos, observamos no cotidiano destes homens e mulheres, um modo de vida em quem a família, como descrito ao longo do texto, ainda está no centro das decisões e na divisão social. Assim terra e família se tornam elementos centrais para pensarmos os desdobramentos destas lutas e o sonho da conquista da terra, pois:

(...) A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado, nas quais as três categorias estão separadas (D’Aquino, 1996, p. 21).

Como já ressaltamos neste trabalho, pensamos que esta (re) criação do campesinato perpassa estas diretrizes institucionais e se dá nas transformações cotidianas dos sujeitos em luta, seja em acampamentos, seja no assentamento e se abre na sociabilidade construída na vida em contato com a terra. A partir das considerações de Almeida (2003, 2007) e seu estudo sobre a territorialização e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, observamos que no contato e no trabalhar com a terra, estes sujeitos (re)criam as condições de seu *habitus* camponês.

Um exemplo se mostra na definição do sítio em oposição ao lote, em que passa a possuir um nome que expresse elementos de sua vida, de memórias passadas ou mesmo de sua percepção do cotidiano. Segundo Almeida isto se dá porque “na luta,

conquista-se o lote, pelo trabalho, constrói-se o sítio”, fato que dimensiona a terra como fruto de seu trabalho. O uso de outras terminologias, como *criação* no lugar de *pecuária*, da noção do tempo de trabalho e do lazer, demonstra que na vida no assentamento, seus *habitus* camponeses são (re)interpretados a partir das necessidades do cotidiano, das dificuldades enfrentadas, no plantio da terra para viver, na criação como certeza da comida de estar logo ali... Assim “ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida, e que expressa o *habitus* não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação” (Almeida, 2003, p. 21).

Segundo a autora:

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não proporcionar a acumulação capitalista (...) é também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, quanto de renda monetária para a família (2003, p. 290).

As falas revelam sempre elementos recorrentes deste trabalho cotidiano, que se mostra na busca de superação dos mecanismos do capital, que sempre estão a forçar o homem do campo no tocante da transformação da produção no lote em mercadoria. E nesta luta cotidiana é que exaltam os viveres passados no campo, na busca de um tempo que ficou de vir, construído nas casas e quintais, entre cercas e avenidas (Borges, 2004).

Neste sentido, não podemos apenas buscar compreender o campo no âmago das condições capitalistas. O processo de (re) criação camponesa vai além das estruturas capitalistas e dos agentes envolvidos na luta. Nele também reside o campo das representações, campo em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XIX e XX, o campesinato passou por profundas transformações que redefiniram suas práticas, suas lutas e seus sujeitos. Na maioria delas, a cultura e o modo de vida camponês estiveram em jogo, decorrentes das transformações ocorridas por causa da expropriação que levou muitos destes homens e mulheres a migrarem para outros locais, no campo e na cidade. Porém, as especificidades formuladas nas experiências adquiridas na vida e na luta fizeram com que a própria transformação do campesinato se tornasse mecanismo de sua existência. Os camponeses passaram assim a se organizar em diferentes movimentos, e juntamente com a articulação de outros agentes mediadores, como a CPT, organizações sindicais e o MST, assumiram novas identidades no processo de luta pela volta e permanência na terra e da unidade familiar. Fizeram em meio ao conformismo da mudança a resistência para lutarem contra a expropriação de sua classe, fazendo de seu cotidiano uma verdadeira “trincheira da sobrevivência”, como ressalta Martins (1989).

Desta forma, a partir das observações de diversos estudos de caso, das contribuições de inúmeros trabalhos, observamos que seria um erro pensar a história e as lutas camponesas como algo imóvel, estático, mas sim, como conjunto de interações, reinterpretações e superações que, como salienta Martins, contam com “agentes ativos de transformação social” (2000, p. 109).

Nesta perspectiva, buscamos neste artigo, a partir de uma análise bibliográfica e de breves observações na pesquisa de campo, compreender como se deram algumas destas transformações, os mecanismos que engendraram estas lutas e os elementos acionados na vida destes homens e mulheres, no tocante à observação de suas especificidades que são tecidas pelo campo brasileiro. Podemos dizer que estas são algumas transformações que proporcionaram a modificação da noção de camponês e assim do que venha a ser o campesinato, ou melhor, a (re)criação deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2003.
- BORGES, Maria Celma. De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em História). Assis: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMERMAN, Cristiano. Terra de trabalho e terra de exploração, in: MATIAS M. e LENZ, J. S. (coord.) *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra – um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- D'AQUINO, Teresinha. *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP*. 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais. São Paulo, 1996, p. 22-24.
- FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2002.
- FERNANDES, Bernardo M. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <www.mst.org.br/biblioteca>. Acesso em: jul. 2006.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950- 1964), in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política, in: *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LENIN, Vladimir I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.
- MARTINS, José de Souza. Ocupação de terras em áreas de expansão da sociedade brasileira, in: NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – notas sobre a produção de um movimento social, in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- MOTA, Ivanete Oliveira da *et al.* A reprodução camponesa em Fátima do Sul: estudo de caso, *in: Revista de Geografia*. Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ano VIII, v. n. 13, p. 49-53. Jan./jun. de 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*. V. 15, n. 43 – São Paulo, set./dez. 2001.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2003.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- SANTOS, Manuel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*. Presidente Prudente, ano 8, n. 7. jul./dez. de 2005.
- THOMAZ Júnior, Antônio. *O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Dez. 2002. Cd room.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- _____. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- WOORTMANN, Klass. Com parente não se *neguceia*: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* n. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

QUANDO A AGRICULTURA FAMILIAR É CAMPONESA

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi apresentado no Seminário Internacional *Por que e como apoiar as agriculturas camponesas na América Latina?* O evento foi realizado em La Paz, nos dias 21 a 24 de outubro de 2013, organizado pelo Fórum Mundial de Alternativas, Vice-presidência do Estado Plurinacional da Bolívia, Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), Comunidade de Estudos Jaina e Sistema de Investigação da Problemática Agrária no Equador (Sipae).

Neste artigo, destacamos a importância estratégica da agricultura camponesa para garantir a soberania alimentar e problematizamos o conceito de agricultura familiar. A partir do debate paradigmático analisamos como a produção teórica é influenciada e influencia as políticas de desenvolvimento territorial no campo. A soberania alimentar é compreendida como uma política pública com o objetivo de garantir a produção de alimentos de qualidade e o abastecimento da população, evitando a dependência do mercado capitalista. O conceito de

agricultura familiar é recente e tem *ocupado* o lugar do conceito de agricultura camponesa em algumas análises teóricas e políticas públicas. Esta “*ocupação*” não teria maiores problemas se não fosse o caráter pejorativo que muitos pesquisadores e políticos profissionais aplicam ao conceito de campesinato, como por exemplo: atrasado, antigo, ultrapassado etc. A diferencialidade é um atributo do campesinato que pode ser classificado como: rico, médio ou pobre nas definições clássicas; ou consolidado, intermediário e periférico nas acepções contemporâneas. É importante distinguir a diferencialidade do preconceito. O preconceito aparece quando se afirma que o campesinato tem que se transformar em agricultor familiar para tornar-se moderno. Que somente a metamorfose pode livrá-lo do destino de ser camponês (Abramovay, 1992). Neste texto, procuramos superar o caráter pejorativo e afirmamos que campesinato e agricultura familiar são a mesma relação social, são o mesmo sujeito.

É fundamental ressaltar que há diferença estrutural entre agricultura de base familiar (denominada popularmente de agricultura familiar) e agricultura familiar capitalista. Quando afirmamos que a agricultura familiar é camponesa, estamos nos referindo à agricultura de base familiar, cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família. Neste critério, estamos determinando a condição de classe social para delimitar o conceito. A agricultura de base familiar é camponesa exatamente por se distinguir da agricultura capitalista. O conceito de campesinato nasceu antes de existir o capitalismo, de modo que esta relação social – e forma de organização do trabalho e da produção – pode ser familiar, comunitária, associativa, cooperativa, mas nunca é capitalista. Quando uma família tem a mais-valia como sua principal fonte de renda, ela deixa de ser camponesa para se transformar em capitalista.

Este é um ensaio teórico em que procuramos contribuir com a reflexão e o debate sobre a importância da agricultura camponesa e defender o poder deste conceito, embora também possamos utilizar o de agricultura familiar, mas jamais como preconceito, pois isto seria um ato de falseamento da realidade cujas implicações políticas ampliam as desigualdades sociais. Este artigo é também uma proposta de diálogo com outros paradigmas, pois o debate é condição para expressarmos nossas diferenças e realizarmos nossas disputas.

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA

Em quase toda América Latina os governos têm substituído o conceito de campesinato por agricultura familiar em suas políticas de desenvolvimento rural. Um pesquisador curioso, visitando as páginas dos ministérios ou secretarias responsáveis pelo desenvolvimento do campo, encontrará facilmente a expressão agricultura familiar ou agricultura familiar camponesa. Com exceção de Cuba, onde a ideia de agricultura familiar ainda não está disseminada, em todos os outros países, o conceito predomina. Mas qual a diferença entre agricultura familiar e agricultura familiar camponesa, como aparece, por exemplo, no Chile. No Brasil, os movimentos vinculados à Via Campesina utilizam o termo camponês e agricultura familiar com o mesmo sentido. Utilizar os dois conceitos juntos ou separados, mas referindo-se sempre à organização familiar, comunitária, associativa ou cooperativa é coerente. O que devemos evitar é separá-los por meio de falsas definições como incompleto, atrasado, superado, antigo etc. O campesinato vive o seu tempo e viveu todos os tempos: nas sociedades escravocratas, feudais, capitalistas e socialistas. É um sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo. Enquanto os sistemas querem destruir o campesinato, ele reage para se reproduzir com dignidade. Shanin (1983) chamou a atenção para esta classe social que incomoda a todos os sistemas porque não aceita ser cooptado. Assim como os povos indígenas,

os camponeses possuem suas próprias formas de organização e lutam contra o capital, porque a subalternidade é a única condição de existência desses povos na sociedade capitalista. Por causa da hegemonia capitalista, é nesta condição que os povos indígenas e camponeses vivem. E resistem. Todos os dias, em *nuestra América Latina* há conflitos entre organizações camponesas e indígenas contra o capital, manifestando a questão agrária.

Todavia, a negação da questão agrária pelas políticas de governo e por parte dos intelectuais vinculados ao paradigma do capitalismo agrário faz com que a subalternidade do campesinato ao capital seja vista como um fato natural. Esta postura dos governos amplia a desigualdade entre as agriculturas camponesa e capitalista, promovendo o agronegócio. Reconhecer o campesinato como um modelo estratégico de desenvolvimento da agricultura é necessário para superar o mito das *commodities* como condição para acabar com a fome. A seguir, apresentamos aportes da agricultura camponesa em treze países da América Latina (quadro 1) para analisarmos sua importância na produção de alimentos saudáveis e na geração de postos de trabalho que contribuem para o desenvolvimento local.

Observa-se que os camponeses guatemaltecos garantem 49% do valor da produção, ou seja, quase metade da produção agropecuária do país vem de unidades com área média de um hectare. No Panamá, onde a área média é de 4,1 hectares, o campesinato assegura 58,3 do valor da produção. Em Honduras, Nicarágua, El Salvador e Costa Rica, os números são respectivamente: 56,5; 49,3; 42,7 e 40,6, o que significa que nestes países o campesinato garante em média a metade do valor bruto produzido na agropecuária. É importante destacar que além da importância estratégica da agricultura camponesa ela não contém somente o valor da produção, mas também a produtividade.

Quadro 1 – Aportes da agricultura camponesa em treze países da América Latina

Importância da agricultura camponesa	Participação % no valor da produção	Participação % no oferecimento de emprego	N. de unidades territoriais da agricultura camponesa (x mil)	Participação % da agricultura camponesa no total das unidades territoriais	Área média das unidades territoriais da agricultura camponesa (ha)	Participação % das áreas das unidades territoriais da agricultura camponesa em relação ao total
Argentina	19.2	53.0	251.1	75.3	142.0	20.3
Brasil	38.0	77.0	4367.9	84.4	18.4	24.3
Chile	22.0	61.0	254.9	95.0	17.0	44.0
Colômbia	41.0	57.0	737.9	87.0	3.0	57.0
Equador	45.0	NI	739.9	88.0	7.0	41.0
Paraguai	NI	NI	264.8	91.4	7.4	6.3
Uruguai	NI	NI	32.6	57.2	77.2	15.4
Costa Rica	40.6	36.0	70.0	NI	NI	NI
El Salvador	42.7	51.0	230.0	NI	2.2	NI
Guatemala	49.0	63.0	1062.0	NI	1.0	NI
Honduras	56.5	76.0	484.0	NI	NI	NI
Nicarágua	49.3	65.0	334.0	NI	6.7	NI
Panamá	58.3	70.0	0 164	NI	4.1	NI

Fonte: Cepal – FAO – IICA. Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe. Santiago, 2013.

Brasil e Equador são os países onde a produtividade camponesa é mais alta. Relacionando a participação percentual das áreas das unidades territoriais da agricultura camponesa com a participação percentual no valor da produção, observa-se que a agricultura de base familiar no Brasil, embora controle somente 24,3% das propriedades agrícolas, produz 38% do valor da produção. Isso significa que o agronegócio ou agricultura capitalista controla 75,7% das terras e produz apenas 62% do valor da produção. Ainda é preciso dizer que a agricultura capitalista fica com 90% do crédito agrícola (Fernandes, 2012; 2013). Esses números são uma referência para compreender a desigualdade de renda entre agricultores camponeses

e capitalistas. No Equador, a produtividade camponesa também é maior que a capitalista. Os camponeses usam 41% das terras e asseguram 45% do valor da produção. Na Argentina e Chile, onde o avanço do agronegócio foi ainda mais devastador, a agricultura camponesa representa 19,2 e 22% do valor da produção. Uma análise desde o debate sobre agricultura camponesa e agricultura familiar na Argentina está em Hocsman (2010).

Dos países analisados, a Colômbia é o único onde os camponeses ou agricultores de base familiar utilizam uma área maior que a agricultura capitalista e são responsáveis por 41% do valor da produção e 57% no oferecimento de postos de trabalho. Aliás, com relação ao trabalho, somente a Costa Rica está abaixo dos 50%. O campesinato gera mais postos de trabalho que o agronegócio, promovendo as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

O DEBATE PARADIGMÁTICO

O quadro 1 revela algumas disparidades, como a concentração fundiária e de renda. Mas as desigualdades são maiores ainda quando analisamos o domínio de tecnologias, o acesso aos recursos públicos e aos mercados. Os monopólios em diferentes setores são os pilares da hegemonia do agronegócio no mundo.

Para compreender melhor as desigualdades entre a agricultura camponesa e agricultura capitalista é imprescindível analisar o debate paradigmático, pois é o gerador do pensamento e das políticas que promovem o desenvolvimento da agricultura. O ponto de partida é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defender nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, nossos paradigmas, nossas posições políticas, quanto de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. O debate é, portanto, uma disputa. Mesmo não tendo noção dos paradigmas

e suas tendências, os trabalhadores intelectuais transitam por esses territórios epistemológicos, onde a filosofia e a ciência se encontram (Japiassu, 1979). A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, percepção, linguagens, práticas etc. (Searle, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais, a ação prática é produtora de territórios materiais. Esta relação tempo-espço a partir das ações cognitivas e práticas criam a conexão entre o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato. Este processo é um movimento que possui direções expressando diferentes intencionalidades, como também é uma espécie de trilha entre o sujeito e o objeto (Santos, 1996, p. 74). Este processo-movimento-dirigido é a práxis (Vázquez, 2007), que ninguém pode evitar, pois qualquer ato é revelador de ação, tanto a proposição quanto a negação.

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que através de coletivos de pensamento se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, nem mesmo aquele que trabalha sozinho e muito menos os que trabalham para os governos. É através da práxis intelectual que utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros, ao adentrarmos nos territórios das teorias conduzidos pelo método. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas. Um exemplo que trabalhamos neste artigo são os conceitos de campesinato e agricultura familiar.

Lembrando da afirmação feita na introdução deste artigo, optamos pelo diálogo, para promover o debate para melhor compreensão das razões que levam a teoria e a política a promoverem diferentes modelos de desenvolvimento. Debater significa ter uma posição

definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias ou pensamentos-referência organizados em correntes teóricas, que são interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante deles.

A primeira vez que manifestamos nosso entendimento sobre o debate paradigmático na forma de texto foi em Carvalho (2005, p. 23-25) onde apresentamos as primeiras ideias de paradigmas. As teses recentes de Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2013) são contribuições fundamentais para o avanço desta iniciativa, inaugurada há quase uma década, com o objetivo de analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam um conjunto de constituintes como, por exemplo: elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar. Evidente que sempre respeitando a coerência e o rigor teórico-metodológico.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influência na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores,

culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Tomamos como ponto de partida dois paradigmas para representar as posturas das diversas instituições, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008; 2009). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a camponesista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

No Brasil, esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas

universidades, pelos governos, pelas empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são: a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre as universidades mais influentes, destacamos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A análise do debate paradigmático também contribui para uma postura crítica em relação às atitudes dos governos. A partir das políticas de governos, por meio de seus documentos, pode-se ler suas tendências políticas e formular proposições para mudá-las. O paradigma do capitalismo agrário é hegemônico e o da questão agrária tem conseguido apenas denunciar a hegemonia. Em alguns eventos, tenho sido questionado sobre por que dois paradigmas? Respondo que nos parâmetros de minhas análises ainda não encontrei referências suficientes que possibilitassem pensar um terceiro paradigma. Todavia, recentemente na América Latina tem surgido novo debate sobre *vivir bien* e *buen vivir*. Vários estudiosos estão apresentando suas primeiras análises e perguntando se não estaria nascendo um novo paradigma não capitalista e contra-hegemônico,

como são os trabalhos organizados em Farah e Vasapollo (2011) e Hidalgo e Fernandez (2012). Estas questões estão colocadas e estudos futuros com certeza contribuirão para se conhecer como acontecerá a superação da hegemonia.

A questão agrária de Kautsky (1986) é a principal obra teórica de referência e que inaugura o paradigma da questão agrária. Neste livro são analisados elementos como, por exemplo, a produção renda da terra, a concentração da renda e da terra, a industrialização da agricultura e o papel das ciências e da construção do conhecimento para a geração de tecnologias. Shanin (1983) e Shanin (1990); Houtart e Wen (2013) são referências do desenvolvimento do pensamento deste paradigma que mantém a questão da existência do campesinato como ponto central na luta contra o capitalismo para garantir sua existência. Na América Latina há inúmeros exemplos de trabalhos elaborados a partir do paradigma da questão agrária e uma referência pode ser vista na coletânea organizada por Fernandes (2008). Em sua obra, Kautsky discute o fim do campesinato como uma possibilidade frente ao processo de destruição do trabalho familiar e aumento do trabalho assalariado. O problema do fim do campesinato apontado por Kautsky, quando publicou seu livro em 1899, refere-se à destruição física de uma classe social, o campesinato, que se transforma em outra classe social com o assalariamento. Enquanto o camponês é subordinado formalmente através da renda capitalizada da terra, o assalariado é subordinado totalmente através do assalariamento.

A obra *O fim do campesinato*, de Mendras (1992), é a principal obra teórica de referência que estabelece o paradigma do capitalismo agrário. Neste livro, o autor analisa as mudanças que ocorreram pós-Segunda Guerra Mundial e destaca a intensificação da relação entre produtores familiares e as corporações capitalistas. Se para Kautsky esta relação provoca a destruição do campesinato, para Mendras ocorreu a eliminação de uma rela-

ção milenar em que o campesinato tradicional deixou de existir e cedeu lugar a um novo tipo de produtor familiar. Seguindo esta visão, os trabalhos de Lamarche (1993) e Lamarche (1998) analisaram o campesinato na França, Polônia, Canadá, Tunísia e Brasil e procuraram demonstrar as diferenças entre camponeses e agricultores familiares por meio do grau de relação com o capital. A tese de Abramovay (1992) estudou o desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência as realidades de países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos onde se realizam relações mercantis. Essas estruturas destruiriam a personalização dos laços sociais, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (Abramovay, 1992, p. 117). Segundo o autor, a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apoiam os mercados incompletos. “O capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (Abramovay, 1992, p. 125 e 129).

Todavia, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo aconteceria um processo de integração plena. Com base na realidade dos camponeses do Sul do Brasil, Abramovay afirma:

(...) integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a

eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social. (...) O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (...) Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (Abramovay, 1992, p. 126-127).

Esta é uma diferença importante. Enquanto para o paradigma da questão agrária, a diferenciação gera a subalternidade e a destruição do campesinato no capitalismo, para o paradigma do capitalismo agrário, a diferenciação produz uma metamorfose em que o camponês ao se integrar ao mercado capitalista transforma-se em agricultora familiar. Se para o paradigma da questão agrária a relação do campesinato com o capitalismo pode gerar a morte do camponês, para o paradigma do capitalismo agrário esta relação pode salvá-lo. Para o paradigma do capitalismo agrário a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, porque depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo. Segundo Abramovay (1992) em um determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquila um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma metamorfose e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em agricultor familiar. A integração plena a um mercado completo, que possui fisionomia impessoal, define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da questão agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do capitalismo agrário o camponês

é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação.

O paradigma do capitalismo agrário tem determinado as políticas de governos que procuram atender uma parte dos camponeses ou agricultores familiares que estão integrados ou subordinados ao modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura.

A Organização das Nações Unidas declarou 2014 o ano da agricultura familiar. Esta será mais uma oportunidade para debatermos se há de fato diferenças entre agricultura familiar e agricultura camponesa e compreender as suas intencionalidades.

AGRICULTURA CAMPONESA/AGRICULTURA FAMILIAR

Foi na conjuntura neoliberal dos anos 1990 que surgiu, no Brasil, o conceito de agricultura familiar como moderno em oposição ao conceito de camponês como atrasado como pode ser analisado nas obras de Abramovay (1992); Lamarche (1993) e Lamarche (1998). Esta é uma das fortes expressões do debate paradigmático por refletir a leitura sobre o sujeito, redefinindo categorias de análise. Depois da controvertida morte física do campesinato pela vertente proletarista nos estudos do paradigma da questão agrária, surgiu a vertente da agricultura familiar nos estudos do paradigma do capitalismo agrário com a morte ideológica do camponês. O surgimento do conceito de agricultura familiar impactou a realidade de forma ostensiva, criando políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) e um movimento socioterritorial nacional: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Outros dois fatos que corroboram a ofensiva deste conceito são: 1) a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, e 2) o Censo Agropecuário 2006 que, pela primeira vez, publicou uma edição especial destacando a produção da agricultura

familiar brasileira em relação à produção não familiar (agronegócio). Mas esta separação da produção não significou um entendimento das diferenças das relações sociais familiares (não capitalistas) e capitalistas. Para os coletivos de pensamento do paradigma do capitalismo agrário, a agricultura familiar é parte do agronegócio.

A dicotomia entre o conceito de agricultura familiar como moderno e o conceito de camponês como atrasado ainda é muito forte no imaginário acadêmico e social. Quantas vezes ouvi em eventos científicos que o conceito de camponês estava ultrapassado e que o conceito de agricultura familiar era o mais adequado. Muitos faziam e fazem esta afirmação apenas porque leram alguma referência do paradigma do capitalismo agrário, mas sem se perguntar qual a razão dessas ideias. Com o objetivo de superar esta dicotomia, começamos a trabalhar sobre este tema na segunda metade da década de 1990 e os resultados primários de nossas primeiras reflexões estão publicados em Fernandes (2001).

O pensamento que separa o campesinato da agricultura familiar ignora as lutas camponesas de resistência ao capital e defendem a “integração” da agricultura familiar ao agronegócio. Não se encontra nos textos da tendência da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário nenhum estudo sobre a resistência camponesa, nem mesmo quando estes se referem ao campesinato, pois a destruição do campesinato ou sua metamorfose em agricultor familiar é compreendida como única possibilidade.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar surgiu na mesma época em que nasceram a Via Campesina e os movimentos camponeses que se articularam nela, como o MST, MPA e MAB, que não adotaram o conceito de agricultura familiar em seus documentos, enquanto que outros movimentos camponeses como a Contag e a Fetraf o adotaram. Outras organizações passaram a utilizar o termo agricultura familiar camponesa, como a Comissão Pastoral da Terra. Martins (1981, p. 21-22), no clássico *Os camponeses e a*

política no Brasil afirma que a palavra campesinato é “importação política”, dá exemplos de denominações próprias como caipira, caiçara, caboclo entre outros para concluir que camponês e latifundiário não são meras palavras e que explicitam confrontos entre classes sociais. Vinte anos depois, Martins (2000, p. 45) escreveu que quando se refere ao campesinato, está pensando no agricultor familiar. Também em Martins (1981, p. 117), o autor afirma que “já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”. Todavia, em Martins (2000) ou em suas obras mais recentes, esta leitura não comparece. Estas mudanças podem ser melhor compreendidas na faixa de sobreposição do debate paradigmático, em que a tendência agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário e a tendência campesinista do paradigma da questão agrária se encontram.

Campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista. A importância desta discussão pode ser destacada no debate promovido pelo MPA com vários intelectuais do paradigma da questão agrária, que resultou no livro *O campesinato no século XXI* (Carvalho, 2005). Este trabalho foi ampliado com a elaboração do projeto *História Social do Campesinato*, numa atividade conjunta com a Via Campesina, que resultou em uma coleção de nove volumes, coordenada por Horacio Martins de Carvalho, Márcia Motta e Paulo Zarth. Esta coleção procurou recuperar a memória da história camponesa, num momento em que se tentou aniquilar o conceito. Na apresentação do primeiro volume há uma ampla reflexão sobre como os estudiosos entendem o campesinato e é um excelente exemplo para o debate paradigmático. Esta discussão não é exclusiva do Brasil, há outros esforços sobre a conceitualização e reconceitualização

de campesinato, como o livro *Defining Peasants* (Shanin, 1990) e *Reconceptualizing the Peasantry* (Kearney, 1996). Também, pode-se encontrar vários estudos sobre o campesinato no mundo no *Journal of Peasant Studies* e até mesmo na América Latina, em que políticas governamentais utilizam cada vez mais o conceito de agricultura familiar, colocando o conceito de campesino em segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e camponesa tem um papel importante no debate paradigmático porque reflete sobre as possibilidades de existência do campesinato e sua importância para a soberania alimentar. Traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições sobre o modelo de desenvolvimento que defendem. Este tema está associado ao debate sobre desenvolvimento territorial e conflitualidades, onde se pensa quais os caminhos do campesinato na hegemonia do agronegócio. A agricultura familiar é vista como parte dos sistemas agrícola e pecuário do complexo de sistemas do agronegócio, onde sua relação sempre é subordinada, embora seja chamada de integração. A questão que o debate coloca é: a agricultura camponesa pode se desenvolver na luta contra o capital, a partir de seu próprio modelo de desenvolvimento, aprimorar seu conjunto de sistema a partir de sua lógica produtiva ou somente de forma subordinada ao capital. Evidente que se a condição de enfrentamento for ampliada, as relações de subalternidade ainda continuarão e por esta razão o conceito de conflitualidade é importante para entender as disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento. A produção de alimentos não pode ser monopólio do agronegócio. O direito à comida e o direito de produzir alimentos está entre as principais lutas contra a hegemonia do agronegócio.

Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa

contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é de enfraquecimento político na luta de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismoagrário em questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Editora da Unicamp, 1992.
- CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente, 2012.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. Paradigmas em disputas na educação do campo. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente, 2013.
- CARVALHO, Horacio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CEPAL – FAO – IICA. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe*. Santiago, 2013.
- FARAH, Ivonne. Vasapollo, Luciano. *Vivir bien: paradigma no capitalista?* La Paz: Cides-Umsa, 2011.
- FELÍCIO, Munir Jorge. Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (Livre-Docência em Geografia). Unesp, 2013. Presidente Prudente, v. 1. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Território, teoria y política, in: MEDINA, Juan Guillermo Ferro; VELÁSQUEZ, Fábio Lozano (orgs.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, p. 35-66.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. *Espaço e Geografia*, v. 4, p. 7-24, 2001.

- FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- HIDALGO FLOR, Francisco. Fernandez, Alvaro Marquez. *Contrahegemonia y buen vivir*. Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia – Venezuela, 2012.
- HOCSMAN, Luis Daniel. *Campesinado y agricultura familiar: aportes para un debate ausente en el desarrollo rural en Argentina*. Trabalho apresentado na reunião do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Territorial na América Latina. Xochimilco, 2010.
- HOUTART, Francois; WEN, Tiejun. *Pesant's agriculture in Asia*. Ruth Casa Editorial/Clacso. Colección Sur-Sur. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20130705102154/PeasantsAgricultureinAsia.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the peasantry*. Colorado: Westview Press, 1996.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAMARCHE, Hugues (org.) *A agricultura familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LAMARCHE, Hugues (org.) *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. Paris: Sedeis, 1967; rédition, Arles, Actes Sud, coll. “Babel”, 1992.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 18
- SHANIN, Teodor. *Defining peasants*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- SHANIN, Teodor. *La clase incómoda. Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rusia 1910-1025)*. Madri: Alianza Editorial, 1983.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires/São Paulo: Clacso/ Editora Expressão Popular, 2007.

A LONGA MARCHA DO CAMPESINATO BRASILEIRO: MOVIMENTOS SOCIAIS, CONFLITOS E REFORMA AGRÁRIA

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

*A bandeira vermelha se moveu / É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois / Puxe a faca desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar / Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar / Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois / É o povo tomando posição
É o povo tomando direção.¹*

OS PRINCÍPIOS E OS PRESSUPOSTOS

A história que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por conseqüência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno.

Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultanea-

¹ Sem-Terra, Zé Ramalho, CD *Eu sou todo nós*, Rio de Janeiro, EMI, 1998.

mente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Outro pressuposto teórico importante a ser ressaltado inicialmente, refere-se ao caráter rentista do capitalismo no Brasil.² Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo golpe militar de 1964, de João Goulart, os militares procuraram ressoldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votou a legislação sobre a reforma agrária.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos

² Martins, J. S., em suas obras *O cativo da terra* e *O Poder do atraso*, ambas editadas em São Paulo, pela Hucitec, desenvolve esta concepção que tomo como referência.

tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam),³ citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escavidão branca”. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país.

No Brasil, esta aliança fez com que, em vez de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra. Foi em decorrência desta mesma aliança que, na Assembleia Constituinte de 1988, o único capítulo da Constituição a ter recebido praticamente a unanimidade dos votos dos representantes dessas elites, foi aquele sobre a reforma agrária. Ressalte-se que tal comportamento não ocorreu com relação a outros capítulos da Constituição brasileira. Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no

³ Órgão ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional.

verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo Estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo Estado.

Os dados referentes a 1992, divulgados pelo Incra,⁴ mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Estudos realizados revelam que se o Incra aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O *Atlas fundiário brasileiro*, publicado pelo Incra, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não produtiva e apenas 28,3% como produtiva. Estas informações revelam, pois, a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não produtivos. Inclusive na prática, o único compromisso social que os latifundiários deveriam ter seria o pagamento do imposto territorial rural (ITR), mas não é o que ocorre. Os dados divulgados pela Receita Federal, referentes a 1994, mostram que entre os proprietários dos imóveis de mil a cinco mil hectares, 59% sonegaram este imposto e entre os proprietários dos imóveis acima de cinco mil hectares, esta sonegação chegou a 87%.

⁴ *Atlas fundiário brasileiro*. Brasília, Incra, 1996.

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. Os dados disponíveis revelam que há no Brasil mais de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase sete milhões de famílias (18% do total) são classificadas como indigentes, e mais 38% delas, ou seja, mais 14 milhões, como pobres. A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terá condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.

A migração tem sido, dessa forma, uma das principais características da população brasileira. O quadro geral tem revelado, contrariando muitas interpretações, que a população rural cresceu em termos absolutos e totais até 1970, quando chegou a pouco mais de 41 milhões de pessoas. Registrada nos censos demográficos posteriores, houve queda que fez com que ela chegasse a 38,5 milhões, em 1980; 35,8 milhões, em 1991; 33,9 milhões, em 1996; 31,8 milhões, no ano 2000. Ainda na contramão de muitas interpretações, os censos demográficos de 1996 e 2000 continuam revelando, em vários municípios, o crescimento absoluto da população rural. Este

fato não acontece apenas nas regiões de fronteira, mas também na área *core* do capitalismo moderno brasileiro, como é o caso do Estado de São Paulo. Muitas vezes, os novos assentamentos rurais derivados da reforma agrária estão na origem desse processo.

Movendo-se pelo país numa verdadeira aventura retirante, como tem afirmado D. Pedro Casaldáliga, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo. Os dados disponíveis do censo agropecuário do IBGE revelam sua situação geral e importância na atualidade. Os estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares cresceram de 1940 (1.629.995) até 1985 (5.252.265), porém conheceram uma redução no censo de 1995-1996 (4.318.861). Contraditoriamente, esta redução não ocorreu apenas pela crise vivida pela agricultura brasileira na década de 1990, mas sobretudo pelos processos derivados do crescimento da luta pela terra. Assim, se verificarmos os dados sobre a condição do produtor, notaremos uma queda nos estabelecimentos comandados pelos arrendatários, parceiros e posseiros que responderam por mais de 87% desta queda. Tal fato revela que a pressão social exercida pelos movimentos sociais em luta pela reforma agrária tem levado os proprietários a não mais ceder suas terras aos arrendatários, parceiros ou posseiros. Entretanto, é fato notório que o número dos estabelecimentos controlados pelos proprietários também caiu 3% entre 1985 e 1995-1996, mostrando que mesmo com assentamentos de reforma agrária, do ponto de vista geral, continua o processo de concentração fundiária e de migração campo cidade no Brasil.

Nos 4,3 milhões de estabelecimentos com área de até 100 hectares, havia em 1995-1996, cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, ou seja, o trabalho assalariado representava apenas os 12% restantes. Uma realidade oposta e contrastante com a dos estabelecimentos de mais de mil hectares, onde o trabalho assalariado representava 81%. No Brasil do século XX, esta combinação estrutural marcou o campo brasileiro: nas uni-

dades camponesas, predomínio do trabalho familiar; nas unidades capitalistas, a presença dominante do trabalho assalariado. Ocupando uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país) a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. O acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas 5% tem acesso ao mesmo, ficando com apenas 30% do total.

Quanto à tecnologia, o quadro não é diferente, pois apenas 10% possuem trator, 38% utilizam fertilizantes e 1% tem máquinas colheitadeiras. Entretanto, o uso de agrotóxicos já chegou a mais de 60% dos estabelecimentos. Mesmo assim, esses teimosos camponeses são responsáveis por mais de 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, agave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, café, caju, coco, guaraná, pimentado-reino, uva e a maioria absoluta dos hortigranjeiros. Produzem, também, mais de 50% do rebanho suíno, das aves, dos ovos e do leite. Os médios estabelecimentos (cem a mil ha) e os grandes (mais de mil ha), ainda que ocupando 283 milhões de hectares (82% do total), respondem por mais de 50% apenas no volume da produção de algodão em caroço herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, chá-da-Índia, laranja, maçã e mamão. A mesma realidade aparece nos dados referentes ao valor da produção agropecuária, pois as unidades com área de até cem ha produziram 46,5% do total, ou seja, 18% da área agrícola gera quase a metade da riqueza oriunda do campo. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de mil ha produziram apenas 21,2% do valor de produção, embora ocupem 45% da área total.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma

classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social.

Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

UMA HISTÓRIA DE LUTAS E DE VIOLÊNCIA

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas. Como já mencionado em outro trabalho,⁵ esta luta entre as nações indígenas e a sociedade capitalista europeia, anteriormente, e de características nacionais *versus* internacional, na atualidade, nunca cessou na história do Brasil. Os indígenas, acudados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade

⁵ Oliveira, A. U. *A geografia das lutas no campo*. 10ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.

brasileira capitalista, mundializada, insiste na sua capitulação. As “reservas” indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas, porém, e muitas vezes desrespeitadas.

Simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial. Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Hoje, tardiamente, a sociedade brasileira começa a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos à terra.

Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores.

Nos anos 1950 e 1960, as Ligas Camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de reforma agrária, criando a Supra. Entretanto, a violência do golpe civil-militar de 1964 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a Supra e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma

Agrária (Ibra), mas reforma agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964.

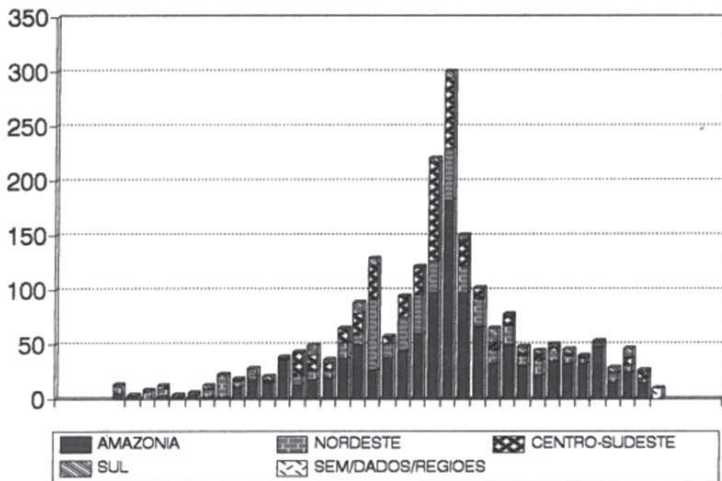
Dessa forma, violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil. Os dados expressos no gráfico, sobre o número de mortos em conflitos no campo, mostram que essa violência parece não ter fim. No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreu na região Nordeste,⁶ na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972 foi na Amazônia⁷ que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora continuassem presentes também no Nordeste e no Centro-Sudeste.⁸ A década de 1970 foi marcada, sobretudo, pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à reforma agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região.

⁶ A região Nordeste, aqui considerada, não inclui o Maranhão em decorrência de sua inclusão na Amazônia. Trata-se da necessidade de uma nova discussão sobre a divisão regional do Brasil.

⁷ A Amazônia, neste trabalho, congrega os Estados que compõem a Amazônia Legal, ou seja, todos os da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso.

⁸ A região Centro-Sudeste é formada pelos Estados da região Sudeste mais Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Não trabalho, portanto, com a região Centro-Oeste, em decorrência de sua quase impossível caracterização geográfica. A região Sul segue com os seus três Estados tradicionais.

Gráfico 1 – Brasil – Mortos em conflitos no campo 1964-2000



Os Estados que receberam projetos de colonização pública foram Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, em parte, Mato Grosso, que se caracterizou pela presença da colonização privada. Dessa forma, índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir personagens dos conflitos. Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não.

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 1980, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda

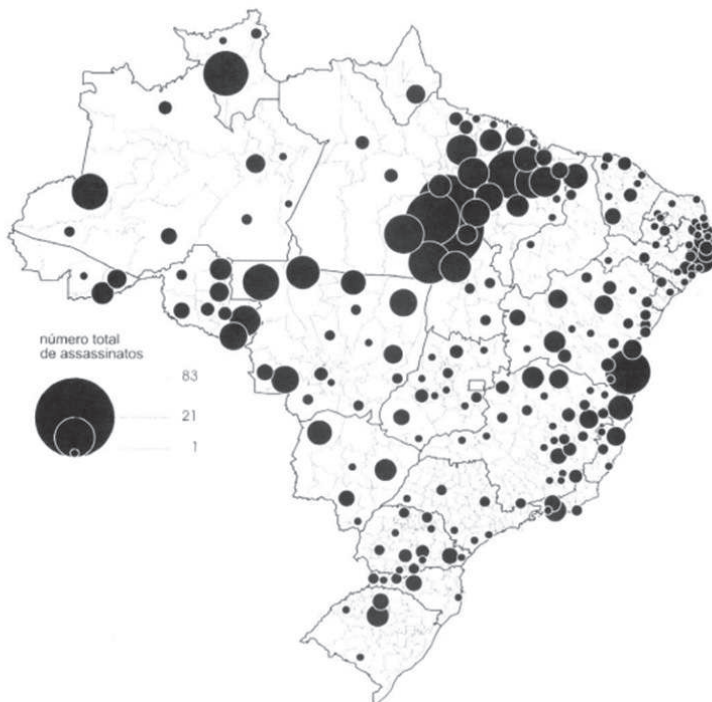
abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: *Terra de Deus, terra de irmãos*. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra.

O Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contrar-reforma; como escreveu Octavio Ianni, após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma agrária. Foi a “Nova República” que se incumbiu dessa missão histórica, sem entretanto obter o apoio de sua base aliada no PMDB, no PFL, e dos latifundiários; enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia de ser superado o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e, agora, territorializado.

A estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da reforma agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra. O mapa 1 traz dados sobre as vítimas fatais de conflitos

ocorridos no campo entre 1985-1996,⁹ revelando a concentração territorial da violência no campo, particularmente na região do “Bico do Papagaio” nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, e também, na Zona da Mata nordestina.

Mapa 1 – Brasil – vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT

Entretanto, se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte. O Movimento dos Trabalhadores Rurais

⁹ Albuquerque, David M. A.; Waniez P. e Brustlein, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. IEA-USP, *Estudos Avançados* 31, v. 11, p. 62, set./dez. 1997.

Sem Terra (MST) é produto dessa contradição. Como afirmei em meu livro *A geografia das lutas no campo*, a negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam.

Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para a sua industrialização estão lançadas. E o que todos assistem é o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. A ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese desse processo violento. Se a abertura da posse pelo posseiro deriva da negação consciente à proletarização, a colonização tem sido a válvula de escape das pressões que a concentração e o remembramento

da terra trazem consigo, mas a realidade da floresta amazônica e a falta de políticas públicas de fixação do homem à terra geram o retorno. Os colonos retornados foram estudados por José Vicente Tavares dos Santos. A pressão que o capital exerce em um lugar, não é a mesma em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um movimento camponês que faz a travessia do terceiro milênio.

“QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER”¹⁰

Está é a razão principal quanto à necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, no interior da qual, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

¹⁰ Verso de Geraldo Vandré na música *Caminhando* ou *Para não dizer que não falei de flores*.

Assim, essa luta contraditória não excluiu nem mesmo o interior do Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Por isso mesmo é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo e da cidade passaram a negar tal condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho, reconquistada, agora, nas experiências coletivas ensaiadas pelos campos conquistados na luta.

As transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e sua componente contemporânea: a luta pela Reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.

Como já mencionei em “MST: terra, sobrevivência e inclusão social”¹¹, é no interior destes processos de luta pela terra que nasceu o MST. Mas, é importante frisar que o MST não foi o único movimento social na história do Brasil, e ele não é na atualidade, o único no campo brasileiro, ressaltando-se que há nele – no campo brasileiro – um grande número de movimentos de luta. Bastaria lembrar, a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros ocorrendo em vários pontos do país; a luta dos peões contra a peonagem (“escravidão branca”). Este processo ocorre na Amazônia, sobretudo nas grandes fazendas, mas também nas áreas de reflorestamento do Centro-Sudeste brasileiro. Há ainda a luta dos camponeses contra

¹¹ MST: terra, sobrevivência e inclusão social, em Milton Santos, *Cidadania e globalização*. São Paulo: Saraiva, 2000.

as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Destaca-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasceu exatamente deste processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações e, particularmente, contra o valor irrisório para a sua remuneração. Há o movimento dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola; dos produtores de fumo, que se unem e se rebelam contra esta subordinação, a qual os torna reféns destas indústrias que adquirem suas matérias-primas; os movimentos dos brasiguaios e dos brasileiros, ressaltando-se que mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai e mais de 40 mil na Bolívia. Parte destes brasileiros – os brasiguaios sobretudo – alinham-se e articulam-se com o MST no Mato Grosso do Sul e já há, inclusive, acampamentos e assentamentos produtos desta articulação. Destaca-se também o movimento dos boias-frias, que praticaram no interior do Estado de São Paulo greves e lutas por melhores condições de trabalho; ainda, a recente filiação da Contag à CUT e a realização, por estes setores, do Movimento Grito da Terra Brasil, além de os seringueiros na Amazônia e as suas lutas pelas demarcações das reservas extrativistas.

O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. É aquele que está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro. O MST, por isso mesmo, é um movimento social jovem, que nasceu no início dos anos 1980 e tem como binômio de ação a lógica: acampamento-assentamento. Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender este processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância

à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos. Esta prática, infelizmente, não ocorre nos partidos políticos, não ocorre em setores do movimento sindical.

O MST, com esta componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não cumprimento pelo Estado da lei da reforma agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 1980, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-1983). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o 1º Plano Nacional de reforma agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem reforma agrária não há democracia* (1985) e *Reforma agrária já* (1985-1986). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-1987) e, por ocasião da Constituinte, *Reforma agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar, resistir, produzir* (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político.

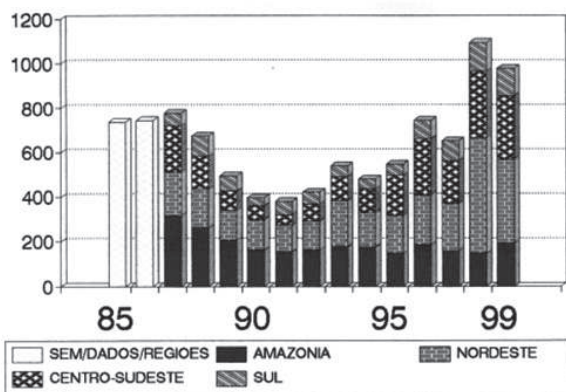
Na década de 1990, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: *Reforma agrária: essa luta é nossa* (1990-1991) e *MST, agora é prá valer* (1992-1993). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: *Reforma agrária: uma luta de todos!* (1995). A mudança nas palavras de ordem representa a mudança da estratégia política do Movimento. *Reforma agrária: uma luta de todos!*, particularmente, tem um significado político importante. Tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo. Este foi um período, como se verá ainda neste texto, de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. No ano 2000 o lema passou a ser *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem de cumprir sua função social.

OS CONFLITOS E AS OCUPAÇÕES DE TERRA

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra. O gráfico 2, referente à evolução do número de conflitos no campo brasileiro entre 1985 e 1999, indica três períodos distintos. O primeiro representado pelo segundo quinquênio da década de 1980, mostra um pico em 1988 quando os conflitos estavam generalizados por todas as regiões brasileiras. O final deste quinquênio indica uma redução das ações dos movimentos, talvez motivada pela possibilidade histórica não realizada da vitória de Lula e do PT nas primeiras eleições presidenciais livres pós-governos militares. O segundo período coincide com o primeiro

quinquênio da década de 1990, quando o número de conflitos ficou reduzido à metade do período anterior, revelando mudança nas estratégias de lutas e a necessidade do reacúmulo de forças. Manteve-se o número de conflitos na Amazônia, e começaram a crescer, em termos relativos, os conflitos nas três outras regiões: Nordeste, Centro-Sudeste e Sul. O terceiro período se refere ao segundo quinquênio da década de 1990, coincidindo com o governo Fernando Henrique Cardoso, quando apresentou novo crescimento dos conflitos, alcançando um patamar superior àquele da década de 1980. O ano de 1998 registrou mais de mil conflitos espalhados por todo o país. Apresentou também, aumento na ocorrência de conflitos nas regiões de ocupação tradicional: Nordeste e Centro-Sudeste. Alguns Estados apareceram como concentradores destes conflitos, como o caso do Paraná na região Sul; Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, no Centro-Sudeste; Pernambuco, no Nordeste; Pará e Mato Grosso, na Amazônia.

Gráfico 2 – Brasil – Conflitos no campo 1985-1999 (número total)

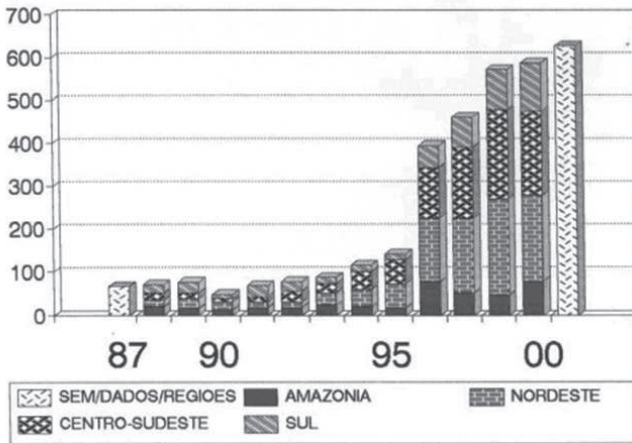


Fonte: CPT. Org.: Oliveira, A. U.

Entretanto, a resposta do governo Fernando Henrique ao incremento dos conflitos foi o aumento da repressão policial. Este governo entra para a história marcado por um tipo de violência que não ocorrera ainda de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra foram as forças policiais dos Estados. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldam.

Não há dúvida de que a estratégia da ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra. A análise do gráfico 3, relativo ao número total das ocupações de terra pelos movimentos sociais, aponta o segundo quinquênio da década de 1990, ou seja, o período do governo FHC, como marcado por ocupações de terras, particularmente em duas regiões: o Nordeste e o Centro-Sudeste, concentradas em áreas dos Estados do Pará (Sudeste), Pernambuco (Zona da Mata), Mato Grosso do Sul (Sul do Estado), São Paulo (Oeste), Paraná e Rio Grande do Sul.

Gráfico 3 – Brasil – Ocupações de terra 1987-2000 (número total e participação regional)



Fonte: CPT. Org.: Oliveira, A. U.

O ESTADO BRASILEIRO E A REFORMA AGRÁRIA ATÉ 1994

Como já referido neste texto e em outro trabalho,¹² a terra, na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado implemente qualquer política de reforma agrária no Brasil. Analisando-se as políticas do Estado brasileiro e as possibilidades e/ou tentativas de reforma agrária, encontra-se um quadro bastante interessante. Tomando-se a década de 1960 como recorte histórico, verifica-se que naquela época o campo estava sacudido pelas Ligas Camponesas. O governo João Goulart,

¹² Reforma agrária e cidadania, em Milton Santos, *Cidadania e globalização*, *op. cit.*

pressionado politicamente, criou a Supra, iniciou um processo de reforma agrária, um dos motivos de ter sido derrubado em abril de 1964. O governo Castelo Branco – e seu ministro do Planejamento, Roberto Campos – sancionou o Estatuto de Terra, o instrumento legal da reforma agrária no Brasil. Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares.

Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, o governo da Nova República aceitou a elaboração do 1º PNRA. Durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, inclusive, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da reforma agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da reforma agrária.

O 1º PNRA, anunciado em um congresso de trabalhadores rurais, deu início à movimentação contrária dos setores ruralistas que faziam parte do governo da Nova República visando a impedir sua implantação. A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que praticamente “militarizou” os latifundiários visando frear a implantação do plano. Como consequência, houve uma sucessão de ministros no Ministério da Reforma Agrária, que culminou com a morte de Marcos Freire, e de toda a alta cúpula do Incra, no episódio do Aeroporto de Carajás no Sudeste do Pará, quando o avião em que estavam caiu.

Jader Barbalho, então governador do Pará – Estado que tem o maior número de assassinatos no campo neste país, a maioria absoluta, impune – assumiu o Mirad e, ato contínuo, extinguiu

o Incra. A seguir instituiu o Inter, extinguindo o Mirad e o Inter, recriando o Incra. Ou seja, desarticulou a organização mínima que havia sido montada para a implantação do Plano. No final do governo Sarney, os resultados do 1º PNRA foram os seguintes: apenas 8% das terras previstas foram desapropriadas, e 10% das famílias assentadas. Assim, o sonho de 1,4 milhões de famílias assentadas, que havia sido anunciado em 1985, ficou reduzido a pouco mais de 140 mil.

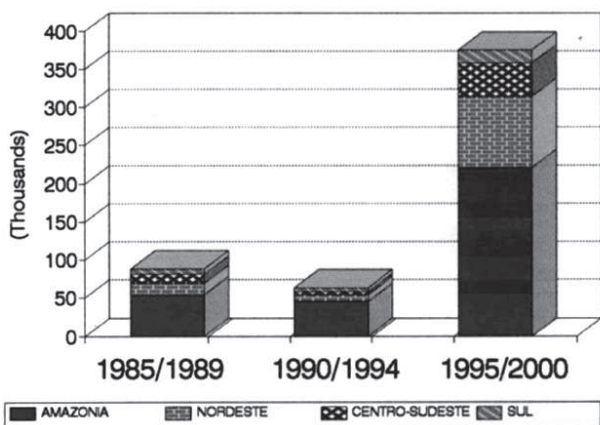
No governo Collor, a UDR praticamente assumiu o controle da reforma agrária no Brasil. O ministro Antonio Cabrera Mano assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da reforma agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou, pois ele era vice de Collor. Até 1994, o resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou uma política de acesso à terra aos camponeses.

O GOVERNO FHC E A REFORMA AGRÁRIA

Comparando-se o governo de Fernando Henrique Cardoso com os anteriores (Sarney, e Collor/Itamar) verifica-se, pelos dados divulgados pelo Incra, que em seis anos foram assentadas 373.210 famílias em 3.505 assentamentos rurais. Entre estes assentamentos incluem-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária. A pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a reforma agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é

a necessidade de resposta à pressão social. No gráfico 4 é mostrada a participação substantiva do governo FHC em implantar assentamentos rurais. Mas, o que chama a atenção no gráfico é a participação expressiva da região amazônica no conjunto dos assentamentos: 223.368 famílias ou quase 60% do total. Se observarmos o número de ocupações de terra naquela região, ele representa pouco mais de 10% do total. Enquanto isso, a maior parte dos acampados das regiões tradicionais continua aguardando a reforma agrária chegar. Atualmente são estimados em cerca de 100 mil acampados.

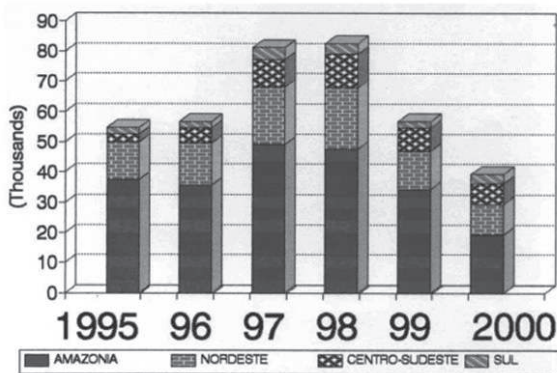
Gráfico 4 – Brasil – Assentamentos rurais 1985-2000 (número de famílias)



Fonte: CPT. Org.: Oliveira, A. U.

Analisando-se o gráfico 5, referente aos assentamentos ano a ano entre 1995 e 2000, verifica-se que há um crescimento no número de famílias assentadas até 1998, quando se chegou a pouco mais de 83 mil, com redução significativa em 1999 (assentou-se pouco mais de 57 mil famílias) e 2000 (com o assentamento de apenas 39 mil famílias). Há, portanto, segundo os dados do Incra até 2000, uma política declarada de redução dos assentamentos pelo governo FHC.

Gráfico 5 – Brasil – Assentamentos rurais 1995-2000 (número de famílias)



Fonte: CPT. Org.: Oliveira, A. U.

Analisando-se os dados gerais referentes aos assentamentos de reforma agrária divulgados pelo Incra (tabela 1), constata-se que o total chegou a 490 mil famílias, assim distribuídas: 62% na região amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul.

Dessa forma, a política de reforma agrária do governo FHC vem passando por momentos históricos e estratégias diferenciadas. Enquanto a política do MST era a de colocar a nu a terra improdutiva e a grilagem de terra pelos latifundiários, a resposta foi a violência policial ou a criminalização das lideranças. São os casos do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, do massacre de Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará.

Tabela 1 – Brasil – Projetos de Reforma Agrária até 2000

Região/ UF	Número de Projetos	Capac. Famílias	Área (ha)
AC	58	11.369	783.325
AM	30	16.471	1.391.348
AP	27	8.918	1.353.607
PA	382	100.035	5.649.999
RO	81	21.327	981.743
RR	29	13.723	958.185
TO	183	15.885	698.652
MA	428	62.593	1.984.228
MT	273	56.436	3.630.310
Amazônia	1.491	306.757	17.431.396
AL	40	4.223	31.336
BA	308	30.773	997.393
CE	467	22.218	768.658
PB	146	9.309	158.978
PE	186	11.770	158.418
PI	134	12.898	498.820
RN	190	13.821	344.525
SE	72	4.543	67.171
Nordeste	1.543	109.555	3.025.299
ES	34	2.396	23.120
MG	196	12.625	508.539
RJ	18	2.493	31.231
SP	134	8.931	204.882
GO	174	13.457	524.705
MS	80	11.257	306.353
Centro/Sudeste	636	51.159	1.598.831
PR	246	12.467	264.041
RS	127	5.746	133.144
SC	266	4.654	75.835
Sul	639	22.867	473.020
Brasil	4.309	490.338	22.528.546

Fonte: CPT. Org.: Oliveira, A. U.

No Pontal, desde 1957, o Estado sabe que os fazendeiros estão ocupando ilegalmente aquelas terras. Ou seja, mais de um milhão de hectares de terras deveriam voltar ao controle do Estado, e isto só vem ocorrendo lentamente. Dessa forma, está-se vivendo uma situação toda peculiar, porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está no caso do Pontal (SP), em Corumbiara (RO) e em Eldorado do Carajás (PA), fazendo emergir uma nova componente política na luta pela terra, que é a denúncia da grilagem pelos latifundiários. Em Corumbiara foi assim: as terras do fazendeiro que se dizia proprietário já deveriam ter sido retomadas

pelo Estado porque ele não cumpriu o que a lei, que permitiu o acesso àquela terra, instituía. Em Eldorado do Carajás ocorreu o mesmo: o fazendeiro que se dizia proprietário da fazenda Macaxeira, na realidade tinha uma autorização para explorar castanha, mas não o título de propriedade da terra. Assim, o MST traz à tona esta nova discussão, e é evidente que neste momento questiona na raiz o pacto das elites sobre a terra e, particularmente, a sua base jurídica. Como contraponto, o Estado busca a criminalização das lideranças do MST. Esta é, pois, uma primeira estratégia política do governo FHC para fazer frente aos movimentos sociais.

A segunda estratégia são as mudanças legais que vêm sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Primeiro fez-se a securitização das dívidas dos ruralistas, depois criou-se o ITR progressivo, mas até hoje nada se sabe sobre sua implantação. Posteriormente criou-se o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra visando a implantar uma autêntica reforma agrária de mercado, como gostam de afirmar as lideranças dos movimentos sociais. Por fim, mais duas medidas coercitivas: a MP 2109, que proíbe a vistoria por dois anos em imóveis ocupados (155 imóveis estão nessa condição) e a Portaria MDA n. 62 de 27/3/2001, que exclui os assentados da reforma agrária devido “a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. A última medida foi a inscrição para assentamentos da reforma agrária pelo correio, veiculada com propaganda televisiva e impressa afirmando que a “porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”.

Outra estratégia política para fazer frente à pressão social por assentamentos está no estímulo à criação de novos movimentos sociais que não adotam a tática da ocupação como estratégia de luta. Adotam, estes novos movimentos, a tática exclusiva da chamada negociação. Várias centrais sindicais simpáticas ao governo FHC estão envolvidas nestas ações de criação de novos movimentos sociais, visando a enfraquecer a base social do MST.

Uma quarta estratégia que vem sendo colocada em prática pelo MDA é a realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão agrária, para auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo e, principalmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos e seus intelectuais orgânicos. O MDA criou, inclusive, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), para alimentar estudos e ações voltados para a chamada agricultura familiar.

Entretanto, a quinta ação é aquela que tem sido marcada por lances espetaculares, de acordo com a chamada sociedade do espetáculo. A ação, na mídia, vem mobilizando o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens procurando impingir caráter satânico às lideranças do MST, contrapropaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas, formação de equipes de jornalistas, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via internet etc. Estas ações geram na mídia um conjunto significativo de notícias que objetivam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília. Certamente, deve-se a esta ação o fato de a mídia nada ter noticiado sobre a queda expressiva, desde 1998, do número de famílias assentadas. Embora a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASI), tenha divulgado, no início do mês de agosto, dados provando a redução.¹³

O FUTURO ... NO NOVO SÉCULO XXI

A história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta. Por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, o movimento da cidade para o campo contradiz o movimento geral

¹³ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, ano XIX, n. 213, p. 14, ago. 2001.

da marcha do campo para a cidade, mas é também um movimento que busca a construção de uma nova sociedade. Nos assentamentos procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual. Os problemas são muitos e vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à imposição stalinista e à não compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e da liberdade do trabalho. Mas, são esses sem terra, agora no seio do Movimento dos Sem Terra, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos. O MST é praticamente, neste ano 2001, a única força social de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, por isso a campanha para tentar destruí-lo.

Mas, mesmo assim, a história tem sido implacável com aqueles que tentam ignorá-la. No Brasil, é quase consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela reforma agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a reforma agrária é também econômica, porque certamente levará ao aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A reforma agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste a sua cidadania.

Sempre ouvi, nos acampamentos de Sem-Terra, os camponeses acampados dizendo frases como *“eu prefiro morrer lutando por um pedaço de terra, morrer dignamente, do que morrer como indigente nas periferias da cidade”*. Portanto, a chegada à cidadania de grande parte destes pobres passa pela reforma agrária. Mas, passa também por uma proposta de reforma agrária que tem de ser assumida como proposta de transformação desta sociedade, em busca de justiça, dignidade e solidariedade.

Por esse motivo, os camponeses sem terra estão reencenando os ideais de nação, de pátria e de patriotismo neste início de sé-

culo XXI, repletos de visões globalizadas de um mundo em que a cidadania é conquista de poucos. Assim, fico com os versos de um camponês sem terra para concluir este texto.

É por amor a esta Pátria-Brasil

Que a gente segue em fileira.

(Ordem e Progresso, Zé Pinto/CD Arte em movimento – MST).

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Os textos reunidos neste volume foram publicados pela primeira vez nas seguintes edições:

- COSTA, Francisco; CARVALHO, Horacio. Campesinato *in*: Dicionário da *Educação do Campo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.
- MARQUES, Marta Inez. A atualidade no uso do conceito camponês. *Revista Nera*. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan.-jun. 2008, p. 57-67.
- IANNI, Octavio. *A utopia camponesa*. São Paulo, 2003, mimeo, 8 p., parte 2.
- MAESTRI, Mario. A Aldeia ausente: Índios, Caboclos, Escravos e Imigrantes na Formação do Campesinato Brasileiro. Conferência ministrada no II Colóquio Marx-Engels do Centro de Estudos Marxistas do IFCH da UNICAMP, Campinas, Brasil, 21 de novembro de 2001.
- GÖRGEN, Sergio Antonio Agricultura camponesa *in*: *Caderno de Estudos*. Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos), Santa Cruz do Sul/RS, agosto de 2009.
- ALVES, Flamarion; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen. Formas de (re)produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. *Geo UERJ*, ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008, p. 120-140. Disponível em: <<http://www.geouerj.uerj.br/ojs>>.
- BOSETTI, Cleber. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. In: *Revista IDeAS*, v. 5, n. 2, p. 08-32, 2012.

- CARVALHO, Horacio. *O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social*. Curitiba, março 2012. Mimeo, 43 p.
- DELGADO, Guilherme. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Brasília, Ipea - Texto para Discussão 1025, junho de 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do comportamento camponês. *Cad. Dif. Tecnol.* 6 (2/3), maio/dez. 1989, p. 259-275.
- MARTIN, Andrey. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re)criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. *Revista História em Reflexão*, v. 2, n. 4 – UFGD/Dourados, jul./dez. 2008.
- FERNANDES, Bernardo. Quando a agricultura familiar é camponesa. Presidente Prudente, Unesp, mimeo 18p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>.



ESTÃO BRABIA BRASIL